



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MÁRCIO KLEBER MORAIS PESSOA

**A CRISE DO SINDICALISMO E O CASO DO SINDICATO APEOC:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA GREVE DE 2011**

**FORTALEZA
2015**

MÁRCIO KLEBER MORAIS PESSOA

A CRISE DO SINDICALISMO E O CASO DO SINDICATO APEOC: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA GREVE DE 2011

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Profª. Drª. Lea Carvalho
Rodrigues

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

P568c Pessoa, Márcio Kleber Moraes.
A crise do sindicalismo e o caso do Sindicato APEOC : uma análise a partir da greve de 2011 /
Márcio Kleber Moraes Pessoa. – 2015.
109 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de
Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: Sociologia.
Orientação: Profa. Dra. Léa Carvalho Rodrigues.

1. Sindicato – Ceará. 2. Sindicatos – Pessoal da área da educação – Ceará. 3. Conflito social –
Ceará. 4. Sindicato dos Professores e Servidores da Educação Básica Pública do Ceará. I. Título.

CDD 331.88113711098131

MÁRCIO KLEBER MORAIS PESSOA

A CRISE DO SINDICALISMO E O CASO DO SINDICATO APEOC: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA GREVE DE 2011

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Carla Susana Abrantes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro com a manutenção da bolsa de pesquisa.

À UFC, por ter recorrido à Justiça para suspender meu auxílio financeiro do CNPq antes dos vinte e quatro meses.

Ao O Conselho, por garantir a existência do universo.

À minha mãe, Celeste, que vem aguentando essa peste que é seu filho há [censurado] longos anos. Só deus sabe como. Ô mulher guerreira. Te amo!

Ao meu bebezinho lindo, Alice. Apesar de sempre ter me perturbado enquanto tentava estudar e concluir esta dissertação, tenho a clara sensação de que não teria conseguido concluir-la sem seus beijinhos que me revigoravam. Não posso deixar de citar sua perfeita imitação de calango, arte cênica incompreendida que alimenta a alma.

À Katharine, pela imensa contribuição no processo de produção desta dissertação e pela parceria ao longo dos anos.

À minha irmã, Ana Íris, e ao meu padrasto, Paulo Joca, pelo companheirismo que contribui para elevar o ânimo na vida.

À minha turma gastronômica de mestrado. Nossos ótimos lanches coletivos e solidários durante os intervalos deixaram o curso mais “digerível”. Adoro vocês!

Aos queridos professores Domingos Sávio, Uribam Xavier, Valmir Lopes e Estevão Arcanjo. Apesar da chatice, vocês até que são legais [=]).

A André Hagquette, pela parceria ao longo dos últimos anos. Mestre que se tornou amigo e a quem agradeço pelas boas conversas e pelas fundamentais contribuições científicas. André, te dou um conselho: cerveja sem álcool não leva a lugar algum. Saia dessa vida.

Aos irmãos que a vida fez com que eu os chamassem de amigos: Barata, Beterraba, Bubu, Giant Baby, Joseph, Karl Marx Cearense, Laércio, Potó, Sandro, Tutu, Velho, Ypsilone. Sem vocês esta dissertação não seria possível. Mentira, seria sim. De qualquer forma, amo vocês!

Aos demais amigos que merecem meu respeito e admiração (#sqn): Bulim, Espantalho do Cão, Inocêncio, Jordi, Madeixas, Mãe do Levi, MR, Marcola, Neto, Pastel, Santinha, Sávia, Socorro, Ursinho e Willamy.

Às professoras Alba Carvalho e Susana Abrantes. Primeiramente, por terem aceitado o convite de participar da banca. Por conseguinte, pelas contribuições passadas e, certamente, pelas futuras.

À professora Lea, pela paciência que teve durante todo o período de orientação e pelas importantes contribuições para esta dissertação. Você tem minha admiração.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação de mestrado é compreender como o caso do sindicato APEOC se situa no contexto estrutural da crise do sindicalismo contemporâneo. O foco empírico são as relações entre professores da rede estadual do Ceará e sua entidade sindical, supracitada, abarcando o período que vai da greve de 2011 até o presente. Essa discussão buscará elucidar as consequências daquela greve na relação entre base e sindicalistas, visto que aquele movimento foi encerrado deixando tensões entre os sujeitos relacionados. Para a realização desta pesquisa, o campo empírico eleito se compõe dos ambientes de interação da base com o sindicato, tais como: manifestações públicas, assembleias gerais e outros. Além disso, foi realizado levantamento de dados em duas escolas da rede estadual do Ceará: uma na capital, Fortaleza, e outra no interior. O objetivo disso é buscar apreender as visões desses sujeitos sobre a atuação do seu sindicato no período analisado. A pesquisa de campo na escola da capital ocorreu entre fevereiro e maio de 2014. Já na escola do interior, a investigação ocorreu entre julho e dezembro do mesmo ano. O texto da dissertação apresenta a narrativa da greve, a partir do recurso metodológico dos *dramas sociais*, seguindo as formulações de Victor Turner, a análise dos elementos de tensão e conflito entre as partes, durante e após o movimento grevista e as posturas dos professores entrevistados das duas escolas escolhidas como campo empírico. Alguns resultados encontrados foram: que a greve de 2011 gerou conflitos entre direção sindical e base, que se mantêm até os dias atuais; que esses revelam processos de *oligarquização*, *burocratização* e relativa *estatização* do sindicato APEOC, que fomentam sua *crise de representatividade*, desmobilizando a base. Ademais, os docentes percebem em sua profissão o que Graça Druck denomina de *desmantelamento*, o que foi confirmado pela análise de leis relacionadas à atividade, além da forma como o Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi estruturado após 2011. A dissertação conclui que o *desmantelamento* se apresenta como uma forma de *fragmentação* da categoria ao pulverizar as demandas dos professores, o que é potencializado pela sua *fragmentação interna*, isto é, pelos conflitos internos à categoria relacionados à forma como a greve de 2011 foi encerrada.

Palavras-Chave: Sindicalismo. APEOC. Crise de representatividade. Burocratização sindical. Conflito.

ABSTRACT

This Master's dissertation general goal is to discuss the contemporary labor union crisis, having as empirical focus the relationship between teachers from the state of Ceará and their representative entity, the APEOC union, covering the period from the 2011 strike until now. This discussion will seek to elucidate the consequences of that strike on the relationship between the grass roots and the union leaders, given that that movement was ended leaving tensions between the related subjects. To carry out this research, the chosen empirical field consists of the interactions environments between the grass roots and the union leaders, just as: demonstrations, general assemblies and others. Moreover, data was collected in two schools from the state of Ceará: one in the capital, Fortaleza, and another in the interior. The goal is to understand these subjects' visions on the role of their labor union in the analyzed period. The field research in the school of the capital occurred between February and May of 2014. In the interior one, the investigation occurred between July and December of the same year. The dissertation text presents the narrative of the strike, from *social dramas* methodological resources, following Victor Turner's formulations, the analysis of elements of tension and conflicts between the parts during and after the strike movement and the position of interviewed teachers from the two schools chosen as empirical field. Some of the results founded out were: the 2011 strike has generated conflicts between the union leaders and the grass roots; these conflicts reveal processes of *oligarchization*, *bureaucratization* and relative *nationalization* of APEOC union, that foster its *representativeness crisis*, demobilizing the grass roots. Furthermore, the teaching staff perceived in their profession what Graça Druck names *dismantling*, what was confirmed by the analysis of laws related to the activity, besides how the Plan of Posts, Careers and Salaries was restructured after 2011. The dissertation concluded that the *dismantling* appears as a way of *fragmentation* of the category when it sprays teacher's demands, what is enhanced by its *intern fragmentation*, namely, by the category's intern conflicts related to the way the 2011 strike was ended.

Key words: Labor unionism. APEOC. Representativeness crisis. Union bureaucratization. Conflict.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Trajetória metodológica da pesquisa	14
2	A GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO CEARÁ, DE 2011, DESCRITA COMO <i>DRAMA SOCIAL</i>	25
2.1	<i>A ruptura: crônica de uma greve anunciada</i>	25
2.2	<i>A crise e os ajustamentos</i>	28
2.2.1	<i>Lutas faccionais</i>	41
2.2.2	Fim da unanimidade: <i>luta faccional, ajustamentos e crise de representatividade</i>	43
2.3	Clímax da crise: o confronto	46
2.3.1	Clímax da crise: reinício da tentativa docente de influir no PCCS	51
2.3.2	Clímax da crise: dos <i>ajustamentos</i> que falham	53
2.3.3	Clímax da crise: suspensão da greve, fim da crise?	57
2.4	O pós-greve imediato: descrição do período de suspensão do movimento grevista	59
3	TRANSFORMAÇÕES NO SINDICALISMO	65
3.1	Para entender o sindicalismo	65
3.2	Para entender o sindicalismo brasileiro	68
3.2.1	De como a unicidade repercute na liberdade dos trabalhadores	69
3.2.2	Breve histórico do sindicalismo brasileiro	70
3.2.3	Mudanças no sindicalismo brasileiro: setor público e de serviços em pauta	73
3.3	Relação entre o sindicato APEOC e sua base no pós-greve	75
3.4	Crise do sindicalismo: efeitos do <i>desmantelamento</i> e da <i>fragmentação</i>	77
3.4.1	<i>Desmantelamento</i> : o caso dos professores da rede estadual do Ceará	78
3.4.1.1	Previdência	82
3.4.1.2	Salário	89
3.4.1.3	Gratificações, licenças, férias e carga horária	112
3.4.1.4	Percepção dos docentes sobre o <i>desmantelamento</i> da profissão	114
3.4.2	<i>A fragmentação</i> : da subcontratação ao conflito e divisão entre os docentes	118
3.4.2.1	<i>Fragmentação interna</i> : conflitos internos e ação sindical	123
3.4.2.2	<i>Fragmentação interna</i> : demandas diferenciadas e individualização	129

4	ANÁLISE SOBRE A <i>OLIGARQUIZAÇÃO</i> , A <i>BUROCRATIZAÇÃO SINDICAL</i> E A <i>ESTATIZAÇÃO</i> : O CASO DO SINDICATO APEOC	135
4.1	Repercussão da organização política da base nas ações da diretoria do APEOC: análise sobre <i>oligarquização</i> e <i>burocratização sindical</i>	135
4.1.1	Eleição 2015 do sindicato APEOC: breve análise	138
4.1.2	A 11 ^a Reforma Estatutária: burocratização das ações sindicais	139
4.1.3	Repercussões da 11 ^a Reforma Estatutária: <i>apego</i> dos sindicalistas à entidade	142
4.1.4	A atuação da comissão eleitoral como forma de <i>burocratização sindical</i>	144
4.1.5	Eleição do sindicato APEOC na esfera judicial	146
4.2	Da <i>burocratização sindical</i> à <i>estatização</i> : análise da relação entre a direção do sindicato APEOC e os governos federal e estadual do Ceará	153
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICE A – INFORMAÇÕES SOBRE OS INTERLOCUTORES DA PESQUISA	185
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS INTERLOCUTORES	188
	ANEXO A – BOLETIM INFORMATIVO Nº 1 DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO – APEOC	192
	ANEXO B – BOLETIM INFORMATIVO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO – APEOC – “ELEIÇÕES PARA A APEOC: VOTE NULO”	194
	ANEXO C – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO APEOC NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2013 (QUE DELIBEROU SOBRE A 11 ^a REFORMA ESTATUTÁRIA) COM ESCLARECIMENTOS DA OPOSIÇÃO	195
	ANEXO D – 11 ^a REFORMA ESTATUTÁRIA DO SINDICATO APEOC (PÁGINAS 1, 3, 4, 5, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24 E 26)	203

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta dissertação de mestrado é compreender como o caso do sindicato APEOC se situa no contexto estrutural da crise do sindicalismo contemporâneo. O foco empírico são as relações entre professores da rede estadual do Ceará e sua entidade sindical, supracitada, abarcando o período que vai da greve de 2011 até o presente. Essa discussão buscará elucidar as consequências daquela greve na relação entre base e sindicalistas, visto que aquele movimento foi encerrado deixando tensões entre os sujeitos relacionados, conforme será apontado.

O sindicato APEOC foi fundado em 1962 com a denominação de Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do estado do Ceará. Nesse período, por haver proibição legal de associação sindical para servidores públicos, muitas associações eram fundadas com o objetivo de prestar algum tipo de solidariedade entre os seus associados. Em 1989, após a Constituição Federal de 1988 garantir a servidores públicos civis o direito à livre associação sindical, aquela entidade se transformou em sindicato. Atualmente, sua denominação oficial é: “Sindicato dos servidores públicos lotados nas secretarias de educação e de cultura do estado do Ceará e nas secretarias ou departamentos de educação e/ou cultura dos municípios do Ceará”. Diferentemente da situação de sua fundação, hodiernamente esta entidade representa um amplo leque de funcionários públicos por todo o estado do Ceará, conforme pode se apreender de sua atual nomenclatura.

Em relação à sua estrutura organizacional, a direção sindical do APEOC é formada por sessenta e quatro membros distribuídos entre a capital, Fortaleza, e dez regionais pelo interior do estado. Já a base dessa entidade é formada por servidores públicos dos setores da educação e da cultura da rede estadual e dos municípios cearenses que não possuem entidades sindicais próprias. Segundo informações do próprio sindicato, seus associados se aproximam de quarenta mil pessoas. Todavia, o número de docentes da rede estadual associados deve ser em torno de dez mil. Apesar de não serem maioria absoluta, os professores estaduais podem ser considerados a categoria mais numerosa e organizada entre os associados daquele sindicato, visto que os demais sócios se pulverizam em pequenas categorias municipais espalhadas pelo Ceará.

Retomando o objeto de estudo apresentado, após o término da greve de 2011, um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para a categoria supracitada – objeto de disputa naquele evento - foi aprovado pela Assembleia Legislativa. Todavia, o Plano, que fora proposto pelo poder Executivo, apesar de ter sido apoiado pela entidade representativa de

classe, não contou com o apoio massivo dos docentes; algo que gerou sérios conflitos, a partir de então.

Para a realização desta pesquisa, o campo empírico eleito se compõe de ambientes de interação da base com o sindicato, tais como: manifestações públicas, assembleias gerais¹ e outros. Além disso, foi realizado levantamento de dados em duas escolas da rede estadual do Ceará: uma na capital, Fortaleza, e outra no interior. O objetivo disso é buscar apreender as visões desses sujeitos em relação ao seu sindicato no período analisado.

A primeira escola está localizada na periferia da capital. A segunda é uma escola localizada no interior do estado, mais precisamente em seu litoral. Ambas são Escolas de Ensino Médio (EEM), ou seja, possuem apenas as três séries finais da educação básica, sendo seu público formado quase que exclusivamente por jovens. A escolha dessas escolas se deu da seguinte forma: inicialmente, a pesquisa seria realizada apenas na escola da capital, onde minha rede de relações facilitou meu acesso como pesquisador, mas como os professores desse estabelecimento citavam frequentemente conflitos políticos entre eles e os docentes do interior, principalmente tendo como referência a greve de 2011, então a necessidade de ouvir os profissionais que estavam sendo citados se tornou manifesta. Assim, necessitei me dirigir ao município do interior escolhido a fim de lá também realizar trabalho de campo.

É importante ressaltar que ambas as escolas não serão identificadas, assim como todos os profissionais que se propuseram a dialogar comigo ou permitiram que eu estivesse presente nos mesmos ambientes que eles a fim de realizar observações para a execução da pesquisa. Dessa forma, os nomes das escolas não serão apresentados e os nomes dos sujeitos pesquisados serão fictícios. Após essa necessária observação, retorno ao objeto de estudo: o estabelecimento educacional da capital foi escolhido devido a minha inserção prévia nele, pois um colega de trabalho atua lá há aproximadamente seis anos e isso me possibilitou estar presente nesse ambiente em algumas oportunidades, inclusive realizando outras pesquisas. Já o estabelecimento do interior foi escolhido também pela facilidade de inserção, visto que, através da rede de relações, tive acesso à sua diretora, o que certamente facilitou minha entrada na escola.

A pesquisa de campo na escola da capital ocorreu entre fevereiro e maio de 2014. Já na escola do interior, a investigação ocorreu entre julho e dezembro do mesmo ano. Nos períodos destacados acima o pesquisador esteve presente nos ambientes das duas escolas

¹ Assembleia geral é o principal órgão deliberativo do sindicato. Dela todos seus representados podem participar desde que cumpram com suas obrigações estatutárias.

realizando observações, interagindo com os sujeitos escolares e aplicando questionários aos docentes².

Assim, tentarei saber de que maneira o fenômeno da crise do sindicalismo (DRUCK, 1996; RAMALHO; SANTANA, 2004) está presente nas relações estudadas, uma vez que os dados levantados em pesquisa exploratória, e posteriormente já na coleta de dados para a pesquisa, mostram que parte desses profissionais docentes manifesta insatisfações acerca de sua entidade representativa de classe. Contudo, esse fenômeno é comumente observado entre trabalhadores da indústria ou outros setores que vivenciam a *flexibilização* de suas relações de trabalho de forma consensual na literatura específica. Pode-se entender que os trabalhadores do setor público – como aqueles aqui estudados – vivenciam o mesmo fenômeno ou algo similar? Esse questionamento será respondido nas páginas seguintes.

Após essa explanação inicial, destaco os objetivos específicos: (i) narrar a greve da categoria estudada, ocorrida em 2011, a partir do recurso metodológico do *drama social* (TURNER, 2008)³; (ii) identificar e analisar os elementos de tensão e conflito entre base e sindicato, durante e após o movimento reivindicatório docente supracitado; (iii) realizar pesquisa com professores em duas escolas da rede estadual do Ceará a fim de apreender suas visões e posicionamentos acerca da postura do sindicato durante e após aquela greve.

Tal proposta nasceu da minha inquietação acerca da postura de vários professores após a última greve da categoria, em 2011. Devo ressaltar que sou professor efetivo dessa rede desde 2010, logo, vivenciei a greve como profissional. Não seria absurdo dizer que a inquietação supracitada tinha mais relação com o que eu sentia e pensava sobre minha profissão naquele momento do que sobre o que meus colegas achavam. Contudo, tentarei mostrar que aquele evento afetou parte significativa da categoria em questão, não só a mim. Isso ficará claro ao leitor quando, mais adiante, eu expuser com maiores detalhes as falas e ações dos docentes acerca da greve, o que mostrará que se trata de uma questão social que se apresentou rica para esse estudo.

Aquela greve teve popularidade ímpar no estado. Os meios de comunicação acompanharam de perto o evento e as reivindicações dos docentes, além de grande apelo que tem a educação nos dias atuais, visto que a escola pública vem sendo questionada constantemente pelos seus resultados de desempenho em avaliações externas. Conforme já destacado, aquela greve culminou com a aprovação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e

² Para maiores informações sobre o perfil de cada um dos docentes respondente e sobre o questionário aplicado, conferir Apêndices A e B.

³ Os recursos metodológicos citados aqui serão explicados e problematizados posteriormente, em espaço específico para isso.

Salários para os professores da rede estadual. Contudo, o projeto aprovado era de autoria do Poder Executivo e não foi construído com a participação do sindicato e sua base. Devido a isso, os comentários entre os docentes de que a carreira havia sofrido um ataque eram comuns. Alguns chegaram a verbalizar que abandonariam a profissão devido ao novo PCCS. Conforme indicaram os dados da pesquisa exploratória, o sindicato estava mergulhado em acusações de parte significativa da categoria porque em alguns momentos da greve deixou transparecer sua intenção de fechar acordo com o governo em detrimento da vontade da base. Tudo isso será melhor detalhado nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Entretanto, aquele movimento não trouxe apenas o ônus apontado pelos docentes. Algum tempo depois, os bônus começaram a surgir: houve aumento do tempo reservado para atividades extraclasse de 20% para 33% da carga horária, ou seja, o docente passou a ter mais tempo para planejar e estudar e menos tempo em sala de aula. Uma gratificação foi incorporada ao salário devido ao aumento da porcentagem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB⁴ reservada para pagamento de pessoal; esse benefício pode chegar a representar mais de 35% dos vencimentos dos trabalhadores docentes, um valor significativo, apesar de sua imprevisibilidade e outros detalhes⁵. Ademais, o salário de todos os níveis da nova tabela efetivamente aumentou, apesar de haver divergências entre o aumento executado e sua expectativa pelos docentes que participaram da greve, cenário que será apresentado posteriormente.

Em meio a tudo isso, eu me encontrava atuando na escola como docente. Aquela greve contribuiu para que refletisse sobre minha situação como docente. Quando se passa por situações liminares, é praticamente impossível não refletir sobre sua situação em cena. E foi isso que me moveu a realizar esta pesquisa, buscando alcançar os objetivos ora propostos, visto que aquela greve parece ter marcado a categoria estudada devido às tensões que manifestou e às transformações que desencadeou.

De 2011 até o presente momento, vivenciei novas e significativas experiências como professor da rede estadual, passando a enxergar com maior interesse as posturas de meus pares em relação à sua profissão, tentando captar suas opiniões acerca do sindicato e do

⁴ Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto Nº 6.253/2007. Parte desse Fundo deve ser revertido para o pagamento de professores, porém o percentual deve ser definido pelo governo estadual ou municipal à qual o professor é contratado, não podendo ser menor do 60%. Antes de greve de 2011, o percentual disponibilizado pelo governo para isso era de 62%. Após, foi elevado gradualmente até 80%.

⁵ Por não ser considerado salário, a gratificação pode ser suprimida a qualquer instante. Ademais, não incide na aposentadoria enquanto o trabalhador não a receber por 60 meses consecutivos.

governo. Devido a isso me associei ao sindicato APEOC no final de 2013. Um fator mais importante foi minha participação no grupo de oposição que se formou no final de 2014. Participei das discussões daquele grupo e compus a chapa que intentou se inscrever no pleito ocorrido em fevereiro de 2015 – também analisado neste texto. Como se pode perceber, estou diretamente ligado ao objeto de estudo, o que me moveu a refletir constantemente sobre minha posição de pesquisador e de professor em campo, visto que o “estar lá” podia se tornar bastante conflituoso para mim como pesquisador devido à minha condição de professor. Tudo isso será discutido adiante, quando abordarei especificamente a trajetória metodológica da pesquisa.

Esta pesquisa tem importância ímpar, visto que os estudos sobre sindicalismo no atual período vivenciado pelo modo de produção capitalista, com o advento da reestruturação produtiva e da *flexibilização* do direito do trabalho, vêm despontando cada vez mais como importantes fontes de informação sobre os rumos que as entidades sindicais estão tomando nos últimos anos. Por tratar do fenômeno do sindicalismo no setor público de serviços, este estudo eleva sua importância devido ao número ainda reduzido de publicações nessa área. Não à toa, necessitei dialogar também com alguns autores que estudaram especificamente o sindicalismo no setor industrial, por exemplo, buscando traçar aproximações e distanciamentos na relação teoria-empiria entre os dois campos. Assim, o estudo específico do sindicalismo no setor público e na profissão docente poderá contribuir para o melhor entendimento das transformações que afetam essas instituições no setor de serviços e também no setor público brasileiro.

Por fim, apresento a estrutura deste texto: o primeiro capítulo apresentará a narração da greve de 2011, tendo como base matérias publicadas à época nos dois maiores jornais impressos do estado. No segundo e terceiro capítulos, apresentarei discussão sobre aspectos da crise do sindicalismo. No segundo, a *crise de representatividade*, o *desmantelo* e a *fragmentação* serão os discutidos. Já no terceiro, a *oligarquização*, a *burocratização sindical* e a *estatização* serão abordadas. Essas categorias ajudarão a entender o que vem ocorrendo na relação entre o sindicato APEOC e sua base, desde 2011. A seguir, apresentarei discussão epistemológica acerca da abordagem metodológica empregada na pesquisa, além dos métodos e técnicas dos quais lancei mão.

1.1 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Tratar de metodologia sempre é delicado porque os métodos e técnicas de pesquisa dizem muito sobre o trabalho realizado. São eles que conferem maior ou menor credibilidade ao texto, assim, a depender de quais se utiliza, o trabalho poderá ter maior aceitação do leitor. No caso desta dissertação, a metodologia que orientou a pesquisa de campo pode ser considerada mais delicada ainda, visto que sou professor e pesquisei meus pares, outros professores. Além disso, esses sujeitos atuavam na mesma sociedade em que eu, na mesma rede de ensino e, inclusive, conhecia alguns deles, que encontrava em reuniões, manifestações, confraternizações etc. da categoria. Dessa forma, surge a dúvida que sempre retorna nas ciências sociais: é possível ser objetivo pesquisando em sua própria sociedade e, mais particularmente, em seu ambiente de trabalho? Tentarei responder a esse questionamento neste espaço.

A busca pela objetividade na ciência, um dos pilares desse tipo de conhecimento, é bastante antiga e ainda é tema de discussões acadêmicas nos dias hoje. Como validar discussões que se intitulam científicas sem critérios mínimos de distanciamento do objeto? Mas quem estabelece tais critérios? Esses questionamentos são feitos constantemente e são revistos e repensados a cada artigo escrito e discussão realizada.

Há pouco mais de cem anos, quando a sociologia ainda *engatinhava*, Durkheim propôs seu método para a ciência social. Naquela época, gerou grandes debates acerca do assunto. Hoje, ainda gera. Tudo porque sua proposta era de uma ciência social objetiva, assim como ocorre na ciência natural. Dizia ele: “o sociólogo deve tomar as mesmas precauções [que um físico]. Os caracteres exteriores em função dos quais ele define o objeto de suas pesquisas devem ser tão objetivos quanto possível” (DURKHEIM, 1999, p. 44-5). Pensando assim, Durkheim propõe que a sociologia estude fatos sociais. Estes “consistem em maneiras de fazer ou de pensar reconhecíveis pela particularidade de serem capazes de exercer sobre as consciências particulares uma influência coercitiva” (*Ibidem*, p. XXVII). Os fatos sociais *podem então ser tratados como coisas* a partir do instante em que os consideramos como objetivos, visto que essas maneiras de pensar e fazer ocorrem, segundo o autor, praticamente de forma institucionalizada, apesar de, em muitos casos, sequer estarem inscritas em normas e leis.

Ademais, ele era a favor do abandono de pré-noções na busca pelo conhecimento científico. Mas será possível abandonar essas noções anteriores na ciência social? Na relação entre um biólogo e uma célula, por exemplo, talvez não haja dificuldades no abandono de pré-noções, visto que todo conhecimento que se tem de uma célula não pode advir senão da ciência. Mas como esquecer o que se sabe acerca do mundo social que nos rodeia e nos define

quando se está lidando com outros seres humanos? Essa certamente é uma missão difícil, mas que Durkheim entendia ser possível. Dizia ele que todo conhecimento prévio do mundo elaborado sem método deve ser descartado para a realização do estudo científico (DURKHEIM, 1999). Já para Weber, por exemplo, esse descarte de noções prévias é impossível de ocorrer, visto que todo objeto de estudo na ciência social está intimamente ligado ao pesquisador que se propõe a estudá-lo:

Não há qualquer dúvida de que o ponto de partida do interesse pelas ciências sociais reside na configuração real e, portanto, individual da vida sócio-cultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la no seu contexto universal, nem por isso menos individual, e no seu desenvolvimento a partir de outros estados sócio-culturais, naturalmente individuais também. (WEBER, 1993, p. 126-7)

Destarte, a escolha do objeto de estudo diretamente ligada à vivência sociocultural - e, por isso, também individual – do pesquisador não elimina a possibilidade de estudá-lo, pelo contrário, valida-a porque a subjetividade do indivíduo sempre estará presente. O simples fato de escolher um objeto já o liga ao pesquisador de forma íntima, havendo, portanto, influências de cunho pessoal – por isso, sociais.

Considerando a argumentação de Weber, o objeto se liga de alguma forma ao sujeito, à sua subjetividade. Mas a ciência se tornaria subjetiva por isso? A resposta é não. Este autor é enfático em dizer que a ciência é objetiva, apesar da ligação sujeito – objeto. Diferentemente da convicção, esta sim subjetiva. O que é subjetivo não necessariamente faz sentido a qualquer indivíduo, já o que é objetivo necessita ser cognoscível a qualquer um; esse é o caso da ciência.

Weber estará com isso buscando realizar uma *ciência da objetividade*, assim como Durkheim? Certamente, não. Ele apenas reconhece a distinção entre conhecimento científico e outros tipos de conhecimento, como, por exemplo, o senso comum. Assim, a ciência necessita estabelecer alguns critérios objetivos em sua execução, a fim de poder provar a qualquer um que o conhecimento produzido a partir desses critérios possui validade científica. Mesmo sabendo que o objeto de estudo não pode estar completamente objetivado em relação ao pesquisador, que este mantém de alguma forma relação com aquele, que lhe atribui significados previamente ao estudo e não poderá se livrar deles como num passe de mágica, assim como parece supor Durkheim⁶.

⁶ Não se pode esquecer que Durkheim escreveu numa época em que a ciência social estava nascendo como disciplina científica, sendo ele próprio considerado um de seus fundadores. Assim, necessitava demonstrar à comunidade acadêmica da época – basicamente formada pelas ciências da natureza – a validade da ciência social enquanto disciplina científica que se propunha a ser. Nesse sentido, suas contribuições foram valiosas.

Após essa discussão, as dúvidas se multiplicaram em vez de diminuírem. Tudo porque pretendo estudar meus colegas de profissão, alguns dos quais conheço e com os quais mantengo algum tipo de relação, ou seja, um ambiente *familiar* para mim. Ademais, tenciono estudar os significados que dão à atuação de sua entidade representativa de classe, o que se distancia do método proposto por Durkheim, se aproximando do que expõe Weber. Dessa forma, realizo os seguintes questionamentos: como estabelecer critérios de objetividade para transformar meu estudo em ciência, conforme propõe este autor? Será possível estudar o que me é familiar sem me deixar tomar por preconceitos que poderão influenciar o trabalho de forma determinante?

Para respondê-los necessitarei dialogar com outros autores que já passaram por experiências parecidas e deram relevantes contribuições aos estudos sobre método científico. Gilberto Velho é um nome de relevância quando tratamos de estudos em sociedades “complexas”. Isso porque ele entende como possível a ação de *estranhamento* por parte do pesquisador ao realizar um estudo em sua própria sociedade. Velho (1994) destaca que o que é familiar não necessariamente é conhecido, logo, podemos até considerar um local ou grupo familiares, mas conhecê-los - ou seja, entendermos as relações e os conflitos ali existentes e os significados atribuídos pelos indivíduos às ações que nos propomos a estudar - é diferente. Geralmente, não os conhecemos e talvez um estudo científico seja apenas a porta de entrada para os conhecermos, pois será um ponto de vista dentre tantos possíveis (*Ibidem*). Ao passo que estudar um ambiente familiar - ao invés de um ambiente exótico e distante, como ocorria tradicionalmente na antropologia - tem seus pontos positivos, visto que farei valer minha “rede de relações previamente existente e anterior à investigação”, pulando a etapa de ter que fazer contato com um informante, geralmente uma atividade difícil (VELHO, 2003) e inconveniente (MALINOWSKI, 1997). Inclusive, minha inserção em ambas as escolas estudadas ocorreu através de minha rede de relações estabelecida previamente à pesquisa. Ademais, conforme destaca Rodrigues (2004, p. 22), como pesquisador que estuda seu próprio ambiente de trabalho, cheguei a *dados de difícil acesso* pelo simples fato de estar presente cotidianamente no ambiente escolar e vivenciar as ações do sindicato estudado e as opiniões dos docentes acerca delas.

Certamente, tenho familiaridade com o ambiente que pretendo estudar e com os professores que ali estão presentes. É certo que conheço alguns e me disponho a diálogos rápidos com eles. Também é verdade que já estive presente em uma das escolas realizando outra pesquisa e, por isso, meu rosto não é estranho para alguns dos sujeitos dali, talvez “deixando de constituir um elemento perturbador da vida” social, como disse Malinowski

(1997, p. 22) sobre a presença do pesquisador em campo. Mas o quadro apresentado não significa que conheço o local e o objeto de pesquisa que pretendo estudar a ponto de ter ideias definitivas sobre o assunto. Pelo contrário, agora que pretendo enxergar o local e os sujeitos com o olhar voltado para o objeto desta pesquisa.

Como obtive dados em pesquisa de campo junto aos professores efetivos da rede pública estadual do Ceará, vale fazer breve discussão sobre minha inserção como professor-pesquisador. Falando daquela maneira – professores efetivos da rede estadual -, coloco todos os professores em uma situação de homogeneidade que dificilmente se verificará na realidade. Será realmente um grupo homogêneo? Serão todos os professores efetivos provenientes de uma mesma classe social ou identificados com as mesmas demandas junto à sua entidade representativa? Pela minha experiência como professor, além do que apreendi em pesquisa de campo, posso afirmar que não. Esse grupo é, ao contrário, bastante heterogêneo e plural. Isso abre um leque de significados que podem ser atribuídos por esses sujeitos às várias ações cotidianas na vida de um docente. Com isso, não ouso afirmar que conheço os professores. Posso ter familiaridade com eles, conversar sobre assuntos interessantes sobre a profissão dentro e fora de sala, mas isso não significa que não haja distância entre nós. Cada escola reflete um universo particular: alunos mais pobres ou menos pobres, gestão mais presente ou mais ausente, professores mais satisfeitos ou menos satisfeitos etc. Além disso, a vivência de cada docente possui particularidades que os distanciam ou aproximam entre si. Tudo isso é muito relativo e depende de mim na qualidade de pesquisador descobrir as particularidades das escolas onde realizo o estudo e buscar interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos acerca das ações dos sindicalistas. Isso porque em uma metrópole há descontinuidades vigorosas entre o mundo do pesquisador e os outros mundos, assim, ao estudar os seus iguais, é possível ter experiências de estranheza, não-reconhecimento e até choque cultural (VELHO, 1994).

Dessa forma, concordando com Velho (1994; 2003), considero que o rigor científico é apenas relativo, visto que o pesquisador não pode abandonar suas pré-noções, nem abrir mão da interpretação, conforme enfatiza Geertz (2008). Essa relatividade pode ser superada pelas discussões com outros cientistas que lançaram ou lançarão seus olhares sobre o mesmo objeto de estudo que eu, ou em situação similar à minha. Assim, o confronto de interpretações poderá contribuir para a ciência ao desconstruir ou consolidar argumentos e teorias e refletir sobre métodos. Além disso, o pesquisador deve traçar estratégias de investigação para evitar que sua proximidade aos pesquisados empobreça o trabalho, ou, o que Weber tentou elucidar, que os critérios de objetividade necessários para a pesquisa não sejam tomados pela

subjetividade do pesquisador a ponto de invalidar a pesquisa. Entretanto, é através dos sentimentos que apreendo a sociedade em que vivo. Minha socialização nesse grupo não ocorreu através de teorias. Assim, é o sentimento que me liga a ela que me proporcionará apreender os significados atribuídos pelos indivíduos ao objeto de estudo. Em resumo, necessitarei exercitar meu *anthropological blues* a fim de transformar o familiar em parcialmente exótico, ou seja, repreender a perguntar os “porquês”, assim como uma criança (DA MATTA, 1978).

O estudo aqui realizado foi pensado devido aos acontecimentos da última greve da categoria de professores da rede estadual do Ceará, em 2011. Participei desse evento como professor, vivendo as mesmas angústias e incertezas que todos os demais docentes devem ter vivido naquele momento. Os momentos de alegria e tristeza se alternavam de forma quase esquizofrênica, visto que as reviravoltas no conflito entre as partes envolvidas não foram poucas. Poderia dizer sem ressalvas que aquela greve foi como um drama teatral onde os personagens se alternam em cena e a cada ato a história torna-se mais empolgante, prendendo mais e mais a atenção do espectador, que fica em polvorosa com a cena. Por esse motivo decidi utilizar o recurso metodológico do *drama social* (TURNER, 2008) para expor o conflito entre as partes envolvidas na greve e, por meio desta, apreender os principais temas e questões emergentes, bem como a rede de atores envolvida.

Turner destaca que o drama social possui um recorte temporal, visto que possui fases que podem se suceder no tempo ou mesmo ocorrer de forma simultânea em alguns momentos, mas que podem ser distinguidas porque cada uma delas possui “propriedades específicas” (*Ibidem*, p. 38) e que se relacionam com o conflito em questão. Importa ressaltar que os indivíduos e grupos estudados nesta pesquisa (assim como quem os estudou) possuem uma concepção de temporalidade, ideia esta que se relaciona diretamente com a temporalidade do *drama social* de Turner, ou seja, processos com início, meio e fim, onde o início e o término de cada fase pode até não ser bem definida, mas que pode ser percebido ao se analisar todo o evento do drama.

As quatro fases desse processo são: “a) quebra de normas regulares que governam as relações sociais; b) fase de conformação da crise; c) utilização de mecanismos de ajustamento e d) reintegração ou ruptura irreparável entre as partes em conflito” (RODRIGUES, 2011, p. 22). Turner (*op. cit.*, p. 28) destaca ainda que os dramas sociais podem contribuir para a descrição de processos sociais “quando os interesses e atitudes de grupos e indivíduos encontravam-se em óbvia oposição”, o que se aplica muito bem ao objeto de estudo aqui proposto, como se verá, por se tratar de uma disputa política com lados com interesses

opostos. Apesar disso, as facções se reorganizaram constantemente, o que indica que indivíduos ou grupos se aproximaram ou se repeliram durante e após o evento. Nesse sentido, “dramas sociais são [...] unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito” (TURNER, 2008, p. 33), isto é, retratam certo desequilíbrio numa relação outrora estabelecida.

Aqui se faz necessária a discussão da noção de equilíbrio e harmonia, visto que ambos os conceitos não podem ser aplicados a uma sociedade de larga escala, como a que está sendo estudada, sem alguns cuidados. Rodrigues (*op. cit.*, p. 22-3) destaca que Turner trata em sua obra de casos ocorridos em uma pequena aldeia africana, onde as relações são movidas dentro de um quadro de parentesco que permite se falar em equilíbrio e harmonia devido ao teor das relações ali presentes e também devido ao fato de “as relações entre os membros do grupo [estarem] intimamente conectadas e regidas por diversos princípios de afiliação”. Turner (*op. cit.*, p. 28-9), contudo, diz ser possível analisar situações em sociedades “de todo tamanho e complexidade” com o auxílio dos dramas sociais, visto se tratar de um recurso metodológico que pensa um processo com fases bem definidas, o que o autor chamou de “estruturas temporais ou processuais”. Assim, a análise do conflito proposto neste estudo levará em consideração as fases do drama social proposto por Turner, mas negando a suposta harmonia ou o equilíbrio social destacados pelo autor, destacando, no caso aqui analisado, apenas a latência dos conflitos outrora manifestos.

Esse recurso metodológico foi adotado por se mostrar coerente com o evento analisado. Contudo, a proposta de Turner, como já destacado, possui início, meio e fim, isto é, requer a retomada de um equilíbrio que ponha fim à crise. Rodrigues (2011) mostrará que nem sempre o drama social é encontrado dessa forma. A autora destaca que há eventos que se caracterizam como drama social que podem apresentar a última fase incompleta ou, para ser mais preciso, que a última fase não precisa culminar nas alternativas dadas por Turner: reintegração ou ruptura irreparável. Há casos em que ocorre reintegração ou ruptura apenas parcial, por exemplo, ou uma crise intermitente. A análise do objeto de estudo proposto aqui tentará mostrar isso: os atores conflitantes durante a greve de 2011 ainda hoje vivem uma situação de tensão, não podendo afirmar que, após a crise, houve reintegração total, mas também não tendo havido ruptura entre eles.

Após essa explanação inicial, exponho os métodos que adotei a fim de garantir a *objetividade relativa* discutida, o que, penso, dá a essa pesquisa o *status* científico frente à comunidade acadêmica, a saber: realizei levantamento de dados em ambas as escolas, no intuito de obter informações dos sujeitos sociais acerca de sua entidade representativa e

interpretar seus significados (GEERTZ, 2008). Dessa forma, realizei a coleta nessas escolas a fim de compreender as opiniões dos indivíduos acerca da postura do APEOC durante e após a greve de 2011, tentando entender como se relacionam com a chamada crise do sindicalismo.

Para tanto, apliquei questionários com questões objetivas e subjetivas de forma aleatória com professores efetivos das duas escolas a fim de obter dados gerais e panorâmicos sobre suas percepções acerca da relação com o sindicato e também de sua profissão, além de conseguir dados qualitativos desses indivíduos sobre o assunto. Essa aplicação foi registrada em gravador de áudio a fim de possibilitar a análise das respostas subjetivas dos interlocutores. Minha intenção inicial era aplicar o questionário a todos os professores efetivos das escolas. Contudo, dificuldades surgiam na escola da capital que me impediram de concretizar esse objetivo, pois alguns professores passaram a se recusar ou a evitar responder ao questionário por considerarem ser bastante extenso e, por isso, demorada sua aplicação. Assim, só 50% dos sujeitos participaram, dezoito de 36. A fim de seguir padronização no número relativo, na escola do interior foram aplicados questionários a seis docentes de doze efetivos, mantendo-se a mesma proporção de 50%. Dessa forma, um total vinte e quatro docentes efetivos responderam ao questionário: dezoito da capital e seis do interior. O questionário me possibilitou colher dados objetivos e subjetivos acerca das percepções, crenças, motivações, previsões ou planos dos sujeitos (SELLTIZ *et al.*, 1967).

Realizei também análise documental, visto que fiz levantamento de matérias sobre a greve dos professores em 2011 nos dois principais jornais impressos do estado do Ceará, Diário do Nordeste e O Povo, além do *site* do sindicato da categoria estudada, APEOC. Colhi notícias de antes do início do movimento até a última assembleia geral realizada tendo como pauta aquele evento, mais de três meses depois de seu início. Esse levantamento de notícias me possibilitou narrar aquela greve em detalhes, o que contribuiu de forma determinante com a dinâmica deste trabalho que a tem como referência.

Ademais, foram feitas análises de outros importantes documentos, tais como: Leis Orçamentárias Anuais do Ceará dos anos 2001, 2006, 2011 e 2014, Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2013, estatutos e atas referentes ao sindicato APEOC, documentos referentes a um processo envolvendo esta entidade, além de várias outras leis relacionadas à profissão de professor no estado do Ceará e no Brasil, conforme poderá ser conferido nos capítulos vindouros e na seção Referências desta dissertação.

Por fim, lanço mão da *observação flutuante* (GOLDMAN, 1995). Para tratar desse procedimento metodológico necessito contextualizá-lo, visto que pode ser considerado um desdobramento de métodos tradicionais da antropologia, assim como a etnografia, por

exemplo. Geertz (2009) destaca que logo que a etnografia foi desenvolvida, os antropólogos possuíam posturas etnocêntricas porque se orientavam pelo tipo de relação entre o Eu e o Outro, ou seja, o pesquisador proveniente do Mundo Ocidental se isolava em algum lugar “exótico” e tinha como missão descrever aos seus pares o seu funcionamento, sua cultura. Esse tipo de procedimento era carregado de posturas etnocêntricas porque o Outro não tinha voz, ele era o estranho que necessitava ser conhecido; já o Eu era dado, isto é, não necessitava ser conhecido. Aqui necessito ressaltar algo: o Outro era o indivíduo de uma sociedade longínqua e estranha ao Mundo Ocidental – o mundo da ciência, da antropologia -, seus costumes e falas eram exóticos e causavam espécie ao homem “civilizado”.

Esse tipo de relação permaneceu por um intervalo de tempo considerável, mas algo começou a mudar: o Mundo Ocidental passou a se “expandir”, o capitalismo – modo de produção típico dele – passou a penetrar nos lugares mais improváveis pela sua característica de divisão do trabalho que faz com que cada região do globo seja requisitada para as trocas comerciais; o que Marx e Engels (2005) chamaram de Mundialização do Capital. Junto a isso, os meios de transporte e comunicação foram cada vez mais tornando as distâncias relativas: o contato entre pessoas que estão em lados opostos do globo passou a ocorrer de forma instantânea. Ademais, a especialização da divisão do trabalho dentro das próprias sociedades ocidentais, aliada ao crescimento populacional – ambos movimentos característicos do capitalismo - passou a diferenciar os indivíduos de forma a criar subgrupos, isto é, pessoas que se identificam umas com as outras em relação a outras que possuem comportamentos e costumes diferentes dentro de uma mesma sociedade. Isso levou os antropólogos a repensarem seus objetos, estudando sua própria sociedade, o que se tornava possível devido à “distância” proporcionada pela diferenciação, em contraste com a proximidade geográfica (VELHO, 1980).

As “fronteiras” entre o pesquisador e o pesquisado passaram a ser tênues, ou seja, o tipo de relação entre eles se modificou bastante. O sujeito pesquisado passou a compreender o significado da ciência e a entender seus impactos em sua vida. Isso provocou mudanças no trabalho do cientista tanto ao “estar lá” quanto ao “estar aqui” (GEERTZ, 2009). No caso específico desta pesquisa, os sujeitos pesquisados compreendiam minha presença no campo e, muitas vezes, pareciam se esforçar para me ajudar, visto que muitos já haviam passado pelos percalços da pesquisa em suas trajetórias no ensino superior, tanto na graduação como na pós-graduação. Isso se materializou para mim em dois importantes momentos de pesquisa, a saber: primeiramente, num determinado dia de pesquisa, quando me desculpei com alguns professores da escola da capital por considerar estar perturbando-os durante seu trabalho. Um

deles então respondeu o seguinte: “Não é problema algum; amanhã, pode ser a gente”. O outro episódio ocorreu na escola do interior quando um professor que respondeu ao questionário pediu que eu fizesse uma revisão de seu projeto que iria submeter a uma seleção de mestrado; pedido que foi prontamente atendido.

Essa problematização acerca das circunstâncias que envolvem os estudos antropológicos converge com as discussões realizadas por Goldman (1995), assim, não necessitarei conviver por um intervalo de “longa duração” com os sujeitos pesquisados (como em uma “observação participante”). Nesse sentido, “o observador está sempre em situação de pesquisa, sua atenção podendo ser exigida a qualquer instante” (*Ibidem*, p. 146), seja pela matéria no jornal, uma nova publicação no Diário Oficial do Estado, ou pela sua presença física no campo. Isso se comprovou em várias situações que vivi durante a pesquisa: muitas vezes, estava em um momento pessoal em casa ou profissional como professor na escola onde atuo e me vi deparado com informações ou ações que tinham relação direta com esta pesquisa, o que me provocava a observar aquela situação com meu olhar sociológico, isto é, buscando problematizá-la. Esse método me cobra a postura de pesquisador destacada acima: buscando distanciamento do objeto – apesar de estar imerso nele.

A trajetória metodológica destacada até aqui contou também com obstáculos comuns a qualquer pesquisa. O obstáculo que mais afetou a pesquisa talvez tenha sido a recusa de alguns professores a responderem ao questionário. Alguns alegaram não gostar de participar desse tipo de investigação; outros reclamaram do tamanho do questionário e do tempo médio que levava para sua aplicação (em torno de 45min.). Isso fez com que eu mudasse os planos em relação ao público investigado, visto que tinha a intenção de fazer uma pesquisa censitária com os docentes de ambas as escolas, mas necessitei fazer apenas com uma amostra de 50% desse universo.

Outros percalços foram a falta e a demora na divulgação de informações por parte do sindicato APEOC e do Estado, respectivamente. Enviei várias mensagens de correio eletrônico (e também através de espaço reservado aos associados no *site* da entidade) ao sindicato entre janeiro e abril de 2015 requisitando informações sobre a entidade e pedindo o acesso a documentos públicos referentes a ela, mas nenhuma foi respondida até hoje. Felizmente, alguns desses dados foram conseguidos por outros meios legais.

Sobre o caso do Estado, em dezembro de 2013 e abril de 2014 solicitei informações no *site* do governo do estado do Ceará através da Ouvidoria eletrônica. Este setor se pauta na Lei Federal Nº 12.527/2011 de acesso à informação. Essa lei estabelece o prazo de 30 dias para que o órgão público disponibilize a informação requisitada, exceto dados sigilosos; categoria

nas quais as informações pedidas por mim não se encaixavam. Apesar disso, as demandas só foram respondidas em março de 2015, mais de um ano após a primeira solicitação. Nesse meio tempo, fui pessoalmente à Ouvidoria a fim de conseguir os dados desejados, destacando o pedido feito via internet. Apesar de ouvir de duas funcionárias que aquelas informações eram fáceis de ser conseguidas e que em breve minhas demandas seriam respondidas, isso ainda demorou meses. Ademais, me foram repassadas informações erradas sobre número de professores efetivos (separados por titulação), que foram corrigidas após reclamação de minha parte, pois percebi que a quantidade de docentes separada por titulação era superior ao total de efetivos constante nos dados divulgados.

Como qualquer pesquisa, esta enfrentou dificuldades. Felizmente, todas puderam ser contornadas sem prejuízos determinantes para as discussões, análises e conclusões da dissertação. Entretanto, o difícil trabalho de pesquisa poderia ser amenizado se o Poder Público - financiador de muitas outras pesquisas e responsável direto pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país – e instituições de interesse público, como é o caso de sindicatos, fossem mais transparentes e, antes de tudo, cumprissem à risca a lei. Quando, por exemplo, até o Estado encontra meios de relativizar as leis, isso pode querer anunciar enormes dificuldades para uma nação que se autoproclama republicana.

Apesar dos percalços, todas as estratégias, técnicas e procedimentos de pesquisa apresentados me ajudaram a compreender os significados que os docentes dão às ações de seu sindicato, possibilitando as análises a seguir. Destaco ainda que estas seções introdutórias foram escritas em 1^a pessoa do singular para que ficasse evidente ao leitor minha situação em relação ao objeto. Todavia, nos capítulos que se seguem adotarei o impessoal, 3^a pessoal do singular, como forma de escrita.

2 A GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO CEARÁ, DE 2011, DESCrita COMO DRAMA SOCIAL

Neste primeiro capítulo, será apresentado ao leitor a greve da categoria dos professores da rede estadual no ano de 2011, descrita como um drama social. Para tanto, as matérias dos dois maiores jornais impressos do estado do Ceará durante a greve auxiliarão a narração a fim de se desenvolver coerência cronológica no evento narrado. Esses jornais são: Diário do Nordeste e O Povo. Salienta-se que não será apresentada visão crítica em relação às possíveis influências que o jornalismo pode sofrer (BOURDIEU, 1997), ainda mais quando concentrado nas mãos de grandes empresários, como é o caso da grande maioria dos veículos de comunicação em massa no país, não sendo aqueles dois periódicos exceções à regra. Além das matérias dos periódicos, notícias do *site* oficial do sindicato APEOC na internet durante a greve serão consideradas para a narração ora proposta.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, foi realizado levantamento de matérias da época da greve⁷ a fim de analisá-las e assim tentar recriar o evento de forma narrada. Ademais, os episódios relacionados àquele movimento reivindicatório serão analisados através do recurso metodológico *dramas sociais* - conceito cunhado por Turner (1974) e discutido por Rodrigues (2011) -, visto que as relações entre os vários agentes antes, durante e depois da greve levaram a perceber que esse recurso metodológico pode ser importante na tentativa de explicar os acontecimentos porque as quatro fases dos dramas sociais se fizeram presentes, guardando as devidas proporções e particularidades de um caso singular, o que será discutido a seguir.

2.1 A ruptura: crônica de uma greve anunciada

Era início de agosto de 2011, as escolas estavam voltando das férias escolares exatamente naquele dia – as férias tradicionalmente ocorrem em julho. A assembleia geral da categoria foi marcada às pressas devido ao anúncio do governador⁸ acerca do novo PCCS da categoria, que seria enviado à Assembleia Legislativa (AL), em breve. Contudo, a categoria já estava em estado de greve desde o mês de junho devido à necessidade de se aprovar um novo

⁷ Matérias veiculadas entre os dias 01 de agosto de 2011 – quando a greve se iniciou – até 30 de novembro de 2011 – alguns dias após o seu encerramento por definitivo, no dia 25 de novembro. Na ferramenta de busca dos sites dos dois jornais foram utilizadas as palavras-chave: “greve”, “professores”, “2011”.

⁸ Cid Ferreira Gomes (Partido Socialista Brasileiro – PSB, em 2011) estava em seu segundo mandato como governador do Ceará, tendo sido reeleito em 2010 ainda no primeiro turno da eleição.

PCCS que se adequasse à Lei do Piso (referendada pelo Superior Tribunal Federal – STF, em abril).

A proposta do governador dividia o PCCS em dois: um para os professores com formação apenas no ensino médio (2.277 trabalhadores) e outro para os com graduação e pós-graduação (quase 34 mil, entre efetivos e temporários). Essa estratégia visava garantir que todos os professores ganhassem no mínimo o piso da categoria⁹, mas sem “alongar” a carreira, o que provavelmente se traduziria em maiores salários a quem estivesse em seu percurso final, onerando os cofres públicos¹⁰. Com isso, o governador Cid Ferreira Gomes cumpriria a lei sem necessariamente aumentar os salários dos professores, pois aquele grupo de profissionais representava apenas cerca de 5% de toda a categoria¹¹. Outra informação essencial é a de que, em 2011, dos 46 deputados estaduais, 45 compunham a Base Aliada do governador na AL; apenas o deputado Heitor Férrer (Partido Democrático Trabalhista - PDT) fazia oposição ao Poder Executivo – contrariando sua sigla, que também compunha aquela Base. Isso significava que qualquer proposta enviada pelo governador à Assembleia Legislativa provavelmente seria aprovada sem maiores resistências.

A Lei do Piso Salarial veio acompanhada da expectativa de aumento real nos salários pelos docentes, mas o que ocorreu em vários estados e municípios foi a tentativa de adequação à nova lei sem significativas modificações salariais pelos respectivos poderes executivos.

A equação no caso dos docentes cearenses parecia simples: a categoria estava em estado de greve e o governador valeu-se do período de férias dos docentes (período de difícil mobilização) para enviar proposta de PCCS à AL; isso inevitavelmente levou os docentes a deflagrarem greve.

Na segunda-feira, dia primeiro de agosto de 2011, a categoria deflagrou a greve e do local da assembleia saiu uma comitiva em marcha pela cidade realizando manifestação a fim de expor à sociedade sua situação, buscando pressionar o governo. Nesse momento, iniciava-se a fase de *ruptura* das relações sociais estabelecidas, visto que o cotidiano dos agentes envolvidos mudou de forma significativa. Para Turner (2008, p. 33), “tal ruptura é sinalizada

⁹ Apenas os 2.277 professores que estavam na primeira situação não ganhavam esse valor, seriam praticamente os únicos beneficiados com a proposta do governo estadual.

¹⁰ A tabela existente, a unificada, possuía 30 (trinta) níveis que poderiam ser “percorridos” pelos professores. Todo e qualquer aumento no início da carreira impactava em todos os níveis. Com a separação da tabela, o aumento em uma não impactaria na outra.

¹¹ A principal reivindicação dos grevistas era a unificação do PCCS a fim de que os professores graduados e pós-graduados passassem a receber melhores salários durante a carreira, também uma forma de incentivar a qualificação. Ademais, caso o PCCS fosse “separado”, em certo momento da carreira, graduados receberiam menos do que não-graduados, o que era considerado incoerente pela categoria.

pelo rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes”, exatamente o que aconteceu na ocasião, visto que a assembleia geral foi um evento público e que teve bastante repercussão, sendo seus encaminhamentos divulgados nos principais meios de comunicação do estado. Além disso, os docentes decidiram por interromper suas atividades laborais, o que significava descumprir as relações de trabalho com o empregador, apesar de o direito à greve ser uma liberdade constitucional.

Apesar da decisão pela greve, era necessário esperar 72h para iniciar a paralisação dos trabalhos, exigência legal para greve em serviços considerados essenciais. Como a decisão só seria comunicada ao governo no dia seguinte, dois de agosto, pela manhã, a paralisação só seria iniciada de fato no dia cinco de agosto, sexta-feira. Como se pode perceber, a ruptura que significou a deflagração da greve foi precedida de um momento de tensão entre os agentes envolvidos, desde que a Lei do Piso foi declarada constitucional. A partir desse evento, a categoria docente passou a se preparar para a disputa com o governo, reunindo-se em assembleia e havendo intensa discussão nas escolas e outros espaços de interação. Pode-se dizer que a greve estava *anunciada* mesmo antes de ser deflagrada.

Quadro 01: calendário de acontecimentos relacionados à greve

Abril de 2011	Junho de 2011	Julho de 2011	Agosto de 2011
Lei do Piso é considerada constitucional pelo STF	Categoria dos professores do Ceará entra em estado de greve	Cid Gomes envia proposta de PCCS à Assembleia Legislativa	Professores deflagram greve

Assim foi noticiado o início da greve no *site* oficial do sindicato e em reportagens publicadas pelos jornais Diário do Nordeste e O Povo, respectivamente:

Em Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo Sindicato APEOC, os professores da rede estadual de ensino, Capital e Interior, decretaram na tarde desta segunda-feira, dia 01 de agosto/2011, no Ginásio Paulo Sarasate, Greve Geral. Apeoc e categoria não aceitam o anteprojeto do Governo Cid Gomes apresentado na última quinta-feira, dia 28 de julho/2011, e que será enviado à Assembleia Legislativa nesta semana, como anunciou Cid Gomes durante audiência com o Sindicato¹².

¹² Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3476-decretada-greve-geral-dos-professores-capital-e-interior-veja-agenda-de-greve.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

Com aprovação unânime da categoria, os professores da rede estadual decidiram, na tarde de ontem, pela greve geral no interior e na Capital. O comunicado oficial ao Governo do Estado será feito hoje, às 8 horas, e após 72 horas ocorrerá a paralisação geral, ou seja, a partir de sexta-feira, dia 5, as aulas na rede estadual estarão suspensas por tempo indeterminado¹³.

Os professores da rede pública estadual de ensino de todo o Ceará decidiram entrar em greve por tempo indeterminado após assembleia geral realizada no Ginásio Paulo Sarasate, na tarde desta segunda-feira, 1º. A categoria estava em estado de greve desde o último dia 30 de junho¹⁴.

No famoso livro de Gabriel Garcia Marquez, *Crônica de uma morte anunciada*, o autor relata de forma singular os meandros da morte anunciada de Santiago Nasar. Decidiu-se ter essa obra como referência ao título deste tópico devido a algumas similitudes com o caso aqui estudado, a saber: 1) de certa forma, está sendo feita uma crônica da greve de 2011, pois este fato será apresentado a partir de uma perspectiva temporal de fases que se sucederam; o que permite o uso do recurso metodológico do *drama social*; 2) a greve visivelmente estava anunciada antes de sua deflagração devido aos fatos acima expostos. No tópico seguinte será dada continuidade à narração da greve.

2.2 A crise e os ajustamentos

A crise que se iniciou a partir do dia 01 de agosto de 2011 foi uma verdadeira “guerra de nervos” envolvendo professores (da capital e do interior), sindicato, gestores escolares, pais e alunos, imprensa, políticos eleitos, Polícia Militar (PM), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ), Ministério Público (MP) e outros atores que tiveram participação menos central. Essa fase da crise pode ser compreendida como parte de um *drama social*, conceito desenvolvido por Turner para analisar situações sociais marcadas por perturbações que transformam a rotina dos indivíduos envolvidos, podendo culminar em mudanças culturais que os afetam.

Segundo Rodrigues (2011, p. 21), a análise de situações a partir da ótica dos dramas sociais “é uma forma de abordar todo um campo de conflitos, disputas e perturbações da vida social”. Além disso, a autora destaca que Turner considera os dramas sociais como a manifestação de conflitos de interesse que estavam latentes, assim como a greve dos professores da rede estadual foi precedida por anos de reclamação por parte dos docentes em relação ao salário e ao PCCS e o não cumprimento da Lei do Piso (lei federal aprovada em

¹³ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1020103> Acesso em: 11 ago. 2013.

¹⁴ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/08/01/noticiafortaleza.2274290/professores-da-rede-publica-estadual-decidem-entrar-em-greve.shtml> Acesso em: 11 ago. 2013.

2008), além do fato de o governador do Ceará ter sido um dos que contestou sua constitucionalidade, adiando sua implementação por três anos. Ademais, as reclamações e acusações da categoria em relação ao seu sindicato eram comuns antes daquele movimento e se intensificaram após isso. Dessa forma, se buscará entender possíveis consequências que isso trouxe ou trará aos agentes envolvidos, visto que, conforme se mostrará adiante, a última fase dos dramas sociais ainda está em curso em relação ao campo analisado.

Voltando à narração, a semana do dia primeiro a cinco de agosto foi turbulenta nas escolas, os ânimos se acirravam. Aqui a *crise* estava se acentuando, visto que vários conflitos entre os agentes envolvidos se manifestaram. Havia reunião marcada entre sindicato e governo na quarta, dia três, mas o governador cessou as negociações, desmarcando o encontro, por afirmar não negociar com grevistas. Essa atitude praticamente direcionou o curso dos acontecimentos: a greve se iniciaria na sexta-feira de qualquer forma. Um ato estava marcado neste dia em frente à sede do governo, o Palácio da Abolição ou Palácio Iracema. Cerca de cinco mil pessoas se reuniram lá para realizar a manifestação e foram recebidas pela tropa de choque da polícia, que cercou o local e impediu que os manifestantes prosseguissem caminhando pelas ruas no seu entorno, o que foi abordado pelos jornais e condenado pelo *site* sindical. A manchete do O Povo destacou a ação do Poder Executivo: “Palácio Iracema recebe passeata com Batalhão de Choque”¹⁵; já o Diário do Nordeste destacou na matéria a ação policial: “barreiras de ferro e policiais militares impediam os manifestantes de avançar em direção ao Palácio”¹⁶. A posição do sindicato veio através de nota oficial: “O Sindicato APEOC condena veementemente tal atitude tomada pelo policiamento do governo, que contou inclusive com Pelotão de Choque e policiamento com cães”¹⁷.

A crise se intensificava, isto é, a vida social estava sendo perturbada, o cotidiano dos agentes envolvidos se modificara, houve uma ruptura com aquilo que existia anteriormente: a normalidade do dia-a-dia escolar de quase meio milhão de alunos e dos vários espaços da cidade, que passaram a ser palco de manifestações e atos. Além disso, as “lutas faccionais” (RODRIGUES, 2011) começavam a se expor com mais clareza, a partir daquele momento, pois os vários agentes envolvidos no drama passaram a se posicionar na disputa. A greve se iniciava de fato. Os acontecimentos que serão narrados dessa data em diante mostrarão um intenso jogo político entre os agentes envolvidos: discursos, omissões, agressões, acusações e

¹⁵ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/06/noticiasjornalpolitica,2276322/palacio-iracema-recebe-passeata-com-batalhao-do-choque.shtml> Acesso em: 11 ago. 2013.

¹⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1022225> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹⁷ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3521-professores-realizam-grande-ato-publico-no-inicio-da-greve-mesmo-com-forte-aparato-policial-do-governo.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

afirmações destituídas de prova são alguns ingredientes que estiveram presentes no que o sindicato e muitos docentes consideram ter sido a maior greve da história dessa categoria no estado.

O sindicato e os grevistas buscaram apoio em sua jornada e passaram a realizar manifestações constantes. Logo na primeira semana do movimento, houve por parte dos grevistas intervenções no aeroporto de Fortaleza – a fim de abordar deputados federais que se encaminhavam para a capital nacional - e na Praça do Ferreira, coração do centro comercial da capital. No jornal *O Povo* foi destacada a intenção dos grevistas no aeroporto: “A ordem é publicizar o movimento e denunciar a postura do Palácio da Abolição”¹⁸. Já o *Diário do Nordeste* ressaltou fala do presidente do sindicato acerca da intervenção em praça pública¹⁹: “o objetivo era convocar pais e alunos para abraçar a luta”²⁰. O sindicato também lançou no *site* notícia sobre o objetivo da intervenção na Praça do Ferreira: “é dialogar com a população e captar assinaturas para um abaixo-assinado, na intenção de conseguir abertura do processo de negociação com o Governo”²¹. A intenção dos professores parecia ser conquistar o apoio da população, visto que muitos indivíduos poderiam se posicionar contra os manifestantes devido ao que poderiam considerar prejuízo que a greve trazia para eles e seus filhos.

O sindicato também buscava mostrar que o movimento crescia, anunciando que novos docentes aderiam à greve, principalmente quando eram do interior porque os profissionais desses locais tradicionalmente não aderiam às greves. Assim, várias notícias foram publicadas no *site* desse colegiado a fim de informar os municípios que aderiam mesmo que parcialmente ao movimento. Algumas manchetes foram: “Itapipoca aderiu à greve geral dos Professores – interior e capital”²², “Professores de Camocim aderem à greve”²³, “Escolas estaduais de Paraipaba deflagram greve”²⁴, “Professores de Itapajé fazem história!”²⁵. Tudo isso num intervalo de dois dias: entre 06 e 08 de agosto, logo no início do movimento.

¹⁸ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/10/noticiasjornalpolitica_2277736/professores-fazem-ato-publico-no-aeroporto.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

¹⁹ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1023843> Acesso em: 24 abr. 2013.

²⁰ “Luta” é uma importante categoria nativa entre os movimentos sociais. Ela significa o conflito político entre grupos em disputa. No caso do objeto de estudo desta dissertação, se refere a uma disputa entre trabalhadores e empregadores.

²¹ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3547-professores-em-greve-dao-aulao-na-praca-do-ferreira.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

²² Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3528-itapipoca-aderiu-a-greve-geral-dos-professores-interior-e-capital.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

²³ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3539-professores-de-camocim-aderem-a-greve.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

²⁴ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3581-escolas-estaduais-de-paraipaba-deflagram-greve-.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

Assim, a disputa política entre os atores envolvidos começava a ficar intensa: o sindicato apresentava seu principal argumento de que o PCCS proposto pelo Poder Executivo iria “destruir a carreira docente no Estado do Ceará”²⁶. Além disso, responsabilizava o governador pela paralisação, dizendo que ela “foi provocada pelo Governador Cid Gomes que, desvalorizando a categoria, apresentou proposta de reformulação do Plano de Carreira do Magistério que piora ainda mais a situação dos docentes da rede estadual”²⁷, o que era ratificado pelos professores, assim como destacou um profissional entrevistado pelo Diário do Nordeste: “a falta de incentivos na profissão só desmotiva manter-se no magistério”²⁸. Já o Poder Executivo adotou a estratégia de culpabilizar a categoria ao chamar a greve de uma “postura extrema”: “‘Ao meu juízo (greve) é justificável quando não há diálogo, quando não há entendimento. Não tem sido essa a postura do Governo do Estado’, afirmou [...] o governador”²⁹. Essa postura foi selada em nota oficial que dizia que o governo “tem toda a disposição de prosseguir com as negociações, desde que a greve seja suspensa e que as atividades escolares sejam normalizadas”³⁰. Com isso, o sindicato acusava o governo de não querer dialogar com os professores, enquanto o governo os acusava de intransigência pelo mesmo motivo.

Enquanto isso, o sindicato divulgava informações no seu *site* oficial na internet e através da mídia, buscando esclarecer o que entendiam ser o prejuízo da proposta do governo estadual para a profissão docente. No dia oito foi divulgada nota afirmando que a atitude do governo era incoerente em relação às negociações anteriores à greve e expondo informações sobre como ficaria a carreira docente, caso a proposta do Executivo fosse aprovada. A nota foi concluída com a avaliação do sindicato acerca da proposta: “Estamos absolutamente convictos de que a [...] proposta [...] retira a mínima atratividade ainda existente na carreira, reduzindo drasticamente [...] o interesse em nela se ingressar e o pior, gerando forte fuga de

²⁵ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3558-professores-de-itapaje-fazem-historia.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

²⁶ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3528-itapipoca-aderiu-a-greve-geral-dos-professores-interior-e-capital.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

²⁷ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3539-professores-de-camocim-aderem-a-greve.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

²⁸ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1027529> Acesso em: 24 abr. 2013.

²⁹ Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/09/noticiasjornalpolitica,2277261/professores-estaduais-e-governo-estao-longe-de-negociacao.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

³⁰ Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/13/noticiasjornalpolitica,2279380/professores-decidem-manter-greve-e-marcam-novo-protesto.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

professores". Por fim, afirmava que o governo estava se utilizando de falsas informações para "confundir a sociedade"³¹.

Em meio a isso, ainda na primeira semana de greve, o sindicato realizava denúncias de pressão sobre os professores do interior:

A greve na cidade [de Sobral] alcança em torno de 80% das escolas, mas denunciamos que a CREDE 6 está coibindo³², amedrontando os professores, fazendo listas de frequência e colocando faltas nos professores grevistas³³, atitude imoral, ilegal e antiética.³⁴

Durante toda a greve, casos como esse foram expostos pelo sindicato. Essa informação é relevante para que seja compreendida a situação dos professores do interior em relação aos da capital, visto que os conflitos políticos naquela região tendem à constituição de certas práticas, como: perseguição política, também o chamado "voto de cabresto", que será aprofundado posteriormente.

Prosseguindo com a narração, a categoria passou a realizar assembleias constantemente – geralmente, semanais - enquanto houvesse paralisação, além de manifestações frequentes. No dia 12 de agosto, houve a primeira assembleia após a deflagração do movimento. Esse momento foi precedido por duas reuniões entre Ministério Público (MP), sindicato e Seduc. O MP convocou as partes a fim de que houvesse acordo entre ambas, mas o Poder Executivo mais uma vez afirmou que só negociaria se a categoria encerrasse o movimento, enquanto o sindicato alegou que o movimento foi iniciado exatamente para que o governo negociasse. Não havendo acordo, a categoria ratificou a paralisação naquela assembleia.

Importa ressaltar que a ação do MP, do ponto de vista dos dramas sociais, é considerado como um *mecanismo de ajustamento* (terceira fase do drama social), isto é, uma tentativa de que as relações sociais em crise pudessem ser restabelecidas. Durante toda a greve, vários mecanismos de ajustamento foram acionados: pela categoria, pelo governo e

³¹ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3526-governo-aposta-na-contrainformacao-para-desmobilizar-a-greve-dos-professores.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

³² A Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede) é uma espécie de filial da Seduc. Há Credes em várias regiões do estado. Cada uma é responsável por gerir escolas da rede estadual num número determinado de municípios. Atualmente, há vinte Credes pelo Ceará, além da sede em Fortaleza.

³³ Período de greve possui toda uma dinâmica diferenciada em relação ao período normal de trabalho, visto que a suspensão das atividades laborais pelos trabalhadores é algo tradicional e legalmente aceito. Além disso, segundo o Estatuto do Magistério do Estado do Ceará, professor não falta, recupera aula. Isto é: o aluno do ensino médio necessita, por lei, ter 1000 horas de aula por ano, logo, se um professor falta, a carga horária do aluno fica prejudicada, assim, o professor possui um regime especial onde sua falta não é computada e descontada do contracheque imediatamente, havendo um intervalo de tempo para recuperar a aula e evitar prejuízo ao aluno.

³⁴ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3567-sobral-tem-sessao-plenaria-na-camara-de-vereadores-para-discutir-situacao-da-greve-dos-professores-estaduais.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

pelos próprios mediadores, como foi o caso narrado acima. Eles se apresentavam quase sempre em forma de reuniões de negociação entre os grupos conflitantes. Ressalta-se que, quando os mecanismos de ajustamento falham, “geralmente há uma regressão à crise” (TURNER, 2008, p. 36).

Com o prosseguimento da crise, os ânimos começaram a se acirrar entre as partes envolvidas, visto que ambos os lados passaram a desferir ataques contra seu adversário. A semana seguinte foi marcada por rumores acerca de uma possível frase de Cid Gomes. Segundo o sindicato, a frase do político foi a seguinte: “Quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado. Eles pagam mais? Não! O corporativismo é uma praga”³⁵. O APEOC não tardou em lançar nota avaliando a suposta declaração: “o governador [...] não refletiu e deixou o seu subconsciente dominar o racional, expressando uma pérola de frase que ainda deve fazer parte do seu currículo político”³⁶, dizia o boletim sindical. O governador não confirmou nem negou a autoria da frase, além de valer-se do momento da entrevista concedida ao O Povo para enfrentar os grevistas, dizendo “quem estiver procurando riquezas e dinheiro, deve procurar outro setor”³⁷. Essa polêmica foi bastante comentada pelos professores em greve, ensejando uma reação ao governador, como a campanha “Cid, governe por amor”, que sugeria que o político abrisse mão de seu salário no cargo eletivo.

Além da questão do “gosto” de ensinar destacado pelo governador, outra se fez presente em sua fala: a de que os docentes buscavam riquezas – que pode ser entendido como “regalias” - ao invés de direitos – visto que a Lei do Piso passou a ser um direito daquela categoria profissional. Essas questões serão discutidas em capítulo posterior.

Como será destacado adiante, essa não foi a única declaração polêmica de Cid durante a greve. Não à toa, os professores compararam o governador a um peixe: aquele que “morre pela boca” (*sic*)³⁸, diziam. Em resposta ao governador, um professor disse o seguinte em entrevista durante uma das manifestações nessa semana: “Estamos em greve não só pelo salário. Queremos dignidade, respeito, melhores condições de trabalho. Vocês todos passaram

³⁵ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3667-governador-professor-merece-respeito.html>
Acesso em: 11 ago. 2013.

³⁶ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3667-governador-professor-merece-respeito.html>
Acesso em: 11 ago. 2013.

³⁷ Disponível em:
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/30/noticiasjornalpolitica,2289220/cid-nao-confirma-nem-desmente-frases-polemicas.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

³⁸ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3667-governador-professor-merece-respeito.html>
Acesso em: 11 ago. 2013.

por nós, professores”³⁹. A fala desse professor expressa a postura assumida pela categoria a partir de então: o mote principal não era apenas dinheiro; e sim dignidade e respeito, que se traduzem em melhores condições de trabalho. Na mesma nota do sindicato a resposta ao governador continuou com o seguinte tom:

Governador Cid Gomes, trabalhar e ser recompensado, dignamente, pelo que faz é passagem bíblica – ganhar com o suor do seu próprio rosto [...] Todo servidor, com igual nível de formação universitária, ganha muito mais do que um professor no Estado do Ceará [...] O professor cearense não reivindica aumento salarial, mas apenas o cumprimento de uma Lei Federal que lhe assegura direito à readequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários à lei do piso e sua implantação sem inclusão das gratificações. Portanto, professor merece respeito!

Como se pode compreender, os argumentos utilizados pela categoria para justificar a paralisação junto à população saiu da esfera salarial (o que podia ser considerado individualista, egoísta etc.) e partiu para o âmbito da moralidade: do respeito, da dignidade, da justiça, categorias estas que podiam ser mais bem aceitas pelos cearenses para qualificar o movimento. Todas essas categorias têm relação com valores morais em nossa sociedade e os professores parecem ter entendido isso ao ajustar seus argumentos dessa forma. Com isso, em seu discurso, os professores não pediam nada que não fosse seu por direito, tendo o governo e a sociedade – ou “vocês todos [que] passaram por nós, professores” – apenas a obrigação de retribuir o que foi dado por aqueles, uma contraprestação, nos termos que Mauss (2013) confere à *dádiva*.

Enquanto não houvesse a *retribuição*, os docentes estariam num estado elevado de espírito, ou seja, seriam considerados indivíduos com honra e prestígio frente a todos (*Ibidem*). A informação constante na nota do sindicato é coerente: professores em geral recebem salários menores do que outros profissionais com o mesmo nível de formação⁴⁰, argumento que poderia sustentar o discurso de que deveriam ser *retribuídos* de forma *equivalente* pelo que *dão* à sociedade. As bases do discurso altruísta dos grevistas estavam lançadas. Mas tornar-se-iam eficazes junto aos demais atores envolvidos no conflito?

No dia 19 de agosto, os professores voltaram a realizar manifestação em frente ao Palácio da Abolição. Grande aparato policial estava presente a fim de impedir a circulação de manifestantes no local e, diferentemente do que ocorreu em outras manifestações, desta vez a

³⁹ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/17/noticiasjornalpolitica,2280601/ato-publico-cobra-carreira-e-piso-para-professores.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁴⁰ Cf. <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/30594/no-brasil-salario-de-professor-e-metade-do-que-recebem-outros-profissionais/> Acesso em: 20 out. 2014.

Cf. DIEESE, 2014.

população começava a escolher um lado para apoiar, o que ficaria mais nítido dali por diante. Com clara postura autoritária, a polícia militar bloqueou vários quarteirões ao redor do Palácio, impedindo a circulação de qualquer cidadão por essas ruas. Isso afetou diretamente o trânsito de veículos e pedestres, inclusive de moradores da área. Essa atitude parece ter incomodado moradores das proximidades do Palácio, havendo forte reação da parcela da população que era afetada por esta intervenção. O jornal O Povo ressaltou a postura desses cidadãos:

Protestos desse tipo não raro deixam a população contra os manifestantes mas o bloqueio de ontem deixou alguns moradores indignados com a decisão do Governo de isolar a área. Para a analista de sistemas, Maria José, que mora na Rua Silva Paulet, ao lado do Palácio, o governador Cid Gomes (PSB) “ultrapassou todos os limites”. Ela conta que ao tentar sair de casa, a pé, foi impedida por um policial. “Não me deixaram passar. Não dá pra sair do prédio. Não estão respeitando o direito de ir e vir do cidadão”. Maria José, que já presenciou outras manifestações no local, disse que “essa vez foi a pior”. “É um absurdo. Não precisa disso, um aparato tão grande para conter professores”⁴¹

Apesar de a moradora estar preocupada diretamente com sua liberdade individual de ir e vir, a matéria aponta uma tendência que só viria a aumentar: a empatia da opinião pública pelos professores e a antipatia com o governo. A matéria desse jornal ainda destaca a fala do presidente do sindicato, Anízio Melo, com relação ao excesso de força da polícia: “É muita polícia para pouca negociação”. Aos poucos, a categoria ia conseguindo desconstruir o discurso do governo de que os professores eram intransigentes por terem deflagrado greve, além de construir a ideia de que o movimento tinha objetivos justos e solidários.

Foi nessa circunstância que a categoria realizou mais uma assembleia, no dia 22 de agosto, ratificando a continuação da greve, sendo aprovada por unanimidade pelos quase cinco mil docentes presentes.

Ademais, o apoio agora vinha dos alunos, os que geralmente são os maiores prejudicados por uma greve de professores: “ ‘A causa é nobre. Por isso os alunos estão apoiando a greve’, afirmou Rodolfo Paz, 19 anos, que integrava o Grêmio Estudantil da Escola Profissionalizante Joaquim Nogueira”⁴². Ainda segundo o aluno entrevistado, “por iniciativa própria, alunos de 18 escolas profissionalizantes de Fortaleza estão apoia[ndo] a greve”.

⁴¹ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/20/noticiasjornalpolitica_2282830/protesto-de-professores-faz-pm-isolar-entorno-do-palacio-do-abolicao.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

⁴² Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/23/noticiasjornalpolitica_2284204/frase-atribuida-a-cid-causa-polemica-com-professores.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

A conjuntura se modelava de forma que o governador ia ficando cada vez mais isolado, porém, mesmo assim, ele fez uma polêmica declaração, em vídeo, o que dirimia qualquer dúvida sobre a autoria de suas declarações. Ainda no dia 22, o governador participava de inauguração de uma escola no interior do estado, quando um grupo de professores grevistas o esperou dentro de uma das salas do estabelecimento para lhe entregar documento que pedia a retomada das negociações. Ao entrar na sala, o governador recebeu o documento e iniciou diálogo com os docentes, quando disse as seguintes frases: “Por que vocês fizeram concurso? Por que não foram para a escola privada?”, “Por mim, nem carreira existiria!” e “A escola privada era melhor, pois apresentava os melhores resultados”⁴³. O sindicato de imediato respondeu ao político, acusando-o de tentar *precarizar* a escola pública através das terceirizações⁴⁴. Ademais, o fato de o chefe do executivo estadual se posicionar contra a carreira docente – o PCCS – era consoante com a tendência de seu governo à minimização da atuação do Estado em relação aos chamados gastos sociais.

Novamente, as frases do governador foram mal recepcionadas pela opinião pública, o que mais ainda o isolou na disputa. Por outro lado, o discurso altruísta dos professores parecia se tornar cada vez mais eficaz, do ponto de vista simbólico, gerando cada vez mais apoios à devida *retribuição*, no sentido dado por Mauss às relações de troca, onde o dar implica a obrigatoriedade do receber e do retribuir (MAUSS, 2013), àqueles sujeitos que têm que “ganhar com o suor do seu próprio rosto”, frase proferida pelo sindicato docente⁴⁵. Tudo isso fez a categoria em greve se fortalecer de forma surpreendente.

No dia 24 de agosto houve o primeiro avanço rumo à retomada das negociações. O governo decidiu receber os grevistas devido à intermediação do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Roberto Cláudio (PSB), caracterizando-se como um novo momento em que eram acionados *mecanismos de ajustamento*, que, como expõe Turner (2008), são tentativas de restabelecimento das relações anteriores à crise. Apesar de a realização da reunião ter significado um avanço para o sindicato, no sentido de abrir um espaço para o diálogo, nada foi resolvido no encontro, que basicamente levou o Poder Executivo a ratificar sua postura de não negociar com a categoria paralisada. Tudo isto fez o Poder Executivo propor uma medida de conciliação: indicou nessa reunião que, se os professores saíssem da greve, nenhum projeto de PCCS seria enviado à AL sem “entendimento mútuo”, além de abrir

⁴³ O vídeo – de baixa qualidade – pode ser visualizado no seguinte link: http://www.youtube.com/watch?v=ScPn3syF3U&feature=player_embedded&hd=1 Acesso em: 22 set. 2013.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3736-cid-gomes-ataca-qpor-mim-nem-carreira-existiriaq.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3667-governador-professor-merece-respeito.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

as contas do governo à categoria para que ela própria criasse um plano de carreira a partir dos números apresentados⁴⁶.

A proposta de Cid Gomes parecia apontar o fortalecimento dos professores, tendo que ceder pela primeira vez na disputa. A reconciliação total entre as partes passava a ser algo palpável naquele momento. Contudo, novos atores ainda estavam por se apresentar.

No dia seguinte, 25, houve ato público que fechou a Avenida Desembargador Moreira, uma das principais da cidade, saindo da Praça da Imprensa até a AL. O movimento dos docentes estava cada vez mais fortalecido – com participação, inclusive, dos pais dos alunos⁴⁷ – e os resultados disso principiavam a surgir, visto que o governo acenou com a possibilidade de negociar novamente. O presidente do sindicato chegou a verbalizar o seguinte: “Nós iremos discutir com os professores se ainda há a necessidade da greve”⁴⁸. Tudo parecia se encaminhar para o fim da greve através do diálogo, até que, repentinamente, comentários surgiram com a informação de que o governador havia – desde o dia 19 – pedido a ilegalidade da greve na justiça.

Os comentários foram confirmados no dia seguinte, 26, quando foi publicada a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sobre a ilegalidade da greve: a favor do pedido do governo do estado. Os argumentos do desembargador Emanuel Leite Albuquerque foram:

Além de considerar que o Sindicato não cumpriu dispositivos da Lei de Greve, o desembargador também alega que a paralisação causa prejuízos a ‘milhares de jovens’ e põe em risco a ‘saúde e sobrevivência dos estudantes, que, como se sabe, dependem das refeições escolares para suas nutrições’⁴⁹

Independentemente dos argumentos utilizados, a greve passara a ser considerada ilegal, o que criou uma nova situação para os docentes. Uma parte da categoria passou a se posicionar a favor da suspensão do movimento, o que foi noticiado pelo O Povo com avaliações opostas de dois professores sobre a situação da greve:

“Eu concordo que a nossa categoria suspenda a greve por 30 dias para que a gente possa negociar com o governador Cid Gomes. Afinal nós não entramos de greve

⁴⁶ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/27/noticiasjornalpolitica_2286839/governo-so-enviara-projeto-se-houver-acordo-com-professores.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

⁴⁷ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/08/25/noticiasfortaleza_2285739/professores-estaduais-e-alunos-fecham-avenida-em-frente-a-assembleia-legislativa.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

⁴⁸ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/radar/2011/08/26/noticiasjornalradar_2286376/greve-podera-ser-suspensa.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

⁴⁹ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/30/noticiasjornalpolitica_2289210/professores-decidem-manter-greve.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

para ficarmos de greve a vida toda”, disse Francisco de Assis Sobrinho, professor de uma escola estadual no município de Ocará, no Maciço de Baturité⁵⁰

“Não concordo com a suspensão por causa do descaso que o governador está cometendo com a categoria. Como é que ele diz que tá negociando e hoje, antes da nossa Assembleia, a gente soube que ele pediu a ilegalidade da greve?”, questionou o professor de Fortaleza, Vandir Diógenes⁵¹

Como se poder perceber, a categoria começava a se dividir, o que sugeria uma cisão do grupo. Ademais, os argumentos contrários partiram de um professor do interior e outro da capital. Esse dado se fará relevante principalmente quando adiante for abordado o encerramento da greve e os conflitos gerados por isso. Em relação à ilegalidade então decretada, foi estabelecida a multa de R\$ 10 mil por dia em que o sindicato descumpriisse a decisão, um argumento palpável e desmotivador – principalmente para a diretoria do sindicato. Após essa decisão, o sindicato passou cada vez mais a defender o encerramento da greve, o que ficou implícito em alguns textos publicados em seu site, além das defesas feitas em assembleia geral. Isso começou a levantar a suspeita de parte dos professores acerca da representação do sindicato, assunto que será retomado adiante⁵².

Apesar dos novos fatos, a categoria se reuniu na semana seguinte à decisão judicial e votou em peso pela continuidade do movimento, mostrando que estava coesa⁵³. E nessa mesma semana, no dia primeiro de setembro, vários manifestantes ocuparam a AL a fim de pressionar os Poderes Legislativo e Executivo⁵⁴.

Essa manifestação mostrou que havia coesão da categoria naquele momento delicado da greve, mas acabou culminando em confronto entre manifestantes e forças policiais. Durante a confusão, uma pichação foi realizada na parede da Casa com a frase “Educação já”. Outro detalhe importante naquele dia foram as afirmações dos representantes do sindicato que

⁵⁰ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/30/noticiasjornalpolitica,2289230/em-defesa-da-suspensao-da-greve.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁵¹ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/08/30/noticiasjornalpolitica,2289231/pela-continuacao-do-movimento.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁵² Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3922-a-greve-e-o-risco-suicida-do-sectarismo.html>

Acesso em: 11 ago. 2013. Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3923-professores-de-icapui-retornam-ao-trabalho-nesta-terca.html> Acesso em: 11 ago. 2013. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/03/noticiasjornalpolitica,2292081/professores-resistem-e-mantem-greve-considerada-ilegal.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁵³ Apesar disso, a unanimidade deixou de estar presente na decisão dos professores nesse período. Contudo, a plenária decidiu pela continuação da greve “por maioria quase absoluta”, segundo notícia do jornal O Povo. Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/03/noticiasjornalpolitica,2292081/professores-resistem-e-mantem-greve-considerada-ilegal.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁵⁴ 01 de setembro também foi o dia em que o sindicato foi notificado oficialmente da ilegalidade greve, tendo 48h para cumprir a medida em caráter liminar. O prazo terminaria apenas no dia 05, devido ao final de semana.

apontavam para o desfecho da greve devido à decisão judicial da semana anterior. Disse Anízio Melo em entrevista: “devido à ilegalidade e a forma como as coisas estão acontecendo, queremos que haja um documento oficial colocando princípios e diretrizes que possam ser acordados entre a categoria e o governo”⁵⁵, como se essa fosse a última garantia exigida pelos docentes antes de encerrarem o movimento.

Ainda no dia primeiro de setembro, provavelmente devido à pressão exercida pela manifestação, houve reunião entre representantes dos professores e do governo. O dirigente sindical Anízio Melo disse que “o governo estadual admitiu deslocar recursos de setores do governo para o orçamento da Educação, no que poderia atender às reivindicações salariais dos docentes”⁵⁶.

No dia seguinte, dois de setembro, houve nova assembleia em que o assunto foi debatido pela categoria. Contudo, os professores decidiram permanecer em greve até receberem propostas concretas. O dia sete de setembro se aproximava e nele ocorreriam eventos oficiais em comemoração ao aniversário da independência brasileira, assim como manifestações populares com críticas variadas ao poder público. Uma dessas manifestações era o tradicional Grito dos Excluídos, evento organizado por movimentos sociais a fim de realizar denúncias e reivindicações. Entre as denúncias, ganham expressão o desrespeito aos direitos humanos e a não realização da reforma agrária. Assim, a categoria dos professores valeu-se daquela ocasião para realizar mais um ato e decidiu



Imagen 01 - professores no desfile de 7 de setembro.⁵⁷

cipou da segunda parte da manifestação.

somar-se ao Grito dos Excluídos. Tudo indicava um ato como outro qualquer. Contudo, após a caminhada pela avenida Abolição, a maioria dos grevistas decidiu protestar na avenida do desfile oficial, a Beira Mar. Apesar da tentativa do Batalhão de Choque em conter o movimento, os docentes foram até o final do percurso empunhando cartazes e faixas, e entoando palavras de ordem. O sindicato não parti-

⁵⁵ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1035758> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2011/09/02/noticiaspoliticas.2291654/professores-estaduais-podem-suspender-a-greve.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁵⁷ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/protesto-rouba-a-cena-no-desfile-de-7-de-setembro-1.723468> Acesso em: 14 out. 2014.

O fato foi noticiado pelos jornais e pelo sindicato, como se esperava. A APEOC foi discreta ao tratar do ato, visto que a interrupção do desfile oficial da independência não foi planejada e sequer contou com seu apoio – provavelmente, devido ao receio de punições (multas) e também pelo seu desejo manifesto de encerrar a greve –, assim, as notícias do sindicato se valiam de termos efusivos como “sucesso” e “emocionante” para caracterizar a mobilização, procurando traduzir o mais fielmente possível o que ocorreu quando os professores tomaram a avenida do desfile oficial, mas em nenhum momento citando a ocupação da avenida Beira Mar pelos professores, destacando apenas o ato ocorrido na avenida paralela, a Abolição⁵⁸. Já o jornal O Povo deu mais ênfase à situação de ilegalidade da greve, destacando que a categoria se encontrava em uma encruzilhada. Entretanto, destacou a ação dos docentes: “no fim do desfile oficial, na Beira Mar, manifestantes chegaram a entrar no percurso oficial e protestar diante das autoridades”⁵⁹. O Diário do Nordeste narrou o desfile e o protesto em imagens, mostrando fotos do desfile oficial e da manifestação dos professores. A manchete dizia muito sobre o que ocorreu no dia: “Protesto rouba a cena no desfile de 7 de setembro”⁶⁰, acompanhada de outros textos sobre o que ocorreu naquele dia: “Os manifestantes tomaram conta da Avenida Beira-Mar, interromperam O desfile e cantaram o Hino Nacional diante do palanque das autoridades”⁶¹ e “Reforço policial não impediu professores de manifestarem seu descontentamento”⁶², frase que vinha acompanhada da foto de um policial do batalhão de choque segurando uma arma de grosso calibre durante o ato.



Imagen 02 - policiais e manifestantes frente a frente no desfile de 7 de setembro.⁶³

⁵⁸ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3928-professores-estaduais-fazem-protesto-em-desfile-de-7-de-setembro.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3936-marcha-da-educacao-foi-um-sucesso.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

⁵⁹ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/08/noticiasjornalpolitica_2294436/professores-aproveitam-dia-da-independencia-para-protestar.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

⁶⁰ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1038244> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁶¹ *Idem*.

⁶² *Idem*.

⁶³ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/protesto-rouba-a-cena-no-desfile-de-7-de-setembro-1.723468> Acesso em: 14 out. 2014.

2.2.1 Lutas faccionais

Como se pode perceber, a disputa política entre os atores continuava intensa, apesar de a greve começar a demonstrar alguns sinais de arrefecimento. Assim, os confrontamentos continuaram ocorrendo de ambas as partes: Roberto Cláudio, então presidente da AL, divulgou que a pichação na parede daquela Casa – realizada no ato do dia primeiro de setembro - era um ato de vandalismo reprovável. O sindicato reagiu publicando em seu *site* a notícia do jornal O Povo sobre a atitude de Roberto Cláudio no Escândalo dos Banheiros – considerada por aquela entidade como permissiva -, caso de investigação sobre corrupção que envolvia a Base Aliada do governador⁶⁴.

Já Cid Gomes, mais uma vez, criticou a greve com novo argumento: “ ‘Nós temos exames, o Enem⁶⁵ que hoje é a porta de ingresso para a [...] universidade [...], que é realizado com data certa. Não vai ser adiado, não vai esperar a reposição de aula para realizar o Enem não’, afirmou Cid Gomes”⁶⁶, com o objetivo provável de tentar reconquistar o apoio de um importante grupo: pais e alunos, aqueles que seriam os maiores prejudicados em caso de mau desempenho nos exames vestibulares. A categoria reagiu de forma satírica, se utilizando de frases polêmicas proferidas pelo próprio governador de dias anteriores. Com isso, foi feita montagem com a imagem e a frase de Cid (vide imagem ao lado) que foi amplamente divulgada pela internet. Além disso, foram confeccionadas camisas e cartazes com os dizeres “Cid, ilegal é você”, fazendo contraponto entre a ilegalidade da greve e a situação de ilegalidade em que o governador se encontrava ao não cumprir a Lei do Piso.



Imagen 03 - Montagem divulgada na internet satirizando Cid Gomes. Essa imagem é uma edição de computador, não tendo sido painel confeccionado e exposto em local público, assim como sugere a ilustração.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3941-assembleia-legislativa-a-pichacao-e-o-escandalo-dos-banheiros.html> Acesso em: 24 set. 2013.

⁶⁵ Exame Nacional do Ensino Médio.

⁶⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1042002> Acesso em: 24 abr. 2013.

Foi nesse clima de ataques mútuos que mais uma manifestação ocorreu, no dia 08 de setembro. Dessa vez, em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ), no dia em que os magistrados iriam ouvir o sindicato sobre os motivos para a greve e seus argumentos em relação aos do governo que embasaram o pedido de ilegalidade. Cerca de 150 professores estavam presentes no TJ, que fica localizado no centro administrativo do governo, no bairro Cambeba. Apesar do número reduzido de pessoas, várias estavam com cartazes que eram posicionados à frente das câmeras sempre que alguém era entrevistado. Os cartazes expunham frases como: “Cid, ilegal é você” e “#cidditador” e foram veiculadas nos principais telejornais do estado.

O objetivo claro dos professores era pressionar o tribunal para que a ilegalidade fosse suspensa e a multa deixasse de ser cobrada do sindicato. Uma comissão de diretores do sindicato e outros representantes dos professores escolhidos naquele momento foram para a reunião com o desembargador, enquanto os demais esperavam no térreo do prédio. A reunião demorou mais de duas horas. O sindicato enfatizava a fragilidade dos argumentos do desembargador⁶⁷. Ademais, o presidente da APEOC argumentava com os prejuízos que o sindicato teria com as multas. Esse é um dado importante, visto que após essa decisão os sindicalistas passaram a defender o fim da greve durante as assembleias e em notas no site, conforme já ressaltado. Mais ainda, essa informação poderá ajudar a explicar o desfecho da greve no início de outubro. Outro dado importante é que a base passou a requisitar a participação nas reuniões de negociação junto à diretoria do sindicato, o que ocorreu com a escolha de representantes. Isso já apontava fissuras nas relações entre os docentes e seus representantes legais.

Nesse momento, a divisão da categoria transparecia, também, pela postura dos grupos políticos organizados dentro do movimento. No dia doze daquele mesmo mês o presidente do sindicato lançou extensa nota onde abordou o assunto⁶⁸. Nela mostrou seu interesse no fim da greve e criticou os grupos que, segundo ele, buscavam “radicalizar” o movimento, como no trecho a seguir: “Nossa luta já é vitoriosa SIM! Não podemos cair no canto das aves do agouro do sectarismo, oportunismo ou conservadorismo que insistem em nos rodear” (Grifos dele).

⁶⁷ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/09/noticiasjornalpolitica.2295095/categoria-contesta-decisao-do-tj.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/3957-mensagem-ii-do-presidente.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

Assim, Anízio destacou o que considerou várias vitórias da categoria durante esse movimento. Prosseguindo a nota, ele questionou: “Pergunto o que [os grupos organizados de oposição] queriam ou ainda querem com a nossa luta? Desgastar governos e depois comemorar vitórias políticas em detrimento dos reais interesses da categoria?”, sugerindo a utilização da entidade para fins outros que não os de interesse da base. Entretanto, se faz necessário destacar que nem todos os indivíduos que eram a favor da continuidade da greve pertenciam a grupos organizados.

O sindicalista também ressaltou a força do adversário “na mídia, na opinião pública, na justiça e no parlamento”. Como o sindicato já tencionava encerrar a greve, buscou mostrar que valia a pena fazê-lo sem garantias escritas. Por fim, enfrentou seus oposicionistas de forma mais direta: “o radicalismo verbal esconde a incompetência ou interesses de disputas de centrais sindicais ou eleitoreiras”. Isso porque uma central sindical se mostrou, em vários momentos, contra as posturas da APEOC, a Central Sindical Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP – Conlutas), ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU, partido de extrema esquerda e que fazia ferrenha oposição ao governo Cid Gomes.

Entretanto, é necessário destacar que havia vínculos entre os membros da diretoria e partidos políticos: número significativo dos sindicalistas – inclusive, o presidente e seu vice - eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que na época fazia parte da Base Aliada de Cid Gomes na AL. Além disso, o governador era um dos principais apoiadores dos governos Lula e Dilma. Esse tipo de postura vem se tornando cada vez mais comum no sindicalismo brasileiro; foi o que Druck (2006) chamou de “estatização das organizações trabalhadoras”, ou seja, atrelamento dessas organizações aos governos, o que diminuiria seu poder de combatividade – sua *capacidade de retaliação* (CARDOSO, 1997) - no enfrentamento a esses próprios governos. Mesmo com o apelo do sindicalista na nota então divulgada, a assembleia geral do dia 16 de setembro ratificou a paralisação.

A greve tomava rumos inimagináveis, exacerbando-se a disputa entre as partes envolvidas. Agora, o enfrentamento era também entre os membros da diretoria e grande parte da categoria, abrindo espaço para nova remodelagem da situação e novas *lutas faccionais*.

2.2.2 Fim da unanimidade: *luta faccional, ajustamentos e crise de representatividade*

Apesar das manifestações públicas, o governador havia encerrado novamente a mesa de negociações, ancorando-se na decisão do Tribunal de Justiça acerca da ilegalidade da greve e na aplicação da multa diária de R\$ 10.000 - que começou a ser contada a partir do dia 05 de

setembro -, além da denúncia de pressões sofridas por professores para que retomassem suas atividades, principalmente no interior, segundo o sindicato. Isso levou ao enfraquecimento do movimento, visto que muitos profissionais começaram a retomar as suas atividades, principalmente nas cidades interioranas:

Ainda que o movimento continue articulado em Fortaleza, o presidente da Apeoc admitiu que a maior parte dos professores temporários e do interior do Estado já retornaram às atividades. “Eles estão voltando às aulas por conta de uma série de pressões e ameaças”, lamentou.⁶⁹

O movimento ruía aos poucos. Muitos docentes começaram a se posicionar a favor do encerramento da greve. Ocorria uma divisão de opiniões da categoria e isto se intensificou até a realização da próxima assembleia geral - a já citada do dia 16 de setembro -, instância máxima de decisão da categoria, sendo noticiada pelo jornal O Povo da seguinte forma: “Mesmo com a decisão de permanecer sem dar aula presente no discurso geral dos presentes, havia os que defendiam o retorno aos trabalhos - posição recebida pela vaia dos colegas, a cada intervenção durante o encontro”⁷⁰. Aqui, algo importante deve ser destacado: como as assembleias sempre ocorriam em Fortaleza, a grande maioria dos presentes era de profissionais da capital que não sofriam as mesmas pressões que os do interior, gerando também uma cisão entre os professores, agora geográfica. Este fato será rememorado adiante para tratar de um dos momentos mais delicados da greve.

Em síntese: em meados de setembro, tudo se encaminhava para o encerramento da greve, apesar de muitos professores da capital ainda estarem dispostos a continuá-la. No dia 19 de setembro, o TJ decidiu manter a ilegalidade do movimento e ressaltou que os professores temporários que tivessem aderido à paralisação poderiam ser demitidos, decisão embasada na Lei de Greve⁷¹. Ademais, a multa ao sindicato já estava em torno de R\$ 150.000, o que impulsionava a postura do sindicato pelo fim da greve. O sindicato era responsável por organizar a maioria dos atos e reuniões da greve, mas o que realmente valiam eram as decisões da assembleia geral, logo, o desejo da direção não necessariamente seria atendido. Como encerrar uma greve se a maioria dos associados é contra (pelo menos a maioria dos que participam da assembleia)? Talvez tenha sido esse o questionamento feito pelos sindicalistas da APEOC durante as últimas semanas de greve.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/15/noticiasjornalpolitica,2298422/estado-ainda-nao-pediu-pagamento-de-multa.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/17/noticiasjornalpolitica,2299967/multa-chega-a-r-130-mil-mas-greve-continua.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁷¹ Cf. Lei N° 7.783/89, Art. 14.

Como as negociações não avançavam e os professores se recusavam a encerrar o movimento, a solução encontrada por estes foi contatar possíveis mediadores, buscando novos meios de encontrar soluções, ou *mecanismos de ajustamento*, no sentido dado por Turner (2008). Assim, um dos encaminhamentos da última assembleia foi tentar contato com deputados da Base Aliada como canal de acesso ao governador. No dia 20 de setembro a OAB também foi acionada a fim de apoiar os grevistas na busca por negociação⁷². Ao mesmo tempo, o sindicato tentava encerrar o movimento; no dia 21 foi lançada nota⁷³ que abordava a manutenção da ilegalidade da greve, cujo conteúdo era desestimulante para os grevistas. Isso porque sua redação abordava detalhadamente as punições que cada tipo de professor poderia sofrer, a depender de seu vínculo empregatício, a saber:

com a decisão judicial, o professor deve retornar as suas atividades sob pena de ter suas faltas anotadas. [...] enquanto há descumprimento da decisão judicial, não existe mais a proibição de contratação de professores substitutos, podendo essa prática ser adotada pelo Estado do Ceará [...] Caso haja descumprimento da decisão judicial, aos valores pagos aos professores a título de vale-alimentação e vale-transporte podem ser suprimidos [...] No caso específico dos professores temporários, [...] [fica] o professor obrigado a retornar ao serviço sob pena de ter suas faltas anotadas. [...] Os professores em estágio probatório podem ser prejudicados quando de sua avaliação de desempenho [...] Para o professor já efetivado no cargo, a consequência natural seria o desconto dos dias parados e, caso estes ultrapassem a quantidade de 30 dias, a abertura de procedimentos administrativos disciplinares para apuração da infração de abandono de cargo.

Os esclarecimentos apresentados, ao incitar ao medo, podem ser vistos como uma clara intenção de enfraquecer o movimento. Isto fica mais claro no encerramento da nota, quando o sindicato apresenta sua posição: “Por todo o exposto e diante da situação jurídica do movimento de greve dos Professores da Rede Estadual do Ceará, a orientação do departamento jurídico do Sindicato APEOC é pelo imediato cumprimento da decisão judicial”. Com isso, o sindicato argumentava pelo final da greve com apoio na orientação jurídica, o que diminui o peso da decisão política.

Apesar da postura da direção do sindicato, os encaminhamentos da assembleia do dia 19, de busca de intermediários entre docentes e governo, surtiram efeito: os professores conseguiram uma reunião com o governador, com a mediação do presidente da AL, Roberto Cláudio. A reunião ocorreu no dia 22 de setembro e foi noticiada no Diário do Nordeste: “Cid Gomes prometeu atender a algumas reivindicações da categoria, mas exigiu o retorno dos

⁷² Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1044282> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁷³ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4014-julgamento-do-agravo-regimental.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

professores às atividades na próxima segunda-feira (26), ou seja, que encerrem a greve”⁷⁴. No entanto, se por um lado o governador negociava, por outro ameaçava os professores com a abertura de processos administrativos por abandono de cargo e a cobrança da multa ao sindicato, caso não reiniciassem imediatamente as aulas, conforme foi noticiado pelo O Povo com a seguinte manchete: “Cid faz promessas e ameaças”⁷⁵.

No dia 23 houve mais uma assembleia. Os professores decidiram que a reunião do dia anterior não era suficiente e resolveram continuar a greve, contrariando a decisão judicial e a orientação do próprio sindicato. Contudo, a divisão da categoria ficava mais clara: “a votação para a continuidade ou não da greve foi bastante disputada, e teve de ser feita três vezes”⁷⁶. Além disso, como noticiou a imprensa, “o clima de confusão e tumulto que se criou com o impasse quase levou professores às vias de fato”⁷⁷. A insatisfação com o sindicato ficou clara, visto que “o presidente do sindicato chegou a ser vaiado quando defendeu o retorno às aulas, fato que atribuiu à disputa entre centrais sindicais”⁷⁸, como forma de amenizar a situação.

2.3 Clímax da crise: o confronto

A greve parecia estar chegando a seu ápice, pois os conflitos e as *lutas faccionais* ficavam mais evidentes, havendo nova configuração de cisões e alianças entre grupos. O sindicato se distanciava de sua base e os parlamentares, que no início eram bem-vindos nas assembleias gerais, passaram a ser hostilizados, como o deputado estadual Artur Bruno (PT) e o deputado federal Chico Lopes (PC do B), ambos pertencentes aos partidos aliados do governo estadual. Eles vinham participando esporadicamente das reuniões, assembleias e negociações, mas após a exacerbação dos conflitos, passaram a ser vaiados e hostilizados, o que fez com que se afastassem.

O deputado estadual Antônio Carlos (PT), líder do governador na Assembleia Legislativa, não poupou críticas aos professores após a ultima assembleia: “ ‘O governador negociou, foi atencioso e solícito, mas a categoria investiu por outro caminho’. Segundo ele,

⁷⁴ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1046035> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁷⁵ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/23/noticiasjornalpolitica,2303408/cid-faz-promessas-e-ameacas.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁷⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1046614> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁷⁷ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/24/noticiasjornalpolitica,2304095/professores-radicalizam-e-decidem-continuar-a-greve.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁷⁸ *Idem.*

[...] ao sair da reunião de quinta-feira [22 de setembro] a sua percepção era de que a greve estaria chegando ao fim”⁷⁹. A visão geral dos agentes envolvidos era a de que o movimento estava se radicalizando, isto é, indo além dos limites aceitáveis.

O jornal Diário do Nordeste publicou matéria⁸⁰ no dia 27 com informações sobre escolas que haviam retomado as atividades letivas, o que significava o enfraquecimento do movimento. Na capital, aproximadamente 57% das escolas haviam reiniciado as aulas total ou parcialmente⁸¹. Já no interior o número era mais significativo ainda: apenas 3% das escolas estavam totalmente paralisadas, o equivalente a treze estabelecimentos (outros 10% funcionavam parcialmente). Mesmo considerando que os números podem não condizer com a realidade, ou que tenha sido usada uma metodologia singular para serem alcançados, pode-se inferir que a greve estava exaurida. No mesmo dia, o jornal O Povo divulgou notícia⁸² destacando o cotidiano das escolas em período de greve. A reportagem dava ênfase ao advérbio de tempo “já”, pra se referir ao tempo de paralisação, indicando que o mesmo era excessivo.

A deliberação por continuar a paralisação foi crucial para o que aconteceria adiante, visto que os docentes decidiram continuar um movimento que parecia não ter condições de prosseguir. Foi então que o governador se dispôs a agir: enviou uma proposta de PCCS da categoria à AL a fim de que esta fosse aprovada com urgência, mesmo sem acordo com os docentes. Havia uma manifestação programada para o dia 28 de setembro; contudo, durante a concentração, os professores foram avisados que a mensagem do governador já estava na AL, e, assim, os planos mudaram: os manifestantes se dirigiram até a Casa Legislativa e decidiram acampar do lado de dentro até a hora da votação do projeto, como forma de pressionar os deputados. O teor da mensagem do Executivo era praticamente o mesmo que levou à deflagração da greve, no início de agosto, logo, os docentes ali acampados estavam dispostos a evitar sua aprovação porque entendiam que seriam prejudicados com esse PCCS.

O sindicato lançou nota⁸³ explicativa e convocou os professores a fazerem “vigília permanente na Assembleia Legislativa”. Ademais, o governador pediu “regime de urgência” na votação, o que dava prioridade a esse projeto na pauta dos deputados. O texto do projeto de

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1047967> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁸¹ No mesmo dia, o sindicato informou que 60% era o percentual de escolas da capital em greve, não discriminando quantas total ou parcialmente.

⁸² Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/09/27/noticiasjornalpolitica,2305417/giro-pelas-escolas.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

⁸³ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4044-governo-envia-mensagem-a-assembleia-legislativa-que-altera-a-atual-estrutura-da-carreira-do-magisterio.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

lei também trazia uma observação sobre a situação dos professores com nível superior: “afirmamos que medidas atinentes aos profissionais de nível superior [...], mesmo já percebendo vencimento superior ao piso salarial profissional nacional, permanecem como objeto de estudos e de medidas posteriores”⁸⁴, isto é, a situação salarial desses profissionais não sofreria qualquer alteração em seu benefício; o principal objetivo da greve.

Aqui, é necessário ressaltar dois pontos importantes que contribuíram para uma grande reviravolta na situação: 1) o governador estava numa situação cômoda naquele instante. Contudo, realizou a ação que lhe era menos favorável: enviar à AL proposta de PCCS da categoria sem discussão e sem alterar o projeto inicial; 2) Isso contribuiu para que o sindicato voltasse a atuar junto à categoria, convocando-a e mobilizando-a para impedir a aprovação da lei⁸⁵. Essas ações somadas resultaram em uma terceira ação que foi decisiva para a redistribuição de poder entre esses agentes, conforme será apresentado a seguir.

Como já destacado, vários professores ficaram acampados dentro do prédio da AL, com o objetivo de sair apenas quando a matéria fosse votada. Três professores decidiram modificar a forma de protesto: iniciaram greve de fome. Segundo o Diário do Nordeste, “eles pretendem intensificar a manifestação da categoria, chamar a atenção da população e sensibilizar os professores que já desistiram do movimento”⁸⁶. A única mulher que fazia parte desta manifestação deixou claro a intenção do grupo: “A gente só sai daqui para o hospital ou para o cemitério”⁸⁷. A cobertura da ocupação pela mídia foi massiva, e notícias longas, com muitos detalhes e entrevistas, foram



Imagen 04 - professores em greve de fome durante protesto na AL.

veiculadas pelos dois principais jornais impressos do estado. Ainda na matéria do Diário do Nordeste, um professor foi entrevistado e deu sua opinião acerca das negociações até aquele instante, a saber: “O governo coloca algumas propostas, que, se não forem aceitas da forma como ele está impondo, ele ameaça exonerar os professores”⁸⁸. A percepção deste docente

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4047-o-sindicato-apeoc-conclama-a-categoria-para-retomar-a-luta-com-toda-sua-forca.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

⁸⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1048892> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ *Idem.*

pode ajudar a explicar o motivo de a categoria ter optado pela continuidade da greve em alguns momentos.

A avaliação do sindicato acerca daquela conjuntura era a seguinte:

De acordo com Reginaldo Pinheiro, vice-presidente [da APEOC], pelo menos na noite de ontem [28], cerca de 300 professores estavam acampados na AL. Segundo ele, até ontem, a greve [...] contava com a participação de 40% da categoria. Com a vigília, acredita, vários professores que retornaram às salas de aula devem aderir novamente à paralisação, principalmente os temporários, que, temendo perder o emprego, abandonaram a greve.⁸⁹

Como se pode perceber, pela avaliação do sindicato, a ação do governador lhe fez perder boa parte de suas conquistas recentes na disputa e toda a conjuntura que estava favorável a ele começou a mudar. Anízio Melo deu declaração sobre a atitude de Cid que vai ao encontro dessa avaliação: “Só a chegada dessa mensagem, sem olhar o conteúdo, já é prejudicial ao processo de negociação que nós estamos dispostos a fazer”⁹⁰. A avaliação dos deputados sobre o projeto manifestou a situação de disputa entre oposição e base aliada: Antônio Carlos (PT) defendeu o governador dizendo que a mensagem foi enviada à AL “para [o governador] não correr o risco de estar em descumprimento com a Lei do Piso para o nível médio”⁹¹ [aqueles 2.277 docentes, os únicos a receberem salário inferior ao Piso]; já Heitor Ferrer (PDT) disse que a mensagem surpreendeu aos parlamentares tanto quanto aos professores e complementou: “É como se o governador estivesse dando uma tapa na cara da categoria”⁹². O cenário era crítico e o fato de o Batalhão de Choque da PM estar presente na AL para formalmente impedir a ocupação do plenário acirrou ainda mais os ânimos.

Naquela noite, cerca de trezentos professores fizeram vigília na AL. Ao amanhecer, tudo indicava que aquela quinta-feira, 29 de setembro de 2011, faria história devido ao resultado da reunião de todos os agentes envolvidos num mesmo local, mesmo que virtualmente. As versões para o início do estado confuso de coisas que se estabeleceu são várias, mas o que importa destacar é que manifestantes e PM entraram em confronto e essas cenas foram vistas nacionalmente devido à repercussão do caso. O telejornal mais assistido do Brasil, Jornal Nacional (Rede Globo), noticiou e mostrou a milhões de brasileiros as cenas de

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ *Idem.*

⁹² *Idem.*



Imagen 05 - Confronto na AL.

Já o noticiário O Povo não poupou críticas à PM e aos políticos que estavam envolvidos: “Faltou compreensão de que aquele era embate político, não policial”⁹³. A matéria também criticou a postura do presidente da AL após a confusão, ao lançar nota dando ênfase à depredação do patrimônio público em detrimento das agressões sofridas pelos professores, a saber: “é ter visão distorcida do que de mais grave se passou”⁹⁴. O sindicato publicou duas notas de repúdio⁹⁵ onde destacou o “selvagem poder de violência” da polícia contra os docentes, o que foi comparado ao regime de exceção vivido no país entre 1964 e 1985. Ademais, o sindicato voltou a propalar mensagens positivas sobre o movimento, apresentando-o como justo. No mesmo dia a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), central à qual a APEOC é filiada, lançou nota⁹⁶ condenando a atitude do governador e do presidente da AL, dizendo que iria protocolar denúncia em organismos internacionais devido ao que chamou de “violação de direitos” dos docentes.

Mesmo assim, no mesmo dia, os deputados estaduais aprovaram a proposta do governador com apenas quatro votos contrários¹⁰⁰. Agora, a categoria docente veria-se na

⁹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/09/professores-em-greve-entram-em-confronto-com-policia-no-ceara.html> Acesso em: 30 jul. 2012.

⁹⁴ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1049419> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁹⁵ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1049422> Acesso em: 24 abr. 2013.

⁹⁶ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/colunas/politica/2011/09/30/noticiaspolitica/coluna_2307475/despreparo-imaturidade-e-trapalhada.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4054-repudio-a-violencia-desenfreada-professores-sofrem-agressoes-policiais-quatro-educadores-sao-presos-e-dois-levados-para-hospital.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4056-sindicato-apeoc-repudia-violencia-contraprofessores.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4058-leia-a-integra-da-mocao-de-repudio-da-cnte-ao-governo-do-ceara.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

¹⁰⁰ Inclusive a bancada do PT – partido ao qual muitos dos sindicalistas da APEOC eram filiados - votou a favor da proposta do Poder Executivo estadual.

contingência de tentar que o governador não sancionasse a lei, para que outra fosse aprovada em seu lugar, isto é, a disputa ainda não estava encerrada. Sabedores disso, os agentes aliados ao governador discursaram a seu favor: Roberto Cláudio, presidente da AL, lançou a nota já destacada e Izolda Cela, secretária de educação – que praticamente não apareceu na disputa como voz ativa –, deu entrevista ao O Povo abordando a greve:

às vezes tem interesse político, tem gente que não se importa em prejudicar professores e, principalmente, as escolas (...) queremos retomar o diálogo para atender aos anseios da categoria e da população, reiterando: volta a negociar, mas com as escolas em funcionamento.¹⁰¹

Como fica evidente no texto acima, a secretária ressaltou o “interesse político” da categoria como algo negativo e reforçou a volta da negociação condicionada ao regresso das aulas. No dia seguinte, mais repercussão nacional do caso. Agora, no jornal Bom Dia Brasil (Rede Globo), onde o jornalista Alexandre Garcia, ao destacar os acontecimentos no Ceará, fez um discurso singular sobre a situação dos professores no Brasil¹⁰², a saber: após informar casos de greves docentes Brasil afora, afirmou: “As autoridades não sentem os prejuízos disso. Os prejuízos são das crianças e jovens [...] são do país. Protestos, manifestações e greves são alguns dos sintomas sérios do descaso que sofre a educação [...], incluindo aí a desvalorização dos professores”. Por fim, Garcia argumentou: “A educação, que é a prioridade das prioridades, talvez seja temida pelos que estabelecem as prioridades, porque educação liberta”. Tudo isto fez com que a categoria unisse forças novamente, após quase dois meses de atos, manifestações, reuniões e assembleias.

Tudo apontava, agora, para nova reconfiguração das alianças e nova realocação de poder entre os agentes, o que significava um reinício para os docentes.

2.3.1 Clímax da crise: reinício da tentativa docente de influir no PCCS

O dia 30 de setembro foi marcado por mais uma assembleia da categoria. Dessa vez,

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/09/29/noticiafortaleza,2307318/secretaria-lamenta-confronto-professores-policia-e-diz-que-governo-so-negocia-com-fim-da-greve.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

¹⁰² Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/09/alexandre-garcia-greve-e-um-dos-sintomas-do-descaso-com-educacao.html> Acesso em: 27 jan. 2014.



Imagen 06 - Assembleia geral em frente à AL: momento da votação pela continuidade da greve.

o local foi o lado de fora da AL, na Avenida Desembargador Moreira. O número de professores foi expressivo e, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos encontros, a proposta pela continuidade da greve venceu por unanimidade. Após a reunião, houve manifestação nos arredores da Casa, mas sem novos confrontos entre manifestantes e policiais. Contudo, novos conflitos surgiram: um dos deputados aliado ao governador, Carlomano Marques (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em 2011), tendo votado a favor da proposta do governador, circulou entre os manifestantes que ocupavam o saguão da AL, o que foi narrado pelo Diário do Nordeste assim¹⁰³: os professores “o cercaram vaiando e gritando a palavra ‘fascista’ ”, sendo avaliado pelo parlamentar da seguinte forma: “Veja como eles estão nos recebendo. São verdadeiras hienas loucas e irresponsáveis. Estou apenas cumprindo o meu papel”. Um dos docentes também foi ouvido pelo periódico, acerca dos acontecimentos: “Isso é uma provocação. Como é que, num dia em que não tem expediente, um deputado do Governo vem aqui depois do que aconteceu ontem? Eles querem ter uma desculpa para outro ato de violência”. Ainda nesse dia, os manifestantes, dirigindo-se aos policiais presentes na Assembleia Legislativa¹⁰⁴, cantaram a música “Pólicia” (Titãs), melodia que aborda a instituição policial de forma negativa, ressaltando suas características autoritárias.

O resultado dos acontecimentos foi o seguinte: alguns professores feridos, quatro presos, com desgaste político para o governador e seus aliados, segundo a imprensa local¹⁰⁵ e novo ânimo tomou conta dos professores e seus apoiadores, apesar de terem sofrido grave

¹⁰³ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1050038> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹⁰⁴ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/10/01/noticiasjornalpolitica,2308104/apos-confronto-votacao-em-peso-para-manter-greve.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

¹⁰⁵ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2011/10/03/noticiasjornalopiniao,2309038/fala-cidadao.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/colunas/concidadiana/2011/10/01/noticiasconcidadiana,2308461/desidratacao-da-politica.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2011/10/01/noticiasjornalopiniao,2308268/greve-dos-professores-faltou-argamassa-politica.shtml> Acesso em: 10 ago. 2013.

derrota com a aprovação da lei. Entretanto, o cenário da disputa se reconfigurou de forma significativa: o sindicato dava sinais de se reintegrar à luta pela carreira docente e Cid e seus aliados perdiam poder na disputa. Dessa forma, a imprevisibilidade voltou à tona e os acontecimentos vindouros eram totalmente imprevistos.

Ainda no dia 30 os docentes desocuparam a AL para traçar os rumos do movimento a fim de evitar a sanção da lei pelo governador. Nesse mesmo dia o presidente do sindicato destacou na mídia o que poderia ser uma nova estratégia da categoria: “se o governador Cid Gomes não sancionar a lei aprovada nessa quinta-feira, 29, [...] o movimento pode refletir a possibilidade de encerrar a greve”¹⁰⁶. Ademais, alguns agentes da esfera pública se solidarizaram com o movimento. Foi o caso do deputado estadual Artur Bruno (PT), que se “solidarizou” com a categoria após os acontecimentos, além de ter feito um apelo pelo consenso entre as partes¹⁰⁷. Além de Bruno, o Partido dos Trabalhadores lançou nota de solidariedade aos professores pelo ocorrido na AL, mas deixou claro que isso não significava ruptura com o governo Cid¹⁰⁸. Isso tudo revela novo cenário, mudanças de postura dos atores sociais após o confronto na Assembleia.

A intenção dos docentes agora era evitar que a lei aprovada os prejudicasse de forma definitiva e o governo procurava evitar que o episódio do dia 29 prejudicasse sua imagem. A soma desses interesses levou a uma situação inédita no conflito: uma série de *mecanismos de ajustamentos*, nos termos de Turner (2008), ocorreram em um curto intervalo de tempo.

2.3.2 Clímax da crise: dos *ajustamentos* que falham

Como a categoria docente estava focada no veto governamental à lei aprovada pelo legislativo, organizou nova manifestação no dia três de outubro, segunda-feira, à tarde. Os manifestantes se reuniram em frente à AL e de lá saíram em marcha até o Palácio do governo. A coesão parecia ter retornado ao grupo, pois o ato contou com um número grande de participantes e até com pessoas não pertencentes à categoria e se solidarizaram com os docentes após o que aconteceu. O Batalhão de Choque esteve presente no palácio, mas apenas na área interna. A área externa foi protegida por policiais comuns com a ajuda de grades de isolamento.

¹⁰⁶ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/09/30/noticiafortaleza_2307764/se-cid-nao-sancionar-lei-aprovada-categoria-admite-refletir-sobre-fim-da-greve-diz-apeoc.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

¹⁰⁷ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/politica/2011/09/30/noticiaspoliticas_2307779/deputado-da-base-cidista-se-solidariza-com-professores-estaduais-em-greve.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

¹⁰⁸ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/09/30/noticiafortaleza_2307853/pt-vai-divulgar-nota-em-solidariedade-aos-professores-estaduais-em-greve.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

As pessoas se reuniram em frente ao local para discursar, cantar e dançar. Várias pessoas se fantasiaram com curativos e manchas de sangue como forma de rejeitar os recentes episódios de violência. Os manifestantes “cantaram o Hino Nacional e praticaram atos simbólicos como forma de protesto pelo impasse. Dentre eles a queima da cópia da mensagem do Executivo aprovada na Assembleia e a escrita no asfalto da expressão: ‘SOS Educação’ ”¹⁰⁹. Anízio Melo se valeu dos veículos de comunicação para consolidar o discurso que repercutiu em todo o estado: “Recebemos muitas mensagens de apoio. O governo deveria repensar as suas estratégias de negociação. Continuamos abertos para o diálogo”¹¹⁰. A referência às posturas autoritárias do governo foi a tônica dos discursos após o ocorrido no dia 29 de setembro. Além disso, a OAB acionou a justiça para incriminar Cid Gomes, Roberto Cláudio e Werisleik Matias (coronel da PM) pelo que havia ocorrido na AL¹¹¹.

Foi nesse clima que o governador reabriu a mesa de negociações. Ainda na segunda-feira, à noite, houve reunião com o Chefe de Gabinete do governador, seu irmão Ivo Gomes. A repercussão do confronto foi tanta que o governador - que vinha evitando se encontrar ou mesmo mencionar a greve dos professores - realizou negociações diárias a partir do dia 03 de outubro. A cada dia uma nova proposta de PCCS era elaborada. Isto não impediu que novas ameaças de demissão fossem feitas, desde a primeira reunião¹¹²; além disso, a secretária de educação, Izolda Cela, qualificou como “intransigência”¹¹³ da categoria ao avaliar o projeto de lei enviado pelo Executivo ao Legislativo.

No curso das negociações, o governo enfatizava que a proposta dos professores deveria ser realista com o orçamento do governo¹¹⁴, enquanto os docentes pediam que a Lei do Piso fosse aplicada com repercução na carreira, isto é, sem “achatamento” (sic) dos salários¹¹⁵. O governo negava as acusações de intransigência, ressaltado a realização de aproximadamente dez reuniões com o sindicato¹¹⁶, enquanto os docentes denunciavam que esses momentos não eram de diálogo, e sim de ameaças¹¹⁷. E novamente os ânimos se acirravam.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1051341> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1051906> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹¹³ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/10/03/noticiafortaleza_2309320/em-reuniao-com-professores-em-greve-secretaria-diz-que-espera-um-orcamento-cabivel.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1051906> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹¹⁶ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/10/03/noticiafortaleza_2309320/em-reuniao-com-professores-em-greve-secretaria-diz-que-espera-um-orcamento-cabivel.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

¹¹⁷ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1051906> Acesso em: 24 abr. 2013.

O sindicato agora propunha que a porcentagem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb reservada a pagamento de pessoal aumentasse, o que diminuiria a parte reservada à construção/reforma de prédios e aquisição de material permanente, afirmando que: “Apenas 62% dos recursos do Fundeb vão para o salário dos professores. O que é preciso é definir prioridades. Ao invés de construir prédios, locar os recursos para o pagamento dos professores”¹¹⁸. Esse argumento procurava desmontar o do governo de que a repercussão do Piso na carreira era irreal ao orçamento estadual, uma vez que poderia ser pago com recursos federais do Fundeb¹¹⁹.

A primeira negociação da semana, no dia 03 de outubro, após cinco horas de duração, não chegou a um consenso entre as partes. Outra reunião foi marcada para o dia seguinte. Para o mesmo dia estava marcada uma Assembleia Geral que lotou o ginásio Paulo Sarasate¹²⁰, local onde esta ocorreu. Nela a categoria rejeitou mais uma vez o encerramento da greve, visto que nada de concreto havia sido decidido nesses dois primeiros dias de negociação. Deu-se então o retorno à crise. Vale ressaltar que a avaliação em geral da categoria em relação ao projeto aprovado na AL era a de que seu PCCS havia sido “achatado”, ou seja, que a possibilidade de percorrer níveis e ter aumento salarial estava menor, o que pode ser apreendido na fala de um professor entrevistado pelo jornal Diário do Nordeste, a saber: “Rasgaram nossa tabela com o envio do projeto de lei à Assembleia [...] eles querem é achar nossos salários”¹²¹ (professor membro do comando de greve)¹²². Além dele, o próprio presidente do sindicato disse que “nós esperamos a aplicação do piso e sua repercussão na [carreira]”¹²³, isto é, para o sindicato não bastava o cumprimento da Lei do Piso se ela não repercutisse nos vários níveis da carreira, beneficiando a maioria dos docentes. A próxima assembleia da categoria estava marcada para a sexta-feira, dia sete de outubro.

Na quarta-feira, cinco de outubro, mais uma reunião ocorreu. Dessa vez, técnicos do Fundeb a convocaram a fim de tentar contribuir com uma proposta de tabela. Segundo um desses técnicos, “a proposta leva em consideração as reivindicações dos professores sem comprometer o orçamento do estado”¹²⁴. Tanto sindicato quanto governo declararam que a

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ Em seu Art. 22, a Lei que regulamenta o Fundeb rege que no mínimo 60% dos fundos gerados sejam “destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”.

¹²⁰ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1051906> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹²¹ *Idem*.

¹²² O comando de greve foi o nome dado ao grupo que passou a acompanhar as negociações com o governo, após a base requisitar que outros docentes acompanhassem esses momentos, além dos sindicalistas.

¹²³ *Idem*.

¹²⁴ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1052383> Acesso em: 24 abr. 2013.

proposta deveria ser melhor analisada. O sindicato disse que aquilo não era suficiente se o governo não fixasse uma porcentagem de seu orçamento para pagamento dos docentes, enquanto a secretaria de educação disse que a proposta tinha que ser estudada para não comprometer o orçamento do governo¹²⁵.

É importante ressaltar que a base estava sempre presente nesses momentos realizando atos nos locais de reunião, buscando pressionar os representantes do governo e também seus representantes. Ademais, reuniões da base chamadas de Zonais¹²⁶ continuavam ocorrendo. O momento parecia ser favorável aos professores por tudo o que ocorreu na semana anterior. Mas mesmo com esse novo cenário, o governo continuava divulgando ameaça aos grevistas, conforme destaca matéria do Diário do Nordeste: “Ivo Gomes, chefe de gabinete do Governo, reiterou que, caso a greve seja suspensa [no dia 07], não haverá punição aos professores, seja na forma de descontos ou demissão”¹²⁷. A semana pós-confronto ia se apresentando como o ápice da crise devido aos novos acontecimentos e ao acirramento das *lutas faccionais*.

Foi nesse clima que na quinta-feira, seis de outubro, uma nova reunião ocorreu. Foi a última tentativa de negociação antes de mais uma assembleia que definiria o futuro dos agentes envolvidos. Como as demais, a reunião do dia 06 também terminou sem um consenso entre as partes. Assim, o dia sete chegou na expectativa quanto aos resultados de mais uma assembleia com discussões acaloradas.

O posicionamento da diretoria a favor da suspensão da greve era manifesto. Em vários momentos os sindicalistas se mostraram favoráveis a essa decisão. No dia da assembleia geral de 07 de outubro, por exemplo, um dos diretores do APEOC escreveu artigo publicado no *site* oficial dessa entidade, no qual defendia a “suspensão da greve com mobilização e negociação”¹²⁸. Dizia o sindicalista: “a melhor tática, a mais acertada, é nós suspendermos a greve, por tempo determinado, por trinta dias, e abrirmos efetivamente um canal de negociação com o Governo do Estado”¹²⁹. Afirmava, ainda, que a greve cumpriu um papel importante que foi o de pressionar: “O governo Cid Gomes está acuado, cabisbaixo, sentido a

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Os Zonais eram reuniões da base da categoria que ocorriam durante a greve. Eram chamadas assim porque ocorriam em várias zonas da capital. Eles se expandiram para o interior também. A direção do sindicato, no início, legitimou-os e até participou deles. Contudo, os Zonais acabaram fugindo de seu controle ao ganharem “vida própria”, reunindo-se sem necessidade de convocação da direção e não se limitando ao intervalo de tempo em que durou a greve. Os Zonais, apesar de previstos em estatuto, estavam em desuso antes da greve. No capítulo 3 será apresentada discussão acerca disso.

¹²⁷ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1052995> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹²⁸ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/capital-e-interior/4172-pronunciamento-do-prof-nagibe-melo-em-defesa-da-suspensao-da-greve-com-mobilizacao-e-negociacao-feito-na-assembleia-geral-dos-professores-no-dia-07-de-outubro-de-2011-no-ginasio-paulo-sarasate-em-fortaleza.html> Acesso em: 11 ago. 2013.

¹²⁹ Idem.

pressão da categoria e da sociedade para resolver imediatamente o impasse que está estabelecido”¹³⁰. Isto, segundo ele, faria com que a categoria negociasse com vantagem. Este era o clima e o estado de ânimo das envolvidos naquele dia que parecia ser decisivo. Os acontecimentos do dia 07 de outubro de 2011 serão apresentados a seguir.

2.3.3 Clímax da crise: suspensão da greve, fim da crise?

A assembleia ocorreu no ginásio Paulo Sarasate e se iniciou às 15h. Após mais de duas horas de discussão, foi colocado em regime de votação a continuidade da greve ou a suspensão por trinta dias para negociações. Mas a categoria estava dividida e isso dificultou a apuração da votação, visto que cerca de cinco mil pessoas estavam presentes. O Diário do Nordeste ouviu alguns professores sobre o ocorrido; um deles disse: “Não temos como voltar ao trabalho. Não há garantia de nada. Cadê a ata assinada ou protocolada do que foi acordado na reunião com o governo?”¹³¹. Um professor e membro da diretoria do sindicato, de outra forma, dizia que: “Nossa proposta é suspender a greve por tempo determinado e continuar nossa luta de cabeça erguida”¹³². Para uma melhor apreciação do ocorrido naquela assembleia, segue trecho da matéria do Diário do Nordeste sobre os acontecimentos pós-votação:

Terminada a votação, poucos minutos depois o comando de greve se retirou da mesa, mas não sem antes ouvir os gritos, vaias e acusações daqueles que votaram pela continuidade da greve. Alguns mais exaltados classificaram de “pelegos e covardes” os líderes do movimento e teve até gente que por pouco não pulou o alambrado e entrou em confronto físico com membros da Apeoc. “Ôhôhôh sindicato traidor” foi a palavra de ordem mais ouvida. Além disso, muitos reclamaram porque não houve contagem voto a voto. A professora Rita de Cássia Ciprião, por exemplo, pôs em dúvida quanto ao resultado da assembleia. Já o professor Antônio Luis lembrou que a diretoria da Apeoc “é ligada à corrente petista Articulação”. Para ele, a proximidade com os governantes levou a uma orientação pelo fim da greve. Dentro e fora do Paulo Sarasate, os opositores ao comando usaram serviço de som para denunciar que “eles cederam vergonhosamente às ameaças do governo de que se a greve não parasse hoje começariam as demissões”. Anízio Melo rebateu as acusações, em entrevista reservada, atrás do palco. “A decisão foi de pessoas do comando e da categoria”, disse, explicando que a proposta de suspensão recebeu, sim, a maioria dos votos.¹³³

Como se pode perceber, a decisão oficial da assembleia não foi bem recebida por vários docentes. Além disso, a ligação entre membros da diretoria do sindicato e o Partido dos Trabalhadores – que fazia parte da base aliada do governador naquele momento – foi

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1053485> Acesso em: 24 abr. 2013.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

lembra pelos que acusavam o sindicato de ter efetuado um golpe como um possível motivador para as atitudes do sindicato. Isso também foi destacado em matéria no O Povo: “Uma parte significativa de professores acusou o Sindicato dos Professores do Estado do Ceará (Apeoc) - que tem proximidade com o PT - , de ter dado ‘golpe’ na interpretação do resultado da votação”¹³⁴. A matéria descreveu o ocorrido da seguinte forma:

a quantidade de professores que ergueram seus crachás para manifestar voto a favor da suspensão da greve foi semelhante à quantidade de professores que se manifestaram a favor da continuidade da paralisação. Como não houve contagem unitária, ficou valendo a interpretação do assessor do sindicato Apeoc [...] O anúncio do resultado gerou revolta em uma parte de professores, que se amontoaram em frente à mesa que conduziu a assembleia para chamar o sindicato de “pelego”. “Deram um golpe na gente, porque a avaliação foi muito rápida. Foi tudo muito rápido”, disse o professor Pedro Monteiro. “Era para ter sido feita uma reavaliação ou uma contagem dos votos um a um. Houve uma forçassão de barra nesse resultado”, comentou o professor George Bezerra.¹³⁵

O presidente do sindicato rebateu as acusações, conforme assinala o periódico O Povo: “Anízio Melo, entretanto, considerou que a condução da votação ocorreu em normalidade e que houve uma ‘nítida’ diferença entre a quantidade de professores contrários e favoráveis à suspensão da greve.”¹³⁶ Mesmo com as controvérsias, o resultado da assembleia estava consolidado e a categoria suspendeu oficialmente a greve que durara 63 dias.

A suspensão da greve remodelava novamente o cenário da disputa, levando os atores envolvidos a uma nova cena: aquela que Turner (2008) chamou de *reintegração*, 4^a fase do drama social. Conforme já discutido nas partes introdutórias deste texto, o autor enxergava os dramas sociais como fenômenos sociais que seguem certa temporalidade, que possuem início, meio e fim. Contudo, os dados coletados pelo pesquisador apontam para uma variação dessa temporalidade, visto que a suspensão da greve, que indica o final do drama social, deu início a um período de intensificação de conflitos entre alguns dos agentes envolvidos na greve. Isso porque a relação entre professores, sindicato e governo passou a ser permeada de características que apontam para sua remodelação, ou seja, a ocorrência de mudanças significativas nas relações sindicais envolvendo aqueles atores sociais. É isso que será discutido nos capítulos seguintes. Todavia, se faz necessário apresentar breve descrição sobre o período de suspensão da greve e seus meandros.

¹³⁴ Disponível em:

http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/10/08/noticiasjornalpolitica_2312150/professores-suspendem-greve-que-ja-durava-63-dias.shtml Acesso em: 10 ago. 2013.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

2.4 O pós-greve imediato: descrição do período de suspensão do movimento grevista

As aulas na rede estadual de ensino foram retomadas na segunda-feira seguinte, 10 de outubro. Mesmo dia em que começaram as negociações entre sindicato e governo acerca da implantação do Piso na carreira. O prazo de trinta dias se encerraria no dia nove de novembro. As propostas de PCCS divulgadas sempre tinham relação com o aumento do percentual do Fundeb para pagamento de pessoal¹³⁷. Proposta já exposta por Anízio Melo durante a greve.

No dia quatro de novembro, o governo lançou sua proposta de PCCS: um aumento de 15% para todos os professores, dividido em duas parcelas de 7,5% (ainda em 2011) e 7% (em janeiro de 2012. Este, sobre o aumento anterior e na mesma data-base da categoria), respectivamente, além de aumento progressivo da parcela do FUNDEB para pagamento de pessoal de 62% para 80% até 2014¹³⁸. No dia 11, os professores se reuniram em assembleia geral e decidiram encerrar a greve que estava suspensa. Contudo, isso ocorreu não por haver concordância com a proposta de carreira apresentada, e, sim, porque os docentes iniciariam um novo estado de greve. Ou seja: uma das deliberações daquela assembleia foi a categoria entrar novamente em estado de greve¹³⁹. Isso ocorreu porque “os professores argumentam que o aumento está aquém do que é reivindicado”¹⁴⁰. Essa decisão foi tomada porque a greve suspensa ainda era considerada ilegal, logo, os docentes, orientados pelo sindicato, decidiram encerrá-la a fim de colocar-se em estado de greve que, evidentemente, poderia redundar em nova greve.

Apesar disso, houve insatisfação da base com a postura do sindicato, visto que, como relataram alguns veículos de comunicação, os professores “manifestaram indignação quanto à votação, pela forma como foi conduzida. Eles reclamavam que o Sindicato não apresentou claramente a proposta, levando a categoria a aprovar proposta igual ou muito semelhante à que havia acabado de rejeitar”¹⁴¹. Além disso, “cartazes levados por estudantes e professores

¹³⁷ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/05/noticiasjornalpolitica,2329011/governo-propoe-15-de-aumento-a-docentes.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

¹³⁸ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/governo-propoe-aumento-de-15-1.768498> Acesso em: 17 abr. 2015.

¹³⁹ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/11/11/noticiafortaleza,2333448/professores-estaduais-encerram-greve-mas-podem-iniciar-nova-paralisacao-em-oito-dias.shtml> Acesso em: 05 maio 2014. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/categoria-em-greve-no-dia-25-1.770307> Acesso em: 17 abr. 2015.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2011/11/11/noticiafortaleza,2333448/professores-estaduais-encerram-greve-mas-podem-iniciar-nova-paralisacao-em-oito-dias.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/12/noticiasjornalpolitica,2333708/professores-aprovam-indicativo-de-greve.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

acusavam o Sindicato de submissão ao Governo. O presidente do Sindicato, Anízio Melo, foi vaiado em vários momentos, assim como aqueles que discursaram contra o retorno da greve”. Como se pode perceber, as reclamações acerca da representação do sindicato persistiram. Uma nova assembleia foi marcada no dia 25 de novembro; nela os professores poderiam iniciar uma nova greve.

Anízio Melo, presidente do sindicato, falou sobre o novo cenário: “Apontamos uma mediação e achamos que tomamos a medida certa de cumprir com o prazo de oito dias [entre uma greve e outra]. A decisão da base foi respeitada e vamos aprovar a greve na assembleia do dia 25 com toda força e gás contra a gestão”¹⁴². Todavia, ainda havia insatisfação de parte dos docentes em relação à atuação do sindicato, conforme pode se perceber pela fala de uma professora entrevistada: “Foi tudo uma grande farsa. O sindicato, em conluio com o Governo, não quer que a gente retome a greve. Daí fica empurrando a deflagração [da greve] com a barriga”¹⁴³.

O cenário daquela assembleia motivou o jornal *O Povo* a noticiar os conflitos existentes na categoria dos professores, a saber: “Uma categoria cada vez mais dividida. Essa é a sensação que se tem após a realização das assembleias gerais dos professores da rede estadual. Decisões apertadas e bastante questionadas pelos ‘derrotados’ evidenciam o sentimento de segregação”¹⁴⁴. Além da divisão apontada, o jornal, ao trazer a palavra “derrotados” entre aspas, relativiza os resultados das assembleias.

Isso motivou que grupos da base começassem a agir em desacordo com a direção sindical, chegando a realizar passeata sem a anuência de sua entidade representativa¹⁴⁵, tendo sido esta apenas convidada para o evento. Os Zonais começaram a aparecer principalmente nesse momento como organizações autônomas da base, conforme pode se apreender do discurso de manifestante entrevistada pelo *O Povo*: “Todas as Zonais que se reuniram pelo Estado deliberaram pela greve, porque, após 30 dias e depois mais 15 dias, a proposta do

¹⁴² Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/categoria-em-greve-no-dia-25-1.770307> Acesso em: 17 abr. 2015.

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/15/noticiasjornalpolitica,2335109/crise-de-lideranca-no-sindicato-dos-professores.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/22/noticiasjornalpolitica,2339728/professores-realizam-atos-distintos.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

Governo não acena quanto à principal reivindicação que é a repercussão do piso na carreira”¹⁴⁶

146

Diante desse cenário, o governo afirmou não haver mais negociações e que estava estudando a “substituição imediata de professores”, caso a greve fosse retomada no dia 25¹⁴⁷. Medida que foi descartada devido a impedimentos legais. Contudo, o governo prometeu “medidas drásticas em caso de nova paralisação dos professores. Entre elas, estão a suspensão de pronto do salário e a abertura de processos administrativos para as situações em que a lei disciplina”¹⁴⁸.

Além do cenário apontado, os conflitos políticos internos à categoria começavam a virar notícia: “há pressões fortes sobre a direção do Sindicato Apeoc, partidas de alas ligadas ao PSOL e ao PSTU”, pressões que fizeram com que “a direção do Sindicato perde[sse] o controle das articulações”¹⁴⁹. Além disso, no dia 24 de novembro uma manifestante adiantou uma informação importante para se entender os rumos que o movimento tomaria a partir dali: ela disse que as CREDEs espalhadas pelo interior “têm oferecido transporte para a Assembleia Geral apenas para os professores que assinarem um termo se comprometendo a votar contra a greve”¹⁵⁰.

Foi nesse clima que ocorreu a assembleia geral do dia 25 de novembro, a última relacionada ao *drama social* que foi a greve de 2011 daquela categoria profissional. Após acaloradas discussões, a proposta por não haver retorno à greve foi a vitoriosa. Contudo, conforme ocorreu em 07 de outubro, o resultado não foi bem recebido por boa parte dos presentes.

Após a votação, professores que queriam a volta da greve se revoltaram. O presidente da Apeoc, Anízio Melo, precisou ser escoltado por outros membros do sindicato, porque algumas pessoas queriam agredi-lo.

Dentro do ginásio, houve confronto e quebra-quebra. Um grupo de docentes ainda se dirigiu ao lado de fora do ginásio e tentaram depredar um carro, que pensavam ser de Anízio Melo. Não há informação sobre feridos graves.

146

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/25/noticiasjornalpolitica,2342244/decisao-sobre-greve-sera-tomada-em-clima-de-pressao.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

147

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/23/noticiasjornalpolitica,2340611/secretaria-diz-que-nao-tem-mais-negociacao.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

148 Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/governo-descarta-substituicao-imediata-1.773613> Acesso em: 17 abr. 2015.

149 Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/coluna/comunicado-1.181/materia-1074849-1.773948> Acesso em: 17 abr. 2015.

150

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/25/noticiasjornalpolitica,2342244/decisao-sobre-greve-sera-tomada-em-clima-de-pressao.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

Do lado de fora do ginásio, professores queimaram crachás e bandeiras do sindicato Apeoc¹⁵¹.

Anízio Melo, responsável por defender a continuidade das negociações sem paralisação, foi interrompido e provocado insistentemente durante o seu discurso por um grupo postado em frente ao palanque. Alguns professores, estendendo as mãos com cédulas de dinheiro, chamavam-no de “vendido”, proferiam insultos e arremessavam bolinhas de papel em sua direção. O presidente do sindicato enalteceu a grande presença de professores do Interior na assembleia e disse que não se intimidaria com os protestos.

Após a divulgação do resultado, o clima ficou ainda mais tenso. As agressões verbais tornaram-se físicas. Revoltados com a derrota, alguns defensores da greve passaram a arremessar também garrafas e copos plásticos contra a mesa diretora. Com pontapés, derrubaram a grade de isolamento, subiram no palanque e partiram em direção ao presidente do sindicado, que estava em um corredor do Paulo Sarasate sob a arquibancada¹⁵².

Novamente, o resultado da votação foi apertado e contou com a mediação do sindicato para que a proposta fosse proclamada vitoriosa. Isso foi um dos motivos que desencadeou



Imagen 07 - tumulto após a votação na assembleia geral de 25 de novembro¹⁵³.

CUT ou OAB, que são entidades estranhas ao processo”¹⁵⁵. Além disso, aquela reunião desencadeou intenso conflito entre professores do interior e da capital. Segundo informações do jornal O Povo,

os conflitos narrados e foi o que levou o representante da OAB presente na reunião a “defende[r] que a assembleia deveria ter sido mediada por alguma entidade isenta à questão”¹⁵⁴. O que foi prontamente respondido pelo sindicato: “A assembleia foi conduzida dentro da legalidade. Ilegal seria se fosse conduzida pela

Uma das mais fortes mobilizações do Sindicato Apeoc no interior do Estado resultou em uma participação “decisiva” dos professores que vieram de longe para participar da assembleia geral dos docentes.

o sindicato também custeou o transporte de professores do Interior até Fortaleza, para participar da assembleia de ontem. “Mas esse transporte foi oferecido aos

¹⁵¹ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2011/11/25/noticiaspoliticas,2342670/professores-estaduais-votam-pela-continuidade-das-negociacoes-sem-paralisacao-das-aulas.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

¹⁵² Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/26/noticiasjornalpolitica,2343130/em-clima-tenso-docentes-rejeitam-volta-da-greve.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

¹⁵³ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/26/noticiasjornalpolitica,2343130/em-clima-tenso-docentes-rejeitam-volta-da-greve.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

¹⁵⁴ *Idem*.

¹⁵⁵ *Idem*.

professores independentemente de seus posicionamentos”, explicou Reginaldo [vice-presidente do sindicato].

Durante a assembleia de ontem, que ocorreu sob clima de guerra, defensores da greve bradavam das arquibancadas que o Governo do Estado teria manipulado e até financiado a vinda de professores de várias cidades do Interior para que votassem contra a greve.

Do lado de fora do ginásio Paulo Sarasate, O POVO observou professores do Interior esperando ônibus alugados que os levariam de volta para suas cidades. Abordados, todos demonstravam receio ao dar qualquer informação e evitavam falar qualquer coisa sobre a assembleia¹⁵⁶.

Como se pode perceber, a participação dos professores do interior se mostrou importante para os agentes envolvidos. Ademais, os docentes da capital acusaram o sindicato de “manipulá-los”, além de financiar sua ida à reunião como forma de aprovar a proposta defendida pela entidade. Foi nesse clima que a maior greve da história de sua categoria foi encerrada. Vários conflitos a marcaram do início ao fim, ficando mais evidente aqueles envolvendo a direção sindical. Esses conflitos se intensificaram nos anos seguintes. Tudo isso será discutido nos capítulos posteriores.

Esta descrição teve como objetivo principal apresentar os acontecimentos que marcaram o período referente à greve dos professores da rede estadual do Ceará de 2011, tomando como recurso metodológico a noção de *drama social*, como forma de percepção das fases que marcaram a greve, dos atores que se fizeram presentes e, sobretudo, evidenciando as situações de conflito e tensão na relação entre o sindicato APEOC e sua base.

O que se pôde apreender dessa descrição foi o seguinte: primeiramente, as quatro fases do *drama social* (TURNER, 2008) se fizeram presentes no conflito que foi a greve. A *ruptura, a crise, os mecanismos de ajustamento e a reintegração* puderam ser percebidas no decorrer da narração, conforme foi apresentado.

Ademais, os embates envolvendo os vários atores durante aquele período serão importantes na análise dos desdobramentos da greve. Alguns mais marcantes foram os seguintes: o governo se ancorou por diversas vezes nas limitações do orçamento estadual para justificar os PCCS propostos e a rejeição às propostas da categoria profissional. Por conseguinte, a cisão entre docentes e políticos eleitos do Poder Legislativo que possuem base eleitoral entre aqueles sujeitos se apresentou manifesta durante a greve. Por outro lado, o sindicato, reiteradas vezes durante o movimento, realizou acusações de falta de independência

¹⁵⁶

Disponível

em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/11/26/noticiasjornalpolitica,2343132/professores-do-interior-foram-decisivos-para-resultado.shtml> Acesso em: 05 maio 2014.

entre os Três Poderes estaduais, além de constrangimento contra professores, principalmente no interior.

Por fim, destaca-se a relação conflituosa entre sindicato e base. O que se pôde apreender dessa relação foi o seguinte: houve seguidas acusações contra o sindicato por parte da base em relação (I) ao acatamento da última proposta de PCCS elaborada pelo governo - que acabaria sendo aprovada pela AL e sancionada pelo Poder Executivo; e (II) ao impedimento à participação da base nos processos decisórios relacionados à greve; (III) além disso, as posturas e opiniões de professores da capital e do interior apresentadas pelos jornais durante a greve evidenciaram possível divisão da categoria devido a embates internos à base. Isso ficou evidenciado principalmente pelos conflitos desencadeados durante e após a assembleia geral do dia 25 de novembro, quando muitos docentes do interior foram hostilizados pelos da capital, após a proposta de nova greve ter sido rejeitada pela plenária.

Esses foram os principais conflitos identificados durante a greve de 2011. Destarte, buscando alcançar os objetivos ora propostos, nos próximos capítulos será analisada a relação que se estabeleceu, a partir daquele movimento, entre direção sindical e sua base. Isso será possibilitado através da análise dos questionários, das observações e de documentos, além do diálogo com autores que se debruçaram sobre o tema do sindicalismo. Ademais, deve ser ressaltado que as tensões destacadas persistiram no período pós-greve e até se intensificaram, conforme será apresentado.

3 TRANSFORMAÇÕES NO SINDICALISMO

A narração da greve realizada no capítulo anterior elucidou vários aspectos do conflito envolvendo o sindicato APEOC e sua base. Essa situação de tensão persistiu após aquele movimento e até meados de 2015, quando o trabalho de campo referente a este trabalho foi concluído. Esses embates serão analisados à luz de estudos acerca do sindicalismo, o que proporcionará entender em que medida os acontecimentos sob análise, nesta dissertação, revelam aspectos da chamada *crise do sindicalismo*, já consensual entre os principais estudiosos sobre o assunto. Para tanto, será apresentada breve discussão acerca deste assunto – sindicalismo – a fim de se compreender o que é uma entidade sindical, a situação vivida pelo movimento sindical contemporâneo e o que a literatura específica tem a expor sobre isso.

3.1 Para entender o sindicalismo

A literatura acerca do sindicalismo destaca suas origens na Europa, durante a Revolução Industrial (ANTUNES, 1982; ROSSI; GERAB, 2009; SANTANA; RAMALHO, 2004). Os relatos de superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras – adultos e crianças – pelos capitalistas mostram o quanto aqueles, apesar de em maior número, não conseguiam competir na relação de forças com estes. Com isso, os proletários chegavam a trabalhar 16h diárias e não tinham qualquer garantia quanto à permanência no emprego e à previdência, por exemplo.

O maior número dos trabalhadores não se traduzia em maior força, pois a não-organização deles tornava-os fracos, dispersos, impotentes. Assim, os sindicatos surgiram visando uni-los sob os mesmos objetivos, defendendo os mesmos interesses - os da classe trabalhadora. Só assim a relação de forças entre essa classe social e a classe dos patrões poderia se aproximar de um equilíbrio.

Mas para que serve um sindicato? Após a contextualização realizada, a resposta parece ficar mais clara. Antunes (1982, p. 13) nos diz o seguinte sobre isso:

Os sindicatos são [...] associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução de máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

Como destaca o autor, os sindicatos servem para garantir a segurança do trabalhador em vários sentidos, visto que existe um antagonismo - geralmente latente - na relação capital-trabalho. Nesse sentido, Nogueira (2005, p. 29) diz o seguinte acerca do surgimento dos primeiros sindicatos da era industrial:

O sindicato, enquanto organização, é expressão de união e solidariedade dos trabalhadores. Unifica as lutas reivindicatórias e os movimentos parciais dos trabalhadores nas fábricas e das categorias para melhor defender seus interesses econômicos e salariais.

Nogueira destaca talvez a principal característica dessa entidade: a união dos trabalhadores, o que lhes confere força em relação à ação individual. Sobre o objetivo dos sindicatos, Rossi e Gerab (2009, p. 13) expõem que

são organismos sociais que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes das suas respectivas categorias profissionais, individual ou coletivamente. Esses interesses são voltados para as melhorias salariais, das condições de trabalho e das condições de vida, em geral.

Pelo que destacam os autores, essas entidades têm como objetivo principal a defesa de interesses econômicos e sociais da(s) categoria(s) que representam. Apesar disso, em muitos momentos, foram essenciais para transformações que culminaram, em alguns episódios, em importantes mudanças sociais, assim como no caso da redemocratização brasileira, a partir de 1985.

Nesse sentido, Nogueira (*Ibidem*) escreve que o “objetivo imediato [do sindicato], segundo Marx, concretiza-se nos meios de resistência ao capital, na questão do salário e da jornada de trabalho”. Isso significa que mesmo considerando que haja trabalhadores com tendências políticas das mais variadas, os sindicatos com liberdade de atuação em geral possuem tendências socialistas de Esquerda devido ao confronto que protagonizam juntamente com os empregadores (e por representarem a classe potencialmente revolucionária numa visão marxiana). A adoção de tendências socialistas pelos sindicatos pode indicar que não se limitam à defesa de uma categoria profissional apenas, ou seja, a objetivos corporativistas, sendo seus objetivos solidários numa perspectiva de organização de classe social.

Os autores destacados acima concordam que os sindicatos são órgãos que devem proteger sua categoria profissional. Contudo, passou a ser comum nos últimos trinta anos que sindicatos abandonem o discurso de defesa da categoria frente ao poder patronal para adotarem o discurso de melhorias pontuais na vida do trabalhador de forma individual (CARDOSO, 2003; SOARES, 2011; FRANÇA, 2013). Isso, segundo os autores, tem relação

com as transformações estruturais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas. Nesse período, um intervalo de tempo curtíssimo para a História, ocorreu algo no Mundo Ocidental que talvez ajude a explicar a mudança de postura dos sindicatos: a reestruturação produtiva, isto é, o trabalho necessitou mudar para se adequar às novas regras de concorrência capitalistas e, para tanto, as relações de trabalho necessitaram mudar também para acompanhar aquelas inovações, assim, as legislações trabalhistas mundo afora precisaram se flexibilizar, o que ficou conhecido como *flexibilização* das relações de trabalho. Isso, em via de regra, significou perda de direitos para os trabalhadores e superexploração através de novos mecanismos de extração de Mais-valia que não estavam previstos anteriormente.

Esse fenômeno ficou conhecido como “flexibilização da produção”. Segundo Santana e Ramalho (2004, p. 40-1), “toda a literatura sociológica reconhece que a ‘flexibilização da produção’ trouxe grandes problemas para os sindicatos”. Ainda segundo os autores (*Ibidem*), esse fenômeno foi singular de uma forma que alguns questionamentos foram realizados por autores que debatem o tema, tais como: o sindicalismo teria perdido definitivamente a sua marca? Estaria condenado ao declínio e desaparecimento?

Conforme o exposto, a forma como o trabalho estava organizado nos países centrais do capitalismo mudou com o advento da reestruturação produtiva e, consequentemente, da flexibilização da produção e das relações de trabalho. Logo, os sindicatos se viram obrigados acompanhar esse movimento – muitas vezes, com resistência -, visto que seus associados passaram a ter uma rotatividade que destoava do que ocorria no período anterior e isso pode ter gerado no trabalhador sentimentos que o repeliam do sindicato de sua categoria, como, por exemplo, o medo de perder o emprego¹⁵⁷. Além do fomento de demandas individuais por parte dos trabalhadores que se viam cercados pela ideologia dominante, outro fator que minava sua organização.

Contudo, afirmar que o trabalho mudou é bastante genérico para a diversidade de setores da economia, categorias profissionais e sindicatos. Ademais, cada país deve possuir especificidades em seu modo de produção, o que gera impactos diferentes nos trabalhadores e nos sindicatos. Assim, será apresentada a seguir discussão acerca do sindicalismo brasileiro, tema fundamental ao objeto de estudo desta dissertação.

¹⁵⁷ Visando comparação com os casos dos países chamados desenvolvidos: segundo Cardoso (2003), no Brasil, o número de sindicalizados era bem maior entre os trabalhadores formais e também entre os que nunca perderam o emprego. Para esse autor, a estabilidade no emprego não era consequência da sindicalização, mas causa.

3.2 Para entender o sindicalismo brasileiro

O sindicalismo praticado no Brasil possui características ímpares, a saber: o Artigo 8º da Constituição Federal de 1988 consolidou a unicidade sindical no Brasil, que já existia desde o início do século XX. O inciso II daquele artigo dispõe que “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial”. Isso significa que toda e qualquer categoria profissional só poderá ser representada em negociações trabalhistas junto ao empregador ou em quaisquer outras instâncias formais por uma única entidade representativa, sendo o trabalhador individualmente associado a ela ou não¹⁵⁸, a chamada unicidade sindical.

A literatura acerca do tema expõe que a unicidade sindical foi fomentada no Brasil durante o primeiro governo Vargas (1930-45), quando a legislação acerca dessas entidades as atrelou ao Estado em vários aspectos, tais como: necessidade de reconhecimento do Estado para funcionamento e proibição de mais de um sindicato por base territorial, a unicidade supracitada¹⁵⁹. Com a promulgação da atual Constituição Federal, a necessidade de reconhecimento foi dispensada em parte (Art. 8º, I), mas a unicidade persiste (Art. 8º, II).

Essa característica da vida sindical brasileira gera, inevitavelmente, a representação compulsória de todos os trabalhadores que compõem a base econômica de dado sindicato, visto que essa entidade, por ser única - não sendo possível ao indivíduo da base escolher ser representado por ela ou não - passa a ter o poder de representação de toda a categoria, sendo o trabalhador individualmente associado à entidade ou não; conforme destaca Massoni (2007, p. 108-9):

A existência de um regime de sindicalização obrigatória exclui, por definição, os problemas jurídicos de representatividade: o sindicato oficial e único tem atribuída por lei a representação exclusiva de todo o coletivo ou categoria profissional; não há, portanto, concorrência com outras organizações, e não há necessidade de se distinguir entre elas.

O autor destaca a diferenciação existente entre representação e representatividade, onde a primeira é entendida como o poder legal que o sindicato tem de representar os

¹⁵⁸ No Brasil, não existe regulamentação sindical para o setor público, apenas para o privado, através do Art. 8º da Constituição e da CLT. A CF/88 estabelece para o setor público apenas o direito à greve e a livre organização sindical (Art. 37), esta liberdade, inclusive, abrindo margem para a pluralidade sindical em detrimento da unicidade sindical estabelecida entre os entes privados. Isso ainda hoje gera conflitos no sindicalismo do setor público, visto que é comum mais de uma entidade tentar representar a mesma categoria, o que geralmente necessita ser mediado pela justiça.

¹⁵⁹ Cf. Art. 120 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

Cf. Arts. 61 e 138 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

Cf. Art. 518 do Decreto-Lei Nº 5.452 de 01 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943.

trabalhadores e a segunda tem relação com o poder de mobilização que a entidade possui junto à sua base, isto é, sua *capacidade de retaliação* (CARDOSO, 1997), sua capacidade de pressionar o empregador ao mostrar a força de sua base na disputa política através de mobilização. Massoni (*op. cit.*) comprehende que mesmo sem representatividade o sindicato único não perde seu poder de representação – garantido em lei -, o que provavelmente não ocorreria num cenário de pluralidade sindical, onde, em tese, um sindicato necessita de poder de mobilização – representatividade - para conseguir espaço em negociações com o empregador.

Quando um sindicato não dispõe da *capacidade de retaliação*, isso é o que a literatura acerca do sindicalismo denomina de *crise de representatividade* (DRUCK, 1996). Segundo Druck (*Ibidem*, p. 33-4),

esta crise questiona a capacidade de mobilização e organização dos sindicatos. Eles vão perdendo o potencial para unificar e representar massivamente os trabalhadores. Vão mudando suas perspectivas políticas, diante das dificuldades impostas pelo patronato e face às pressões sofridas para aderirem, cada vez mais, à ordem.

Isso traz como consequência a despolitização da pauta sindical e sua incapacidade de confrontar ofensivamente o patronato, o que, muitas vezes, não representa os reais interesses dos trabalhadores. Isso significa que para a entidade seu poder de representação, de responder pela categoria profissional perante o empregador e o Estado, se mantém, mas sua capacidade de pressioná-los é reduzida ou anulada. A seguir, será discutida a repercussão da unicidade sindical na liberdade de organização dos trabalhadores.

3.2.1 De como a unicidade repercute na liberdade dos trabalhadores

O cenário da unicidade se distingue daquele onde existe a pluralidade sindical, onde os trabalhadores de determinada base econômica e territorial estão livres a fundar quantos sindicatos queiram. Nesta situação, o trabalhador escolhe a qual entidade associar-se ou mesmo a não associar-se a nenhuma. Diferentemente da unicidade sindical, onde as negociações e acordos da entidade com o empregador geram bônus (ou ônus) a todo e qualquer trabalhador, a pluralidade sindical gera um quadro onde cada entidade pode fazer negociações com o empregador em desacordo com as demais entidades, o que gera bônus (ou ônus) diferenciados a cada parcela de trabalhadores.

A forma como cada nação estrutura sua legislação sindical tem relação direta com a liberdade sindical, visto que uma forma de organização sindical pode fomentar cenário com

maior ou menor grau de liberdade aos trabalhadores e suas entidades representativas. No caso da unicidade sindical, a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2008, p. 11) entende que há uma “negação do direito à organização”, visto que muitos trabalhadores de certa base sindical podem não se sentir representados pelo sindicato único, tendo interesse em fundar sua própria entidade e se organizar a partir dela, o que não é permitido¹⁶⁰. Tudo isso impacta diretamente nas relações de trabalho vivenciadas por aqueles indivíduos. No mesmo sentido, a OIT (1993, p. 41-2) destaca que

existe uma diferença fundamental entre a vigência de um monopólio sindical instituído e mantido por lei e a decisão voluntária dos trabalhadores ou de seus sindicatos de criar uma organização única, que não resulte da aplicação de uma lei promulgada para esse fim

Aquela organização internacional comprehende que a unicidade sindical implica em limitação da liberdade dos trabalhadores, a partir do instante em que impede a criação de outras entidades representativas, sendo o sindicato único imposto aos seus representados.

O que foi até aqui discutido indica que a unicidade influí diretamente na ideia de representatividade, pois uma parcela dos trabalhadores pode ter interesse em criar organização concorrente à existente devido ao fato de não se sentir representada por esta, mas esse direito lhe é negado. O fato de uma parcela da base sindical não se sentir representada pelo sindicato único pode proporcionar um quadro de *crise de representatividade*.

3.2.2 Breve histórico do sindicalismo brasileiro

No Brasil hodierno as mudanças no sindicalismo estão em evidência e também são entendidas como consequências de mudanças no modo de produção, assim como ocorre nos países centrais do capitalismo. Segundo Cardoso (2003), desde 1988, algumas profissões tiveram uma queda abrupta em número de trabalhadores – como bancários e metalúrgicos -, mas outras tiveram um crescimento vertiginoso – como os profissionais do ensino. Aquele autor destaca que a densidade de filiação dos sindicatos acompanhou o número de postos de trabalho em cada categoria, o que significa que cresceu ou diminuiu de forma diretamente proporcional à taxa de empregos.

¹⁶⁰ A análise do movimento sindical pela ótica da OIT é controversa, visto que alguns autores apontam a ligação desta organização com o capital, além de ter sido fundada com o objetivo de conciliar capital e trabalho (FRANÇA, 2013). Entretanto, apesar de a OIT adotar as liberdades burguesas como princípio para o sindicalismo, essas liberdades se mostraram importantes para a atuação das organizações trabalhadoras. Além disso, o “aprofundamento das liberdades democráticas enquanto processo progressivo abre possibilidades de rupturas com a democracia representativa formal que podem recuperar a questão da emancipação econômica, social e política do trabalho” (NOGUEIRA, 2005, p. 116).

Um fato que parece pesar nesse sentido são os serviços ofertados pelos sindicatos aos seus associados: os sindicatos necessitam manter sua base financeira que se dá também através das filiações¹⁶¹, assim, o profissional que se filia a um sindicato pode não ter como principal objetivo a organização e conscientização de classe, mas talvez sua melhoria de vida ao complementar os serviços assistenciais do Estado com os ofertados pela associação sindical, o que leva a supor que não necessariamente gera solidariedade de classe; o objetivo pode ser mais individual do que coletivo¹⁶².

Essas mudanças também podem ser percebidas pela ótica estrutural, visto que na literatura específica é praticamente consenso a mudança do tipo de atuação dos sindicatos no Brasil. A partir de 1930 até o final da década de 1970, os sindicatos possuíam relação estreita com o Estado, o que foi possibilitado pela legislação sindical e pela intervenção nessas entidades efetuada pelos governos militares, durante a Ditadura. Foi neste período que sindicalistas chegaram a ser substituídos de forma autoritária por outros indicados pelo governo a fim de colaborarem com o Estado, evitando greves e outros eventos considerados ilegais à época (FRANÇA, 2013).

Entretanto, no final de década de 1970, o sindicalismo brasileiro experimentou profunda transformação, pois diversas oposições sindicais passaram a atuar em desacordo com as diretorias visando confrontar o patronato. Nesse instante nascia o chamado *Novo Sindicalismo*, caracterizado principalmente pela postura de confronto ao patronato através de greves, piquetes e mobilizações (FRANÇA, *op. cit.*). Um dos personagens mais importantes do *Novo Sindicalismo* foi Luiz Inácio Lula da Silva, que viria a se tornar presidente do Brasil, em 2003. Foi a partir dos conflitos desencadeados nesse período que surgiram importantes entidades na vida política nacional, tais como: o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

Dessa forma, a década de 1980 ficou marcada na história brasileira devido aos intensos embates políticos: fim da Ditadura Civil-Militar, promulgação da Constituição Federal de 1988, eleição direta para presidente da república em 1989 etc. O movimento sindical se fez presente em todos esses conflitos, como já ressaltado. Devido à sua postura durante aquela década, foi chamado de “sindicalismo de confronto”. Contudo, a postura se

¹⁶¹ No caso dos sindicatos do setor público, a arrecadação ocorre apenas por meio das filiações, visto que a falta de regulamentação do sindicalismo no setor impede que haja cobrança compulsória de não-filiados, assim como ocorre no setor privado, pois não existe essa imposição por lei.

¹⁶² Segundo Cardoso (2003, p. 245), “o acesso aos serviços é o principal motivo declarado pelos trabalhadores para a filiação a sindicatos”. Importa ressaltar que os serviços assistenciais prestados por sindicatos existem desde a primeira regulamentação dessas entidades, ocorrida na década de 1930. A presença daqueles serviços se intensificou durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

alterou com o tempo. Assim, o movimento que se caracterizou pelo confronto numa década passou a ser ligado à conciliação (entre patrões e trabalhadores) na década seguinte. O “sindicalismo de resultado” ou “sindicalismo conciliador” (de 1990 em diante), em geral, tentava conciliar a exploração capitalista com a garantia de benefícios aos trabalhadores (ALVES, 2000; FRANÇA, 2013). França (2013), por exemplo, analisa as resoluções congressuais da CUT no tempo e mostra a mudança de postura dessa central no Brasil: transformando seu discurso contrário à reestruturação produtiva em favorável com ressalvas, o que converge com a transição do “sindicalismo de confronto” ao “sindicalismo conciliador”, destacada acima.

Na prática isso significa que a tática de organização da classe trabalhadora para o confronto com os patrões, empregada na década de 1980, foi relegada para segundo plano, enquanto as manifestações corporativistas ou setoriais que visavam principalmente o diálogo e a negociação a fim de conquistar benefícios pontuais passaram a ser as mais comuns, a partir da década seguinte; um “neopragmatismo sindical” (ALVES, 2000). O autor (*Ibidem*, p. 120) destaca que esse tipo de atuação incorporou o discurso da “concertação social” que dá sobrevida apenas às parcelas da classe trabalhadora que são ou estão organizadas, ficando, portanto, as demais parcelas desprotegidas e desarmadas na disputa por melhorias de vida.

Ainda segundo Alves (2000, p. 112), essas mudanças ocorreram devido à “grande sincronia histórica da ordem capitalista no Brasil com o que ocorria lá fora”, isto é, com a reestruturação produtiva. Dessa forma, ocorreu uma desestruturação do mundo do trabalho, algo que impactou na organização dos trabalhadores que também se viram desestruturados.

Pelas discussões realizadas pode-se compreender que as mudanças estruturais que vêm afetando o trabalho nas últimas décadas estão impactando também nas entidades de representação dos trabalhadores, conforme destacaram Santana e Ramalho (2004) sobre o caso dos países centrais do capitalismo. Entretanto, não há consenso entre os pesquisadores do tema acerca da forma como isso ocorre, visto que, por exemplo, a queda na taxa de filiação ocorre apenas em números absolutos, mas não relativos. Isto é, o número de trabalhadores filiados a sindicatos, proporcionalmente, não foi reduzido. Algo que parece ser mais consensual é a crise de discurso dessas entidades, passando da defesa da classe trabalhadora para a da sua categoria específica, exaltando o corporativismo. Isso motivou Santana e Ramalho (2004, p. 45) a destacar que “o que vem ocorrendo não é uma crise do sindicalismo, mas uma crise de seu estilo e orientação tradicionais”. Estaria a “modernidade recente”, “modernidade tardia”, “modernidade líquida” (ou tantas outras nomenclaturas para o que vem

ocorrendo nos últimos trinta anos no mundo ocidental) etc. mudando os pensamentos através da forma de sociabilidade ímpar que fomenta? A resposta parece ser afirmativa.

Após essa necessária explanação acerca dos conflitos que geraram e fomentaram o sindicalismo no mundo e no Brasil, tentaremos entender agora algumas importantes mudanças envolvendo o sindicalismo especificamente nos setores público e de serviços no Brasil.

3.2.3 Mudanças no sindicalismo brasileiro: setor público e de serviços em pauta

Ao discutir o tema sindicalismo, é necessário destacar algumas mudanças recentes no país acerca dessas entidades. A principal delas tem relação direta com a categoria estudada aqui, a saber: o aumento da influência do setor de serviços e, principalmente, do setor público nos sindicatos. A literatura específica sobre o assunto já aponta consenso sobre o assunto: assim como o setor de serviços vem crescendo em número de empregos, vem crescendo também em número de sindicalizados (CARDOSO, 2003). Da mesma forma, o setor público vem despontando como grande filiador de trabalhadores (CARDOSO, 2003; JARD DA SILVA, 2001).

Possivelmente, isso é mais um efeito da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho - aprofundadas na década de 1990, no Brasil - na organização dos trabalhadores (JARD DA SILVA, 2005), pois existe uma relação direta e de mão única entre segurança no emprego (estabilidade) e filiação sindical (CARDOSO, *op. cit.*). Logo, enquanto as categorias do setor privado passaram a sofrer com a subcontratação e isso declinou suas taxas de filiação, o setor público, munido do direito à estabilidade, despontou como filiador de trabalhadores e, por isso, com poder de mobilização pela reivindicação de direitos. Não à toa, os maiores sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), primeira e maior central sindical do país, são de categorias ligadas ao serviço público (JARD DA SILVA, 2001), estando o APEOC entre eles.

O sindicalismo naquele setor também tem outra característica histórica importante que pode ajudar a defini-lo: os servidores públicos eram proibidos de se organizar sindicalmente até a promulgação da Constituição de 1988. As entidades representativas desses profissionais tinham (ou deveriam ter) caráter mais lúdico e de lazer, sendo nomeadas de associações. Dito isso, a primeira definição da sigla APEOC foi: Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará, criada em 1962. Por esse motivo, todos os docentes que foram interlocutores nesta pesquisa tratam sua entidade representativa como “a APEOC”. Desde 1989, a definição da sigla é: Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias

de Educação e de Cultura do estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará. Dessa forma, por mais que aquelas associações desenvolvessem de fato ações sindicais, estavam proibidas de fazê-lo formalmente. Logo, só puderam atuar como sindicatos após a garantia da atual Carta Magna (Art. 37, VI). Assim, somando isso à estabilidade no emprego, os sindicatos ligados ao serviço público tiveram um crescimento acentuado a partir da década de 1980, culminando no quadro que existe hoje.

Essas mudanças, que ainda estão em curso, mexem com o sindicalismo brasileiro, visto que os funcionários públicos passam a figurar em entidades de classe bastante significativas no cenário nacional, além de liderarem a criação de novas entidades em relação a outros setores (JARD DA SILVA, 2005). Ao mesmo tempo, são criticados por parcelas de trabalhadores do setor privado por terem ligação existencial com o Estado (JARD DA SILVA, 2001; NOGUEIRA, 2005) e, por isso, terem limite de atuação na luta de classes a partir da visão marxiana, por exemplo, que visa a eliminação do Estado e das classes sociais. Na visão daquelas parcelas, as categorias profissionais do setor público teriam inspiração corporativista em suas reivindicações, isto é, pautas principalmente ligadas à sua categoria em específico, não gerando solidariedade com outros trabalhadores¹⁶³. Todavia, Jard da Silva (2001) mostrava que entre categorias do setor público não há unanimidade sequer em relação a assuntos considerados importantes, assim como a possibilidade de reforma em sua previdência, que viria a ocorrer, em meados da década de 1990, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse dado possibilita a relativização do corporativismo desses profissionais.

Nesse sentido, apesar de suas especificidades, o sindicalismo do setor público foi responsável por importantes movimentos de reivindicação de direitos de seus empregados durante a década de 1980, juntamente com a atuação das entidades do setor privado, que marcaram a história, visto que o Brasil passou a figurar entre os países com maior volume de greve do mundo (NORONHA, 1992,1994 *apud* JARD DA SILVA, 2005).

Importa considerar também que os trabalhadores do serviço público brasileiro possuem especificidades em relação aos do setor privado que acabam criando impedimentos para a atuação política sindical, a saber: 1) o Estado não possui autonomia como o empregador do setor privado, estando sujeito a leis de responsabilidade fiscal e ao “princípio

¹⁶³ Apesar disso, Jard (2005, p. 130) destaca os conflitos envolvendo o termo “trabalhador público” na Constituição de 1988, desejo de muitas entidades representativas desse setor, visto que aproximaria o empregado do setor público ao do setor privado, além de ressaltar os conflitos trabalhistas também existentes naquela esfera.

da legalidade”, o que certamente dificulta possíveis negociações de suas reivindicações. 2) A relação entre servidor e Estado está sujeita à política formal do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Devido à forma como os Poderes estão arranjados no Brasil – seja pela frágil estrutura partidária, seja pelo clientelismo que envolve os três Poderes – aquela relação é tomada pela instabilidade e conflitualidade (NOGUEIRA, 2005).

Ademais, a garantia na Constituição Federal de 1988 de os funcionários públicos poderem se associar em sindicatos não garantiu também obrigações ao empregador, o Estado, assim, movimentos reivindicatórios de trabalhadores do setor público possuem características bem distintas daqueles do setor privado, como, por exemplo: longevidade das greves, negociações difíceis e morosas, longas jornadas não trabalhadas, poucas conquistas econômicas envolvendo setores como saúde e educação (NOGUEIRA, 2005, p. 245 *et seq.*). Essa falta de regulamentação do sindicalismo no setor público põe em xeque sua liberdade sindical, visto que os “tradicionais” trâmites envolvendo uma negociação entre trabalhadores e empregador nem sempre são seguidos, o que pode impactar na organização dos trabalhadores¹⁶⁴.

Após essa breve discussão acerca dos sindicatos no Brasil, se tentará entender especificamente o que se passa com a categoria dos professores da rede estadual do Ceará - visto que os conflitos entre base e diretoria sindical são constantes e não tão recentes – e também até que ponto as relações entre docentes e sindicato são afetadas pelos novos fenômenos ligados ao mundo do trabalho. Para fins de discussão dos pontos de conflito envolvendo o sindicato APEOC elencados no final do capítulo anterior, a ordem cronológica dos fatos não será seguida, sendo apresentados dados de momentos aleatórios em cada tópico a seguir. Sempre que necessário ao bom entendimento do texto, o momento histórico será esclarecido ao leitor.

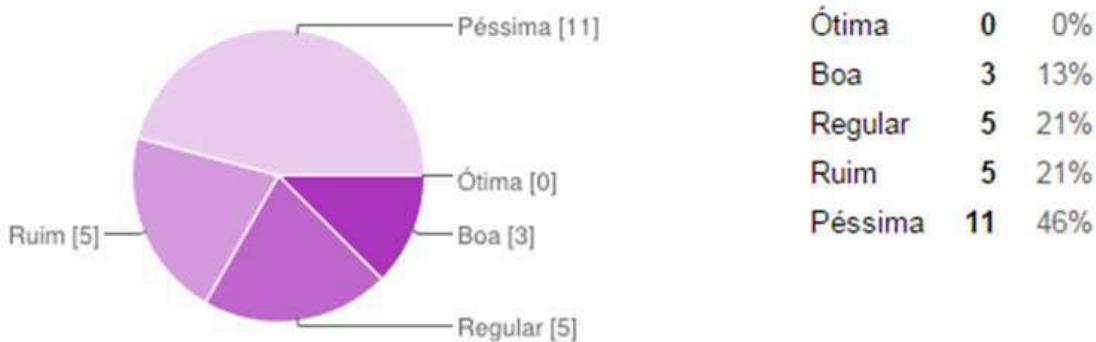
3.3 Relação entre o sindicato APEOC e sua base no pós-greve

Conforme discutido no primeiro capítulo, a greve de 2011 criou um clima de tensão entre o sindicato APEOC e sua base. O término daquele movimento ainda é lembrado por parte significativa dos interlocutores desta pesquisa, que nos questionários afirmaram que houve “golpe” e “traição” por parte de sua diretoria. 42% deles são filiados ao sindicato e

¹⁶⁴ O Art. 8º da Constituição de 1988, que regulamenta o sindicalismo no setor privado, obriga os sindicatos de trabalhadores e empregadores a negociarem em eventuais conflitos trabalhistas. Além disso, a Justiça pode intervir a fim de realizar acordo entre as partes. O Art. 37 da Carta Magna, pelo contrário, estabelece apenas a livre associação sindical e o direito à greve aos funcionários públicos. A regulamentação do sindicalismo no setor público deveria ter ocorrido por meio de lei específica. Contudo, até hoje isso não ocorreu.

100% dizem ter paralisado suas atividades durante a greve, dos quais 92% participaram de algum evento relacionado aquele movimento. Esses professores avaliam da seguinte forma a atuação do APEOC durante a greve:

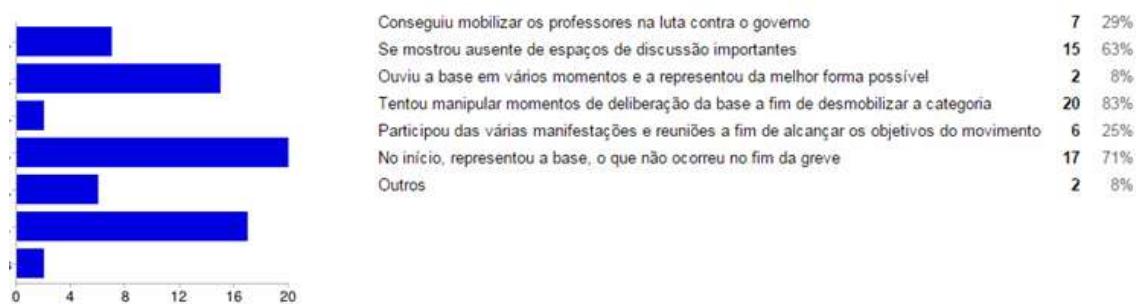
Gráfico 01 - Avaliação da atuação do sindicato APEOC durante a greve de 2011



Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

A avaliação dos interlocutores aponta para a seguinte situação: 2/3 consideram Ruim ou Péssima a atuação do APEOC e apenas 13% a consideram Boa. Nenhuma avaliação Ótima foi registrada. As avaliações se afunilam no gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 02 - Avaliação de ações específicas do sindicato APEOC durante a greve de 2011



Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

O gráfico aponta para três importantes conclusões dos interlocutores em relação ao que ocorreu durante a greve, a saber: 63% acham que a direção sindical “se mostrou ausente de espaços de discussão importantes”, 83% que aquela “tentou manipular momentos de deliberação da base a fim de desmobilizar a categoria”, e 71% consideram que a direção “no início, representou a base, o que não ocorreu no fim da greve”. Ademais, 29% dizem que ele “conseguiu mobilizar os professores na luta contra o governo”, e 25% afirmam que

“participou das várias manifestações e reuniões a fim de alcançar os objetivos do movimento”.

Como é possível de se perceber, a maioria das avaliações aponta uma tendência à hierarquização da entidade devido à sua ausência das discussões com a base. Ademais, percebe-se também uma tendência à burocratização de suas decisões ao considerarem que tentou manipular deliberações¹⁶⁵. A falta de discussão com a base e a tentativa de manipular decisões pode ter culminado na avaliação de que o sindicato representou a categoria apenas no início da greve, o que não ocorreu em seu final. Importante lembrar que do meio para o fim da greve o sindicato passou a defender o seu encerramento; posicionamento que não foi bem recebido por parte significativa da base que participou de manifestações públicas e assembleias gerais, como relatado no primeiro capítulo.

Nesse sentido, como então é possível de se compreender os conflitos que se estabeleceram entre essa entidade e os professores, após 2011, tendo como referência aquela greve e as avaliações iniciais dos interlocutores da pesquisa? Isso é o que será discutido a seguir. Inicialmente, serão abordadas as categorias *desmantelamento* e *fragmentação* (DRUCK, 1996) - que têm relação com o conceito *crise de representatividade* -, o que poderá revelar se e como o APEOC está inserido num cenário de crise do sindicalismo.

3.4 Crise do sindicalismo: efeitos do *desmantelamento* e da *fragmentação*

Conforme já discutido, o sindicalismo encontra-se num momento de crise. Esse cenário foi fomentado principalmente pelo chamado fenômeno da reestruturação produtiva, que teve como duas de suas principais consequências a flexibilização da produção e das leis trabalhistas. Vários foram os efeitos disso entre os sindicatos. Todavia, a partir dos dados apreendidos no primeiro capítulo, serão discutidos aqui o *desmantelamento* e a *fragmentação*, dois fenômenos que podem contribuir ao entendimento do que vem ocorrendo com a categoria profissional aqui estudada.

Graça Druck (1996, p. 32) diz que “a fragmentação e o desmantelamento dos coletivos de trabalhadores [...] desencadeia um processo de individualização dos [mesmos], levando a uma crescente perda de identidade coletiva e de classe”. Esse argumento é praticamente consenso na literatura acerca da crise do sindicalismo, mas a representatividade estudada aqui

¹⁶⁵ Sobre a assembleia geral que suspendeu o movimento grevista no início de outubro de 2011, por exemplo, 90,4% consideram que houve manipulação da votação por parte dos sindicalistas. O conceito de burocratização sindical será melhor discutido no capítulo seguinte.

(setor público de serviços) se diferencia em alguns aspectos da abordada pela autora, que estudada unidades fabris. Logo, pontos de distanciamento e aproximação entre as duas realidades serão destacados no contraste teoria-empiria.

Inicialmente, será discutido o *desmantelamento*, que é entendido como o reflexo da implementação de políticas que têm como objetivo reduzir/ suprimir direitos trabalhistas, o que a autora chama de “desregulamentação do mercado de trabalho” (DRUCK, 1996, p. 30). Entretanto, os funcionários públicos em geral possuem direitos que ultrapassam aqueles garantidos aos demais trabalhadores. Isso motivou Guedes (1994), na década de 1990, a ressaltar que os empregos públicos adiantam o *Welfare State* aos indivíduos que os ocupam. Nesse sentido, pode-se afirmar que a categoria profissional estudada vivencia desmantelamento? A análise dos questionários aplicados, de momentos de interação da categoria e de leis ligadas à profissão aqui estudada e também de Leis Orçamentárias Anuais do Ceará, pode ajudar a entender se os professores da rede estadual estão vivenciando um cenário de desmantelamento.

3.4.1 Desmantelamento: o caso dos professores da rede estadual do Ceará

A fim de contrastar a realidade vivida pela categoria profissional estudada e a teoria acerca do desmantelamento, serão analisadas a seguir leis que regeram e regem a profissão de professor no Ceará nos últimos quarenta anos, além do fato de que serão realizados cálculos estatísticos específicos acerca das mudanças no PCCS dos docentes principalmente entre 2011 e 2015.

Será percebido que as décadas de 1970 e 1980 foram generosas aos professores estaduais, pois vários direitos foram conquistados através, principalmente, de duas importantes leis: o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei Nº 9.826/74) e o Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará (Lei Nº 10.884/84). Alguns dos direitos conquistados naquele momento histórico podem ser conferidos no quadro a seguir:

Quadro 02 - Direitos conquistados pelos professores nas décadas de 1970 e 1980.

Direito	Conquistas na Década de 1970	Conquistas na Década de 1980
----------------	---	---

Aposentadoria e outros direitos considerados previdenciários¹⁶⁶	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção de um “sistema de previdência e assistência” que prestava os seguintes serviços a funcionários e suas famílias: aposentadoria, pensão, pecúlio, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral, salário-família, assistência médica, assistência hospitalar, assistência obstétrica, assistência odontológica, assistência financeira, assistência social, assistência jurídica. (Art. 150); - Aumento automático da aposentadoria e na mesma proporção em que o pessoal da ativa (Art. 157); - Aposentadoria integral por tempo de serviço referente aos vencimentos e vantagens do cargo (Art. 155). - Contagem do tempo de serviço em dobro em algumas ocasiões (Art. 69). 	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a aposentadoria especial por tempo de serviço: 25 anos para mulher e 30 para homem (Art. 69).¹⁶⁷ - Incorporação de gratificações (Art. 62). - Garante os mesmos direitos previdenciários constantes na Lei Nº 9.826/74 (Art. 56).
Licenças	<ul style="list-style-type: none"> - Licença Especial: três meses com vencimentos integrais a cada cinco anos de serviço ininterruptos (Art. 105); - Licença para tratamento de pessoa na família: recebendo vencimentos integrais por até 2 anos (Art. 99); 	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma licença específica para o magistério.
Salário	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de vencimento (Art. 122). 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de paridade entre o vencimento do magistério e de outros profissionais com mesmo nível de formação (Art. 4º). - Fixação de um Plano de Carreira por qualificação e por tempo de serviço (Arts. 58, 81 e 82)
Gratificações	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma gratificação específica para o magistério. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de várias gratificações, tais como: regência de classe, exercício de especialidade, professor de excepcionais, atuação em local inóspito (Art. 62).¹⁶⁸
Férias	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de 30 dias de férias a todos os funcionários públicos estaduais (Art. 78). 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de 60 dias de férias divididos em dois períodos de 30 após cada semestre letivo (Art. 39).
Carga horária	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma norma específica para o magistério. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de 1/5 (ou 20%) do tempo de serviço reservado para atividades

¹⁶⁶ Importa ressaltar que, nesse momento histórico, o direito à saúde era considerado um direito previdenciário; o que mudaria posteriormente.

¹⁶⁷ Essa lei estadual antecipou essa conquista à categoria estudada, visto que no plano nacional os docentes de educação básica só conquistaram esse direito em 1998.

¹⁶⁸ Em 1985, a Lei Nº 11.072/85 fixou em 40% o percentual das gratificações por efetiva regência de classe e por efetivo exercício da especialidade.

		<p>extraclasse (Art. 33).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de 50% da carga horária sem prejuízo ao vencimento nas seguintes situações: ao completar 50 anos de idade ou 20/25 anos de serviço se mulher/homem (Art. 68).
Outros	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhum outro direito específico para o magistério. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de estudo para qualificação profissional (Art. 62). - Reconhece a Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará como entidade oficial dos professores frente ao governo (Art. 103).

Fonte: Lei Estadual Nº 9.826/74 e Lei estadual Nº 10.884/84¹⁶⁹.

Importa ressaltar que nessas décadas a *reestruturação produtiva* e a *flexibilização* das relações de trabalho já estavam em curso nos países centrais do capitalismo. Todavia, seguindo a regra das medidas modernizantes no Brasil, que quase sempre foram implementadas com atraso em relação ao Mundo Ocidental, aqui ainda estavam sendo garantidos direitos aos trabalhadores como forma de se criar algo próximo ao *Welfare State*, principalmente em se tratando de empregos públicos (GUEDES, 1994). Extensão que, como se pode compreender, se restringe a uma pequena parcela dos trabalhadores formais, estando os professores da rede estadual do Ceará inclusos nela naquele momento.

Retomando o quadro de direitos apresentado, pode-se observar que os trabalhadores que tinham sua profissão regida por aquelas leis podiam usufruir de importantes direitos que iam de descanso prolongado (férias anuais de 60 dias) a benefícios financeiros que nos dias atuais parecem inconcebíveis (como o auxílio-financeiro). Esses trabalhadores tinham direito a aposentadoria integral sem necessidade de contribuição à previdência após aposentado, além de poderem gozar de licença remunerada de três meses a cada cinco anos de serviço. O professor da rede estadual recebia gratificações que poderiam passar de 100% de seu vencimento-base; ainda assim, tinha acesso a serviços de saúde específicos para servidor que contavam com várias especialidades médicas.

Além das duas leis destacadas no quadro, outras consolidaram direitos aos professores nos anos seguintes. Em 1985, a Lei Estadual Nº 11.039 garantiu o aumento das pensões dos aposentados em igual proporção ao dos ativos, além de ser efetivado no mesmo período (Arts. 5º e 6º). Outro importante direito consolidado na mesma Lei foi o 13º salário, que foi

¹⁶⁹ Apesar de garantir vários direitos aos professores, esta lei proíbe a atividade política e participação em greves (Art. 78). Destaca-se que a Ditadura Militar no Brasil durou até 1985, além de que só com a promulgação da atual Constituição federal os funcionários públicos foram autorizados a se associar a sindicatos.

implantado de forma gradativa (Art. 28). Além desses, o estado garantiu seguro de vida coletivo aos seus servidores (Art. 31). Apesar dos direitos garantidos aos aposentados por aquela lei, eles não necessitavam contribuir com a previdência, conforme disciplinou a Lei Estadual N° 11.346/1987 em seu Art. 27. Ademais, em 1991, mais duas gratificações foram criadas pela Lei N° 11.812: “localização” e “especial do magistério”; cada uma equivaleria a 10% do vencimento do professor. Contudo, não eram universais, ou seja, só alguns docentes faziam jus a elas, caso atendessem a certos requisitos¹⁷⁰.

Todos esses benefícios colocavam o professor em uma situação bastante confortável frente aos demais trabalhadores formais. Entretanto, os direitos daqueles profissionais passaram a ser limitados e/ou suprimidos a partir da década de 1990, conforme será apresentado a seguir. Vale ressaltar que a década de 1980 é considerada por muitos como a “década perdida” para a economia, isto é, neste intervalo o Brasil cresceu muito pouco e passou por momentos de instabilidade econômica singulares em todo o globo¹⁷¹. Reflexo disso, em 1993, a inflação chegou à taxa de aproximadamente 2.700% ao ano. Isso significava que de um dia para o outro o pão tinha aumentado seu valor, enquanto o salário do trabalhador não seguia esse ritmo de correção.

Os investimentos pelo setor privado eram poucos devido ao cenário de instabilidade e às altas taxas de juros que buscavam conter a alta inflacionária. Nesse sentido, o papel de investidor na economia ficava em boa parte nas mãos do Estado. Logo, uma possível saída para esse cenário de instabilidade era o Estado tentar repassar o papel de investidor para entes privados, além de reduzir gastos em alguns setores a fim de maximizar os investimentos feitos e desoneras o investidor privado com tributos (ABU-EL-HAJ, 2005). Devido a isso, muitas empresas públicas foram privatizadas e muitos empregados públicos foram demitidos ou estimulados a se demitir, como no caso do Programa de Desligamento Voluntário (mais conhecido como Programa de Demissão Voluntária) do Banco do Brasil, considerado um “sucesso” ao redor do globo devido aos números de demissão alcançados¹⁷².

Entretanto, demitir funcionários públicos nunca foi fácil no Brasil, visto que os sindicatos se fortaleceram bastante nesse setor durante a década de 1980, conforme já ressaltado, além da garantia de estabilidade àqueles funcionários. A saída mais comum

¹⁷⁰ A gratificação por localização deveria ser paga ao professor que ensinasse em escolas da Região Metropolitana de Fortaleza. Já a gratificação especial do magistério era devida a docentes que lecionassem em “Centros de Referência” na forma da lei.

¹⁷¹ Conhecida como “década perdida” pelo olhar da economia, a década de 1980 é considerada também uma década importante para a política porque as manifestações políticas ganharam evidência ímpar no país e contribuíram para o fim da Ditadura Civil-Militar, em 1985, e também para a conquista de muitos direitos para a classe trabalhadora devido, principalmente, à atuação de movimentos sindicais.

¹⁷² Cf. RODRIGUES, 2004.

encontrada pelos governos foi, então, a supressão/ redução de direitos a esses trabalhadores. A partir da década de 1990, os funcionários públicos em todo o país e em todas as esferas administrativas assistiram – nem sempre passivamente – à redução de seus direitos ligados ao trabalho. Com a categoria dos professores da rede estadual do Ceará não foi diferente. A seguir, será apresentado quadro com as principais subtrações de direito envolvendo a categoria estudada. A forma de apresentação será diferente em relação às conquistas apresentadas acima, visto que as supressões vieram equacionadas, isto é, paulatinamente, uma lei por vez visando retirar direitos.

3.4.1.1 Previdência

O primeiro a ser objeto de análise será talvez o mais importante e que tem sido bastante disputado entre patrões e trabalhadores, o direito previdenciário. Esse direito sofreu três grandes reformas, são elas:

Quadro 03 - Apresentação de três reformas na previdência dos servidores estaduais do Ceará.

Reforma 1: Lei Complementar Nº 12 de 23 de junho de 1999¹⁷³
<ul style="list-style-type: none"> - Limita a contrapartida do estado para o Sistema Único de Previdência Social dos Servidores (SUPSEC) ao dobro da contribuição dos servidores ou a 12% do orçamento líquido do estado (Art. 3º). - Inclui os inativos (com menos de 70 anos) na lista de contribuintes (Art. 4º). - Fixa a contribuição em 11% para quem ganha até R\$ 1.200. A essa taxa serão acrescidos 9% à parcela que exceder R\$ 1.200 até R\$ 6.000 e 14% à parcela que exceder R\$ 6.000. Ademais, passa a taxar eventuais gratificações (Art. 5º). - Restringe os dependentes (Art. 6º). - Restringe os benefícios previdenciários a: aposentadoria, pensão por morte e auxílio-reclusão (Art. 7º). - Extingue a pensão especial em consequência de acidente de trabalho ou doença profissional (Art. 12).
Reforma 2: Lei Estadual Nº 13.578 de 21 de janeiro de 2005¹⁷⁴

¹⁷³ Esta Lei Complementar visou suprimir vários direitos previdenciários dos servidores estaduais. Contudo, seis meses após sua promulgação, outra Lei Complementar foi aprovada restabelecendo alguns dos direitos extintos naquela. A Lei Complementar Nº 17/1999 excluiu os inativos da taxação (Aarts. 1º e 4º), e excluiu a sobretaxação 9% para valores entre R\$ 1.200 e R\$ 6.000 e de 14% para valores acima de R\$ 6.000. As demais supressões de direito constantes na LC Nº 12/99 continuaram valendo.

¹⁷⁴ Esta lei estadual aplicou a Reforma da Previdência do governo Lula aos servidores estaduais. Vale ressaltar que uma reforma com teor semelhante foi proposta pelo ex-presidente FHC, mas foi arquivada devido à ação de vários sindicatos e outros movimentos sociais em todo o país pelo que consideraram, à época, ser prejuízo aos trabalhadores.

<ul style="list-style-type: none"> - Premia com a não-taxação o servidor que, tendo adquirido direito a se aposentar por tempo de serviço, permaneça na ativa, enquanto permanecer assim (Art. 6º). - O estado continua tendo que contribuir com o dobro do valor da contribuição do servidor. Contudo, passa a ser responsável por “insuficiências financeiras” (Art. 8º). - Extingue a contagem em dobro do tempo de serviço em qualquer hipótese (Art. 9º). - Aumenta o leque de benefícios previdenciários, incluindo: salário-família, auxílio maternidade e auxílio-doença (Art. 9º). - Destaca a separação entre “benefício previdenciário” e “assistência” ao definir esta como: assistência, médica, hospitalar, odontológica e social e auxílio-reclusão (Art. 9º).¹⁷⁵ - Reajuste da aposentadoria deixa de ser automático e passa a ser junto ao do Regime Geral de Previdência Social do INSS (Art. 9º). - Passa a taxar todos os aposentados em 11% na parcela do provento que ultrapassar o limite máximo do benefício concedido pelo Regime Geral de Previdência Social do INSS (Art. 10).¹⁷⁶ - Garante a aposentadoria especial (cinco anos a menos) ao professor da educação básica que atuou todo o tempo de serviço nessa profissão (Art. 13). - Revoga artigo da Lei Nº 9.826/74 que garante a aposentadoria para mulheres por 30 anos de tempo de serviço (Art. 16). - Revoga artigo da Lei Nº 9.826/74 que regulamenta o auxílio-doença (Art. 16).
Reforma 3: Lei Complementar Nº 123 de 16 de setembro de 2013
<ul style="list-style-type: none"> - As regras constantes nessa lei só são válidas aos servidores ingressantes no serviço público estadual a partir do dia 01 de janeiro de 2014 (Art. 4º). Aqueles que ingressaram antes terão sua previdência regida pelas leis anteriores (At. 7º). - Institui o Regime de Previdência Complementar de caráter facultativo e, automaticamente, estabelece um teto para aposentadoria dos servidores que contribuem de forma compulsória mesmo que não optem pela Previdência Complementar. O teto é o mesmo valor do Regime Geral de Previdência Social. Essas regras estão de acordo com o que rege o Art. 40 da Constituição Federal de 1988 (Arts. 26 e 27).

Observando o quadro acima, percebe-se que muitas garantias previdenciárias consolidadas nas décadas de 1970 e 80 foram paulatinamente sendo suprimidas nas décadas seguintes. Restringir o direito previdenciário foi a regra das três reformas destacadas. A Reforma 1, inclusive, tentou fixar os gastos do governo em 12% de sua receita líquida, o que significaria que possíveis déficits não seriam responsabilidade do Estado, podendo os beneficiários ficar desamparados. Essa regra valeu por seis anos, até que, em 2005, a Reforma 2, que implementou a Reforma da Previdência do governo Lula, disciplinou que o Estado se responsabilizaria por eventuais “insuficiências financeiras”. Além disso, a Reforma 1 reduziu

¹⁷⁵ Essa separação é importante porque a lei esclarece que os benefícios previdenciários serão mantidos com a contribuição do servidor, enquanto a assistência não é atrelada a essa fonte de arrecadação. Essa questão será melhor discutida adiante.

¹⁷⁶ Esse valor em 2015 é de R\$ 4.663,75. Ou seja: o servidor que recebe provento de R\$ 6.000,00, por exemplo, terá de contribuir em 11% sobre o valor que excede aquele montante.

os direitos previdenciários de 15 para apenas três em relação à Lei 9.826/74 (sendo aumentados para seis em 2005). A assistência médica e hospitalar foi excluída desse rol, algo que se consolidou na Reforma 2 que discriminou quais eram os direitos previdenciários e o que era denominado de “assistência”, onde passou a se enquadrar a assistência a saúde. Foi nesta reforma também que a aposentadoria do servidor estadual deixou de ser reajustada automaticamente junto com o aumento dos ativos e na mesma proporção. Isso abriu margem para a desvalorização dos proventos dos aposentados.

Já a Reforma 3 tinha como objetivo fixar um teto para o valor das aposentadorias e pensões, além de abrir caminho para a implementação da Previdência Complementar, o que, segundo justificativa do Poder Executivo estadual (autor do projeto de lei), serviria para “equacionar o déficit atuarial” da previdência. Esta reforma também visou implementar outra parcela da Reforma da Previdência do governo Lula, que passou a prever essa “complementação”. Devido a isso, Antunes (2005) a chamou de “Reforma da (In)Previdência”, pois suprimiu vários direitos previdenciários dos trabalhadores.

A consequência da separação entre direito previdenciário e “assistência”, fruto daquela reforma, foi a criação do Instituto de Saúde do Servidor do Estado do Ceará (ISSEC), em 2007. Apesar da aparente contradição de o estado ter criado um instituto de saúde próprio dos servidores enquanto a lei praticamente deixava de garantir esse direito aos trabalhadores, o ISSEC foi criado com o objetivo aparente de ser extinto. A explicação é a seguinte: conforme foi destacado no Quadro 02, desde 1974, o estado tinha que garantir ao servidor o direito a: assistência médica, hospitalar, obstétrica e odontológica. Esses serviços eram prestados pelo Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC). À época, eram considerados direitos previdenciários, inclusive sendo ofertados por este instituto de previdência, o mesmo responsável pelos demais direitos previdenciários naquele momento histórico.

Todavia, a Reforma 1, de 1999, desvinculou o pagamento de pensões e aposentadorias do IPEC, ficando este responsável, por dedução, apenas pela assistência à saúde. Mais tarde, em 2007, a Lei Nº 13.875/07 alterou a estrutura da administração estadual e “renomeou” o IPEC de ISSEC (Art. 78). Apesar de a lei tratar de renomeação, o objetivo do órgão mudou na letra da lei, visto que passou a ter por finalidade, somente, “prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e complementar de saúde aos servidores públicos estaduais, através de rede credenciada”¹⁷⁷. Dessa forma, o governo atingia o objetivo de desvincular de vez a

¹⁷⁷ Outra mudança foi a criação da rede credenciada para atendimento, visto que, até então, o IPEC possuía seus próprios médicos contratados estatutariamente, além de estabelecimentos próprios para consulta e exames.

assistência à saúde da previdência, um processo que demorou oito anos – entre 1999 e 2007 – e foi feito em pequenas etapas.

A mesma lei que criou o ISSEC, em 2007, atribuiu à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) a seguinte finalidade: “exercer as atividades de planejamento, monitoramento, cadastramento, receitas e benefícios previdenciários do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos e dos Membros do Poder do Estado – SUPSEC”, ficando responsável pela previdência dos servidores. Esse leque de mudanças não aparenta ser profundo, mas de fato o que aconteceu foi que os serviços de saúde, outrora considerados previdenciários e, por isso, financiados também pela contribuição previdenciária, passaram a ser ofertados aos servidores como um favor. A desvinculação dos serviços de saúde da previdência fez com que o governo afirmasse que já não eram mais financiados pela contribuição previdenciária, e, sim, que eram ofertados de forma espontânea e com origem em outras receitas que não a contribuição previdenciária. Isso se comprova pela própria prestação de contas oficial do ISSEC, a saber:

Tabela 01 - prestação de contas anual (2007) do ISSEC com destaques.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ
TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA**

QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS E CUSTOS

PROCEDIMENTOS	DEZEMBRO		ANO 2007 (ACUMULADO)	
	QUANTIDADE	CUSTOS (R\$ 1,00)	QUANTIDADE	CUSTOS (R\$ 1,00)
Consulta Médica Eletiva	13.206	278.724,10	163.582	3.155.715,02
Emergência/Urgência	3.442	85.577,75	42.682	967.729,41
Procedimentos em Consultório	230	5.746,23	4.272	90.692,16
Análises Clínicas	17.306	130.388,00	226.502	1.586.837,05
Endoscopia	402	58.614,00	7.265	945.683,70
Radiologia	2.296	101.038,06	30.104	1.238.839,47
Ultrasonografia	1.976	101.035,07	29.668	1.439.706,64
Exames Especializados	3.201	154.823,32	43.360,00	2.382.772,52
Internamento	10.140	1.208.490,97	155.367,00	16.216.006,33
Auditória Médica	158	6.892,00	2.141	90.466,00
Assistência a Excepcionais	220	26.400,00	2.635	315.845,00
Fisioterapia	7.043	61.345,40	93.091	805.391,32
Fonoaudiologia	1.960	17.640,00	20.423	183.305,00
Odontologia	7.447	108.366,00	84.528	1.211.817,44
Psicologia	1.189	16.646,00	17.954	251.028,00
TOTAL	70.216	2.361.726,90	923.574	30.881.835,06
ORIGEM DOS RECURSOS: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ: R\$ 30.881.835,06				
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR: R\$ 0,00				

Fonte: www.issec.ce.gov.br

Como é possível se perceber, a prestação de contas de 2007, primeiro ano de funcionamento do ISSEC, após a promulgação da Lei Nº 13.875/07, detalha de forma simplificada a origem dos recursos que financiam o instituto. Isso porque não detalha a

origem dos recursos, visto que grande parte da receita do governo provém do recolhimento de impostos, tal qual a contribuição previdenciária, por exemplo. Ademais, o documento oficial destaca que o servidor não contribui com um centavo sequer com os “procedimentos realizados”, mas não informa se isso só ocorre diretamente (através de pagamento direto pelo serviço prestado) ou se indiretamente também (através do pagamento de impostos específicos, tal a contribuição previdenciária).

Algo que confundiu ainda mais a situação foi o fato de o ISSEC ter sido vinculado à SEPLAG – que passou a ser o órgão responsável pela previdência, em 2007 - na mesma reforma administrativa executada pela lei supracitada. Contudo, naquele momento a SEPLAG deveria apenas “supervisionar as atividades [...] da gestão da Assistência à Saúde do Servidor Público” (Art. 37). Todavia, em 2009, através do Decreto Nº 29.749 de 19 de maio de 2009, o ISSEC passou a ser “entidade vinculada” àquela secretaria, logo, o orçamento daquele instituto passou a se confundir com o da Coordenadoria de Gestão Previdenciária, órgão da SEPLAG responsável pela previdência dos servidores, conforme pode ser atestado pela tabela a seguir:

Tabela 02 - Trecho da prestação de contas 2014 da SEPLAG.

NumAno	CodNe	CodOrgao	CodEntidade	CodCredor	CodPrograma	VlrEmpenho	VlrPagamento	DscNomeCredor	DscOrgao
2014	18154	460101	46000000	9378	1	603,25	0	LABORATORIO DE PESQUISAS CLINICAS DO CAR	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ
2014	18155	460101	46000000	188870	1	595	0	CLEINICA DRA. MARIA HELENA MAGALHÃES ALBU	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ
2014	18156	460101	46000000	782249	1	1284,25	0	PRONTOLABe LABORATORIO DE ANALISES CLINI	INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ
2014	2108	460401	46000000	4599	74	11813498,2	11813498,19	SECRETARIA DA FAZENDA DO EST DO CEARA	FUNDO ESPECIAL DO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, DOS AGENTES PÚBLICOS E DOS MEMBROS DE PODER DO CEARÁ

Fonte: www.transparencia.ce.gov.br.

Como se pode perceber pela análise da tabela, atualmente, as despesas com o ISSEC e o SUPSEC têm a mesma origem: o orçamento da SEPLAG. Dessa forma, o financiamento daquele instituto de saúde passou a se confundir com o orçamento da previdência pelas reformas realizadas. De qualquer forma, o ISSEC em nenhum momento entrou no orçamento da Secretaria de Saúde, por exemplo, órgão responsável por prestar serviços de saúde a todo e qualquer indivíduo.

Apesar de não poder se caracterizar como favor, a assistência à saúde também não pode ser entendida como financiada unicamente pela contribuição previdenciária do servidor,

visto que pelo menos desde 2001 a receita proveniente dessa contribuição fica aquém das despesas com a previdência, conforme se pode verificar na tabela a seguir:

Tabela 03 - Relação entre gastos com previdência social e arrecadação previdenciária do governo do Ceará 2001, 2006 e 2014.

	2001	2006	2014
Gastos com previdência social (em R\$ milhão)	394	970,5	2.249
Contribuição previdenciária (em R\$ milhão)	84,4	215,5	458
Relação Gastos / Contribuição (%)	21,4	22,2	20,4

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2001 (Síntese), 2006 e 2014.

A análise da tabela acima aponta para a necessidade de complementação financeira por parte do governo a fim de garantir os benefícios previdenciários. Como se pode visualizar, proporcionalmente, a contribuição previdenciária dos servidores ficou quase fixa durante os 14 anos analisados: em torno de 21% do total gasto pelo governo para o pagamento dos benefícios. Isso significa dizer que os serviços do ISSEC não são garantidos somente pela contribuição do servidor, mas também pela contrapartida do empregador, o Estado. Provavelmente por isso o governo esteja tentando repetidamente retirar o financiamento do ISSEC de sua responsabilidade. Em 2008, numa dessas tentativas, o governo tentou licitar a oferta de planos de saúde privados aos servidores a fim de que estes passassem a pagar diretamente pelos serviços de saúde, como pode ser constatado pela matéria publicada no *site* oficial do instituto no início de 2008:

Brevemente sairá o resultado final da Licitação para a Contratação de Empresa de Consultoria Especializada em Plano de Saúde para assessorar o ISSEC no estudo, elaboração e implantação do Plano de Saúde dos Servidores Estaduais. [...] Portanto, estima-se que até o mês de abril próximo se conheça a empresa que terá a missão de orientar tecnicamente o Governo do Estado/SEPLAG/ISSEC na elaboração e operacionalização do Plano de Saúde.¹⁷⁸

A intenção do governo em relação ao ISSEC passou a ser manifesta. Contudo, a licitação teve que ser anulada, como divulgado posteriormente no mesmo site: “Informamos que a licitação do Plano de Saúde teve que ser anulada no final de abril/2008, tendo em vista

¹⁷⁸ Disponível em: <http://www.issec.ce.gov.br/index.php/assessoria-de-comunicacao/listanoticias/77-licita-consultoria> Acesso em: 02 mar. 2015.

que as empresas participantes impetraram recursos, umas contra as outras".¹⁷⁹ Nova licitação nunca foi tentada, mas a intenção do governo em relação ao instituto continuou visível, pelo que se pode conferir no Manual do Credenciado ao ISSEC 2014. Nesse documento oficial a Visão do instituto é detalhada como: "Ser um plano de saúde para os servidores públicos estaduais até 2014". O ano de 2014 se findou e o ISSEC continua em atividade. Contudo, em fevereiro do ano corrente o instituto suspendeu temporariamente novas consultas alegando problemas de ordem financeira, conforme explicou o sindicato APEOC em nota¹⁸⁰.

A tabela a seguir mostra que os gastos com previdência social cresceram bastante entre 2001 e 2006, chegando a aumentar em aproximadamente 40% em relação às Receitas do governo, passando de 7,6% para 10,5%. Todavia, a implementação da Reforma da Previdência do governo Lula proporcionou a estabilização desse número, visto que estacionou em 10,5%, permanecendo assim até 2014. Com a implementação da Reforma 3, iniciada em 2014, é provável que essa proporção caia nos próximos anos, visto que agora os benefícios passaram a ter um teto no estado.

Tabela 04 - Relação entre Receitas totais do governo e Gastos com a previdência 2001, 2006 e 2014.

	2001	2006	2014
Receitas totais do governo do estado do Ceará (em R\$ milhão)	5.149	9.229	21.304
Gastos com previdência social (em R\$ milhão)	394	970,5	2.249
Relação Receitas totais / Gastos com previdência social (%)	7,6	10,5	10,5

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2001 (Síntese), 2006 e 2014.

Apesar disso, percebe-se que a proporção gasta com Previdência Social no Ceará sempre ficou bem abaixo do que o governo se propunha a gastar com isso: 12%, conforme estabeleciam as Reformas 1 e 2. De qualquer forma, a regra constante na Reforma 1 de que o governo arcaria com as despesas em igual valor ao das contribuições dos trabalhadores nunca

¹⁷⁹ <http://www.issec.ce.gov.br/index.php/assessoria-de-comunicacao/listanoticias/76-licitacao-anulada> 02 mar. 2015.

¹⁸⁰ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7587-ato-realizado-gera-resultado.html> Acesso em: 23 mar. 2015.

foi aplicada, o que certamente geraria caos entre os servidores, pois não cobriria 50% do que é gasto com previdência atualmente. A seguir, será discutido outro importante direito, aquele que motivou a greve de 2011: salário.

3.4.1.2 Salário

Conforme destacado na tabela das conquistas de direito, os professores possuíam um Plano de Cargos, Carreiras e Salários próprio. Pode-se afirmar que esse PCCS sempre foi alvo de disputa entre governo e categoria, visto que os docentes historicamente ganhavam menos do que outros profissionais com o mesmo nível de formação. A contenda ficou mais acirrada ainda quando em 2008 a Lei do Piso do Magistério foi aprovada pelo Congresso. No mesmo ano, cinco governadores de estado barraram a sua implementação imediata com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Dessa forma, somente em 2011 a lei passou a valer de fato, após ser considerada constitucional pelo STF. Isso gerou nos docentes uma expectativa por aumento considerável de seus salários, visto que a aplicação do Piso ao primeiro nível do PCCS existente poderia “repercutir” na carreira – como os próprios docentes chamavam a ação de estabelecer mais Níveis que poderiam ser percorridos pelos trabalhadores durante a carreira -, atendendo à reivindicação histórica desses trabalhadores de valorização do magistério pelo aumento do salário.

Como demanda daquela greve e validação da lei, em 2011, o PCCS dos professores estaduais foi modificado. Aqui, será apresentada breve análise por meio principalmente de cálculos estatísticos sobre as mudanças relacionadas ao PCCS, entre 2011 e 2015¹⁸¹. Inicialmente, deve-se destacar que existia apenas uma tabela salarial para todos os professores da rede estadual, tanto aqueles com formação apenas em ensino médio (2.277 pessoas, atualmente) quanto para aqueles com formação em ensino superior (cerca de 33 mil, atualmente¹⁸²). Essa tabela possuía 30 níveis, conforme pode ser conferido a seguir:

¹⁸¹ Além disso, será considerado apenas o vencimento-base. Gratificações e outros benefícios de caráter temporário serão desconsiderados exatamente devido ao seu caráter transitório. Adiante, serão apresentadas as principais supressões dos docentes em relação a gratificações, o que embasará a decisão por não considerá-las para os cálculos aqui expostos.

¹⁸² Inclusive os professores temporários, que também seriam afetados pelas mudanças. Há, entre esses profissionais, indivíduos que ainda estão com o curso de graduação em andamento.

Tabela 05 - PCCS dos professores da rede estadual do Ceará, praticado em 2011.

	Qualificação	Nível	Vencimento-Base	Vencimento-Base
			20h (R\$)	40h (R\$)
Professores com Nível Superior	Sem formação em Ensino Superior	1	369,92	739,84
		2	388,42	776,82
		3	407,83	815,67
		4	428,23	856,46
		5	449,64	899,28
		6	472,12	944,24
		7	495,73	991,45
		8	520,52	1.041,02
		9	546,54	1.093,08
		10	573,87	1.147,72
		11	602,55	1.205,13
		12	632,69	1.265,37
Professores com Nível Médio	Graduação	13	664,32	1.328,65
		14	697,54	1.395,07
		15	732,41	1.464,82
		16	769,03	1.538,06
		17	807,48	1.614,97
		18	847,86	1.695,73
		19	890,25	1.780,51
		20	934,76	1.869,54
		21	981,50	1.963,01
		22	1.030,58	2.061,16
		23	1.082,11	2.164,22
		24	1.136,22	2.272,43
Doutorado	Mestrado	25	1.193,02	2.386,05
		26	1.252,68	2.505,35
		27	1.315,31	2.630,62
		28	1.381,08	2.762,15
		29	1.450,13	2.900,27
		30	1.522,64	3.045,27

Essa é a tabela que estava em vigor quando se iniciou a greve de 2011. Nela havia 18 níveis a serem percorridos por quem possuía formação no ensino superior: do 13 ao 30. O aumento entre um nível e outro, o chamado interstício, era de 5%. O salário mínimo naquele ano valia R\$ 545,00. Logo, o vencimento-base do Nível 1, primeiro nível, correspondia a 135% do salário mínimo. O do Nível 13, primeiro para quem tinha formação no ensino superior, correspondia a 244%. Já o do Nível 30, último da tabela, correspondia a 558% do salário mínimo.

Tabela 06 - Relação entre vencimento-base dos níveis de referência e o salário mínimo do ano de referência.

Nível	Vencimento-base de cada Nível	Salário Mínimo em 2011	Relação entre vencimento-base e salário mínimo vigente (%)
1	R\$ 739,84	R\$ 545,00	135
13	R\$ 1.328,65	R\$ 545,00	244
30	R\$ 3.045,27	R\$ 545,00	558

Tabela 07 - Relação entre os valores do último e do primeiro nível do PCCS 2011.

Nível 1	Nível 30	Relação Nível 30 / Nível 1
R\$ 739,84	R\$ 3.045,27	4,1

Além disso, o valor do Nível 30 era 4,1 vezes maior do que o do Nível 1. Todavia, essa tabela foi objeto de disputa da greve de 2011, conforme já destacado; assim, uma nova tabela foi aprovada após aquele movimento.

O novo PCCS era muito parecido com o antigo para quem tinha ensino superior, pois possuía os mesmos 18 níveis a serem percorridos. Agora, do 1 ao 18, já que a tabela fora separada em duas: uma para quem tinha formação apenas no ensino médio e outra para os formados no ensino superior. As tabelas criadas foram as seguintes:

Tabela 08 - PCCS aprovada após a greve para profissionais formados apenas no ensino médio (2.277 trabalhadores, atualmente) e reajustada em 29 de dezembro de 2011.

Nível	Vencimento-Base 20h (R\$)	Vencimento-Base 40h (R\$)
1	635,05	1.270,09
2	698,55	1.397,10
3	762,06	1.524,11
4	825,56	1.651,12
5	889,07	1.778,13
6	952,57	1.905,14
7	1.016,07	2.032,14
8	1.079,58	2.159,15
9	1.143,08	2.286,16
10	1.206,59	2.413,17

Tabela 09 - PCCS aprovada após a greve para profissionais formados no ensino superior (cerca de 17 mil trabalhadores, atualmente). Esta tabela não foi reajustada em 2012.¹⁸³

QUALIFICAÇÃO	Ref.	20 horas			40 horas		
		Venc. Base	Reg. classe	Total	Venc. Base	Reg. classe	Total
LICENCIATURA PLENA (10%)	1	714,15	71,42	785,57	1.428,30	142,83	1.571,13
	2	749,85	74,99	824,84	1.499,70	149,97	1.649,67
	3	787,34	78,73	866,07	1.574,68	157,47	1.732,15
	4	826,71	82,67	909,38	1.653,41	165,34	1.818,75
	5	868,05	86,80	954,85	1.736,09	173,61	1.909,70
	6	911,46	91,15	1.002,60	1.822,91	182,29	2.005,20
	7	957,03	95,70	1.052,73	1.914,05	191,41	2.105,46
	8	1.004,88	100,49	1.105,37	2.009,76	200,98	2.210,74
ESPECIALIZAÇÃO (10%)	9	1.055,12	105,51	1.160,63	2.110,24	211,02	2.321,26
	10	1.107,88	110,79	1.218,66	2.215,75	221,58	2.437,33
	11	1.163,27	116,33	1.279,60	2.326,54	232,65	2.559,19
	12	1.221,43	122,14	1.343,57	2.442,86	244,29	2.687,15
MESTRADO (20%)	13	1.282,50	256,50	1.539,00	2.565,00	513,00	3.078,00
	14	1.346,63	269,33	1.615,95	2.693,25	538,65	3.231,90
	15	1.413,96	282,79	1.696,75	2.827,92	565,58	3.393,50
DOUTORADO (40%)	16	1.484,66	593,86	2.078,52	2.969,31	1.187,72	4.157,03
	17	1.558,90	623,56	2.182,45	3.117,79	1.247,12	4.364,91
	18	1.636,84	654,73	2.291,57	3.273,67	1.309,47	4.583,14

Com essa nova divisão da tabela os valores se modificaram um pouco e passaram a ter a seguinte relação com o salário mínimo em 2012, que era de R\$ 622,00:

Tabela 10 - Relação entre vencimento-base dos níveis de referência e o salário mínimo do ano de referência. Comparaçao com a tabela vigente antes da greve.

Nível	Vencimento-base de cada Nível	Salário Mínimo em 2012	Relação entre vencimento-base e salário mínimo vigente (%)	Comparação com a tabela vigente antes da greve (%)
1 (Médio)	R\$ 1.270,09	R\$ 622,00	204	135
1 (Superior)	R\$ 1.428,30	R\$ 622,00	229,6	244
18 (Superior)	R\$ 3.273,67	R\$ 622,00	526	558

Tabela 11 - Relação entre o último nível Superior e o primeiro nível Médio do PCCS pós-greve.

¹⁸³ Os percentuais entre parênteses são referentes à gratificação por efetiva regência de classe.

Nível 1 (Médio)	Nível 18 (Superior)	Relação
R\$ 1.270,09	R\$ 3.273,67	2,6

Como se pode perceber, o salário dos professores com formação apenas no ensino médio teve um aumento vertiginoso, passando de 135% para 204% do salário mínimo. Já os salários do primeiro e do último nível de quem possui formação em ensino superior foram timidamente reduzidos em relação ao salário mínimo (de 244% para 229% e de 558% para 526%, respectivamente), o que se traduz em perda de poder de compra de seus salários. Essa tendência continua até hoje, tendo acontecido a mesma coisa com as tabelas de 2013 e 2014. Será feito o comparativo apenas com a tabela de 2015, a mais atual¹⁸⁴, a fim de exemplificar o que está sendo afirmado:

Tabela 12 - PCCS 2015 para professores com formação apenas em ensino médio (aprovado pela AL CE em 30 de dezembro de 2014).

Nível	Vencimento-Base 40h (R\$)
1	1.723,73
2	1.723,73
3	1.810,59
4	1.961,47
5	2.112,35
6	2.263,23
7	2.414,11
8	2.564,99
9	2.715,87
10	2.866,75

Tabela 13 - PCCS 2015 para profissionais formados no ensino superior (aprovado pela AL CE em 30 de dezembro de 2014).

Referência	Vencimento-base (40h) em R\$
1	1.815,54
2	1.906,30

¹⁸⁴ O Piso Nacional foi reajustado no dia 06 de janeiro de 2015 em 13,01%. O seu valor atual é de R\$ 1.917,78. Esse PCCS apresentado foi reajustado pelos parlamentares cearenses em dezembro de 2014 apenas com a reposição da inflação daquele ano: 6,45%. Logo, antes do reajuste nacional de janeiro do ano corrente. Sindicato e governo discutiram a aplicação do aumento integral do Piso na carreira, que só foi divulgada em 28 de abril do ano corrente e aprovado pela Assembleia Legislativa em julho para ser aplicado possivelmente em agosto. A decisão tomada foi paga retroativamente a janeiro. Os cálculos foram feitos, portanto, com os dados disponíveis até julho de 2015.

3	2.001,61
4	2.101,68
5	2.206,78
6	2.317,13
7	2.432,98
8	2.554,63
9	2.682,37
10	2.816,48
11	2.957,31
12	3.105,16
13	3.260,43
14	3.423,44
15	3.594,61
16	3.774,34
17	3.963,08
18	4.161,23

A análise da tabela mais atual nos mostra o seguinte quadro:

Tabela 14 - Relação entre vencimento-base dos níveis de referência e o salário mínimo do ano de referência. Comparaçao com a tabela vigente antes da greve.

Nível	Vencimento-base de cada Nível	Salário Mínimo em 2015	Relação entre vencimento-base e salário mínimo vigente (%)	Comparação com a tabela vigente antes da greve (%)
1 (Médio)	R\$ 1.723,73	R\$ 788,00	219	135
1 (Superior)	R\$ 1.815,54	R\$ 788,00	230,4	244
18 (Superior)	R\$ 4.161,23	R\$ 788,00	528	558

Tabela 15 - Relação entre o último nível Superior e o primeiro nível Médio da tabela salarial.

Nível 1 (Médio)	Nível 18 (Superior)	Relação
R\$ 1.723,73	R\$ 4.161,23	2,4

A análise das tabelas apresentadas aponta para o *achatamento* do PCCS da categoria estudada, visto que em 2011 o último nível era 4,1 vezes maior do que o valor do primeiro nível. Hoje, essa diferença é de 2,4 apenas, quase metade (e vem caindo, pois, em 2011, após a greve, era de 2,6). Caso a diferença continuasse aquela, o salário do último nível (professor com título de doutorado) seria correspondente a um pouco menos de R\$ 7.100,00. Esse valor corresponderia a aproximadamente 900% do salário mínimo vigente em 2015 contra os 528% praticados pela atual tabela. Ademais, o poder de compra dos professores diminuiu, visto que tanto o Nível 1 (Superior) quanto o Nível 18 (Superior) tiveram seus percentuais em relação ao salário mínimo vigente reduzidos, quando comparados com os existentes antes da greve.

O questionamento a se fazer nessa situação é o seguinte: os valores apresentados aqui como possibilidade de pagamento aos docentes, caso a tabela não tivesse sido separada em 2011, são praticáveis? Isto é, o governo cearense teria condições de arcar com esses gastos? Resumindo: a demanda por valorização salarial dos docentes que culminou com a greve e 2011 poderia ser atendida pelo governo? Vale ressaltar que uma das constatações acerca da narração da greve realizada no capítulo 1 foi o argumento de limitação orçamentária utilizado pelo governo em diversas ocasiões para justificar a rejeição às propostas dos professores e as próprias propostas do Poder Executivo em relação ao PCCS.

Para responder aos questionamentos será necessário fazer novo mergulho nas contas públicas estaduais, a saber: segundo dados da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2014, o governo do Ceará gastou R\$ 1.189.104.993,00 com pagamento de pessoal e encargos sociais dos professores do ensino fundamental, médio e de educação de jovens e adultos (EJA). Ademais, foram pagos R\$ 471.914.317,00 com inativos e pensionistas do ensino básico. Isso equivale a R\$ 1.661.019.310,00 ou a 7,8% das receitas totais do governo naquele ano.

Segundo dados da SEDUC, o quantitativo de professores efetivos da rede divididos por titulação é o seguinte:

Tabela 16 - Quantitativo de professores efetivos da rede estadual do Ceará por titulação em 12 de março de 2015.

	Sem formação em ensino superior	Graduado	Especi- alista	Mestre	Doutor
Total de professores por titulação	2.277	6.354	10.271	864	79

Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral da SEDUC

Somando-se esses quantitativos obtém-se 19.845 professores efetivos. A mesma fonte informa que o quantitativo de professores temporários é de 16.585. Isso significa que 36.430 docentes atuam na rede estadual atualmente, sendo 54,4% efetivos e 45,6% temporários. Ou seja: o governo gasta aproximadamente R\$ 1,19 bilhão com pagamento desse total de profissionais. E se o Piso fosse aplicado na tabela de antes da greve, aquela com 30 Níveis, quanto gastaria? Esse é o questionamento que se pretende responder aqui, mesmo que se levantando algumas hipóteses, visto que alguns dados relativos ao cálculo não estão disponíveis.

Não se tem o dado de quantos professores estão em cada nível da tabela, assim, aplicar-se-á a cada categoria o nível médio de sua titulação. Por exemplo: a categoria professor graduado possuía 8 níveis (do 13 ao 20) que devem ser percorridos por tempo de serviço; a chamada *progressão horizontal*. Só se passava para o Nível 21 com a obtenção do título de especialista; a chama *progressão vertical*. Assim, sabendo que a tabela antiga possuía 12 níveis para pessoal sem formação em ensino superior, todos serão encaixados no Nível 6. Os especialistas (do 21 ao 24) estarão no 22. Os mestres (do 25 ao 27) no 26 e os doutores (do 28 ao 30), no 29. A titulação de graduado será a única em que se aplicará outra metodologia, visto que os cerca de três mil novos profissionais aprovados no concurso público iniciado em 2013, tomaram posse, em sua grande maioria, em julho de 2014. Logo, esses profissionais obrigatoriamente ficarão no primeiro nível de sua titulação até o fim do estágio probatório¹⁸⁵. Assim, 3.000 dos 6.354 graduados serão considerados no Nível 13, enquanto os demais estarão no Nível 16. Além dessas categorias, os temporários serão considerados. O salário pago a essa categoria de professor é o mesmo pago ao efetivo que se encontra no início de carreira, o Nível 13.

Para se ter uma ideia se a divisão hipotética proposta é coerente com os gastos reais do governo, será apresentado primeiramente cálculo com os valores da tabela atual a fim de comparar o total com o montante gasto pelo governo com pagamento de professores, segundo a LOA 2014. Serão multiplicados três fatores: salário médio atual de cada categoria da tabela salarial, número absoluto de professores de cada categoria e parcelas anuais. Serão consideradas 13 as parcelas anuais devido ao 13º salário.

¹⁸⁵ O governo do estado do Ceará só aceita qualquer tipo de progressão após findo o estágio probatório, que dura três anos.

Tabela 17 - Gasto do governo com pagamento de professores a partir de salário médio hipotético.

	Salário médio atual (R\$)	Número absoluto de professores	Parcelas anuais	Total (R\$ milhares)
Professores sem formação no ensino superior	2.112,35	2.277	13	62.528
Graduados no primeiro Nível (incluindo temporários)	1.815,54	19.585	13	462.245
Graduados no Nível mediano	2.101,68	3.354	13	91.637
Especialistas	2.816,48	10.271	13	376.065
Mestres	3.423,44	864	13	38.452
Doutores	3.963,08	79	13	4.070
Total	---			1.034.997

O montante encontrado, R\$ 1,03 bilhão, é coerente com o que o governo gastou em 2014: R\$ 1,19 bilhão. Ainda mais se for considerado que alguns gastos não foram incluídos no cálculo, tal qual a gratificação por regência de classe, que varia de 10% a 40% a depender da titulação¹⁸⁶. Outro dado que não foi considerado e que reduziria o gasto hipotético encontrado foi o fato de muitos docentes serem contratados apenas por 20h semanais, o que reduz seu salário pela metade. Entretanto, é preferível pecar pelo exagero nesse cálculo. O valor encontrado representa 87% do montante gasto pelo governo para pagamento de professores (ativos) em 2014, logo, o resultado encontrado com o novo valor hipotético representará a mesma proporção do total que o governo gastaria, caso fosse pago, para fins de comparação.

Agora, é necessário descobrir quais os valores dos vencimentos-base de cada um dos 30 níveis, caso o Piso fosse implementado na tabela antiga. Para tanto, será atribuído ao Nível

¹⁸⁶ Temporários, graduados e especialistas que, juntos, representam cerca de 97% do total de docentes, têm direito a uma gratificação por regência de classe de 10%. Mestres e Doutores ganham 20% e 40%, respectivamente.

1 do PCCS anterior à greve o mesmo valor pago para o Nível 1 (Médio) da atual tabela, o seu correspondente: R\$ 1.723,73. Ademais, cada nível será acrescido de 5% sobre esse valor, assim como ocorria no PCCS de antes da greve. Dessa forma, caso o governo do Ceará tivesse aplicado o Piso do Magistério na tabela existente antes da greve, os valores ficariam de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 18 - PCCS hipotético com a aplicação do Piso na tabela vigente antes da greve de 2011.

	Nível	Vencimento-base (R\$)
Sem formação no ensino superior	1	1.723,73
	2	1809,92
	3	1900,41
	4	1995,43
	5	2095,20
	6	2199,96
	7	2309,96
	8	2425,46
	9	2546,73
	10	2674,07
	11	2807,77
	12	2948,16
Graduado	13	3095,57
	14	3250,35
	15	3412,87
	16	3583,51
	17	3762,69
	18	3950,82
	19	4148,36
	20	4355,78
Especialista	21	4573,57
	22	4802,25
	23	5042,36
	24	5294,48
Mestre	25	5559,20
	26	5837,16
	27	6129,02
Doutor	28	6435,47
	29	6757,24
	30	7095,11

A tabela ao lado mostra uma projeção do PCCS pelo qual os professores fizeram greve durante 63 dias, em 2011. A intenção naquele momento era garantir que o Piso fosse aplicado na carreira de forma a gerar ganhos reais, esticando-a. Isso não foi o que aconteceu, pois a tabela foi separada em duas e, como já demonstrado, os valores pagos atualmente a quem possui formação em ensino superior estão desvalorizados em relação aos pagos antes da greve. Voltando ao cálculo hipotético, os valores de referência que serão utilizados aqui serão os dos Níveis 6 (salário médio de quem não possui formação em ensino superior), 13 (salário do primeiro nível de graduado), 16 (salário médio de graduado), 22 (salário médio de especialista), 26 (salário médio de mestre) e 29 (salário médio de doutor). Aplicando esses valores na

tabela anterior, será encontrado o montante hipotético que o governo pagaria, caso não tivesse separado as tabelas. Dessa forma, os valores ficariam assim:

Tabela 19 - Gasto hipotético do governo com pagamento de professores a partir de salário médio hipotético, caso o PCCS não tivesse sido separado em 2011.

	Salário médio hipotético (R\$)	Número absoluto de professores	Parcelas anuais	Total (R\$ milhares)
Professor sem formação no ensino superior	2.199,96	2.277	13	65.121
Graduado no primeiro Nível (incluindo temporários)	3.095,57	19.585	13	788.148
Graduado no Nível mediano	3.583,51	3.354	13	156.248
Especialista	4.802,25	10.271	13	641.211
Mestre	5.837,16	864	13	65.563
Doutor	6.757,24	79	13	6.940
Total	---			1.723.231

Conforme destacado anteriormente, o montante encontrado com o cálculo do pagamento de 13 salários médios aos 36.430 professores representou 87% do total gasto pelo governo. Dessa forma, manteremos a mesma proporção para esse novo cenário. Assim, os cálculos apresentados na tabela acima tiveram como resultado R\$ 1.723.231.000,00. Se esse valor representa 87% do que o governo precisaria gastar para o pagamento dos professores, então o valor final seria: R\$ 1.980.725.287,00. Este valor é 66,5% maior do que o que é gasto hoje com a folha de pagamento dos docentes. Todavia, não se pode esquecer o pagamento do pessoal inativo. Destaca-se que o valor gasto pelo governo com o custeio de aposentadorias e pensões em 2014 foi de R\$ 471.914.317,00. Continuando com o cálculo simplificado iniciado, será aplicado um acréscimo de 66,5% sobre aquele valor a fim de se obter um montante virtual a ser pago aos professores inativos¹⁸⁷. Esse valor seria: R\$ 785.737.337,81. Destarte, o governo cearense, caso tivesse aplicado o Piso Nacional do magistério na tabela salarial antiga, estaria gastando hoje, por dedução, cerca de R\$ 2.766.462.624,81. Esse

¹⁸⁷ O cálculo se torna mais simplificado ainda quando considerado que a aposentadoria dos professores e demais funcionários públicos mudou bastante nos últimos anos, assim como apresentado anteriormente, e com isso as perdas de proventos seriam ainda maiores caso o valor deduzido aqui fosse realmente efetivado, pois o teto da aposentadoria atualmente é de cerca de R\$ 4.600,00. Isso leva a crer que o gasto com os inativos seria proporcionalmente reduzido em relação ao gasto com os ativos.

resultado é, obviamente, 66,5% maior do que o que efetivamente foi praticado em 2014, que foi R\$ R\$ 1.661.019.310,00.

Como se pode perceber, a garantia de um PCCS com mais Níveis aos professores, demanda da greve de 2011, geraria um custo adicional de cerca de R\$ 1,1 bilhão ao governo. Seria possível ao governo pagar essa quantia sem desrespeitar o “princípio da legalidade”, isto é, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal e, assim, comprometer as finanças do Estado? Para responder a esse questionamento será necessário analisar novamente o orçamento governamental. As receitas governamentais vêm se reduzindo proporcionalmente ao PIB nos últimos anos. Esse valor foi de 23,8%, em 2001, mas em 2011 passou a 19,2%. Infelizmente, não há dados sobre o PIB do Ceará em 2014. Todavia, a dedução será usada novamente a fim de desenvolver uma proporção plausível para a relação entre aquele índice e as receitas do governo.

Tabela 20 - Relação entre o PIB do Ceará e as Receitas totais do governo 2001, 2006 e 2011.

188

	2001	2006	2011
PIB (em R\$ milhão)	21.581	46.303	87.982
Receitas totais do governo do estado do Ceará (em R\$ milhão)	5.149	9.229	16.943
Relação PIB / Receitas totais	23,8	19,9	19,2

Fonte: Lei Orçamentário Anual 2001 (Síntese), 2006 e 2014. Anuário Estatístico do Ceará 2013.

Supondo que a proporção das receitas estaduais em 2014 em relação ao PIB foi a mesma que em 2011 (apesar de aquela apresentar tendência a cair), 19,2%, então o PIB estadual em 2014 se aproximou de R\$ 110,9 bilhões em relação aos R\$ 21,3 bilhões arrecadados. Isso aponta para um aumento do PIB proporcionalmente maior do que a arrecadação do governo. Mas por qual motivo a arrecadação do governo caiu em relação ao PIB, o que certamente justifica cortes no orçamento a fim de adequar seus gastos à arrecadação?

¹⁸⁸ Os dados mais recentes encontrados pelo pesquisador acerca do PIB do Ceará foram os de 2011.

Para responder ao questionamento, será feita nova análise do orçamento estadual do Ceará. Inicialmente, ao mesmo tempo em que o governo suprimia direitos dos trabalhadores, manteve e aumentou seus investimentos¹⁸⁹. A tabela a seguir mostra isso:

Tabela 21 - Relação entre Receitas totais do governo e Investimentos 2001, 2006 e 2014.

	2001	2006	2014
Receitas totais do governo do estado do Ceará (em R\$ milhões)	5.149	9.229	21.304
Investimentos (em R\$ milhões)	1.212	1.766	4.476 ¹⁹⁰
Relação Receitas / Investimentos (%)	23,5	19,1	21
Aumento percentual do valor dos Investimentos tendo como base o ano 2001	Zero	+ 45,7%	+ 269,3%
Inflação acumulada no período (INPC¹⁹¹) tendo como base o ano 2001	Ano de referência	+ 55,1%	+ 136%

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2001 (Síntese), 2006 e 2014.

A análise da tabela acima aponta para o crescimento dos investimentos estatais. Esse percentual sempre foi acima do que é gasto com previdência social, sendo o dobro em 2014 (chegou a ser o triplo em 2001). A justificativa para os investimentos e, principalmente, para a renúncia fiscal, é gerar mais empregos no estado, reduzindo a miséria e a desigualdade social.

¹⁸⁹ Vale ressaltar que os investimentos do governo atingem tanto órgãos públicos como entes privados. Apesar de haver transferência de dinheiro público para estes entes, deve-se destacar que o objetivo dos investimentos geralmente é a melhoria de vida dos cidadãos, logo, a injeção de dinheiro na reforma do aeroporto da capital, por exemplo, deve visar a melhoria desse serviço de transporte para a população. A mesma coisa ocorre com serviços mais básicos, assim como a construção e reforma de hospitais, por exemplo. Isso, apesar de não poder ser quantificado, geralmente se traduz em melhoria das condições de vida de parte dos contribuintes.

¹⁹⁰ Além do valor fixado para investimentos, o governo anunciou o valor referente a “renúncia fiscal”, isto é, o montante de impostos que iria abrir mão de cobrar das empresas com justificativa de investimento indireto. Esse valor foi de R\$ 879,3 milhões (Cf. LOA 2014). Caso esse valor fosse cobrado das empresas e, posteriormente, retornasse a elas em forma de investimentos, as receitas do governo aumentariam para R\$ 22,2 bilhões e os investimentos seriam na ordem de R\$ 5,3 bilhões, ou 24% das receitas totais.

¹⁹¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o mesmo índice considerado para o aumento anual do salário mínimo.

Além disso, no período considerado, o crescimento do PIB estadual foi maior do que a elevação das receitas do governo, por exemplo.

Tabela 22 - Relação entre o PIB do Ceará e as Receitas totais do governo 2001, 2006 e 2011.

	2001	2006	2011
PIB (em R\$ milhão)	21.581	46.303	87.982
Receitas totais do governo do estado do Ceará (em R\$ milhão)	5.149	9.229	16.943
Relação PIB / Receitas totais	23,8	19,9	19,2

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2001 (Síntese), 2006 e 2014. Anuário Estatístico do Ceará 2013.

A tabela mostra a redução proporcional das receitas do governo cearense em relação ao PIB durante 11 anos. Uma proporção que era de quase 24% baixou para cerca de 19%. Isso ocorreu não pela omissão estatal, mas sim por sua ação, visto que vários impostos foram reduzidos nos últimos anos, tal qual o ICMS¹⁹², que chegou a ser reduzido de 17% para 7% e 10% em relação a vários produtos¹⁹³.

Esse cenário aponta para a redução intencional do Estado como arrecadador de impostos, deixando as relações comerciais acontecerem com maior liberdade, tendo como consequência direta a diminuição da proporção das receitas do governo em relação ao PIB. Caso a proporção das receitas em relação ao PIB tivesse continuada a mesma de 2001, as receitas do governo em 2011 seriam cerca de R\$ 20,9 bilhões, ou seja, R\$ 4 bilhões a mais (23,6%) do que os R\$ 16,9 bilhões arrecadados de fato naquele ano.

Todavia, o fato de o governo estar arrecadando menos pode significar que mais dinheiro está sendo distribuído na sociedade, conforme justificativa oficial para a prática de renúncia fiscal, fazendo com que mazelas sociais como o desemprego, a miséria/ pobreza e a desigualdade social estejam diminuindo na mesma proporção em que as riquezas aumentam. Mas não é para esse cenário que os dados apontam. Primeiramente, será destacada a comparação entre a população residente do estado e a população ocupada em dois anos de referência:

¹⁹² O Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) é uma taxa que incide sobre praticamente toda e qualquer mercadoria comercializada em qualquer estado brasileiro. É uma das principais fontes de receita do governo do estado do Ceará. Ademais, a sua arrecadação impacta diretamente no FUNDEB, pois 20% de seu montante compõem este Fundo (Art. 3º da Lei Federal N° 11.494 - institui o FUNDEB).

¹⁹³ Cf. Decreto Estadual N° 29.194, de 22 de fevereiro de 2008.

Tabela 23 - Relação entre população residente e população ocupada no Ceará nos anos de 2001 e 2011.

	2001	2011 ¹⁹⁴ (aumento absoluto)
População residente (em milhares de pessoas)	7.575	8.671 (+ 1.096)
População ocupada (em milhares de pessoas)	3.325	3.911 (+ 586)
Pessoas ocupadas/ população residente (%)	43,9	45,1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2013.

Como se pode perceber, em onze anos a proporção de pessoas ocupadas cresceu de 43,9% para 45,1% da população residente, um aumento de 1,2 pontos percentuais. Importa ressaltar que o no número de empregos ficou bastante aquém do percentual de variação dos investimentos do governo que aumentou 269% entre 2001 e 2014¹⁹⁵, conforme apresentado anteriormente. Ademais, conforme se pode verificar na tabela a seguir, os rendimentos dos trabalhadores não acompanharam o PIB estadual, que cresceu 307% entre 2001 e 2011.

Tabela 24 - Comparaçāo entre o rendimento mensal de pessoas ocupadas no Ceará nos anos de 2001 e 2011.¹⁹⁶

Relação entre anos de referência →	2001 (em milhares de pessoas) / proporção	2011 (em milhares de pessoas) / proporção	Relação entre números absolutos 2011/2001 (%)
Rendimento mensal (em salário mínimo) ↓			
Até ½	699 / 21,3%	645 / 16,7%	- 7,7
De ½ a 1	802 / 24,4%	1.227 / 31,8%	+ 53
De 1 a 2	649 / 19,7%	838 / 21,7%	+ 29
De 2 a 3	197 / 6%	214 / 5,5%	+ 8,6
De 3 a 5	152 / 4,6%	161 / 4,2%	+ 5,9
De 5 a 10	97 / 2,9%	106 / 2,7%	+ 9,3
De 10 a 20	50 / 1,5%	36 / 0,9%	- 28
Mais de 20	19 / 0,6%	14 / 0,4%	- 26,4
Sem rendimento	621 / 18,9%	615 / 15,9%	- 1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2013.

¹⁹⁴ Os dados mais recentes constantes da tabela encontrados pelo pesquisador foram os de 2011.

¹⁹⁵ O aumento entre 2001 e 2011 foi de 241%. Fonte: Lei Orçamentária Anual 2011.

¹⁹⁶ A tabela suprime o quantitativo de pessoas ocupadas que não declararam de rendimento. Nessa categoria há 34.282 pessoas, em 2001, e 52.219, em 2011. Esses valores não foram considerados para o cálculo da proporção de cada categoria em relação ao total de pessoas ocupadas em cada ano de referência.

A tabela aponta para uma tímida diminuição do número de trabalhadores que ganham até $\frac{1}{2}$ salário (- 7,7%), além de uma pequena queda na proporção daqueles que não têm rendimento (- 1%). As categorias que mais cresceram em número foram aquelas de $\frac{1}{2}$ a 1 salário (53%) e de 1 a 2 salários (29%). Em compensação, os postos de trabalho com altos salários tiveram forte redução no mesmo período: menos 28% para aqueles com salários entre 10 e 20 mínimos e subtração de 26% para aqueles com mais de 20 salários. Ademais, categorias de trabalhadores com rendimentos intermediários (de 2 a 10 salários), apesar de terem crescido em números absolutos, apresentaram reduções proporcionais ao conjunto (de 13,5% para 12,4% do total).

As categorias que ganham de $\frac{1}{2}$ a 1 e de 1 a 2 salários mínimos tiveram um incremento de cerca de 614 mil trabalhadores, mais do que o crescimento de pessoas ocupadas entre os anos de referência, que ficou em 586 mil, conforme mostrou a tabela anterior, o que indica que a totalidade de postos de trabalho gerados nos dez anos analisados foi de baixa remuneração, pagando no máximo dois salários mínimos.

Ademais, o crescimento de postos de trabalho não veio acompanhado de distribuição de renda. A fim de comprovar isso, será apresentada a seguir uma comparação hipotética entre o rendimento médio do trabalhador em 2001 e 2011, tendo como referência os dados apresentados na tabela anterior. Para tanto, supõe-se que o salário mínimo em ambos os anos de referência valham cem unidades, isto é, uma unidade de medida fixa que contribuirá para o entendimento da comparação, visto que não será preciso mudar os valores do salário mínimo real em 2001 e 2011, além de não ser necessário descontar a inflação acumulada do período. Ademais, serão considerados para cada categoria salarial o seu teto como valor efetivamente pago. Para a categoria “Mais de 20 salários” será considerado o valor de vinte e cinco salários, ou seja, 2500 unidades. Apesar dos números hipotéticos, os dados relativos à quantidade de pessoas ocupadas em cada categoria de rendimento de cada ano de referência serão suficientes para que se estabeleça um parâmetro de comparação. A tabela a seguir apresenta o salário médio supracitado, a saber:

Tabela 25 - Comparação do rendimento médio do trabalhador cearense em 2001 e 2011 através de unidade de medida hipotética.

Salário mínimo = 100 unidades	Montante e unidades salariais pago por categoria de rendimento em 2001	Montante e unidades salariais pago por categoria de rendimento em 2011
Até ½ (50 unidades)	34.950.000	32.250.000
De ½ a 1 (100 unidades)	80.200.000	122.700.000
De 1 a 2 (200 unidades)	129.800.000	167.600.000
De 2 a 3 (300 unidades)	59.100.000	64.200.000
De 3 a 5 (500 unidades)	76.000.000	80.500.000
De 5 a 10 (1000 unidades)	97.000.000	106.000.000
De 10 a 20 (2000 unidades)	100.000.000	72.000.000
Mais de 20 (2500 unidades)	47.500.000	35.000.000
Montante de unidades pago	621.550.000	680.250.000
Total de trabalhadores	2.665.000	3.241.000
Média de unidades paga por trabalhador	233,23	209,89

Fonte: produzida pelo autor a partir de dados fictícios e reais referentes aos Anuários Estatísticos do Ceará 2002/2003 e 2013.

O montante de unidades salariais pago aos trabalhadores em 2001 foi de 621 milhões contra 680 milhões em 2011. Contudo, o número de trabalhadores que fez jus a cada montante foi de 2.665.000 e 3.241.000, respectivamente. Logo, a média mensal de unidades salariais paga em cada ano foi de 233,23 e 209,89, respectivamente. Ou seja: em 2001 a média salarial era de 2,33 salários mínimos contra 2,09 em 2011. Isso aponta para uma redução do rendimento médio mensal do trabalhador entre os dez anos analisados em relação ao salário mínimo. Ao mesmo tempo em que o PIB cresceu mais de 300% ante uma inflação acumulada (INPC) de 99,05%, passando de R\$ 21 bi para R\$ 87 bi. Dito isso, esse cenário aponta para pauperização da população cearense no intervalo destacado. Isso se esclarece pela análise do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e do Índice de Gini ¹⁹⁷, que buscam medir a qualidade de vida da população.

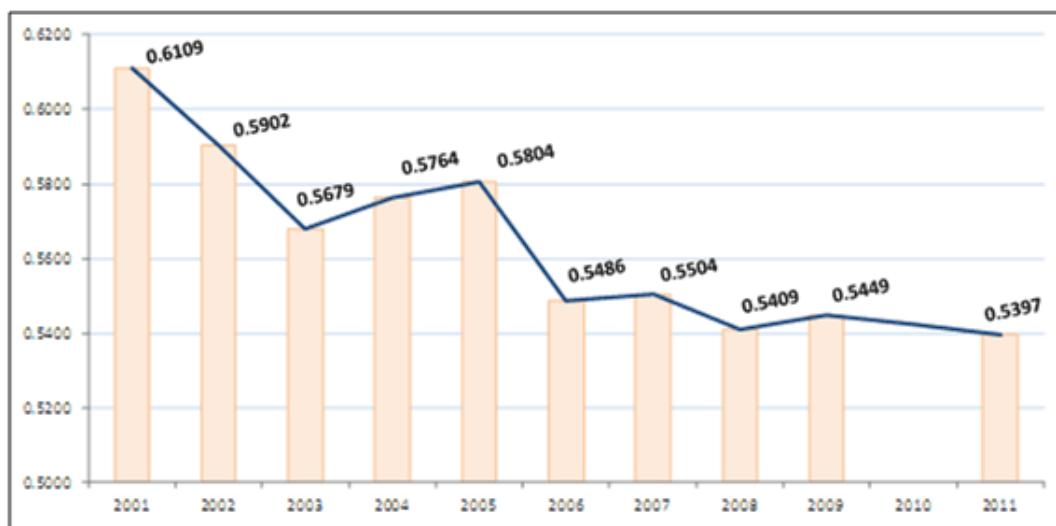
Tabela 26 - IDH cearense em 1990, 2000 e 2010.

	1990	2000	2010
IDH	0,597	0,699	0,682

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2013.

¹⁹⁷ O IDH é um índice que mede as condições de vida de uma determina população nos quesitos: saúde, educação e renda. Ele varia de zero a um. Quanto mais próximo a um, melhor as condições de vida da população analisada. Já o Índice de Gini (ou Coeficiente de Gini) mede a concentração de renda em determinado grupo, isto é, a diferença de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos. Também varia de zero a um. Contudo, ao contrário do IDH, zero representa a plena igualdade de renda, enquanto um significa a completa desigualdade.

Gráfico 03 - Índice de Gini do estado do Ceará 2001 – 2011, exceto 2010.



Fonte: Gráfico elaborado pelo IPECE.

A análise dos números do IDH mostra que a década de 1990 proporcionou uma alta elevação dos padrões de vida dos cearenses, aumentando mais de 100 milésimos o índice local. Contudo, a primeira década do século XXI não foi feliz para os cearenses nesse quesito, pois aquele índice caiu 17 milésimos. Já em relação ao Índice de Gini, o estado do Ceará também teve grandes avanços: entre 2001 e 2011 o índice caiu 71 milésimos. Apesar do quadro animador, duas questões preocupam, a saber: a primeira é que o índice praticamente estacionou entre 2006 e 2011, variando menos de 10 milésimos. Já a segunda não está visível no gráfico acima; é que o índice de 2010 foi curiosamente suprimido da publicação do IPECE. Apesar disso, o pesquisador descobriu o valor referente aquele ano: 0,528¹⁹⁸. Isso significa que o Índice de Gini do Ceará piorou entre 2010 e 2011, subindo mais de 11 milésimos. Pelo gráfico divulgado acima, o observador tende a perceber que o índice possui uma leve tendência a melhorar desde 2005, inclusive, fazendo uma “ligação direta” entre os anos de 2009 e 2011.

Dessa forma, supondo que o Estado, por ação, voltasse a ter uma arrecadação na proporção de 23,8% do PIB – a mesma de 2001 –, então as receitas do governo do Ceará em 2014 seriam de cerca de R\$ 26,4 bilhões¹⁹⁹ contra os R\$ 21,3 bilhões efetivamente

¹⁹⁸ Curiosamente, o dado foi encontrado em documento oficial do próprio IPECE, o Anuário Estatístico do Ceará 2013. O gráfico acima foi publicado no site oficial do instituto para fins de ampla divulgação.

¹⁹⁹ Ressalta-se novamente: esse é um dado hipotético, visto que a economia depende de vários fatores para se efetivar. Por exemplo: o fato de o governo não renunciar a receitas poderia ter “desaquecido” a economia, o que

arrecadados naquele ano. Esse quadro hipotético incrementaria os cofres públicos com R\$ 5,1 bilhões, valor bem acima do R\$ 1,1 bilhão necessário para aplicar o Piso Nacional do magistério na tabela vigente antes da greve de 2011.

Tabela 27 - Relação entre PIB estadual e Receitas do governo 2014 em situações hipotéticas.

Relação entre PIB hipotético e Receitas 2014		Relação entre PIB e Receitas hipotéticas 2014	
PIB hipotético 2014	R\$ 110,9 bilhões	PIB hipotético 2014	R\$ 110,9 bilhões
Proporção hipotética – PIB/ Receitas	19,2 %	Proporção hipotética – PIB/ Receitas	23,8%
Receitas reais 2014	R\$ 21,3 bilhões	Receitas hipotéticas 2014	R\$ 26,4 bilhões

Fonte: Dados reais, LOA 2014.

A análise da tabela aponta para uma maior arrecadação do Estado, caso a proporção das receitas do governo em relação ao PIB tivesse continuado a mesma que em 2001. Isso mostra a ação dos governos que atuaram nos últimos anos foi na direção da redução da máquina pública. Ademais, se os salários da atual tabela forem comparados com aqueles aplicados pelo PCCS de antes da greve, encontrar-se-á a seguinte combinação:

Tabela 28 - Comparaçāo de salários dos Níveis de referência do PCCS aplicado antes da greve e o atual.

	2011 (Antes da greve)	2015	Aumento (%)
Primeiro Nível sem formação em ensino superior	R\$ 739,84	R\$ 1.723,73	133
Primeiro Nível graduado	R\$ 1.328,65	R\$ 1.815,54	36,6
Primeiro Nível especialista	R\$ 1.963,01	R\$ 2.682,37	36,6
Primeiro Nível Mestre	R\$ 2.386,05	R\$ 3.260,43	36,6
Primeiro Nível Doutor	R\$ 2.762,15	R\$ 3.774,34	36,6

consequentemente poderia reduzir a arrecadação do governo. Contudo, nem isso pode ser comprovado porque não se trata de uma ciência exata.

Como se pode perceber, o aumento dos professores com formação em ensino superior foi de 36,6% no período. No mesmo intervalo de tempo, a inflação acumulada (INPC) foi de 28,2%. Isso se traduz em um aumento real de 8,4% no salário desses trabalhadores. Contudo, abaixo da expectativa deles em relação à aplicação do Piso, como se pôde apreender das manifestações e demandas relacionadas à greve de 2011; além do fato de que, no sentido contrário de valorização dos docentes com formação em ensino superior, os professores sem graduação tiveram seus salários valorizados em mais e 100% após a greve. Ademais, o aumento do salário mínimo no mesmo período foi na ordem de 44%, ou seja, se valorizou mais do que os salários dos docentes com formação superior.

Dessa forma, apesar de os docentes terem tido ganho real de salário (8,4%), a opinião em geral dos interlocutores foi a de que a nova tabela salarial repercutiu em perda de direito aos mesmos, visto que a reivindicação histórica que era o Piso não se transformou em valorização salarial da forma pretendida por eles.

Eu tenho plena consciência hoje que aquele plano [PCCS] foi mal negociado, que não responde às necessidades dos professores. Você pode verificar isso: tem repercussão na carreira? Não tem. (Ernesto, professor da capital)

Na verdade, acabou-se o nosso plano, a gente tem que reformular o nosso plano, foi aniquilação total. Não tem o que falar, não. Foi aniquilado o plano, foi aniquilado. (Vladimir, professor da capital)

Injusto porque nossa carreira foi dividida em duas. Caso o governo tivesse cumprido o Piso do magistério a partir do [PCCS] que estava [sendo praticado antes da greve], nosso salário hoje seria muito melhor. Então numa tentativa de burlar o pagamento do Piso, ele teve que desvincular as duas carreiras. Então isso, financeiramente, nos causou muito prejuízo, se formos analisar nosso plano de carreiras como era anteriormente. (Danilo, professor do interior)

Nós elevamos um pouquinho o salário, mas em contrapartida o plano de carreira não nos permite uma elevação maior dentro da carreira. (Marcílio, professor da capital)

Péssimo. Antigamente era uma coisa. Era para o aumento do Piso ter refletido na carreira e não aconteceu isso, por isso que eu não gostei. A gente entrou com um plano de cargos e carreiras que era de uma forma, que o piso refletia lá em cima e agora não reflete mais. (Ester, professora da capital)

Eu não vi resultado nenhum. Não teve benefício nenhum. Eles só mudaram os valores lá, botaram um no lugar do outro e não teve resultado. (Cleiton, professor do interior)

Desmoralizante, terrível porque a gente fez uma greve pleiteando ser mais valorizado enquanto especialista, enquanto mestre, quando na verdade nós não somos. Na verdade, o percentual de aumento de salário ficou foi menor. (Rafaela, professora da capital)

Esse plano de carreira eu acho ele ruim em relação ao que tinha antes porque eu acho que fez foi achatar o nosso salário, sabe?! Porque a gente não cresce (Adriana, professora da capital)

Foi péssimo porque praticamente não teve uma alteração grande e, pelo contrário, em alguns aspectos até comprimiu a carreira. (Cirilo, professor do interior)

É triste você estudar para caramba e ver que o seu estudo não está sendo valorizado. Eu acho que poderia ser melhor. Não é que piorou, é que poderia ser melhor (Renato, professor da capital)

Eu acho que não teve muito avanço. Melhorou muito pouco, eu acho que foi mais uma camuflagem, uma enrolação. Para o que a gente estava lutando, esperando, eu não vou nem mentir que eu acho que foi uma coisa muito lenta, uma enrolação mesmo, entendeu?! (Solange, professora da capital)

Vou resumir [o PCCS aprovado após a greve] em uma palavra: bosta. Pode ter outra: lixo, merda, coco. Mais ou menos isso, é por aí. (Alessandro, professor da capital)

Péssimo. Nós tínhamos uma tabela que ia do nível 1 ao 30. Aí veio [a] *apartheid*, essa tabela foi meio que apartada. Aí infelizmente foi a partir desse momento que houve a quebra da carreira. Então infelizmente [para] o professor hoje a carreira é dividida. Fato esse que não existia anteriormente. Uma das coisas que nós reivindicávamos na época era que o Piso salarial repercutisse em toda a carreira. Isso iria valorizar de certa forma o professor, mas, infelizmente, não foi isso que o governo acatou e resolveu fazer [a] *apartheid* na carreira. (Marcos Marques, professor da capital)

Como se pode compreender, os interlocutores em geral têm a opinião de que a divisão da tabela salarial lhes gerou perdas, que a tabela foi comprimida, não havendo a chamada repercussão do Piso Nacional em seu PCCS do modo almejado por eles. Importa ressaltar que nenhum dos vinte e quatro interlocutores emitiu opinião positiva sobre o PCCS aprovado após a greve, havendo apenas uma opinião neutra, a de Francisco, professor do interior, que disse “não te[r] opinião sobre isso”.

Ademais, apesar de o Piso ter sido implementado, não igualou, por exemplo, os salários dos docentes aos de outros profissionais com igual formação²⁰⁰, conforme destaca o interlocutor Marcílio:

A situação salarial hoje é a mais angustiante e é premente. Nós precisamos elevar o salário da categoria. Nós somos a categoria oriunda do mundo acadêmico que menos ganha e isso é um absurdo porque a nossa função é mais fundamental do que qualquer outra porque todas as outras funções dependem da gente. Então nós tínhamos que ter a precedência em relação ao privilégio de ter um salário mais digno. (Marcílio, professor da capital)

Caso o Piso tivesse sido implementado de acordo com a tabela salarial hipotética apresentada, o ganho real dos professores em relação ao salário que vigorava antes da greve contribuiria para a equiparação dos salários dos docentes com os demais profissionais com ensino superior, conforme dados apresentados na tabela a seguir.

²⁰⁰ Cf. DIEESE, 2014. Esta Nota Técnica destaca que no Brasil o salário dos demais profissionais com ensino superior ainda é 50% maior do que aquele pago aos professores das redes estaduais. No Nordeste, essa diferença é de 46%.

Tabela 29 - Comparação de salários dos Níveis de referência do PCCS aplicado antes da greve e o hipotético com aplicação do Piso na tabela anterior à greve.

	2011 (Antes da greve)	Tabela hipotética com 30 Níveis	Aumento (%)
Primeiro Nível sem formação em ensino superior	R\$ 739,84	R\$ 1.723,73	133
Primeiro Nível graduado	R\$ 1.328,65	R\$ 3.095,57	133
Primeiro Nível especialista	R\$ 1.963,01	R\$ 4.573,57	133
Primeiro Nível Mestre	R\$ 2.386,05	R\$ 5.559,20	133
Primeiro Nível Doutor	R\$ 2.762,15	R\$ 6.435,47	133

Além disso, os salários históricos dos docentes com graduação no Ceará apresentaram uma tendência de aumento em relação ao salário mínimo até o início dos anos 2000, havendo redução na comparação com o ano de 2015, conforme pode se verificar na tabela a seguir.

Tabela 30 - Vencimentos-base dos níveis de referência dos docentes nos anos de referência com os respectivos salários mínimos praticados em cada ano e sua relação.

	Primeiro Nível sem graduação	Primeiro Nível com graduação	Último Nível com graduação
Vencimento-base em 1984²⁰¹	Cr\$ 44.660	Cr\$ 132.940	Cr\$ 247.170
Salário Mínimo vigente em 1984²⁰²	Cr\$ 57.120	Cr\$ 57.120	Cr\$ 57.120
Vencimento / Salário Mínimo em 1984	0,78	2,33	4,33
---	---	---	---
Vencimento-base em 1993²⁰³	Cr\$ 1.120.234	Cr\$ 1.655.092	Cr\$ 2.972.302
Salário Mínimo vigente em 1993²⁰⁴	Cr\$ 522.186	Cr\$ 522.186	Cr\$ 522.186
Vencimento / Salário Mínimo	2,14	3,17	5,7

²⁰¹ Anexo III da Lei N° 10.884/84. Diário Oficial do Estado (DOE) de 03 de fevereiro de 1984. A moeda corrente em 1984 era o Cruzeiro (Cr\$).

²⁰² O salário mínimo vigente em fevereiro de 1984 havia sido promulgado em novembro de 1983.

²⁰³ Anexo VI da Lei N° 12.066/93. DOE de 15 de janeiro de 1993. Salário retroativo a 01 de novembro de 1992. A moeda corrente em janeiro de 1993 era o Cruzeiro (Cr\$).

²⁰⁴ O salário mínimo vigente em novembro de 1992 foi promulgado em setembro daquele ano.

em 1993			
---	---	---	---
Vencimento-base em 2000²⁰⁵	R\$ 274,84	R\$ 493,58	R\$ 1.131,24
Salário Mínimo vigente em 2000	R\$ 151,00	R\$ 151,00	R\$ 151,00
Vencimento / Salário Mínimo em 2000	1,82	3,27	7,5
---	---	---	---
Vencimento-base em 2015	R\$ 1.723,73	R\$ 1.815,54	R\$ 4.161,23
Salário Mínimo vigente em 2015	R\$ 788	R\$ 788	R\$ 788
Vencimento / Salário Mínimo em 2015	2,19	2,3	5,3

A fim de tornar os dados apresentados na tabela acima mais nítidos, a tabela abaixo apresenta apenas a relação entre o vencimento-base dos docentes e o salário mínimo vigente em cada ano de referência.

Tabela 31 - Relação entre os vencimentos-base dos níveis de referência dos docentes nos anos de referência com os respectivos salários mínimos praticados em cada ano.

	Primeiro Nível sem graduação	Primeiro Nível com graduação	Último Nível com graduação
1984	0,78	2,33	4,33
1993	2,14	3,17	5,7
2000	1,82	3,27	7,5
2015	2,19	2,3	5,3

Na tabela acima, fica mais clara a tendência de aumento do salário dos docentes com graduação até o ano 2000. Já em 2015, o salário cai a níveis parecidos com os praticados na década de 1980. Em relação ao salário dos professores sem graduação, há instabilidade nos anos analisados. Contudo, houve melhora significativa a partir da década de 1990, ficando o vencimento próximo a dois salários mínimos.

²⁰⁵ Anexo V da Lei Nº 13.028/2000. DOE de 30 de junho de 2000.

Continuando a análise sobre transformações envolvendo direitos trabalhistas dos trabalhadores docentes, serão discutidas a seguir aquelas relacionadas às gratificações, licenças, férias e carga horária.

3.4.1.3 Gratificações, licenças, férias e carga horária

Como foi apresentado no quadro de garantia de direitos, os professores da rede estadual do Ceará consolidaram várias gratificações em 1984 com a Lei Nº 10.884. Em 1985, percentuais de algumas delas foram fixados pela Lei Nº 11.072, garantindo complementação significativa ao salário daqueles profissionais. Em 1993, a Lei Nº 12.066 garantiu gratificação diferenciada para especialistas, mestres e doutores. Além dessas, existiam outras vantagens pecuniárias às quais os docentes faziam jus; algumas das quais foram destacadas ao longo deste texto.

Contudo, em 2009, de uma só vez o governo suprimiu vários desses benefícios, além do fato de que reduziu a porcentagem dos que não foram extintos. A Lei Nº 14.431 foi a responsável por isso. Os seus artigos 3º e 4º extinguiram as seguintes gratificações: por localização, de incentivo profissional, de efetivo exercício da especialidade, por tempo de serviço, de nível universitário e a especial. Ademais, seus artigos 5º e 6º fixaram novos percentuais às gratificações que não foram extintas, reduzindo-os: efetiva regência de classe passou de 40% para 10% sobre o vencimento-base; esta, universal. Já a de professor de excepcional, restrita, passou de 40% para 20%. Como se pode verificar, as gratificações, que outrora podiam representar mais de 100% do vencimento-base do trabalhador, passaram a ter insignificante importância para ele no final do mês, visto que apenas uma universal passou a compor os vencimentos dos professores, referente a 10%.

Outro ponto importante dessas mudanças foi o momento em que ocorreram. O ano de 2009 foi quando o governo lançou edital para contratar quatro mil professores através de concurso público de provas e títulos. Assim, a mudança se deu antes da contratação desses novos profissionais, de forma que eles não tivessem direito àqueles benefícios. Isso se confirma inclusive pela coincidência das datas, a saber: a lei foi aprovada no dia 13 de agosto, enquanto o edital do concurso foi publicado no dia 21 do mesmo mês. Com isso, o governo evitava grande ônus aos cofres públicos.

Aos profissionais mais antigos que já recebiam aqueles benefícios, o governo não os retirou por completo. Todas aquelas gratificações foram transformadas em um único benefício de valor diferenciado, a Parcela Nominalmente Identificável (PNI). A PNI passou a compor

os vencimentos apenas dos professores que ingressaram antes da promulgação daquela lei. O seu cálculo é um tanto complexo e varia de nível para nível²⁰⁶. Apesar dessas supressões, os docentes tiveram uma importante conquista após a greve de 2011, a gratificação denominada PVR (Parcela Variável de Redistribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB).

A PVR é uma gratificação que varia de percentual entre os níveis do PCCS, sendo aplicada de forma decrescente, ou seja, quanto menor o nível, maior seu percentual, e vice-versa. No Nível 1 (Superior) ela representa 39,6% do vencimento-base. Já no Nível 18 (Superior), representa apenas 6% daquele valor. Ela se intitula variável porque depende da variação do FUNDEB para pagamento de pessoal que é de no mínimo 60% do Fundo (Art. 22), sendo que após a greve saltou de 62% para 80%, o que garante o pagamento dessa gratificação. Todavia, o fato de ser uma gratificação gera incertezas aos trabalhadores, pois pode ser suprimida a qualquer instante. Esse benefício, inclusive, tem data certa para ser extinto: quando foi consolidada, em 2012, seu prazo final era 2013. Contudo, foi prorrogada até 2014 e, posteriormente, até 2020 (Lei Estadual Nº 15.243/2012).

As licenças foram outro direito reduzido dos professores se for comparado o cenário atual com aquele existente a partir de 1974, com a promulgação da Lei Nº 9.826, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Ceará. Essa lei garantia a licença do servidor por motivo de doença em pessoa da família com vencimentos integrais durante período de até 2 anos (Art. 99). Contudo, a Lei estadual Nº 13.578/2005 reduziu esse período para 6 meses, além de diminuir o leque de familiares aos quais o direito se aplica. Entretanto, a principal supressão se deu com a chamada Licença Especial, direito também garantido em 1974. A lei versava o seguinte: “Ao funcionário público que contar 5 (cinco) anos de serviço ininterruptos será concedida licença especial de 3 (três) meses com vencimentos integrais” (Art. 105). Esse direito foi extinto em 1999 pela Lei Nº 12.913. Apesar daquelas supressões, em 2007, a licença à gestante ganhou a possibilidade de prorrogação de 120 para 180 dias (Art. 100 do estatuto supracitado), conforme passou a reger a Constituição Federal em relação aos servidores públicos.

Em relação às férias, os professores do Ceará gozam atualmente de 45 dias por ano, conforme disciplina a Lei Nº 12.066/1993 (Art. 39); 50% a mais do que a maioria dos

²⁰⁶ A Lei estabelece o seguinte cálculo para uma categoria de professores, em seu Art. 7º: “A Parcela Nominalmente Identificável consiste no valor decorrente da diferença entre a soma do Vencimento Base com a Gratificação de Efetiva Regência de Classe, nos valores e percentuais definidos nesta Lei e a remuneração do mês de junho de 2009, projetada com a progressão horizontal do professor do Grupo Ocupacional MAG em junho de 2009, excluídas, desta remuneração projetada, a vantagem pessoal incorporada pelo exercício de cargo em comissão e a Gratificação de Representação”.

trabalhadores formais, que conta apenas com 30 dias. Contudo, esse direito já contou com 60 dias de repouso, assim como regrou a Lei Nº 10.884/1984 (Art. 78). O período atual de férias daqueles profissionais se divide em dois intervalos: 30 dias após o 1º semestre letivo e 15 dias, após o 2º.

Em relação à carga horária, houve ganhos e perdas de direitos. A Lei Nº 10.884/1984, em seu Art. 33, garantiu 20% da carga horária do professor reservada para atividades extraclasse, tais como: estudos, planejamento etc. Uma das maiores conquistas dos docentes com a greve de 2011 foi a implementação da Lei do Piso no que diz respeito ao aumento desse percentual para 33%. Dessa forma, atualmente, 1/3 da carga horária desses profissionais no Ceará é dedicada às atividades extraclasse. Porém houve perdas, assim como destacado, a saber: a mesma lei de 1984 garantiu aos docentes a redução de 50% da carga horária sem prejuízo ao vencimento nas seguintes situações: ao completar 50 anos de idade ou 20/25 anos de serviço se mulher/homem (Art. 68). Esse direito que visava “aliviar” o trabalho daquele profissional no final de sua carreira²⁰⁷ foi suprimido.

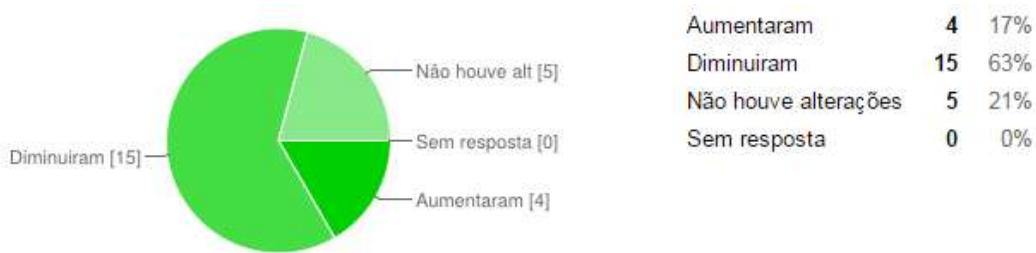
Como foi apresentado, os direitos dos trabalhadores docentes do Ceará passaram por mudanças nas últimas décadas. As reduções/ supressões certamente se sobressaltam em relação às conquistas. Tudo isso está de acordo com as teorias acerca da reestruturação produtiva – no caso dos trabalhadores do setor público, os cortes em gastos sociais foram determinantes para o impacto em seus postos de trabalho (NOGUEIRA, 2005, p. 79-80) - e da flexibilização das relações de trabalho, fatores-chave para o *desmantelamento* (DRUCK, 1996) da profissão. Todavia, qual a percepção dos interlocutores desta pesquisa em relação aos seus direitos? Isso será apresentado a seguir.

3.4.1.4 Percepção dos docentes sobre o *desmantelamento* da profissão

Para que a percepção dos interlocutores seja compreendida, serão apresentados dados de perguntas objetivas do questionário intercalados com seus relatos e opiniões. Dito isso, será apresentada no gráfico abaixo a percepção daqueles sujeitos acerca de seus direitos relacionados ao trabalho no tempo em que estão contratados, a saber:

Gráfico 04 - Percepção dos interlocutores sobre a situação de seus direitos no tempo

²⁰⁷ Em 1984, 20/25 anos de serviço era considerado final de carreira já que a aposentadoria ocorria com 25/30 anos.



Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

Quase 2/3 dos professores que responderam ao questionário, 63%, consideram que seus direitos diminuíram, enquanto 21% e 17% acham que não houve alterações e que aumentaram, respectivamente. A principal reclamação deles foi o plano de carreira aprovado após a greve de 2011. Esse plano dividiu a tabela salarial da categoria em duas: uma para professores graduados (cerca de 17 mil)²⁰⁸ e outra para professores apenas com ensino médio (cerca de dois mil). Isso fez com que a Lei do Piso praticamente não surtisse efeito na carreira, assim como exposto no capítulo anterior. Os efeitos disso são percebidos pelos docentes, conforme foi destacado por eles próprios:

Eu acredito que foi um retrocesso. O que foi aprovado na Assembleia [Legislativa] para mim foi um retrocesso. Eu percebi logo que houve uma desvalorização para quem faz especialização, mestrado e doutorado, então para mim eu enxerguei aquilo ali como se fosse um achatamento na carreira, certo? Então, hoje em dia, quando você pensa em fazer mestrado e doutorado, não só a questão do ganho intelectual, era para ter também uma valorização salarial e com a criação da nova tabela isso, pelo menos para mim, não existe mais, certo? Piorou, foi muito ruim (Heitor, professor da capital).

Heitor destaca que a nova tabela salarial não estimula os docentes a continuarem seus estudos, o que pode ter dois efeitos: ou o professor deixa de continuar seus estudos e “estagna” na carreira, ou continua os estudos e tenta abandonar a profissão por outra que pague o que considera ser mais justo. Esse profissional considera a aprovação da nova tabela salarial como um retrocesso e que houve piora em relação à tabela anterior²⁰⁹, mas ele não é o único. O professor Mendonça chega a apresentar números acerca da comparação da atual com a anterior:

²⁰⁸ Importa ressaltar que o salário dos professores temporários é calculado tendo como base o vencimento pago aos graduados efetivos, visto que um dos requisitos para ser contratado por tempo determinado é ser graduado ou estar em fase de conclusão do curso. Assim, a tabela salarial para professores graduados impacta direta e indiretamente em cerca de 34 mil trabalhadores.

²⁰⁹ Vale lembrar que os docentes com formação em ensino superior tiveram ganho real na ordem de 8,4% com o novo PCCS, logo, a piora destacada pelo interlocutor parece estar relacionada à não-valorização nos moldes almejados por significativa parte da categoria durante a greve.

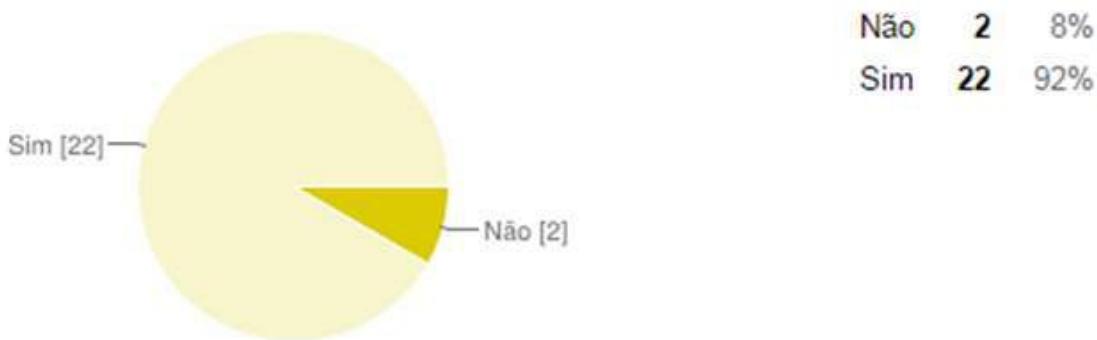
Pois é, jogaram no lixo, né, [a tabela salarial] que vigorava antes. Piorou porque a diferença do último nível da carreira do nível médio agora é bem menor do que era antes, ou seja, se a gente tivesse a mesma tabelinha, né, hoje, sei lá, devia estar ganhando uns 40% a mais. Fazendo as contas aqui e eu acho que era mais ou menos isso: 30, 40% a mais. (Mendonça, professor da capital)²¹⁰

Caso as tabelas não tivessem sido separadas, qualquer aumento no Piso Salarial “repercutiria”, como os próprios sujeitos estudados nomeiam essa ação, em toda a carreira até o último nível (entre profissionais apenas com ensino médio e também os graduados e os pós-graduados), porém o aumento anual no Piso geralmente repercute apenas na tabela exclusiva de quem tem nível médio (cerca de dois mil profissionais), assim como explica Ernesto, professor da capital: “[o aumento anual] não tem repercussão na carreira, [...] se tem repercussão na carreira só é para o início, para aqueles que estão entrando e não [é] para os outros professores dos níveis diferenciados, não acompanha”. Pelo que se pode compreender, o PCCS aprovado após a greve de 2011 é percebido pelos docentes como redução em seu direito, visto que a forma como a tabela foi estruturada (separada em duas) evita que o aumento anual garantido em lei para o piso salarial beneficie todos os níveis nas duas tabelas, ficando uma “estagnada”, aquela que atende a aproximadamente 94% da categoria, incluindo os docentes contratados por tempo determinado.

Ademais, as políticas de supressão/ redução de direitos trabalhistas continuam sendo executadas pouco a pouco no país e a cada dia uma nova lei é aprovada [ou suprimida] a fim de minimizar os gastos sociais do Estado, abrindo margem para aumentar investimentos ou desonerar produtores. Nesse sentido, será que os professores compreendem que novas intervenções a fim de reduzir seus direitos podem ocorrer? A resposta é afirmativa, como se pode perceber da análise do gráfico abaixo:

Gráfico 05 - Percepção dos interlocutores sobre a possibilidade de seus direitos relacionados ao trabalho estarem ou poderem ser limitados ou extintos

²¹⁰ Conforme apresentado no tópico sobre salário, a diferença entre o salário dos docentes praticado atualmente e o salário da tabela hipotética com a aplicação do Piso no PCCS anterior à greve de 2011 seria em torno de 70%, o dobro da destacada pelo interlocutor.



Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

A percepção dos docentes é generalizada em relação à ameaça de seus direitos. A facilidade com que os diversos Poderes Executivos aprovam suas propostas em seus respectivos Poderes Legislativos, o que tem sido chamado comumente de governabilidade (apesar de não possuir definição unívoca), pode ter influenciado diretamente nas respostas. Essa relação singular entre os Três Poderes foi frequentemente criticada por sindicato e grevistas durante aquela greve, sendo um dos conflitos destacados no primeiro capítulo como importante para o entendimento do movimento. Os relatos a seguir contribuem para o entendimento dos números apresentados no gráfico anterior:

A tendência, com o passar do tempo, é eles tirarem cada vez mais [direitos], né, da maneira deles. (Márcia, professora da capital)

Eu acho que não mudou muito [com a aprovação da nova tabela], eu acho que continuou somente essa lógica de tirar cada vez mais a questão dos benefícios que nós tínhamos, né, eu acho que segue essa linha de ir tirando sempre do professor, né, e não mudou muita coisa, não [...] Eu acho que mantém-se essa lógica de cada vez mais estar limitando os direitos da categoria. (José Pedro, professor da capital)

As garantias estão se perdendo com o passar do tempo. Vão limitando cada vez mais o salário da gente. Por exemplo: salário base, ele não sobe. Bonificação. Aumenta a bonificação, mas seu salário continua o mesmo. Aquilo ali pode ser retirado, não está assegurado totalmente. (Ester, professora da capital)

A cada dia há perseguição à categoria dos professores. Nossa salário não é tão atraente assim e, mesmo assim, as poucas coisas que nos temos ainda estão querendo puxar nosso tapete e levar. Isso é preocupante. (Samara, professora da capital)

Os profissionais têm o entendimento de que está ocorrendo um processo que visa limitar direitos dos trabalhadores. Isto é, existe a tendência de os governos “tirarem cada vez mais” (*sic*) direitos relacionados ao trabalho, o que tornaria a profissão mais penosa e menos atraente. Ademais, a concorrência resultante da divisão internacional do trabalho – ou Mundialização da Capital, como disseram Marx e Engels (2005) – acelera esse tipo de atitude

a fim de garantir a liberdade econômica considerada salutar ao processo de reestruturação produtiva. Assim, pode-se compreender que os docentes percebem o *desmantelamento* de sua profissão através da contínua ação de governantes.

Como já foi destacado anteriormente, os direitos trabalhistas dos professores da rede estadual do Ceará vêm sendo reduzidos/ suprimidos de forma visível nos últimos vinte anos. Isso confirma a percepção dos sujeitos pesquisados sobre o *desmantelamento* (DRUCK, 1996) da profissão que afeta a categoria como classe trabalhadora organizada. Ademais, o sindicato vem silenciando e até apoioando medidas consideradas danosas aos direitos dos professores por eles próprios, como foi o caso da omissão da entidade em relação à Reforma da Previdência 3²¹¹ e do apoio à divisão da tabela salarial, após a greve. A seguir, será discutido um possível efeito do *desmantelamento* na categoria dos professores estaduais.

3.4.2 A *fragmentação*: da subcontratação ao conflito e divisão entre os docentes

Segundo Druck (1996), a confirmação do *desmantelamento* pode ser considerada um dado para a *fragmentação* devido à individualização que pode gerar tanto pela falta de amparo estatal quanto pela falta de solidariedade como classe trabalhadora organizada. Apesar disso, serão discutidos a seguir outros dados relacionados à possível fragmentação dos professores estaduais do Ceará. Essa categoria vem crescendo nos últimos anos²¹² e esses profissionais possuem direito a estabilidade na forma da lei. Druck (*op. cit.*) destaca que a fragmentação se torna mais visível com a terceirização e a subcontratação, que criam subgrupos de trabalhadores, pulverizando suas demandas. Assim, surge o questionamento: a categoria estudada se insere num cenário de *fragmentação* como o destacado pela autora?

Apesar do crescimento do número de docentes efetivos, a quantidade de trabalhadores contratados por tempo determinado não pode ser ignorada, a saber: 45,6% dos professores atualmente são temporários. Isso significa inclusive que antes do último concurso ter nomeado cerca de três mil docentes, em 2014, os temporários eram maioria na rede de ensino estadual do Ceará, praticamente havendo uma inversão das proporções. Dessa forma, a quantidade volumosa de trabalhadores que não podem influenciar as decisões do sindicato APEOC impressiona, confirmando em parte a *fragmentação* da categoria, pois as demandas

²¹¹ O APEOC não realizou qualquer ato, manifestação ou mesmo consulta à base acerca da reforma ocorrida em 2013. Além disso, não há qualquer notícia no *site* oficial da entidade sobre o assunto.

²¹² Em 2009, houve concurso para docente efetivo para quatro mil vagas e, em 2013, para mais três mil.

dos docentes efetivos, aqueles que podem se filiar ao APEOC, norteiam as reivindicações e ações dessa entidade.

Além da divisão entre efetivos e temporários, há outros dados relevantes que apontam para a desintegração dos professores estudados. Os relatos abaixo revelam esta percepção por parte dos professores interlocutores:

Eu acho que a categoria de certa forma se fortaleceu [após a greve] porque a gente viu várias coisas que talvez o próprio sindicato não esperava dentro do movimento, várias ações, a presença de muitos professores em vários momentos importantes, então surgiu ali, eu acho que surgiu um movimento da base muito forte, né, eu acho que os professores perceberam que era possível articular muita coisa sem necessariamente ter que passar pelo sindicato, sem necessariamente ter que esperar o sindicato agir, então acabou fortalecendo a categoria. (José Pedro, professor da capital)

José Pedro expõe sua opinião de que a categoria saiu fortalecida da última greve. Contudo, logo em seguida, ressalta que isso ocorreu porque a base passou a agir em desacordo com o sindicato, ou seja, o que o docente destaca como fortalecimento pode ser entendido como um esfacelamento, uma *fragmentação*, visto que não há convergência entre representantes e representados. Até que ponto isso é interessante para a ação sindical num contexto de enfrentamento ao poder público que detém maior cota de poder nessa relação? Como uma categoria buscará direitos (ou pelo menos evitará que os existentes sejam extintos) se não tiver um sindicato organizado e forte, visto que a legislação brasileira dá unicamente a essa entidade o poder de representação?²¹³ A opinião desse professor é similar à do professor Heitor, a saber:

Eu acho que os professores estão mais unidos e politizados [após a greve]. Pelo menos eu falo com relação aos professores aqui [nesta escola]. Aqui há uma politização muito forte, uma união muito forte do grupo de professores, certo?! Mesmo com as decepções, o grupo, eu acho, se saiu mais forte. Saíu mais forte, saiu mais unido, [saiu] mais coeso. (Heitor, professor da capital)

União e politização – que podem ser compreendidas como organização e conscientização – são importantes requisitos para a luta dos trabalhadores, segundo Marx. O professor Heitor destaca o que entende ser o fortalecimento da categoria devido àquelas características, mas observando que isso ocorreu mesmo com as “decepções” (sic) referentes à

²¹³ Não se pode deixar de destacar que, como o sindicalismo está passando por transformações, a opinião do professor José Pedro pode ser importante para pensá-las. O desacordo entre diretoria sindical e base não necessariamente pode se traduzir em enfraquecimento. Por exemplo, em 2014, os garis da cidade Rio de Janeiro conquistaram aumento salarial de cerca de 40%, além de outros direitos exigidos, ao continuarem greve em desacordo com o sindicato, que havia aceitado proposta de reajuste do empregador de 9%. No terceiro capítulo serão discutidos assuntos que podem ajudar a esclarecer as divergências entre diretoria e base, situação comum em muitos sindicatos Brasil afora.

atuação do sindicato durante a greve. Esse fortalecimento somado às “decepções” pode ter contribuído na organização de grupos de oposição, assim como será destacado adiante.

Todavia, Heitor comprehende que a união e politização são limitadas, pois destaca o caso apenas de sua escola. Ademais, ao abordar assunto referente aos professores do interior, o interlocutor tem opinião distinta daquela atribuída aos seus colegas de estabelecimento, a saber:

Eu acredito que muitos colegas que trabalham no interior têm uma visão superficial do que acontece aqui na capital, então eu acho que isso provoca uma diferença de opiniões. Professores do interior geralmente têm uma opinião contrária à opinião dos professores da capital, né. Então eu acho que, por conta dessa diferença de opinião, essa visão que eles têm muito superficial de problemas que acontecem aqui; por nós professores da capital estarmos mais próximos, né, do governo, eu acredito que não há uma congruência de ideias. Por isso tem tantos problemas nas assembleias: um grupo defende uma coisa, o grupo da capital defende outra. Eu percebo que o grupo da capital sempre é mais forte para a questão da greve; o grupo do interior já tem boa parte que quer dar um passo atrás, quer pensar um pouco mais em relação à greve. (Heitor, professor da capital)

O relato de Heitor é significativo para se compreender a situação da categoria em seu entendimento: alguns professores, segundo ele, têm uma “visão superficial” dos fatos, enquanto outros são “politizados”. A justificativa dada pelo docente para isso é a proximidade com as ações do governo que se encontram centralizadas principalmente na capital, desconsiderando o papel das novas tecnologias no redimensionamento do espaço-tempo, como a internet ou mesmo a - não tão nova - televisão. Heitor trata da oposição entre profissionais da capital e do interior devido ao que ocorreu na última assembleia referente à greve, em 25 de novembro de 2011. Esse episódio fez com que muitos dos professores da capital passassem a hostilizar os do interior. Ainda hoje essa situação persiste. Isso é comprovado por outros relatos:

Uma vergonha, sabe?! Pessoas que não participaram do movimento, que não vieram nenhuma vez [à capital], que se posicionavam à parte, tomaram um posicionamento totalmente pensado em benefício próprio. (Márcia, professora da capital)

Como é que eu avalio esse episódio [dos ônibus vindos do interior]? Eu fiquei enojado, envergonhado com a nossa categoria. Isso mostra que essa ideia que a gente tem [de] que os professores são esclarecidos, né, que são as mentes da sociedade, os intelectuais... Foi provado aí que pelo contrário. (Vladimir, professor da capital)

Pelo que eu saiba, o pessoal do interior estava sendo contra a continuação da greve e ofertaram até ônibus para eles poderem vir aqui para poder a gente voltar às nossas atividades, para poder fazer peso. (Ester, professora da capital)

Lamentável, vergonhoso. Eu tive colegas que vieram do interior e eles não só vieram porque tinha transporte, mas eles ganharam brindes lá, eles vieram por porcarias para poder votar a favor do que o sindicato queria que era a não

permanência da greve. Isso é vergonhoso, é lamentável. O professor se vender. Nem todos vieram por esses motivos não, mas ter um professor, dois, três que faça isso, para mim é ir contra a categoria. A gente não estava ali decidindo “eu não quero mais trabalhar”, a gente estava ali pleiteando melhoria para eles também, então eu achei lamentável aquela cena. (Rafaela, professora da capital)

Como eu avalio em uma palavra: manipulação. Pronto! Eu tenho um tio que participou disso, infelizmente. Ele mora aqui [na capital], mas ele organizou esses ônibus para trazer as velhas do interior. (Solange, professora da capital)

Infelizmente, alguns professores do interior, acho eu que mal informados, ou muitos deles pressionados pelas próprias escolas, pelos diretores, já vieram com essa ideia de suspender a greve. (Marcos Marques, professor da capital)

Trazer o que nós já vimos no passado, a história. Não é bem uma compra de votos, mas seria aquela questão do [voto de] cabresto, trazer pessoas como se fossem animais para ajudar ali e demonstrarem ali que estão lá a favor do sindicato, que estão satisfeitos com o sindicato. Creio que essas pessoas, infelizmente, porque são colegas de trabalho, mas essas pessoas se venderam, né. (Samara, professora da capital)

Eu achei patético aquilo ali. Como é que pode o governo alugar um ônibus, pagar hotel para hospedar essas pessoas para virem votar contra a greve. Eu achei aquilo ali patético, um absurdo. É uma completa falta de consciência, é você ser manipulado e ainda gostar disso. É muita alienação. (Fátima, professora da capital)

Muitos docentes atribuem o episódio dos ônibus vindos do interior ao governo e/ ou ao sindicato. Ademais, é comum ouvir relatos como os dos professores acima responsabilizando os docentes do interior pelo que ocorreu. Entretanto, relatos de docentes do interior apontam para outra visão do acontecimento, a saber:

Eu fiquei indignada, indignada, porque aqui [nessa cidade no interior] foi o seguinte: a própria Crede, o que foi que eles [coordenadores da Crede] fizeram: convocaram os diretores [das escolas] a ligar para os colegas [professores] [...] A gente percebeu que os diretores não convidaram todas as pessoas, só as que iam ser contra [a greve]. (Jussara, professora do interior)

Os diretores nessa época pressionaram. A gente era temporário, estava em estágio probatório e os diretores vieram com essa [proposta] para levar a gente votar contra a greve. Então teve toda uma participação do estado e da secretaria de educação para acabar com a greve. Teve até pressão nas escolas, professores temporários foram pressionados. Eu me lembro disso. Eu fui [pressionado], de certa forma fui. Não diretamente, mas indiretamente. Era outra diretora, ela me perguntou: “E aí, vai participar ou não vai? Você está no probatório, isso pode te prejudicar”. Eu não fui porque se fosse para perder meu emprego, eu perdia, mas eu acho que se você defende uma classe, você tem que estar dentro também. (Delano, professor do interior)

Esses professores que foram, a maioria foi de contrato temporário, pressionados por seus gestores. E como, naquele momento, a maioria dos professores da rede estadual era de contratos [temporários], por isso a opção da greve ser encerrada foi vitoriosa. Porque se naquele momento fossemos a maioria efetivos, a greve não teria acabado. Eu estava em estágio probatório, mas não sofri pressão em nenhum momento. (Danilo, professor do interior)

Primeiro que eu não considero quem se presta a esse papel como professor. Professor é formador de opinião. E a partir do momento em que uma categoria se

deixa vender por interesse do governo, essas pessoas estão dando péssimo exemplo aos seus alunos. Esse tipo de gente eu simplesmente desprezo, não tenho consideração por esse tipo de gente. Quem se presta a esse papel não é professor. O que aconteceu é que, por exemplo, gestores públicos alugavam ônibus, ou às vezes em seus próprios carros e iam, dizem que por determinação da Crede, não sei, e levavam aquelas pessoas que eram de sua confiança para votar a favor do fim da greve. Isso aconteceu muito e não foi só aqui, não. Em vários cantos do estado do Ceará teve ônibus fretado, carros ligados às vezes a partidos políticos que iam levando esses professores lá para desmobilizar a categoria. Creio que isso aconteceu por uma pressão porque eram gestores públicos. Deve ter tido alguma pressão. (Cirilo, professor do interior)

Pelo que se pode perceber, estes docentes atribuem a ida de profissionais do interior à assembleia geral na capital à pressão exercida sobre esses indivíduos. Destacam também que os mais atingidos foram os profissionais mais vulneráveis, aqueles com contrato temporário²¹⁴ ou em estágio probatório. Apesar disso, o entendimento em geral dos docentes da capital interlocutores desta pesquisa é a de que os profissionais do interior foram responsáveis pelo encerramento da greve devido ao que muitos identificam como “manipulação” do sindicato e/ou do governo. Há, entre os professores da capital, quem compreenda a situação delicada dos colegas de profissão do interior, como destaca Renato: “todo mundo sabe que grande parte dos professores do interior [é de] professores temporários que necessitam do emprego para seu sustento”. Contudo, essa percepção não os isenta de responsabilidade no ocorrido, pois o docente complementa: “[aquele episódio significou] falta de caráter [...] Até que provem o contrário, para mim, foram covardes”.

Como se pode perceber, o conflito entre capital e interior ocorrido durante a última assembleia geral referente à greve persiste entre os sujeitos pesquisados. Além disso, no próprio interior, persiste conflito entre os docentes que embarcaram nos ônibus e os que não embarcaram, conforme pôde ser apreendido dos relatos anteriores e do complemento da fala da professora Jussara: “Foi uma vergonha. Tanto que quando a gente voltou eu reuni na sala dos professores para falar dos meus sentimentos diante de alguns colegas que fizeram isso porque a gente estava lutando por uma classe em geral”, assim como da fala do professor Delano: “Teve um racha muito grande aqui na escola [após a suspensão da greve] porque a maioria era de temporários, de pessoal que era indicado pela diretora”.

Isso surge como uma forma de *fragmentação* da categoria, discutida por Druck (1996). Entretanto, esse fenômeno não ocorre na categoria estudada da mesma forma como em outras categorias profissionais que estão sendo afetadas pela terceirização e pela subcontratação. Ocorre, sim, de outra maneira: através das disputas internas da categoria. Mais

²¹⁴ Vale ressaltar que o professor temporário contratado pela secretaria de educação do Ceará não possui qualquer vínculo empregatício e pode ter seu contrato interrompido a qualquer instante.

especificamente: entre docentes da capital e do interior. Devido a isso, ela será chamada de *fragmentação interna*, em contraste com outras formas de divisão que podem atingir categorias profissionais, mas que se caracterizam como ações externas a elas, tal qual a terceirização e a subcontratação destacadas pela autora, que representam uma forma encontrada pelo capital para garantir a reestruturação produtiva. Assim, a *fragmentação interna* se diferencia da *Fragmentação* (DRUCK, 1996) pela forma como ocorrem seus movimentos divisórios em relação à classe trabalhadora: aquela, de dentro para fora; esta, de fora para dentro.

A seguir, serão analisados eventos de reunião do sindicato e sua base que indicam a fragmentação interna, tais como: assembleias gerais e manifestações públicas. Essas análises visam entender como ocorre a *fragmentação interna* da categoria e como o sindicato se comporta nesse processo.

3.4.2.1 *Fragmentação interna: conflitos internos e ação sindical*

Após a greve, o sindicato não participou de eventos públicos junto à base por aproximadamente um ano e meio. A primeira assembleia pós-greve, por exemplo, só ocorreu em março de 2014²¹⁵, isto é, dois anos e quatro meses após aquele movimento; contrariando seu estatuto que diz que deve haver assembleia geral, no mínimo, duas vezes por ano (Art. 8º, “a” e “b”). Nesse intervalo de tempo, o encontro entre sindicato e categoria, coincidentemente, ocorreu apenas em mobilizações nacionais organizadas principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE²¹⁶; confederação à qual o APEOC é filiado, tendo que realizar suas atividades. O pesquisador esteve presente em um desses encontros que ocorreu no dia 25 de abril de 2013, em Fortaleza.

A percepção mais nítida foi a de que os professores não atenderam ao chamado do sindicato, visto que não mais do que quatrocentos deles estavam presentes. A grande maioria dos cerca de dois mil presentes era de alunos que foram liberados de suas aulas e transportados em ônibus cedidos pelo APEOC. O número de professores pode até parecer significativo, mas, durante a greve, assembleias e manifestações geralmente contavam com cinco mil profissionais ou mais, ou seja, menos de 10% dos professores atuantes na greve

²¹⁵ Adiante será apresentada a informação de que esta não foi a primeira assembleia geral após a greve. Contudo, para fins de análise da relação direção sindical – base, esta será considerada a primeira pós-greve, visto que outra assembleia ocorreu antes, mas não contou com a participação de pessoas de fora da direção, o que será detalhadamente explicado.

²¹⁶ Confederação sindical do setor de educação.

atenderam ao chamado de seus representantes. Outra coisa que chamou a atenção foi que em praticamente nenhum momento os sindicalistas se dirigiram diretamente aos professores. Apesar de sempre estarem com o microfone em mãos, eles se dirigiam principalmente aos alunos, tentando animá-los.

O pesquisador percorreu os vários espaços da manifestação e conversou com alguns professores. O que ouviu revela a tensão na relação sindicato-categoria. O ápice da manifestação veio quando, durante a caminhada, alguns políticos e sindicalistas foram discursar no trio elétrico. O coro de protesto dos professores era uníssono e abafava a fala daqueles indivíduos. Era simplesmente impossível ouvir o que diziam. Esses políticos²¹⁷ participaram da greve em 2011 também e um dos conflitos envolvendo-os naquele movimento teve relação com suas posturas e ações como políticos, conforme apresentado no primeiro capítulo²¹⁸.

Ao discursar, o vice-presidente do sindicato, Reginaldo Pinheiro, também teve sua fala abafada pelas vaias e xingamentos, além de ter visualizado a multidão sinalizando em sua direção com o polegar virado para baixo, sinal negativo. Esse momento indicou como estavam os ânimos dos docentes em relação ao sindicato, após um ano e meio da greve. Ainda houve mais uma manifestação nacional organizada pelo APEOC em 2013; nada mais havendo que pudesse colocar sindicato e categoria frente a frente naquele ano.

A tensão na manifestação, as disputas e as frases verbalizadas pareciam mostrar que a relação entre base e direção corria risco e que a qualquer momento o sindicato podia ser abandonado pela categoria. Mas há uma dificuldade legal nesse abandono, a saber: segundo a Constituição, em seu Artigo 8º, II, “é livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte: [...] é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial”; a chamada unicidade sindical, conforme já apresentada. Isso significa que se os professores

²¹⁷ Chico Lopes e Inácio Arruda, ambos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 2013, Lopes era Deputado federal e Arruda estava sem cargo eletivo.

²¹⁸ Inácio Arruda se elegeu Deputado federal, em 1998, com 124 mil votos. Quatro anos depois, se reelegeu com mais de trezentos mil votos. Em 2006, ao ser lançado como candidato ao Senado por uma forte coligação, foi eleito com quase dois milhões de votos. Em 2012, após a greve, tentou disputar a prefeitura de Fortaleza, conseguindo apenas cerca de 22 mil votos, o que o deixou na 7ª colocação. Em 2014, tentou se eleger novamente para a Câmara Federal, mas conseguiu apenas 55 mil votos, o que o deixou como suplente. Chico Lopes conseguiu se reelegir em 2014 para Deputado federal. Contudo, sua votação diminuiu de 95 mil eleitores, em 2010, para oitenta mil, em 2014, o que o deixou com a última vaga de titular das vinte e duas possíveis. Além deles, será destacada a situação do político Artur Bruno, que não esteve presente naquela manifestação pública em 2013, mas que esteve envolvido na greve de 2011. Artur Bruno, que era deputado estadual do Ceará desde 1998, tendo conseguido 133 mil votos em 2010 – antes da greve –, conheceu sua primeira derrota para o Legislativo estadual em 2014, ao conseguir cerca de 26 mil votos, ficando como suplente.

abandonassem o APEOC ficariam sem representação alguma, visto que não é possível haver dois sindicatos representando a mesma categoria²¹⁹.

Contudo, em novembro de 2013, alguns professores estavam buscando se organizar para concorrer às próximas eleições dessa entidade, conforme apontou pesquisa de campo. Isso é o que Antunes (1982) chamou de “oposição *no* sindicato”, uma alternativa que agrupa os trabalhadores em torno do objetivo de mudar a estrutura sindical existente; diferentemente da “oposição *ao* sindicato”, que, segundo o autor, fragmenta a categoria. Apesar da unicidade sindical, podemos compreender a “oposição *ao* sindicato” como uma realidade possível em relação ao que existe hoje, visto que um sindicato concorrente já foi criado e emancipado do próprio APEOC. Mais adiante, será retomada essa discussão com dados mais recentes.

A relação conflituosa entre base e direção persistiu nos meses seguintes. A primeira assembleia geral após a greve de 2011 ocorreu no dia 13 de março de 2014. Os comentários entre a categoria eram grandes e tudo indicava que esse evento seria repleto de intensos debates. Uma das heranças daquela greve foi a realização de reuniões organizadoras da base chamadas de Zonais²²⁰. Naquele ano, foram muito atuantes e contribuíram para a visibilidade do movimento, mas passaram a se organizar de forma autônoma, sem a convocação oficial do sindicato e sem sua participação. Como um professor bem definiu durante um momento de observação do pesquisador: “fugiu do controle” (*sic*) do sindicato. Antes da assembleia do dia 13 de março, vários Zonais ocorreram pelo estado a fim de discutir sua pauta. Nenhum deles foi convocado pelo sindicato. Todos foram convocados pela própria base. O pesquisador participou de um Zonal na capital, no dia 11 de março, dois dias antes da assembleia geral.

Essa reunião contou com mais de 50 docentes de várias escolas e as falas apontaram para que tipo de postura aqueles sujeitos assumiriam no reencontro com o APEOC. Um professor que iniciou as falas comentou a ausência do sindicato de forma significativa: “se o maestro não faz a orquestra tocar, a gente tem que tocar sozinho”, disse. Isso parece reforçar a crise de representatividade do sindicato, visto que aponta a sua ausência de espaços de discussão da base, momentos-chave para uma associação que se entende representativa. Outro docente comentou sobre a mobilização realizada pela entidade para a assembleia: “o sindicato decidiu fazer mobilização de gabinete. A mobilização que leva à rua, não teve”. Essa fala

²¹⁹ Apesar da unicidade sindical, é comum que dois ou mais sindicatos disputem associados. Quando isso ocorre, geralmente a justiça é chamada a intervir a fim de decidir sobre a peleja. Isso ocorre porque o Artigo 8º da Constituição regulamenta apenas sindicatos do setor privado. Aos funcionários públicos a Carta Magna garantiu apenas o direito à livre associação sindical e à greve (Art. 37, VI e VII). Na falta de regulamentação específica, muitas decisões judiciais acerca do sindicalismo público ocorrem por jurisprudência e chegam a ter o sindicalismo do setor privado como referência.

²²⁰ Para maiores detalhes, rever nota de rodapé 126.

reflete uma reclamação comum entre os docentes antes da assembleia, visto que não houve “corpo a corpo” do sindicato com a categoria nas escolas, limitando-se a fixar cartazes e disponibilizar panfletos nesses locais. Outro docente falou que “a direção do sindicato é governista e está na base do governo”. Conforme já discutido, muitos docentes entendem ser essa a justificativa para o APEOC não ser combativo contra o governo como parte da categoria deseja, o que será melhor discutido no capítulo seguinte.

No dia da assembleia, que contou com aproximadamente duas mil pessoas, o presidente do sindicato, Anízio Melo, disse o porquê daquela reunião: “Para entrar em contato com vocês” (*sic*), frase que veio seguida de vaias da maioria dos professores. Apesar da justificativa dada, Melo iniciou de forma unilateral a votação de encaminhamentos sem abrir espaço para fala dos presentes, o que provocou reclamações exaltadas de muitos. Dentre as propostas do sindicato, não havia a marcação de uma nova assembleia, demanda da grande maioria presente. Isso gerou mais reclamações ainda. A palavra de ordem “assembleia, assembleia” começou a ser entoada no local.

O presidente, ignorando o clamor da base, continuou encaminhando as propostas da direção. Muitos docentes se manifestaram contra a atitude do sindicalista ao entoarem palavras de ordem. Outros seguravam faixas próximos à mesa organizadora com frases que ligavam o sindicato ao governo. Isso indicava que os presentes queriam falar, propor outros

encaminhamentos que não os da direção e muitos se levantaram e se aproximaram da mesa, ficando encostados na grade de proteção. Alguns presentes indicavam que aquelas ações dos sindicalistas tinham como objetivo repelir a base de momentos de deliberação a fim de evitar decisões da categoria.

Nesse sentido, Anízio continuou falando e encaminhando propostas da direção ininterrupta-

Imagen 08 - professores próximos à mesa organizadora, junto às grades de proteção, na assembleia geral de 13 de março de 2014.

mente e uma nova palavra de ordem foi entoada: “Eu quero fala”. Pressionado, o presidente cedeu e abriu para falas. O clima até o final foi tenso e alguns indivíduos quase foram às vias de fato. No fim, o sindicato teve que ceder a algumas demandas da base para evitar perder o



controle da situação, assim, uma nova assembleia foi marcada para o dia 10 de abril. Entretanto, Zonais não foram convocados oficialmente, conforme desejo da base.

Nesse quase um mês entre as duas assembleias, novas situações brotaram: houve nova manifestação nacional da CNTE organizada pelo APEOC, negociação salarial com o governo e novos Zonais que não contaram com a participação e legitimação do sindicato. A assembleia do dia 10 de abril foi marcada por algumas polêmicas, a saber: alguns dias antes, foi divulgado resultado da negociação da campanha salarial com o governo, considerado pelo sindicato como vitorioso²²¹. Na capital praticamente não houve mobilização do sindicato: não foram distribuídos panfletos, nem fixados cartazes e o local da reunião na capital só foi divulgado dois dias antes. Por fim, o mais polêmico: a assembleia foi dividida em 12 por todo o estado. Ou seja: não haveria assembleia geral, mas sim “assembleias regionais”, como foram nomeadas pela direção sindical. Isso significava que a decisão da categoria não ficaria concentrada apenas na reunião que ocorreria na capital, como tradicionalmente acontecia. Isso foi tachado pelo APEOC como “radicalizar na forma de consulta à categoria”²²² e justificou:

Uma categoria que está presente nos 184 municípios do estado do Ceará, e que precisa ser ouvida, não pode ter sua participação restrita às decisões de assembleias realizadas em Fortaleza. Nesta perspectiva, o Sindicato APEOC inaugura uma nova metodologia no processo de decisão da categoria, mais democrática e representativa.

Apesar do caráter democrático propalado pelo sindicato, muitos professores enxergaram aquilo como uma tentativa de golpe, isto é, o sindicato recorreu aos professores do interior para que a assembleia da capital não contrariasse os interesses da direção, assim como destacou uma interlocutora²²³:

Essa ultima assembleia que foi totalmente descentralizada, né. Tivemos vários núcleos no interior e um núcleo aqui em Fortaleza, numa escola em que nos nunca tivemos assembleia anteriormente, que foi a [escola] César Cals. Eu me senti realmente passada para trás pelo sindicato (Samara, professora da capital)

As assembleias pelo interior não contaram com a fiscalização de grupos organizados de oposição – que ainda estavam sendo criados, naquele período - e ocorreram de forma hierarquizada, conforme constatado. Basta destacar o seguinte: se duas mil pessoas na

²²¹ Vale ressaltar que o sindicato não convocou assembleia geral para discutir com a base a campanha salarial, regra estatutária (Art. 8º, b).

²²² Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7067-apeoc-radicaliza-na-consulta-e-decisao-da-categoria.html> Acesso em: 14 abr. 2014.

²²³ Importa ressaltar que as assembleias regionais não figuraram no questionário aplicado aos docentes, visto que foi uma ação posterior ao início da aplicação. Contudo, o assunto surgiu a partir de resposta a perguntas subjetivas referentes a outros temas. No caso do relato da professora Samara, a pergunta tinha relação com os acontecimentos envolvendo os docentes do interior, durante a última greve.

assembleia geral do dia 13 de março de 2014 quase não conseguiram convencer os sindicalistas a abrir espaço para falas, o que dizer de um grupo de menos de 50 pessoas (número máximo de pessoas nas assembleias pelo interior, conforme apontou pesquisa de campo).

Outro detalhe importante é que o estatuto não prevê assembleias regionais, apenas assembleia geral. Logo, a justificativa de que aquelas eram “mais democráticas e representativas” (*sic*) podem ser enxergadas como o seu oposto se for considerado que o respeito ao estatuto – teoricamente, discutido e votado em assembleia estatutária – é a forma mais democrática e representativa de agir de uma direção sindical eleita através de ferramentas de democracia representativa.

De qualquer forma, a direção sindical havia tomado aquela decisão e agiu implementando-a. Assim, os docentes foram para a assembleia da capital sabendo que ela não tinha o mesmo poder de decisão da anterior. Provavelmente devido aos fatores já destacados, apenas cerca de 120 pessoas compareceram (pouco mais de 5% do total de presentes da que ocorreu no dia 13 de março de 2014). O próprio local escolhido, uma quadra poliesportiva de uma escola de Fortaleza, não acomodava mais do que 500 pessoas.



Imagen 09 - entrega formal do “pirulito” à direção do sindicato APEOC.

Alguns indivíduos

seguravam cartazes com mensagens contra o APEOC, chamavam os benefícios conquistados pela entidade na negociação salarial com o governo de “pirulito”, fazendo referência a algo que evitaria os docentes de reclamar. Assim, um deles levou um “pirulito” gigante feito de cartolina e fez a entrega simbólica ao sindicato durante a

reunião. Alguns pirulitos também foram distribuídos entre os presentes como forma de simbolizar as reclamações realizadas.

O fato mais importante talvez tenha sido um grupo de professores ter feito uma “assembleia paralela” durante a oficial, isto é, eles se reuniram num dos cantos da quadra a fim de tomar alguma decisão de qual postura adotar naquele momento. Enquanto isso, Anízio discursava na oficial. Aparentemente, havia mais pessoas na “assembleia paralela”.



Imagen 10 - “Assembleia paralela”. Ao fundo, a oficial.

Ao final, o sindicato não encaminhou nenhuma das propostas da plenária²²⁴, alegando que aquela reunião não tinha esse poder. Vale ressaltar que houve relatos de que as assembleias regionais do interior não contaram com espaço para falas, sendo apenas uma espécie de palestra onde os sindicalistas expuseram dados sobre a negociação com o governo. Ademais, essas reuniões contaram com número reduzido de docentes²²⁵, o que põe em xeque a ampliação da participação da base com essa nova metodologia.

Com isso, conclui-se que a direção desarticulou as demandas dos professores da capital com a divisão da assembleia, o que impediu qualquer tipo de deliberação. Essas ações fomentam a *fragmentação interna* da categoria, visto que o sindicato age de modo a dividir a categoria ao apelarem aos trabalhadores do interior, já bastante criticados pelos da capital, conforme se pode constatar nas falas dos docentes que responderam ao questionário. A seguir, será discutida a diferença de opiniões entre docentes da capital e do interior a partir de demandas referentes à categoria a fim de se compreender possíveis posturas distintas desses grupos.

3.4.2.2 *Fragmentação interna: demandas diferenciadas e individualização*

Conforme destacado na introdução desta dissertação, o pesquisador aplicou questionários com um grupo de professores de uma escola do interior a fim de compreender suas percepções acerca da profissão e do sindicato. A seguir, será apresentada análise do

²²⁴ Algumas propostas: convocar Congresso da categoria, convocar Zonais, prestação de contas.

²²⁵ Apesar de o sindicato não ter divulgado números oficiais em relação à quantidade de participantes das assembleias regionais, a pesquisa indicou que aquelas realizadas fora da capital não contaram com mais do que 50 pessoas, conforme já destacado. Isto é, enquanto a assembleia geral do dia 13 de março de 2014 contou com cerca de 2 mil pessoas, as assembleias regionais reuniram pouco mais de 600 pessoas.

contraste entre as respostas dos docentes da capital e do interior. Inicialmente, destaca-se novamente que 100% dos interlocutores da pesquisa paralisaram suas atividades em algum momento da greve de 2011. Na escola da capital e na do interior, respectivamente, 94% e 83% dos docentes participaram de algum evento ligado àquela. A avaliação da atuação do sindicato durante aquele movimento foi a seguinte em cada grupo:

Tabela 32 - Avaliação da atuação do sindicato APEOC durante a greve de 2011 por docentes da capital e do interior

Capital		Interior	
Ótima	Zero	Ótima	Zero
Boa	11%	Boa	17%
Regular	17%	Regular	33%
Ruim	28%	Ruim	Zero
Péssima	44%	Péssima	50%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

Nenhum professor avaliou a atuação sindical como Ótima. A opção Boa contou com 11% e 17%, e a Regular com 17% e 33% para os trabalhadores da capital e do interior, respectivamente. Apesar de 72% dos docentes da capital avaliarem-na como Ruim ou Péssima contra 50% dos do interior, a opção Péssima acabou tendo maior proporção entre os professores do interior. Isso indica que a atuação do sindicato não foi bem avaliada tanto por profissionais do interior quanto pelos da capital. Apesar disso, quando se afunila a avaliação sobre a atuação dos sindicalistas durante a greve, o cenário muda, a saber:

Tabela 33 - Avaliação de ações específicas do sindicato APEOC durante a greve de 2011 por docentes da capital e do interior

Opções	Capital	Interior
Conseguiu mobilizar os professores na luta contra o governo	17%	67%
Mostrou-se ausente de espaços de discussão importantes	72%	33%
Ouviu a base em vários momentos e a representou da melhor forma possível	Zero	33%
Tentou manipular momentos de deliberação da base a fim de desmobilizar a categoria	94%	50%
Participou das várias manifestações e reuniões a fim de alcançar os objetivos do movimento	11%	67%
No início, representou a base, o que não ocorreu no fim da greve	78%	50%

Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

Como é possível de se perceber, as opiniões dos professores da capital são mais radicais em relação à postura do APEOC durante a greve de 2011. Chegando quase a haver uma inversão de opiniões. Por qual motivo trabalhadores que compartilham a mesma carreira possuem opiniões tão distintas em relação à atuação de sua entidade representativa de classe frente ao mesmo episódio? As razões certamente são múltiplas. Contudo, serão expostas algumas possibilidades.

Primeiramente, a renda familiar média mensal dos trabalhadores do interior é superior à daqueles da capital: 7,3 e 6,9 salários mínimos, respectivamente. Além disso, a média de pessoas que moram na residência dos docentes da capital é maior do que aquela dos profissionais do interior: 3,5 e 3,3, respectivamente. Com isso, a renda *per capita* das famílias dos interlocutores da capital e do interior é a seguinte: 1,97 e 2,21 salários mínimos, respectivamente. Essa diferença ainda contrasta com o baixo custo de vida de cidades do interior²²⁶.

Uma explicação para a melhor condição financeira do professor do interior parece ser a facilidade de se conseguir emprego na cidade interiorana onde está localizada a escola estudada quando se tem um título de graduação. Por exemplo: 56% dos docentes da capital possuem 2º emprego. Já entre os professores do interior essa proporção é bem maior, 83%. Naquela cidade do interior, só há uma Instituição Pública de Ensino Superior fundada há cerca de cinco anos apenas, havendo também escassez de instituições privadas. Logo, a oferta de mão-de-obra qualificada provavelmente não acompanha a demanda ou a acompanha em ritmo menos acelerado do que na capital.

Além da questão salarial, o gozo a alguns direitos relativos à profissão ocorre de forma diferenciada entre os dois grupos de trabalhadores. O caso do ISSEC é emblemático dessa situação, a saber: esse instituto só possui sede em Fortaleza, logo, sempre que qualquer servidor necessita, por exemplo, de um laudo médico a fim de referendar uma licença-saúde, necessita obrigatoriamente ir à capital realizar a perícia. Ademais, pelo fato de o ISSEC oferecer serviços de saúde através de rede privada credenciada de médicos, clínicas e hospitais, apenas algumas cidades do interior contam com profissionais. A maioria das cidades interioranas não possui profissionais credenciados àquele instituto, assim como é o caso da cidade onde se encontra a escola estudada, que praticamente não possui profissionais

²²⁶ Para fins de comparação, o valor médio de tributos pago pelo fortalezense em 2010 foi de R\$ 279,74. Já o valor médio pago pelo habitante do município onde está localizada a escola do interior deste estudo foi de R\$ 97,86. Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2013.

credenciados. Isso fica claro nas respostas de ambos os grupos de docentes à pergunta do questionário sobre o uso do ISSEC:

Tabela 34 - Frequência de utilização de serviços do ISSEC por docentes da capital e do interior

Opções	Capital	Interior
Sempre	22%	Zero
Quase sempre	17%	Zero
Às vezes	17%	17%
Quase nunca	22%	33%
Nunca	22%	50%
Total	100%	100%

Fonte: Questionário de elaboração própria. Vide Apêndice B.

Como é possível de se perceber, apesar da variação de periodicidade, 78% dos professores da capital já usaram alguma vez os serviços do ISSEC; dos quais 50% utilizam aquele serviço sempre ou quase sempre. Em relação ao pessoal do interior, a proporção de quem já utilizou alguma vez o atendimento do ISSEC cai para 50%, sendo que nenhum docente utiliza aqueles serviços sempre ou quase sempre. Logo, se mobilizar para manter o atendimento desse instituto de saúde – que vem a cada ano sofrendo com problemas de financiamento - pode ser uma demanda apenas de uma parte da categoria profissional, aquela que o utiliza com maior periodicidade.

Por meio da análise dos dados apresentados, comprehende-se que as demandas dos dois grupos de docentes são distintas em alguns aspectos. Dito isso, é possível que as demandas de trabalhadores da capital e do interior divirjam devido às diferenças em relação às suas condições individuais de vida, ou seja, o fato de a profissão de professor na rede estadual do Ceará estar vivenciando um *desmantelamento* faz com que os trabalhadores realizem ações individuais que visam melhorar suas condições de vida também individuais, como, por exemplo, conseguir um segundo emprego tendo sua titulação acadêmica como recurso. Devido a isso, as demandas de docentes da capital e do interior vão se distanciando, pois, tirante a subjetiva qualidade de vida e o não-quantificável acesso a serviços como os de saúde, os trabalhadores interlocutores do interior possuem melhores condições de vida do que os da capital devido ao fato de terem renda familiar maior, assim como sua renda *per capita*. Isso

pode significar que a motivação de ambos os grupos é diferenciada em relação a movimentos reivindicatórios, assim como uma greve.

Devido a isso, é questionado: como conseguir unir trabalhadores e organizá-los sob as mesmas demandas? Esse deveria ser o papel do sindicato, mas não é o que ocorre com a categoria representada pelo APEOC, onde vêm ocorrendo os fenômenos da *fragmentação* (DRUCK, 1996) e da *fragmentação interna* da base, assim como destacado anteriormente. Isso ocorre devido a várias questões que contribuem para a individualização da categoria, seja devido ao fenômeno da subcontratação vivenciada pelos professores temporários, seja pelos conflitos entre docentes do interior e da capital fomentados a partir da greve de 2011.

Apesar disso, algo bastante importante aconteceu na assembleia regional em Fortaleza no dia 10 de abril de 2014: a oposição se mostrou e deixou clara sua intenção em disputar as próximas eleições. Isso ocorreu durante a fala de um docente naquele evento, ele disse:

Agora, está na hora de começar a debater seriamente a criação de uma oposição sindical que discuta o problema da educação pública, que dispute o sindicato e que tenha como eixo principal a luta pela democracia sindical e que leve os professores a colocar o governo contra a parede e dizer que os nossos alunos têm direito a uma educação pública de qualidade. Isso está nas nossas mãos, companheiros.

A frase foi recebida com aplausos pela grande maioria da plenária. Após isso, Anízio Melo discursou respondendo à fala daquele docente. Melo discriminou para quem falaria: “Vamos lá: aos companheiros do PSTU, do Conlutas, da Intersindical, do PSOL, do POR, do PCR, da Crítica Radical, os Anarquistas e suas várias tendências, LBI.”²²⁷ Esses são alguns dos grupos organizados que Melo e a direção parecem identificar como seus opositores.

Ele prosseguiu: “Estou muito feliz, os companheiros agora reconhecem a entidade e querem disputá-la. Isso é um reconhecimento porque, até bem pouco tempo, a divisão estava muito clara: desfiliação, novo sindicato foram alternativas colocadas”. Ele destacou a postura desses grupos nos meses que se passaram após a greve, tudo indicava uma ruptura com a entidade a fim de realizar “oposição *ao sindicato*” (ANTUNES, 1982)²²⁸. Contudo, pelo conteúdo das falas, os grupos opositores passaram a ter como objetivo disputar eleição,

²²⁷ Significado das siglas: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU); Coordenação Nacional de Lutas Sindicais (Conlutas); Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical); Partido Socialismo e Liberdade (Psol); Partido Operário Revolucionário (POR - sem status de partido); Partido Comunista Revolucionário (PCR - sem status de partido); Liga Bolchevique Internacional (LBI).

²²⁸ Esse tipo de ação, inclusive, já ocorreu nessa categoria, quando, na década de 1990, um grupo opositor ao APEOC se desmembrou e fundou o Sindicato União dos Trabalhadores em Educação - Sindiute, associação que disputava filiados com aquela até bem pouco tempo, visto que a justiça determinou a área de atuação de cada um dos sindicatos, separando suas bases. Logo, a atual direção pode compreender tal ação como possível, o que a levaria a fragmentar ainda mais a base. Apesar de o Sindiute ter nascido na oposição ao APEOC, atualmente é filiado à CNTE e à CUT, assim como este.

realizando “oposição *no sindicato*” (*Ibidem*). Assim, a categoria não se fragmenta, centralizando suas ações na mesma entidade sindical, gerando debates e fomentando ações dos grupos políticos que podem beneficiar a base.

Melo aproveitou para dar um recado a esses grupos: “a instituição vai sim fazer com que o seu estatuto seja cumprido cada vez mais. Nós vamos, queira ou não queira, fazer a eleição por local de trabalho, olho por olho e cara a cara”, ou seja, tudo levava a pensar que os tensionamentos na categoria que pareciam levá-la à desorganização estavam mudando de rumo e partindo para um cenário de efervescência política, de disputa dentro da própria categoria, o que provavelmente desencadearia discussões que poderiam gerar consensos ou novas possibilidades de atuação da entidade representativa. Assim, apesar do *desmantelamento* da profissão e dos indícios de *fragmentação*, a intensificação dos conflitos a partir de 2011 pareciam se encaminhar, em meados de 2014, para uma situação de disputa política que poderia dar outro sentido aos conflitos remanescentes da greve entre os professores.

No próximo capítulo, serão discutidos os desdobramentos da organização política da base do sindicato APEOC e as ações dessa entidade acerca dos conflitos base – sindicato. Nesse sentido, serão discutidas as categorias *estatização*, *oligarquização* e *burocratização sindical*.

4 ANÁLISE SOBRE A *OLIGARQUIZAÇÃO*, A *BUROCRATIZAÇÃO SINDICAL* E A *ESTATIZAÇÃO*: O CASO DO SINDICATO APEOC

No capítulo anterior foram discutidas formas de *desmantelamento* e *fragmentação* envolvendo a categoria estudada e sua entidade representativa de classe, o sindicato APEOC. Pôde-se constatar que os docentes da rede estadual do Ceará estão vivenciando os processos supracitados, fatores ligados à crise do sindicalismo na atualidade. Todavia, outros aspectos dessa crise se evidenciaram na descrição da greve realizada no primeiro capítulo. Nesse sentido, neste capítulo serão apresentadas discussões acerca da *oligarquização*, *burocratização sindical* e da *estatização* a partir das relações entre o sindicato APEOC e sua base, e como isso afeta sua representatividade. Para a discussão acerca da oligarquização e da burocratização, foi tomado como dado de análise a eleição do sindicato APEOC, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 2015. Já em relação à estatização, foram analisadas matérias no *site* oficial da entidade e respostas dos interlocutores ao questionário.

4.1 Repercussão da organização política da base nas ações da diretoria do APEOC: análise sobre *oligarquização* e *burocratização sindical*

Antes de tudo, faz-se necessária breve discussão acerca do conceito de burocratização sindical. Isso é identificado como um desvio dos sindicalistas de suas funções, não tendo relação propriamente dita com a burocracia num sentido de estabelecimento de regras rationalmente elaboradas a fim de se gerir uma organização/ instituição, ou seja, burocracia num sentido weberiano. Apesar de não ter relação com o conceito weberiano, a burocratização sindical tem íntima relação com a burocracia, ou seja, o estabelecimento de corpos burocráticos de funcionários nos sindicatos foi fundamental para o que viria a ser identificado como *desvio das funções* dos sindicalistas (MORAIS, 1993). Explicando: a necessidade de se estabelecer uma burocracia nos sindicatos foi manifesta devido ao seu crescimento no pós-1930, quando essas entidades foram regulamentadas pelo governo Vargas e uma série de obrigações relacionadas à assistência social de seus associados lhes foram impostas pelo Estado (*Ibidem*). Contudo, isso acabou criando uma *oligarquização* (MICHELS, 1982) nessas entidades, ou seja, os grupos dirigentes passaram a ter privilégios políticos em detrimento dos demais grupos de interesse e buscaram meios de se manter a frente de suas entidades, visando a manutenção desses privilégios. Em relação a isso, Michels diz que

A história parece nos ensinar que não existe nenhum movimento popular, por enérgico e vigoroso que seja, capaz de provocar no organismo social do mundo civilizado transformações profundas e permanentes. É que os elementos preponderantes do movimento, a saber os homens que o dirigem e o alimentam, terminam por se afastarem pouco a pouco das massas e por serem atraídos pela órbita da “classe política” dominante (MICHELS, 1982, p. 236)

O autor destaca o que considera ser a “lei de bronze da oligarquia”²²⁹, ou seja, uma regra inflexível dos movimentos populares no chamado mundo civilizado onde inevitavelmente direções de organizações trabalhadoras democráticas tenderiam à *oligarquização* devido a vários fatores, mas tendo como motivador a realização de seus interesses pessoais em detrimento dos da base. Importa ressaltar que a teoria de Michels é considerada uma das que compõe a chamada “teoria das elites”. Em geral, esta teoria é criticada pela sua matriz ideológica que atesta as “massas irracionais” como incapazes de se autogovernarem (VALENTE, 2006). Apesar disso, em sua obra, Michels apresenta diversos casos empíricos que confirmam a elitização das organizações democráticas através da *oligarquização*.

O texto de Michels foi bastante discutido por vários cientistas sociais. Teorias concordando e se contrapondo à lei criada por ele surgiram, como o próprio autor destaca no prefácio da edição consultada. Um autor contemporâneo que se contrapõe à teoria de Michels é Morais (1994). Este autor analisa o caso de alguns sindicatos no Brasil no período efervescente do *Novo Sindicalismo* (até 1992) e conclui que os casos apresentados “sugerem que não há uma tendência inevitável à *oligarquização* dos sindicatos” (MORAIS, *op. cit.*). Contudo, para a análise do caso do sindicato APEOC se faz necessária a discussão da *oligarquização* em Michels, visto que, conforme será apresentado adiante, os atuais dirigentes daquela entidade confirmam, mesmo que parcialmente, a regra com suas ações. Dessa forma, surge o questionamento: estaria ocorrendo desvios de função no sindicato estudado? A quê os sindicalistas têm direito?

Importa ressaltar que os direitos apresentados aqui têm relação com o sindicato estudado. A presença de alguns desses direitos em outras entidades sindicais dependerá de seus respectivos estatutos, exceto o que impede a demissão de sindicalistas, direito garantido pela Constituição Federal. Sobre os direitos: muitos diretores são afastados de suas funções laborais na atividade para a qual são contratados a fim de se dedicarem exclusivamente às atividades políticas. Um benefício material tem relação com ganhos pecuniários, visto que o

²²⁹ Devido às traduções em língua inglesa como “Iron law of oligarchy”, também ficou conhecida como “Lei de ferro da oligarquia”. Contudo, será utilizada a tradução da edição constante nas referências deste texto.

estatuto do APEOC prevê remuneração a sindicalista que é “colocado inteiramente a disposição da entidade”²³⁰, de valor não fixado, mas que pode chegar a 100% de seu salário como funcionário público (Art. 5º, § 1º). Os dirigentes também têm direito a segurança contra demissão, algo importante a fim de evitar perseguições políticas prejudiciais aos interesses da categoria. Para Michels (1982), em seu estudo que culminou na criação da “lei de bronze da oligarquização”, a soma desses direitos faz com que muitos sindicalistas evitem perdê-los, criando meios para se manterem no controle da entidade.

Vale ressaltar que a maioria dos direitos elencados é importante para a realização da atividade política no sindicato, visto que dificilmente um sindicalista poderia se dedicar a essa ação se tivesse que trabalhar 8h diárias, por exemplo (MANDEL; PERRY, 2005)²³¹. O que está em discussão aqui é o desvio realizado pelo dirigente que, entendendo aqueles direitos como privilégios, desvirtua o seu real fim e passa a usufruí-los de forma equivocada. Isso é o que define o conceito de burocratização sindical, ou seja, quando o grupo dirigente, que deveria ser político e fomentar o desenvolvimento político de novos personagens a fim de garantir os embates políticos salutares à entidade, passa a se reproduzir *ad infinitum* no controle da entidade, isto é, como se fosse um corpo burocrático de funcionários. Nesse sentido, Michels (1982, p. 64) destaca o seguinte acerca da estabilidade dos representantes políticos: “a missão temporária se transforma num cargo, e o cargo num posto fixo. Os chefes democráticos tornam-se irremovíveis como nunca antes na história o foram os chefes de um corpo aristocrático”.

Esse tipo de ação é nomeada por Rossi e Gerab (2009) de *apego*, isto é, os sindicalistas não querem abrir mão de seus cargos eletivos e do aparelho dos sindicatos. Segundo os autores (*op. cit.*, p. 96), com a exacerbação do apego “ganha espaço a despolitização, o pragmatismo na resolução de problemas imediatos, uma crescente tendência ao afastamento das bases e à derrota nas eleições sindicais”.

Dito isto, será apresentado a seguir análise da eleição do sindicato estudado - à luz da teoria acerca da *oligarquização* e da *burocratização sindical* -, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 2015.

²³⁰ Segundo apontou pesquisa de campo, entre quatro e sete sindicalistas são liberados de seus serviços laborais junto ao governo do estado para se dedicar exclusivamente ao sindicato.

²³¹ Mandel discute a questão particularmente em relação à classe operária. Contudo, muitas de suas ideias acerca da burocratização sindical são válidas para pensar a questão em relação à classe trabalhadora como um todo, visto que seu texto foi escrito no início do século XX, quando pensar em classe trabalhadora era pensar em operariado.

4.1.1 Eleição 2015 do sindicato APEOC: breve análise

Conforme o trabalho de campo já apontava no final de 2013 e início de 2014, uma oposição sindical organizada começou a brotar de fato da base do sindicato. No final de 2014, um grupo formado principalmente por professores da rede estadual inaugurou um movimento chamado “Oposição Sindical - APEOC”. Esse movimento ganhou as redes sociais na internet. O grupo propalou seu caráter democrático ao anunciar plenárias abertas, podendo qualquer pessoa participar delas, mesmo que não fosse associado à entidade. Essa foi uma tentativa manifesta de se opor ao *modus operandi* da atual direção sindical, que já se afastava de sua base ao dispensar ferramentas de deliberação como a realização periódica de assembleias gerais.

Esse movimento se iniciou em novembro de 2014 e passou a crescer de forma súbita. Na rede social na internet onde esse movimento mantém um perfil, por exemplo, o número de pessoas que “curtiram-na” foi superior ao que “curtiu” a página da chapa candidata à reeleição do APEOC, ainda que com pouca diferença, o que mostra uma forte divisão entre os associados.

Certamente, esse não é um parâmetro apropriado para se entender a projeção da chapa de oposição. Não há restrições para se “curtir” uma página nessa rede social, o que significa que qualquer pessoa pode fazê-lo, mesmo que não seja associado àquela entidade. Além disso, mantém-se perfil nessa rede por opção, logo, muitos indivíduos da base do sindicato podem não ter aderido a ela. Observa-se, por exemplo, que o sindicato conta com quarenta mil filiados, enquanto as curtidas em ambas as páginas não chegaram a três mil. Contudo, não deixa de ser relevante saber que o grupo recém-formado conseguiu tal nível de mobilização.

Foi em meio à disputa política referente à campanha eleitoral do sindicato que veio à tona um dado revelador sobre as ações da atual direção, a saber: conforme foi destacado anteriormente, a primeira assembleia geral realizada pós-greve de 2011 ocorreu no dia 13 de março de 2014; tendo sido objeto de estudo do pesquisador. Contudo, ao se analisar o estatuto da entidade, uma informação salta aos olhos logo em seu cabeçalho: esse documento passou por uma reforma no dia 23 de novembro de 2013.

Segundo o próprio estatuto, sua reforma só pode ocorrer em assembleia geral (Art. 7º, b), logo, surgiu o questionamento do pesquisador: houve assembleia geral para reformar o estatuto da entidade? Tendo essa pergunta como orientação, o pesquisador buscou por informações acerca daquela possível assembleia. O que emergiu indica uma intensa

burocratização sindical do APEOC a fim de que os atuais sindicalistas se reproduzissem no poder da entidade, gerando sua oligarquização; algo que será discutido, a seguir.

4.1.2 A 11^a Reforma Estatutária: burocratização das ações sindicais

A primeira ação do pesquisador em relação à busca de dados sobre a reforma estatutária foi vasculhar o *site* oficial da entidade a fim de encontrar notícias relacionadas àquela, pois uma das obrigações do sindicato como entidade política é mobilizar a categoria para momentos fundamentais como uma assembleia geral; ainda mais quando tem por pauta a reforma estatutária da entidade, momento ímpar de uma categoria profissional organizada.

Entretanto, nenhuma notícia foi encontrada. Primeiramente, foi utilizada a ferramenta de busca do site, sem sucesso. Não convencido, o pesquisador decidiu consultar todas as notícias recentes do *site* desde janeiro de 2015 – mês em que ocorreu a pesquisa – regredindo até novembro de 2013. Não havia uma notícia sequer divulgando uma assembleia geral no dia 23 de novembro de 2013. Muito menos a avaliando, após sua possível realização.

O segundo passo a fim de se confirmar a existência daquela assembleia foi buscar a sua divulgação em um jornal de grande circulação com pelo menos oito dias de antecedência, norma estatutária (Art. 10º). O pesquisador conseguiu encontrar o edital de convocação daquela reunião. Este foi divulgado no dia 13 de novembro de 2013, com dez dias de antecedência. Contudo, ocorreu num dos jornais de menor circulação do Ceará: O Estado. Todavia, a expressão “jornal de grande circulação” abre margem para mais de uma interpretação, logo, para fins burocráticos, o sindicato havia cumprido a norma estatutária.

À medida que os passos comprobatórios iam se afunilado, a assembleia ia sendo confirmada. Tudo indicava que o pesquisador havia deixado escapar aquele importante momento da categoria como campo empírico. Contudo, ainda havia informações a confirmar: a assembleia realmente ocorreu? Quantas pessoas participaram? Assim, o terceiro passo foi buscar a sua lista de frequência e ata. Para tanto, o pesquisador enviou uma mensagem de correio eletrônico, no dia 24 de janeiro de 2015, solicitando à Ouvidoria do sindicato aquela informação. A mensagem foi reenviada no dia 27 do mesmo mês. O pesquisador também se utilizou da área exclusiva para associados do *site* oficial para requisitar as informações, valendo-se do fato de ser associado à entidade. Apesar da insistência, aquelas mensagens nunca foram respondidas.

Dessa forma, foi necessário empreender a consulta desse material no cartório onde o estatuto do APEOC estava registrado. A consulta a esse documento público no cartório foi

enriquecedora para esta pesquisa. Essa análise finalmente apontou para a realização da assembleia geral estatutária responsável pela 11^a reforma daquele estatuto.

Apesar de confirmada a reunião, a ata apresentava algumas contradições, a saber: o Art. 11 do estatuto diz que “a assembleia geral extraordinária só comporta deliberações sobre as matérias objeto de sua convocação”, ou seja, não podem ser incluídos no momento da reunião pontos de pauta além daqueles publicados no edital de convocação. Contudo, o referido artigo foi descumprido, visto que ela foi convocada com a seguinte finalidade: “deliberar sobre alterações no Estatuto do Sindicato APEOC, nos itens que tratam de auxílio-funeral e composição das Comissões Sindicais”. Entretanto, a assembleia deliberou não só sobre a composição, mas também sobre a renomeação das Comissões Sindicais e o período de seus mandatos, que passou a se findar junto ao mandato da diretoria. No tópico seguinte, serão discutidas estas alterações em desacordo com o estatuto da entidade, mas será adiantado que tudo isso tem relação com a reprodução da atual diretoria no controle da entidade.

Além das alterações em acordo e em desacordo com o edital de convocação daquela assembleia, a direção do APEOC fez alterações no estatuto que sequer constam na ata registrada em cartório, a saber: foram incluídos dois artigos que regem a exclusão de associados, os Arts. 54 e 55. O texto de um deles é o seguinte:

Art. 55 - A exclusão do associado se dará nas seguintes questões:

- I – grave violação do estatuto;
- II – difamar o sindicato, seus membros, associados ou objetos;
- III – atividade[s] que contrariem decisões de assembleias ou da diretoria;
- IV – desvio de bons costumes;
- V – conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- VI - falta de pagamento de três parcelas consecutivas nas contribuições associativas

Parágrafo 2º - a perda da qualidade de associado será determinada pela diretoria executiva, cabendo sempre recurso à assembleia geral.

A inclusão destes artigos foi classificada pelo movimento de oposição sindical da seguinte maneira:

Estes artigos, muito convenientemente, abrem margem para os atuais diretores expulsarem associados sumariamente e sem chance de defesa. Isso mesmo! O associado é expulso e, se quiser, tem que correr atrás de seus direitos. Além da ilegalidade de terem acrescentado artigos que não constam na ata, esses artigos são inconstitucionais, visto que a Constituição garante a presunção de inocência, ou seja, todos são inocentes até que se prove o contrário. A atual diretoria inverteu a ordem: todos passaram a ser culpados até que provem ser inocentes. (MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015b)

Como fica claro no texto acima, pela avaliação do movimento de oposição, a inclusão dos artigos 54 e 55 teria sido realizada pela atual direção a fim de lhe gerar conveniência.

Vale ressaltar que, segundo o estatuto, a base só pode convocar assembleia geral com 10% das assinaturas (Art. 9º, b) de seus associados (ou quatro mil assinaturas).

Além daqueles, a 11ª Reforma estatutária também incluiu no estatuto mais um capítulo com 16 artigos (Capítulo III: do Art. 18 ao Art. 33). Apesar da irregularidade da inclusão desses 16 artigos, por não constarem em ata, ela não foi fruto de denúncias. Contudo, mais essa alteração estatutária sem consentimento da base aponta para a tendência à hierarquização do APEOC.

Essas foram as alterações proporcionadas pela reforma estatutária ocorrida no dia 23 de novembro de 2013. Entretanto, uma frase constante em sua ata chamou a atenção do investigador, a saber: “Dissecado o assunto, [todas] as propostas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes”. Como um assunto polêmico referente à alteração do estatuto que certamente influenciaria as eleições do sindicato foi aprovado por consenso? Quantas pessoas participaram daquela reunião? E o principal: quem eram essas pessoas?

Antes de tudo, importa ressaltar que, segundo a atual direção sindical, o APEOC conta com quarenta mil associados em todo o estado, o que o torna um dos maiores sindicatos do país nesse quesito no setor público. Durante a greve de 2011, as assembleias gerais contavam com cerca de cinco mil pessoas ou mais. Um número bastante significativo, mas também um período diferenciado e excepcional. Numa das assembleias ocorridas em 2014 – a unificada na capital e mobilizada pelo sindicato –, os presentes foram em torno de dois mil. Na outra – a dividida em doze e não mobilizada –, os presentes foram cerca de cento e vinte pessoas (na assembleia regional de Fortaleza). O estatuto diz que a abertura da assembleia geral ocorre “com qualquer número” de presentes em segunda convocação (Art. 13), ou seja, as deliberações dessa entidade ocorrem sem a necessidade de quórum.

De qualquer forma, a ata da reforma estatutária do dia 23 de novembro de 2013 conta com apenas 27 assinaturas, sendo cinco delas repetidas. Isto é, somente 22 pessoas participaram daquela assembleia. Outro importante detalhe deve ser exposto: todas as 22 pessoas que participaram daquela reunião eram membros da atual direção do sindicato. Não havia uma pessoa sequer da base.

Por tudo o que foi apresentado aqui, as alterações feitas no estatuto do APEOC foram batizadas pelo movimento de oposição sindical de “Reforma Fantasma” devido aos indícios de irregularidade²³². Como é possível de se perceber, a atual direção sindical tomou todas as providências burocráticas para que a assembleia ocorresse de forma legal: publicou edital em

²³² MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015b.

“jornal de grande circulação” e a presidiu e secretariou. Todavia, não tomou nenhuma providência para mobilizar a categoria, além de ter realizado a reunião com apenas 22 pessoas, todas da diretoria.

O movimento de oposição classificou da seguinte forma esse episódio:

Além das irregularidades no corpo da ata – visto que a assembleia tratou de assuntos para os quais não foi convocada, o que é vetado pelo estatuto (Art. 11) -, a diversidade de datas de reconhecimento de firma, o intervalo de tempo entre a data da assembleia e data em que a ata foi protocolada em cartório (mais de 6 meses depois) e também o fato de uma assinatura ter sido reconhecida em um município afastado da capital (local da suposta assembleia) quase 400km nos faz pensar se essa assembleia realmente existiu ou se nossos “representantes” criaram essa ata e saíram, convenientemente, colhendo assinaturas de representantes pelo estado de forma a legitimar o ilegitimável (MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015b.).

Ou seja, o grupo de oposição levantou a suspeita de que a assembleia do dia 23 de novembro de 2013 sequer existiu, tendo sido a ata produzida pela direção e as assinaturas dos participantes tendo sido colhidas a fim de legitimá-la²³³. De qualquer forma, o estatuto havia sido modificado e as novas regras passaram a valer. As repercussões das alterações no estatuto serão discutidas adiante.

4.1.3 Repercussões da 11ª Reforma Estatutária: *apego* dos sindicalistas à entidade

Como os dados apresentados indicam, a reforma feita criou impedimentos para a inscrição de chapa visando concorrer à eleição da entidade, o que indicava que aquelas alterações foram feitas pelos sindicalistas com o intuito de manter aqueles sindicalistas no controle da entidade. A seguir, serão descritas as principais alterações, quando ficarão evidentes diversas ambiguidades e contradições.

Antes da reforma, existiam as Comissões Sindicais, um órgão do sindicato. Cada município e cada Zonal de Fortaleza poderiam ter uma Comissão Sindical. Essas Comissões eram formadas por representantes eleitos. Sua eleição ocorria “na mesma data da eleição dos membros da diretoria” (Art. 33, alínea “a” do estatuto antigo). Esses representantes eleitos formariam o Conselho das Comissões Sindicais, outro órgão sindical. Os associados eleitos para as Comissões formariam automaticamente o Conselho das Comissões.

²³³ Vale ressaltar que as assinaturas foram reconhecidas e a ata protocolada em cartório em datas posteriores à assembleia geral do dia 10 de abril de 2014, aquela em que um professor apresentou à categoria a intenção de um grupo em disputar politicamente o sindicato.

Ademais, interpretando o estatuto, se pode compreender que as Comissões Sindicais eram autônomas no sentido de que os associados de cada município e Zonal ficariam livres para se candidatar. Caso algum associado tivesse interesse em se candidatar, estaria ciente de que a eleição ocorreria junto à da diretoria, ou seja, no mesmo pleito, na mesma data etc. Se, por exemplo, não surgisse nenhum interessado em um determinado município, este ficaria sem Comissão Sindical e sem representação no Conselho das Comissões Sindicais.

Após a reforma, muita coisa mudou, a saber: as Comissões Sindicais foram rebatizadas de Comissões Municipais e o Conselho passou a ter como complemento “das Comissões Municipais”, conforme consta no estatuto atualizado. Apesar da alteração, em vários artigos do estatuto não foram feitas as devidas modificações, assim, em sua nova versão é possível encontrar ambas as denominações para as Comissões e o Conselho. A principal alteração, porém, foi o atrelamento da eleição do Conselho à eleição da diretoria, ou seja, a chapa que pretende concorrer à diretoria agora deve indicar membros para o Conselho²³⁴. Todavia, há 184 municípios no estado do Ceará, além do fato de que Fortaleza é dividida em 21 Zonais. Assim, uma chapa que pretenda concorrer à eleição da APEOC, hoje, deve indicar 64 nomes para a diretoria, além de 123 nomes de 123 municípios diferentes (2/3 dos 184 municípios) e 14 nomes de 14 Zonais diferentes da capital (2/3 dos Zonais). Isto é, a chapa deve ter, no mínimo, 201 membros, além de possuir uma ramificação capilar por todo o estado, atingindo grande parte de seus municípios.

Na prática, isso se traduz num significativo impedimento à disputa política do sindicato, visto que só um grupo com grande ramificação no interior poderá concorrer ao pleito. Para conseguir esse feito é necessário tempo e dinheiro para realizar muitas viagens a fim de realizar contatos e convencer associados a apoiar sua causa. Tempo e dinheiro são exatamente dois requisitos que os atuais sindicalistas têm, visto que muitos são liberados de suas atividades docentes para se dedicarem unicamente à entidade, além do fato de que o APEOC, entidade com quarenta mil filiados, possui grande arrecadação financeira²³⁵.

Ademais, a liberação e a arrecadação da entidade devem ser utilizadas em prol dos interesses da categoria, logo, não podem servir para fins privados dos sindicalistas. Entretanto, os dados de pesquisa indicam durante a campanha eleitoral o sindicato continuou realizando visitas técnicas em escolas de vários municípios do estado, valendo-se delas como momento de realização de campanha eleitoral. Isto porque essas visitas são denominadas pela

²³⁴ O estatuto aceita que a chapa indique 2/3 da totalidade de membros do Conselho das Comissões Municipais, em caso de impossibilidade de se indicar o número total.

²³⁵ O pesquisador requisitou informação sobre arrecadação ao sindicato via correio eletrônico. Mas, novamente, o pedido foi ignorado pela entidade.

direção sindical de “No chão da escola”, uma espécie de projeto que tem por fim democratizar informação à base, mas nelas a diretoria, que detinha o poder sindical, não só expunham informações sobre demandas dos professores, mas também expunham suas propostas e se contrapunham à chapa de oposição, conforme gravação feita por um dos professores presentes em uma daquelas reuniões ocorrida num município do interior, cujo material foi disponibilizado ao pesquisador²³⁶. Isto é: a democratização da informação financiada pela contribuição sindical vinha acompanhada do patrimonialismo e da burocratização da entidade que deveria ser política. Além disso, em 29 de janeiro de 2015 (nove dias após o fim do prazo de inscrição de chapas no pleito do APEOC) o projeto “No chão da escola” realizou a sua 430º visita em escolas do estado. Coincidemente, a notícia divulgada no *site* oficial destacava que 138 municípios haviam sido visitados no curso daquele projeto; número bastante similar aos 123 necessários para a inscrição das Comissões Municipais²³⁷.

Sobre a 11ª Reforma Estatutária, sua maior repercussão foi o impedimento criado a possíveis grupos que tentariam disputar a eleição da entidade. Esse cenário aponta para o *apego* (ROSSI; GERAB, 2009) dos sindicalistas ao sindicato, pois a forma como os sindicalistas realizaram a 11ª Reforma Estatutária indica sua “despolitização” e “afastamento da base” (*Ibidem*). Inclusive, aquela ação ocorreu a fim de evitar a derrota daqueles sujeitos na eleição sindical – outro efeito do *apego*, segundo os autores.

Como se pode perceber, o caso da APEOC aponta para o *apego* dos dirigentes à entidade e sua *oligarquização*. Isso se evidencia pelo fato de o mesmo grupo político estar à frente do sindicato há aproximadamente 30 anos. Todavia, apesar dos impedimentos criados, o grupo de oposição tentou disputar a eleição ocorrida no dia 24 de fevereiro de 2015 e chegou a inscrever chapa, o que será discutido, a seguir.

4.1.4 A atuação da comissão eleitoral como forma de *burocratização sindical*

O grupo autodenominado “Movimento de Oposição Sindical – APEOC” iniciou suas atividades em novembro de 2014, quatro meses antes da realização da eleição do APEOC, que ocorreria em fevereiro do ano seguinte, conforme rege o estatuto. O edital da eleição foi

²³⁶ O sindicalista ligou a chapa de oposição a um partido político, o PSTU, qualificando-o como antidemocrático por estar à frente do sindicato da Construção Civil no estado há mais de 20 anos. Ademais, ele disse que gostaria que o grupo de oposição tivesse inscrito chapa para disputar o sindicato “porque é importante o embate” (sic). Todavia, complementou: “mas eles não inscreveram chapa coisa nenhuma porque eles não inscreveram nenhum representante municipal” (sic), isto é, representante das Comissões Municipais, recém-criadas pela 11ª Reforma Estatutária.

²³⁷ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7534-430-escolas-visitadas-30-000-km-rodados-no-chao-da-escola-a-pleno-vapor.html> Acesso em: 23 mar. 2015.

publicado no jornal Diário do Nordeste no dia 05 de janeiro de 2015, e o prazo para inscrição de chapas era o dia 20 do mesmo mês. O movimento de oposição inscreveu apenas os 64 nomes para a diretoria executiva, rejeitando as regras criadas após o dia 23 de novembro de 2013. O nome da chapa era “Democracia e Luta pela Base: Oposição Alternativa”. Vale ressaltar que a comissão eleitoral era formada apenas por membros da atual direção²³⁸, que também estavam concorrendo à reeleição. Todavia, o grupo de oposição também ajuizou ação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), tribunal federal, a fim de garantir a inscrição da chapa devido ao que chamava de “violação aos princípios da democracia, da soberania dos membros da categoria, da igualdade, da probidade e da lisura eleitoral” (CEARÁ, 2015a) e também devido às regras eleitorais impostas pela comissão eleitoral em acordo com a 11^a Reforma Estatutária, considerada por aquele grupo como irregular (*Ibidem*).

A chapa da situação era denominada “Na Direção Certa”. Enquanto a chapa de oposição contava com 64 nomes, a da situação tinha aproximadamente 250 membros, visto que indicara um representante para pelo menos 2/3 das Comissões Municipais e Zonais. Entretanto, conforme já destacado, o estatuto da entidade continha várias contradições e ambiguidades. O Art. 49, por exemplo, dizia que as Comissões Municipais – criadas pela 11^a Reforma Estatutária – “compõem-se de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro”, ou seja, esse trecho abre margem para que a chapa que visa concorrer ao pleito tenha que inscrever quatro associados de cada um dos 123 municípios. Isto é, o número de membros da chapa saltaria de 64 para 570, o que deixaria ambas as chapas em situação irregular. Apesar dessa possível interpretação, a comissão eleitoral optou por aquela em que a chapa deveria inscrever apenas um associado por Comissão Municipal. Decisão que impugnava apenas a chapa de oposição.

Outro trecho ambíguo do estatuto é o § 1º do mesmo Artigo 49, que versa o seguinte:

Os membros das Comissões Municipais eleitos pelos associados, lotados nas redes municipais de ensino, onde essas Comissões forem criadas, também eleitos pelos associados da rede estadual domiciliados no município, serão empossados pelo Presidente do Sindicato APEOC ou pelo seu substituto legal.

Esse trecho é menos ambíguo do que o primeiro e, apesar de também ter sido inserido no estatuto pela reforma do dia 23 de novembro de 2013, abre margem para a anulação das alterações feitas por essa mesma reforma, visto que estabelece que os representantes das Comissões Municipais devem ser eleitos por associados das redes municipal e estadual de

²³⁸ Segundo o Art. 34, alínea “h”, do estatuto do APEOC, cabe “à Diretoria a administração e a representação do sindicato e, especificamente: [...] indicar membros da comissão eleitoral”.

cada município, ou seja, dá autonomia aos associados de cada cidade para, em caso de interesse, se candidatarem ao cargo. Contudo, da forma como a comissão eleitoral estabeleceu a eleição, todos os 40 mil associados deveriam escolher os representantes das Comissões Municipais, já que a chapa inscrita já deveria indicar os nomes de cada município. Ou seja: um associado de Fortaleza ajudaria a escolher o representante da Comissão Municipal de Mauriti, município distante cerca de 500 km da capital, por exemplo. Apesar do trecho destacado, a comissão eleitoral optou pela interpretação que impugnava apenas a chapa da oposição.

Nesse sentido, no dia 04 de fevereiro de 2015 a chapa “Democracia e Luta pela Base: Oposição Alternativa” foi impugnada pela comissão eleitoral. Como se pode perceber, o fato de a comissão eleitoral ser formada apenas por membros da atual direção sindical – que pleiteava a reeleição - fez com que as decisões relacionadas à impugnação de chapa afetassem somente a chapa da oposição a fim de garantir a reprodução do atual grupo dirigente no controle da entidade. Essas ações se aproximam da definição de burocratização sindical, conforme já discutido.

O que foi realizado naquele instante pré-eleição foi uma interpretação extremamente parcial das normas e estatutos. Essa parcialidade foi motivo de contestação pelo movimento de oposição através de notas publicadas na internet. Apesar dos protestos, a comissão eleitoral havia oficialmente impugnado a chapa de oposição. Contudo, ainda havia um processo judicial em curso que poderia gerar uma reviravolta na situação, o que será apresentado a seguir.

4.1.5 Eleição do sindicato APEOC na esfera judicial

No dia 09 de fevereiro de 2015 houve uma audiência na justiça com ambas as partes envolvidas. Segundo informações obtidas junto a um dos professores presente à reunião, nessa reunião o juiz federal destacou que iria julgar o mérito da questão, mas que não iria julgar a possível imoralidade do estatuto e da 11ª Reforma Estatutária – conforme pedia o movimento de oposição -, pois essas eram questões políticas que cabiam à categoria resolver. Seu julgamento levaria em conta apenas a liberdade sindical. Ademais, o juiz indicou que as alterações feitas no estatuto pelos atuais sindicalistas abriam margem para a impugnação da chapa da situação também, o que inevitavelmente reiniciaria o processo de eleição e talvez até culminasse em novas alterações no estatuto, visto que com as normas vigentes dificilmente

algum grupo conseguiria inscrever chapa no pleito, mesmo o dos atuais sindicalistas. Todavia, essa decisão não cabia a ele, tendo a oposição que buscar outras instâncias jurídicas

A decisão judicial saiu apenas no dia 20 de fevereiro à tarde, a sexta-feira anterior à eleição, que ocorreria no dia 24. Apesar do que explanara na audiência, o teor da decisão do juiz, sustentada por decisões do STF e do Superior tribunal de Justiça (STJ), foi o seguinte:

Dessa forma, restando evidenciada a condição dos Autores de servidores públicos regidos por regime estatutário, entende este Juízo, conforme razões expendidas, restar caracterizada a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para conhecer e julgar a presente Reclamação trabalhista, pelo que devem ser remetidos os autos ao Juízo competente (CEARA, 2015a)

Isso significava que o processo judicial que estava em curso há um mês seria reiniciado em outra instância, o que provavelmente demoraria mais um mês para se ter alguma decisão. Em um primeiro momento, isso significava também que a eleição ocorreria normalmente no dia 24 de fevereiro em acordo com as regras da comissão eleitoral. Antes da decisão do dia 20 de fevereiro, o movimento de oposição estava agindo como se a eleição fosse contar com sua participação, assim, continuava publicando em sua página na rede social na internet propostas, textos avaliando a atual direção, currículos dos membros da chapa e avaliações sobre o processo judicial em curso. Entretanto, após aquela decisão, a orientação daquele movimento à base foi o voto nulo²³⁹, visto que a eleição inevitavelmente ocorreria com a presença apenas da chapa da situação.

Seguindo com a prática da burocratização sindical, a atual direção se utilizou do *site* oficial da entidade para publicar texto avaliando a decisão judicial do dia 20 de fevereiro. Essa ação seria normal porque o processo estava interferindo diretamente com a eleição do sindicato. Contudo, o teor do texto publicado indica a burocratização, a saber: primeiramente, o texto se reporta indiretamente à 11ª Reforma Estatutária²⁴⁰, dizendo o seguinte:

Toda entidade sindical rege-se pelas normas constantes em seu Estatuto aprovado em Assembleia representativa da vontade soberana da categoria.

No caso do Sindicato APEOC, o Regulamento Eleitoral constante do estatuto é o mesmo desde quando a entidade deixou de ser associação para se tornar sindicato, não sendo, portanto, alterado desde então.²⁴¹

Inicialmente, o texto fala em “vontade soberana da categoria” sem destacar a recente reforma realizada apenas por dirigentes, 22 pessoas. Por conseguinte, lança uma informação

²³⁹ MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015c.

²⁴⁰ Importa ressaltar que a atual direção sindical não avaliou oficialmente as denúncias do movimento de oposição em relação à 11ª Reforma Estatutária.

²⁴¹ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/quem-somos/quadrienio-2015-2019/7559-elecoes-apeoc-fique-sabendo.html> Acesso em: 20 fev. 2015.

confusa, visto que o Regulamento Eleitoral é apenas uma parte do estatuto, servindo apenas para disciplinar a eleição, e discipliná-la tendo como parâmetro o próprio estatuto, este sim alterado pela 11^a Reforma Estatutária. Isso fica evidente por outros trechos da publicação onde a direção acusa a oposição de tentar inscrever chapa “em total desconformidade com o Estatuto do Sindicato APEOC” (*sic*), já não citando o Regulamento Eleitoral, e, sim, o Estatuto.

O trecho destacado indica que não há qualquer alteração no estatuto desde 1989, ano de sua criação, quando o APEOC deixou de ser associação e passou a ser sindicato. Nesse sentido, na mesma “visita técnica” citada anteriormente, o sindicalista verbalizou algo nesse sentido, a saber: “Eles [da oposição] não se qualificaram para disputar [a eleição] porque o estatuto é público, ele está no site, está em vários lugares, desde 1989. Se havia algum questionamento, por que não fizeram antes?”. Isso indica que a postura dos sindicalistas foi a de ignorar as denúncias do movimento oposicionista ao verbalizarem que o estatuto não havia passado por modificações. Por fim, aquele texto se encerra com uma avaliação da direção acerca do desfecho da questão judicial:

A ação judicial apresentada pelos integrantes da chapa oposicionista foi julgada na data de 20/02/2015, ocasião na qual o juiz [...] julgou o processo anteriormente ajuizado [...] extinguindo o feito perante a Justiça do Trabalho [...] Assim, o Sindicato APEOC comunica a todos os profissionais da educação do Estado do Ceará a completa obediência ao Estatuto da entidade, norma soberana definida em assembleia da categoria, conforme atestado na decisão judicial que afastou os pedidos da chapa oposicionista

Nessa avaliação é destacada a extinção do processo perante a justiça do trabalho, mas não é ressaltado seu declínio para a justiça estadual, portanto, sua continuidade. Por fim, liga a decisão judicial ao indeferimento da chapa de oposição, como se isto tivesse sido referendado por aquela ao “afast[ar] os pedidos da chapa oposicionista”.

Assim, a eleição ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2015 com apenas a chapa candidata à reeleição. Destaca-se que o pleito foi repleto de denúncias de irregularidades por parte da oposição, tais como ²⁴²: fechamento de urna antes do horário previsto, recolhimento de votos em sacolas plásticas, mesários levando a urna até a casa de professores a fim de que votassem, urnas sem lacre etc.

Apesar de a eleição ter ocorrido, no final da tarde do dia 24 o juiz que ficara responsável pelo processo impetrado pelo movimento de oposição, após o seu declínio para a

²⁴² MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015a.

esfera estadual, concedeu uma liminar suspendendo as eleições até que o processo fosse julgado:

Lançando mão do poder geral de cautela, preconizado na emoldura regra do art. 798 do Código Processo Civil, hei por bem deferir a liminar – *inaudita altera pars* – ordenando a suspensão imediata da eleição do sindicato requerido marcada para hoje, 24/02/2015, até ulterior deliberação deste Juízo (CEARÁ, 2015b)

Isso significava que o sindicato não poderia realizar os demais procedimentos do pleito: apuração dos votos e divulgação do resultado. O movimento de oposição noticiou, então, em sua rede social na internet a medida judicial. Já a direção sindical não divulgou qualquer informação sobre a liminar e, no dia posterior ao pleito, informou no *site* oficial da entidade²⁴³ que a eleição “transcorreu em total clima de normalidade”. A notícia mais uma vez revelava o tema da burocratização, destacando que a categoria defendeu “uma pauta que engloba a Nacionalização da Carreira, os Royalties no FUNDEB e a organização por local de trabalho”. Além da “pauta” ser composta só por propostas da chapa da situação, a matéria ainda antecipa o resultado da eleição.

Na sexta-feira, dia 27 de fevereiro de 2015, o juiz extinguiu a liminar – possibilitando ao APEOC apurar os votos e divulgar o resultado da eleição - e arquivou o processo por entender que havia perdido o seu objeto. Novamente, o processo não foi julgado.

O movimento de oposição levantou suspeita acerca daquela decisão destacando possível troca de favores entre sindicato, governo estadual e justiça estadual, com a afirmação que divulgou em seu boletim, a saber: “compreendemos [que a justiça] está encharcada em clientelismo, coronelismo e patrimonialismo que anulam sua independência”²⁴⁴. A oposição nomeou a relação entre aqueles entes de “parceria”, o que provavelmente motivou aquela suspeita. Já a atual direção deixou de divulgar qualquer informação sobre a decisão judicial, como se a liminar suspendendo a eleição não tivesse existido (a chapa da situação seguiu a mesma linha). No dia 28 de fevereiro, na notícia divulgada no *site* oficial do sindicato para apresentar o resultado final da eleição²⁴⁵ não há qualquer menção àquela decisão judicial, além de ressaltar que o processo eleitoral se “findou no dia 27/02/2015”, não mencionando o atraso decorrente da liminar que suspendeu a eleição. O resultado da eleição publicado pelo sindicato APEOC foi o seguinte:

²⁴³ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/quem-somos/eleicao/7560-eleicao-para-nova-diretoria-do-sindicato-apeoc.html> Acesso em: 14 maio 2015.

²⁴⁴ MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015a.

²⁴⁵ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/quem-somos/eleicao/7564-resultado-da-eleicao-2015.html> Acesso em: 24 mar. 2015.

Tabela 35 - Quantidade de votos separada por opções divulgada pela direção sindical

Chapa Única	Nulo	Branco	Total
7.968 (96,3%)	175 (2,1%)	134 (1,6%)	8.277 (100%)

Fonte: <http://www.apeoc.org.br/quem-somos/eleicao/7564-resultado-da-eleicao-2015.html> Acesso em: 24 mar. 2015.

Como destaca a tabela, o número de votantes foi de cerca de 20% dos associados. Ademais, a proporção de votos na chapa única foi superior a 96%. Vale ressaltar que a mesa apuradora dos votos seguiu a mesma regra da comissão eleitoral: formada somente por pessoas indicadas pela atual direção. Chapas inscritas poderiam indicar fiscais para a mesa apuradora, porém, como só a chapa da situação estava inscrita, só ela pôde indicar fiscais, ou seja, só ela detinha o controle sobre todo o processo.

O resultado foi questionado pelo movimento de oposição da seguinte maneira²⁴⁶: “A diretoria do Sindicato APEOC divulgou no último sábado o resultado do circo eleitoral armado para manter a atual direção [...] Todos que acompanharam o processo puderam ver o show de arbitrariedades.” Por fim, questionou o resultado: “Um número absurdo, diante do forte apoio dos professores dado à Oposição, que chamou Voto Nulo”. Já a atual direção respondeu divulgando uma moção de apoio assinada pela CNTE²⁴⁷ que ressaltava que aquela entidade “acompanhou o processo eleitoral [do APEOC], testemunhando sua lisura”, além do fato de que “a Comissão Eleitoral respeitou integralmente os procedimentos, oportunizando aos membros da categoria associados à Apeoc que constituíssem chapas para o pleito”. Por fim, a CNTE “endoss[ou] todo o processo”.

Como é possível de se compreender, a afirmação de Anízio Melo, durante a assembleia regional em Fortaleza no dia 10 de abril de 2014, de que “a instituição vai sim fazer com que o seu estatuto seja cumprido cada vez mais” entra em conflito com muitas das ações dos sindicalistas nesse meio tempo como foi o caso da interpretação do estatuto pela comissão eleitoral formada por esses indivíduos. Ademais, o complemento de sua frase: “Nós vamos, queira ou não queira, fazer a eleição por local de trabalho, olho por olho e cara a cara”, que pressupunha a efervescência política da categoria com a disputa eleitoral, parece não ter se efetivado, pois a possível disputa política não ocorreu nas urnas, apesar de estar ocorrendo em outras instâncias, como será apresentado adiante, assim como será discutido o conceito de *estatização* para que seja entendida a relação do sindicato APEOC com os

²⁴⁶ MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015a.

²⁴⁷ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/quem-somos/eleicao/7561-mocao-de-apoio-ao-processo-eleitoral-do-sindicato-apeoc.html> Acesso em: 23 mar. 2015.

governantes no período estudado, um dos principais conflitos identificados na descrição da greve.

A divulgação do resultado da eleição 2015 do sindicato APEOC e a consequente reeleição da atual direção sindical poderiam indicar que o cenário pós-eleição seria parecido com aquele existente anteriormente, isto é, uma entidade hierárquica que busca impedir a deliberação da base²⁴⁸. Contudo, seguindo os prognósticos discutidos por Antunes (1982), a “oposição *no sindicato*” vem surtindo efeito e fazendo com que os sindicalistas divulguem mais informações e busquem mobilizar a base. Mas a direção ainda não logrou êxito, visto que no início de março de 2015, alguns dias após a reeleição do grupo dirigente, a entidade convocou a base a participar de manifestação contra a suspensão do atendimento do ISSEC, uma demanda importante da categoria e apenas cerca de 10 pessoas compareceram; todas da diretoria²⁴⁹.

O sindicato também anunciou assembleias regionais (nos dias que antecederam a eleição). Essas reuniões ocorreram durante todo o mês de março e início de abril de 2015. Diferentemente do que ocorreu em 2014, o movimento de oposição participou de todas pelo interior, além da que ocorreu na capital. Assim, as assembleias regionais que, em 2014, de fato, foram palestras da diretoria a fim de divulgar informações passaram a contar, em 2015, com momentos de fala dos presentes devido à pressão realizada por aquele grupo de oposição. Apesar disso, em nenhuma das reuniões houve qualquer tipo de deliberação, o que indica ainda a forte hierarquização das decisões sindicais que ficam concentradas nas mãos da diretoria.

Apesar de não ter ocorrido deliberação da base nas assembleias regionais de 2015, os sindicalistas convocaram uma assembleia geral para o dia 08 de maio de 2015, o que poderia indicar que as pressões da base passaram a surtir efeito e que a direção estava disposta a abrir as decisões da entidade para a base. Todavia, essa reunião foi marcada novamente pela ausência de deliberação pelos docentes, visto que os sindicalistas alegaram que não havia número significativo de associados para algumas deliberações. Assim, os dirigentes colocaram em votação apenas sua demanda, a saber: participação do sindicato na Paralisação

²⁴⁸ Além do desuso da assembleia geral e da não convocação de Zonais proporcionadas pela diretoria, o Congresso, que “destina-se a promover a mobilização geral da categoria”, que, segundo o estatuto (Art. 34 do atual), deveria ocorrer bienalmente, não ocorre há mais de 20 anos, segundo apontou pesquisa de campo. A informação oficial da data do último Congresso da entidade, requisitada pelo pesquisador ao sindicato via correio eletrônico, nunca foi apresentada pela atual direção.

²⁴⁹ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7587-ato-realizado-gera-resultado.html>
Acesso em: 23 mar. 2015.

Nacional do dia 29 de maio de 2015²⁵⁰, desconsiderando as demandas da base, as seguintes: convocar nova assembleia geral, aceitar ou rejeitar o aumento salarial 2015 anunciado pelo governo, convocação de Zonais, paralisação estadual contra cortes no orçamento da secretaria de educação. Essa opção dos sindicalistas fica clara pela fala de Anízio Melo durante aquela assembleia em que disse que não adiantava à plenária a insistência por outras demandas, que não aquela proposta pela direção (informação verbal)²⁵¹.

Uma questão importante relacionada à reunião do dia 08 de maio foi que a direção convocou oficialmente uma assembleia geral extraordinária, ao invés de ordinária. Segundo o estatuto, a assembleia extraordinária não pode ter pontos de pauta incluídos além daqueles para os quais for convocada. Assim, a finalidade da assembleia era “dar informes e fazer avaliação de conjuntura”. Valendo-se disso, o presidente Anízio Melo discursou que não havia espaço legal para qualquer paralisação anterior à do dia 29 de maio (informação verbal)²⁵², conforme exigia parte dos presentes. A fala de Anízio teve como consequência a exaltação da maioria presente, que se aproximou da mesa organizadora e gritou palavras de ordem em protesto.

Diferentemente da assembleia geral de 23 de novembro de 2013, que contou com 22 participantes e deliberou sobre a 11^a Reforma Estatutária, a assembleia do dia 08 de maio de 2015 contou com a presença de cerca de 500 associados, mas não houve deliberação sobre qualquer assunto, como a campanha salarial 2015, principal assunto debatido nas falas. O vice-presidente, Reginaldo Pinheiro, argumentou que houve esvaziamento da assembleia, razão pela qual não poderia ser realizada qualquer deliberação, com exceção daquela relacionada à Paralisação Nacional (informação verbal)²⁵³.

Vale ressaltar que no momento das deliberações cerca de trezentas pessoas ainda compunham a plenária. Alguns sujeitos da base chamaram a postura dos dirigentes durante a reunião de “poder do microfone”, isto é, o desvirtuamento do poder burocrático que os sindicalistas têm de mediar assembleias gerais e outras reuniões a fim de evitar que a base delibere de forma a contrariar os interesses dos dirigentes. O símbolo desse desvirtuamento passou a ser o microfone usado e monopolizado pelos diretores. Nesse sentido, o “poder do microfone” se caracteriza como uma forma de burocratização sindical.

²⁵⁰ A pauta dessa paralisação foi a supressão de direitos dos trabalhadores ocorridas no ano corrente. Esse ato contou com a participação de diversos sindicatos e todas as Centrais Sindicais do país, exceto a Força Sindical.

²⁵¹ Fala de Anízio Melo, presidente do sindicato APEOC, durante a Assembleia Geral da entidade no dia 08 de maio de 2015.

²⁵² *Idem*.

²⁵³ Informação de Reginaldo Pinheiro, vice-presidente do sindicato APEOC, durante sua fala na Assembleia Geral da entidade no dia 08 de maio de 2015.

Como se pode perceber, os conflitos políticos estão gradativamente voltando a ocorrer entre a categoria estudada. O embate entre situação e oposição está gerando frutos que podem ser benéficos à categoria como um todo. Contudo, a atual direção continua com postura centralizadora, evitando que a entidade tome rumos imprevisíveis em relação às demandas dos sindicalistas, o que pode vir a mudar, caso as pressões e conflitos se intensifiquem. Entretanto, a colheita daqueles frutos se comprova, dentre outras coisas, com uma recente conquista da entidade: o vale-alimentação para os professores temporários. Uma demanda histórica desses profissionais e que, apesar de desde muito tempo constar nas pautas de negociação da entidade com o governo, nunca havia sido efetivada. Essa conquista foi anunciada também nos dias que antecederam a eleição do APEOC, no dia 11 de fevereiro de 2015²⁵⁴.

Mediante esses dados, se pode questionar o seguinte: como um sindicato que vivencia manifesta crise de representatividade que impacta diretamente na mobilização de sua base consegue conquistar benefícios para esta? A resposta para isso é complexa e demandaria uma profunda pesquisa específica. Todavia, essa questão será discutida no próximo tópico tendo como hipótese a cooperação entre o sindicato APEOC e os governos Cid Gomes e Camilo Santana.

4.2 Da burocratização sindical à estatização: análise da relação entre a direção do sindicato APEOC e os governos federal e estadual do Ceará

Neste tópico será analisada a relação mantida entre o sindicato APEOC e os governos federal e estadual, além de sua ligação com o Partido dos Trabalhadores. Para tanto, serão considerados dados relativos a notícias no *site* oficial da entidade e em outros sites de notícias, além de depoimentos de interlocutores.

Como ficou claro na apresentação feita no primeiro capítulo, com o relato da greve de 2011, há relações muito próximas entre o sindicato APEOC e os governos federal e estadual, via Partido dos Trabalhadores. Para que possamos refletir sobre a extensão dessas relações e sua repercussão sobre a atuação do sindicato e a relação com sua base, neste tópico serão considerados dados referentes a notícias tanto no *site* oficial do sindicato quanto na mídia em que a relação entre aqueles entes é abordada. Ademais, serão analisados os relatos dos interlocutores sobre esta relação.

²⁵⁴ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/7553-vale-refeicao-para-professores-temporarios-conquista-historica.html> Acesso em: 17 fev. 2015.

Um primeiro fato a observar é que o governo estadual atendeu à demanda histórica dos professores temporários exatamente nos dias que antecederam a eleição sindical e sem a necessidade de mobilização da categoria pelo sindicato. Essa postura indica que pode haver entre aqueles entes uma relação de proximidade que vai além da simples negociação entre representante dos trabalhadores e empregador. Só essa suposição não é suficiente para confirmar isso, mas há outros dados que podem contribuir para a análise acerca da *estatização* do APEOC. Também nos dias que antecederam a eleição, 25 de janeiro, o sindicato divulgou notícia de uma reunião preparatória para a primeira audiência que a entidade teria com o governador recém-eleito, Camilo Santana. A reunião ocorreu num domingo e contou com a presença de um dos deputados federais mais influentes do estado, José Guimarães (PT) e com o secretário de educação do governo Santana, Maurício Holanda²⁵⁵.

Além disso, no dia 28 de abril de 2015, o governador Camilo Santana anunciou a implementação do aumento anual do Piso Nacional, ocorrido em janeiro, no PCCS dos professores estaduais. Após quatro meses de negociação entre sindicato e governo – sem a participação da base – o governador anunciou, ao lado de Anízio Melo, que o aumento seria exatamente a mesma porcentagem estabelecida pelo governo federal, 13,01% (incluindo a reposição da inflação de 2014, 6,45%). Ou seja: os professores teriam aumento real de 6,56%. O anúncio ocorreu no final de abril e, segundo previsão do próprio sindicato, seria efetivado em agosto, mas até o dia 05 de agosto de 2015 ainda não havia sido concedido (o pagamento ocorre no primeiro dia útil de cada mês). Nesse sentido, pelo menos a inflação dos primeiros sete meses de 2015 não foi considerada, o que certamente impactará negativamente no aumento²⁵⁶.

²⁵⁵ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/7532-reuniao-preparatoria-para-a-audiencia-com-o-governador.html> Acesso em: 26 jan. 2015.

²⁵⁶ Segundo dados do IBGE, a inflação (INPC) acumulada entre janeiro e junho de 2015 foi de 6,8% (Disponível em: http://portaldefinancas.com/inpc_ibge.htm Acesso em: 05 ago. 2015), logo, o aumento não reporá sequer a inflação do período. Vale destacar que a data-base dos docentes estaduais é 01 de janeiro de cada ano.

Ao lado de Santana, Anízio discursou e falou que “essa era a principal reivindicação da categoria durante as últimas negociações. ‘Essa é uma reivindicação histórica porque valoriza os professores’ ”²⁵⁷.

Primeiramente, o sindicalista falou em nome da base sem consultá-la, visto que não houve assembleia geral (norma estatutária: Art. 8º, b) ou qualquer outra forma de consulta à base em relação à campanha salarial 2015. Ademais, o sindicalista tratou o cumprimento do aumento anual 2015 referente à Lei do Piso como uma conquista histórica, mas a implementação dessa lei no Ceará ocorreu após a greve de 2011, tendo sido uma de suas consequências. Pelo que se pôde compreender, sindicato e governo cooperam entre si a fim de evitarem prejuízos mútuos: o governo evita contratemplos com manifestações, greves e possíveis aumentos de gastos sociais²⁵⁹, enquanto o sindicato desenvolve atividades de representação sem a necessidade de representatividade, isto é, sem o apoio e participação de sua base, o que pode lhe gerar a empatia da base que se beneficia com os frutos das negociações com o governo, podendo, por exemplo, haver reflexo nas eleições quadriennais.

Porém, há mais dados importantes para a análise da ligação do APEOC com o governo, além da opinião dos interlocutores da pesquisa acerca do assunto. Essa ligação é nomeada por Druck (2006) de “estatização das organizações trabalhadoras”. No Brasil, esse atrelamento ocorre de longa data, pois já no primeiro governo Vargas (1930 - 45) foram criadas leis que ligavam os sindicatos ao Estado, principalmente através de seu financiamento



Imagen 11 - Anízio Melo, Camilo Santana e Izolda Cela (vice-governadora) anunciando a implementação do Piso Nacional em 28 de abril de 2015.²⁵⁸

²⁵⁷ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/governo-anuncia-reajuste-de-13-01-para-professores-1.1278939> Acesso em: 01 maio 2015.

²⁵⁸ Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/04/29/noticiasjornalcotidiano_3429952/ceara-anuncia-que-salario-de-professores-sera-igualado-a-piso-nacional.shtml Acesso em: 01 maio 2015.

²⁵⁹ No caso do aumento anual da Lei do Piso, o governo praticamente só reporá a inflação do período de janeiro de 2014 a agosto de 2015. Grande economia aos cofres públicos já que um aumento real de 13% significaria um gasto excedente de cerca de R\$ 150 milhões. Nesse sentido, o movimento de oposição fez ataques aos governos Cid Gomes, Camilo Santana e Lula/ Dilma em seus boletins que eram amplamente divulgados na internet e através de panfletos. Em relação especificamente aos governos Santana e Dilma, aquele movimento destacou como uma de suas “pautas urgentes”: “denunciar o corte de verbas do Governo estadual e federal” (MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC, 2015a).

pela chamada contribuição sindical obrigatória, que servia como motivador para que cumprissem a legislação trabalhista que pregava a conciliação entre trabalhadores e patrões, além da cooperação daquelas entidades com o governo²⁶⁰. Apesar disso, a relação entre sindicatos e Estado no Brasil sempre foi permeada por tensões entre os períodos com menor e maior liberdades individuais e coletivas (FRANÇA, 2013).

Contudo, principalmente a partir da eleição de Lula, em 2002, essa relação se transformou. Segundo Druck (2006), o governo Lula “vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de uma permanente cooptação de suas direções e de um processo de ‘estatização’ das organizações trabalhadoras”. A “estatização” destacada pela autora tem relação com a aderência das organizações trabalhadoras ao governo através de ocupação de cargos e também de participação em espaços de negociação em detrimento da mobilização dos trabalhadores, o que lhe atribui o sentido de cooptação.

Antunes (2011) e Oliveira (2006) concordam que já no primeiro mandato de Lula o PT podia ser considerado um “partido da ordem”, em contraposição ao partido do confronto que combateu a ditadura e mobilizou trabalhadores pela conquista de direitos na década de 1980. A postura “ordeira” daquele partido gerou contradições em relação às organizações de classe (OLIVEIRA, *Idem*, p. 40). Ao declarar o PT como um partido da ordem, o autor converge em sua argumentação com Druck ao dizer que “ao invés de o Estado partidarizar-se, ocorre a estatização do partido [dos trabalhadores]”, dada pela “ocupação de cargos e funções no governo”, pois o Estado tem como dever a conservação da ordem (OLIVEIRA, 2006, p. 40-1).

Nesse sentido, após a estatização do principal partido ligado aos trabalhadores pós-ditadura, o governo Lula buscou atrelar as cúpulas sindicais ao Estado. Para tanto, nomeou sindicalistas a importantes e bem remunerados cargos no governo, além de expandir a contribuição sindical às Centrais Sindicais, dinheiro que chegou a representar 80% do orçamento anual da Força Sindical e 60% da CUT (ANTUNES, *op. cit.*). Estas entidades, que haviam nascido livres de regulamentação estatal, passavam a ter relação estreita com o Estado, visto que o recebimento dessas contribuições é condicionado à obediência da legislação sindical brasileira que, como já dito, prega a conciliação entre trabalhadores e patrões, e a cooperação com o Estado. Medidas que podem anular demandas dos trabalhadores que extrapolam momentos de negociação. Devido às ações do governo Lula no

²⁶⁰ Cf. Arts. 513 e 514 da CLT.

sentido de atrelar essas organizações ao Estado, o autor as chamou de “engenharia da cooptação” (ANTUNES, 2011, p. 58), o que as assemelha a ações racionalmente pensadas a fim de atingir a um objetivo.

Nesse sentido, a discussão com os autores aponta para a mudança da postura de entidades sindicais no país nos últimos anos; transformando sua postura de confronto típica do *Novo Sindicalismo* em uma postura conciliadora permeada pela legislação que rege as negociações trabalhistas, o que significa impor limites à mobilização dos trabalhadores e ainda cooperar com o Estado numa postura de conciliação entre as classes sociais. Dito isso, serão apresentados mais dados que podem contribuir para a confirmação da *estatização* do sindicato estudado.

A ligação entre o APEOC e o governo se explica por muitos de seus sindicalistas serem filiados ao PT – incluindo o presidente e seu vice -, além de a entidade ser filiada à CUT e à CNTE, entidades sindicais umbilicalmente ligadas àquele partido. Dessa forma, nas eleições estaduais de 2014, a direção do sindicato apoiou formalmente, sem consultar sua base, o candidato ao governo, Camilo Santana (PT), e o candidato ao Senado, Mauro Filho (Partido Republicano da Ordem Social - PROS), da coligação “Para o Ceará seguir mudando”²⁶¹. Como sugere o nome da coligação, o governador Cid Gomes a apoiava e tinha em Santana a figura de seu sucessor. Vale ressaltar que Gomes se desligou do PSB - que abandonara a base aliada do governo Dilma a fim de concorrer às eleições presidenciais de 2014 - e ingressou no PROS (partido que continuara compondo aquela base) no final de 2013 com o objetivo de continuar apoiando o governo petista no plano nacional.

Outro episódio importante diz respeito aos elogios que Cid Gomes ganhou de Anízio Melo ao ser indicado como ministro da educação do governo Rousseff, em janeiro de 2015, alguns dias após entregar o cargo de governador do Ceará ao seu sucessor, Camilo Santana. Melo disse que isso era “gratificante” e que Gomes merecia “admiração”²⁶², palavras que indicam apoio ao político apoiador do PT nos planos nacional e, agora, estadual, já que seu sucessor é daquele partido. Entretanto, esse político apoiador do PT foi o responsável pela divisão da tabela salarial professores após a greve, impondo-lhes o que muitos dos interlocutores desta pesquisa consideraram ser uma derrota política e perda de direito, conforme apresentado no capítulo anterior.

²⁶¹ Disponível em: <http://prosceara.org.br/2014/10/02/sindicato-apeoc-apoia-candidaturas-de-camilo-santana-e-mauro-filho/> Acesso em: 05 dez. 2014.

²⁶² Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/nossa-opiniao/7519-sindicato-apeoc-reivindica-alem-de-piso-compromisso-com-a-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao.html> Acesso em: 24 jan. 2015.

Outros dados se sobressaem como relevantes, a saber: no final de 2014 e início de 2015, algumas políticas no plano federal reduziram direitos dos trabalhadores. As Medidas Provisórias (MPs) Nº 664/ 2014 e Nº 665/ 2014, ambas datadas do dia 30 de dezembro daquele ano, e a aprovação do Projeto de Lei (PL) Nº 4330, ocorrida em abril de 2015. As MPs limitaram o acesso dos trabalhadores e seus dependentes a importantes direitos, tais como: seguro-desemprego e pensão por morte. Já o PL regulamentou e ampliou a terceirização no país, expandindo-a para atividades-fim das empresas (antes, só as atividades-meio podiam ser terceirizadas)²⁶³. Apesar de tanto as MPs quanto o PL visarem retirar direitos dos trabalhadores, o sindicato APEOC se omitiu em relação àquelas, não havendo sequer uma nota no *site* expondo as consequências dessas medidas para os trabalhadores. Já em relação ao PL, o sindicato protagonizou manifestações de média e grande amplitudes, noticiadas em periódicos locais²⁶⁴. As MPs partiram, obviamente, da chefe do Poder Executivo Federal, presidente Dilma Rousseff (PT), tendo apoio de seu partido²⁶⁵. Já o PL foi de autoria de um legislador e não contou com o apoio do Partido dos Trabalhadores, tendo esta agremiação resistido ao máximo contra a sua aprovação²⁶⁶.

Mais um cenário importante tem relação com as manifestações que ocorreram no início de 2015 pedindo, principalmente, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff devido a supostos casos de corrupção na Petrobras. Enquanto ocorriam manifestações pedindo a saída da presidente, grupos favoráveis a ela se uniram para se manifestar por sua permanência. Apesar dessa motivação, as manifestações, geralmente, tinham como mote a defesa da Petrobras e da democracia, sem citar diretamente o nome da presidente ou seu partido. Várias manifestações ocorreram com o apoio do PT e, principalmente, de centrais sindicais ligadas àquele partido. Um desses eventos ocorreu no dia 13 de março de 2015. A APEOC participou ativamente daquele momento e publicou algumas notícias convocando sua base.

²⁶³ Segundo dados do DIEESE (2010), em estudo específico sobre o setor elétrico no Brasil, os trabalhadores terceirizados sofrem mais acidentes fatais do que os não-terceirizados tanto absoluta quanto relativamente. Ademais, um estudo recente da CUT em parceria com o DIEESE (CUT, 2014) aponta que aqueles trabalhadores recebem salário 24,7% menor do que estes, além de trabalharem 3h semanais a mais. Por fim, o estudo de Druck (1996) bastante discutido neste texto expõe as dificuldades da organização dos trabalhadores devido ao fenômeno da subcontratação e da terceirização.

²⁶⁴ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7650-nossa-luta-e-noticia.html> Acesso em: 16 abr. 2015. Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7651-apeoc-realiza-operacao-aeroporto-nas-asas-da-educacao-nesta-terca-feira.html> Acesso em: 16 abr. 2015. Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7653-operacao-aeroporto-nas-asas-da-educacao-decola-com-toda-a-forca-da-luta-apeoc.html> Acesso em: 16 abr. 2015. Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7654-grande-manifestacao-em-fortaleza-profissionais-da-educacao-repudiam-pl-4330-da-terceirizacao.html> Acesso em: 16 abr. 2015.

²⁶⁵ Disponível em: <http://www.pt.org.br/mps-aperfeicoam-e-moralizam-direitos-defende-lider/> Acesso em: 17 abr. 2015.

²⁶⁶ Disponível em: <http://www.pt.org.br/presidente-da-cut-reconhece-luta-do-pt-em-defesa-dos-trabalhadores/> Acesso em: 17 abr. 2015.

Em uma das notícias, intitulada “Manifestação em defesa da Educação, da Democracia, do Brasil”²⁶⁷, a entidade diz o seguinte: “O APEOC, a CNTE e a CUT conclamam os profissionais da Educação, assim como estudantes, pais/responsáveis de alunos, parentes, amigos/colegas e simpatizantes, para Ato Nacional em defesa: Da Educação Pública; Da Petrobrás; Da Democracia; Da Reforma Política”. Como se pode perceber, além do APEOC, apenas entidades sindicais ligadas ao PT estavam entre os organizadores da manifestação. Apesar da pauta de defesa citada, o texto continua com ligações menos eufemísticas em relação ao governo do PT. Por fim, após abordar as investigações sobre os casos de corrupção naquela empresa pública envolvendo nomes importantes daquele partido, se encerra com um atestado de parceria entre sindicato e governo: “Nós nunca tivemos medo da verdade”. Não é possível diferenciar quem está falando, se sindicato ou se governo. O uso do pronome pessoal “nós” se torna importante dado na análise do discurso dos sindicalistas (ELIAS, 2008).

Da mesma forma ocorre no plano estadual, visto que o atual governador do Ceará, Camilo Santana (PT), teve como uma de suas primeiras medidas à frente do Poder Executivo o corte de aproximadamente 20% no orçamento da Secretaria de Educação²⁶⁸, parte do pacote de corte de gastos sociais. Isso se traduziu em redução de consumo em energia, água, merenda escolar, fotocópias etc. das escolas. Apesar disso, o sindicato não se posicionou oficialmente em nenhum instante sobre o fato que impactou diretamente parte significativa de sua base, que teve suas condições de trabalho afetadas, além de prejudicar o dia a dia das escolas, seus funcionários e alunos²⁶⁹. Mais uma vez, a omissão da direção sindical em relação a medidas antipopulares de governantes do PT se apresenta como um atrelamento do sindicato aquele partido e, principalmente, ao governo.

Os dados apresentados apontam para a *estatização* daquela organização trabalhadora. Mas o que pensam os interlocutores desta pesquisa sobre o assunto? O professor Vladimir diz o seguinte:

Eles [do sindicato] são filiados ao Partido dos Trabalhadores na época em que também tinha coligação com o Cid Gomes do PSB. Então, se há essa coligação, existe uma barreira para o sindicato e que não pode ser ultrapassada. Logicamente, a

²⁶⁷ Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7596-em-defesa-da-educacao-da-democracia-e-do-brasil.html> Acesso em: 16 abr. 2015.

²⁶⁸ Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2015/01/07/noticiaspoliticas.3373050/camilo-santana-affirma-que-cortes-afetaraoo-todas-as-secretarias.shtml> Acesso em: 03 jul. 2015.

²⁶⁹ A pesquisa de campo foi realizada até o dia 08 de maio de 2015, dia da assembleia geral do sindicato APEOC. Até essa data, o sindicato não havia se posicionado sobre os cortes no orçamento da secretaria de educação, que foram anunciados em janeiro. Após essa data, a entidade publicou algumas notas em seu site oficial, mas não houve qualquer mobilização a fim de reverter aquela situação.

direção ela vai ter que realizar algumas manifestações porque a própria categoria exige isso, eles são a representação, mas existem limitações, se há coligação partidária, então existem limitações aí. Não é interesse da direção minar todo o governo, né [...] e isso já visando posteriores cargos políticos. (Vladimir, professor da capital)

Este docente destaca a possível estatização do sindicato, conforme discutido anteriormente. O interlocutor ressalta também a possibilidade de os sindicalistas se beneficiarem de cargos no governo, uma das formas de estatização discutidas por Druck (2006), Oliveira (2006) e Antunes (2011). Contudo, há outros depoimentos abordando a cooperação entre APEOC e governos:

Eu não vejo com bons olhos a atual direção da APEOC porque você percebe que eles comungam dos mesmos ideais do atual governador. Eu percebo uma diretoria realmente vendida para o governo. (Samara, professora da capital)

Eles são muito politicados com o Estado. Politizado tipo assim: eles têm tipo uma parceria com o governo do estado, eles não são pelos professores. Eles buscam qualquer migalha e pronto (Delano, professor do interior)

Nós percebemos que esse sindicato é duas caras. Ele tenta nos mostrar que nos representa, mas nós já tivemos várias provas de que esse mesmo sindicato representa os interesses do governo (Danilo, professor do interior)

Eu acho que eles não representam a categoria. Eu acho que talvez eles estejam mais preocupados realmente em ser uma representação para o governo, não têm a preocupação de ser uma representação para a categoria. Apesar de ser associado, eu não me sinto representado por eles (José Pedro, professor da capital)

Segundo Druck (1996, p. 33-4), assim como outrora fora destacado, a crise de representatividade “questiona a capacidade de mobilização e organização dos sindicatos”, além de perderem o “potencial de unificar e representar” os trabalhadores. Por fim, mudam suas “perspectivas políticas” diante das dificuldades e pressões, o que lhe faz aderir cada vez mais à ordem. A definição dada pela autora pode ser considerada consensual pela literatura específica sobre sindicalismo, visto que a representação sindical se diferencia da representatividade da entidade. Conforme destaca Cardoso (1997), “a característica central da representação sindical é justamente o fato de que o poder da [entidade] representante está, sempre, em suspenso e, eventualmente, tem de ser demonstrado.” O sindicato APEOC certamente possuía o poder legal de representar a categoria docente. Contudo, possuía o poder simbólico de mobilizá-la? Conseguiria organizá-la num movimento reivindicatório como uma greve ou mesmo uma manifestação, algo mais simples? Esse poder de mobilização, o poder de colocar trabalhadores organizados na rua, é chamado pelo autor de “capacidade de retaliação” (CARDOSO, *op. cit.*), isto é, a sua *representatividade*.

Retomando a análise dos relatos, os docentes apontam para a *crise de representatividade*, como, por exemplo, este sobre o fim polêmico da greve de 2011 que contou com a presença de centenas de professores do interior:

O governo junto com a Apeoc [...] vieram, induziram, já prepararam e trouxeram [os professores do interior] através desse transporte para realmente acabar com a greve porque só os da capital nós estávamos realmente prestes a continuar. [E complementou:] a APEOC resolveu [trazer os professores do interior] só realmente para acabar com a nossa greve. (Sílvia, professora da capital)

Sílvia destaca novamente a aproximação entre sindicato e empregador - algo real para ela. Contudo, algo mais chama a atenção em sua fala, o pronome possessivo utilizado: “*nossa greve*”, em oposição ao sindicato, ao governo e aos professores do interior. É comum entre os docentes pesquisados tratar o sindicato como “ele(s)” e a categoria como “nós”, o que parece apontar para a crise de identidade com sua entidade representativa, visto que não se sentem fazendo parte dela, parecendo-lhes uma entidade estranha. Para Norbert Elias (2008), os pronomes pessoais são importantes para o estudo sociológico a partir do momento em que representam a visão do indivíduo/ grupo em relação aos demais sujeitos sociais, por exemplo: quando um indivíduo fala “eu”, está levando em consideração não apenas a si próprio, mas também a teia de relações à qual pertence, isto é, “tu”, “ele”, “ela”, “nós”, “vós” e “eles” (ELIAS, 2008, p. 134).

Segundo o autor (*Ibidem*, p. 136), “o facto de nos percepcionarmos como pessoas de quem se diz ‘eu’, implica que percepcionemos os outros como ‘ele’, ‘ela’, ‘nós’, ‘vós’, ‘eles’.” Isso porque não é possível falar de indivíduo sem pensar em sociedade. Dessa forma, quando os docentes tratam o sindicato como “ele” ou “eles”, estão externalizando que existe uma oposição entre essa instituição e os próprios docentes. O sindicato não é incluído no grupo de comunicação “nós”, é externo a esse grupo. Da mesma forma, quando a professora Sílvia verbaliza que é “*nossa*” greve, está destacando que “eles” não compunham a greve, quais sejam, o governo, o sindicato e os professores do interior.

Outro professor relata algo nesse sentido ao explicar o motivo de nunca ter se filiado ao APEOC: “Porque o sindicato ele não corresponde aos anseios, às necessidades, aos pedidos da categoria. Ele está mais voltado ao respeito dos seus próprios interesses do que aos da categoria” (Ernesto, professor da capital). Esse docente, além de expor o quanto o sindicato lhe é distante ao tratá-lo como “ele”, ressalta os motivos para que pense assim: representa interesses estranhos à categoria.

Ademais, ao falar da atuação do sindicato durante a greve de 2011, o professor Ernesto parece percebê-lo não só como estranho ao coletivo de professores, mas vendo nele a figura de um inimigo, a saber:

Eles entravam nos professores, mas eles eram muito cientes da fraqueza dos professores, eles eram muito cientes realmente da capacidade de ação dos professores e eles tinham uma capacidade de responder com mais rapidez os problemas, eles são mais rápidos em responder do que os professores, né (Ernesto, professor a capital).

Esse docente comprehende a ação do sindicato como a de um agente infiltrado que “entra” no meio da categoria para conhecer suas “fraquezas”, o que lhe daria condições de antecipar suas ações, ser “mais rápido” do que ela e vencê-la, isto é, fazer valer seus interesses em detrimento dos da base.

Também há relato acerca da postura do sindicato durante as eleições estaduais de 2014, a saber:

O sindicato todo levantando bandeira de uma pessoa que destruiu o Plano de Cargos e Carreiras, a Izolda Cela[, secretária de educação do governo Cid Gomes e candidata a vice-governadora na chapa apoiada por este]. Apoiaram o candidato do governo[, Camilo Santana]. Chamaram o governador de ditador e, depois, o sindicato tirando foto com a ex-secretária de educação, como se nada tivesse acontecido, como se professor não tivesse sido espancado na Assembleia Legislativa, alterando os efeitos que a Lei do Piso teria no magistério cearense (Cirilo, professor do interior)

Como se pode compreender dos relatos apresentados, em geral, tanto docentes da capital, quanto do interior entendem que a direção do APEOC possui ligação com o governo que cria impedimentos para a relação representativa que deve existir entre sindicato e base.

Isso pode indicar que a representação dos professores pela APEOC ocorre mesmo sem representatividade porque a entidade se utiliza das normas, estatutos e leis para agir em nome da categoria, além da cooperação do governo. Esse tipo de relação com o Estado tira a autonomia do sindicato como representante de um coletivo, já que suas ações passam a ser influenciadas por agentes externos. No caso da APEOC, esse agente é o próprio empregador.

Contudo, essa é uma maneira pela qual os atuais sindicalistas vêm se mantendo como entidade representativa de quarenta mil associados e mais milhares de não-associados que, pelo que se pôde apreender neste texto, não lhe concedem representatividade, esvaziando uma manifestação ao ponto de só comparecerem 10 sindicalistas, por exemplo. Importa ressaltar que o fenômeno da *estatização* discutido anteriormente é recente, tendo ocorrido pós-2002, com a eleição de Lula para a presidência e o consequente crescimento do PT nos estados e municípios também. Foi a partir da postura do presidente Lula junto ao movimento sindical

que a categoria *estatização* foi cunhada. E é a partir desta categoria que podemos pensar a postura de outros políticos nos estados e municípios ligados ao PT – como é o caso de Camilo Santana e Cid Gomes – com o movimento sindical local.

Dito isto, a unicidade sindical, prevista em lei, garante o poder de representação do APEOC que é corroborado pelo empregador através da cooperação, que se caracteriza como uma forma de *estatização* daquele movimento social. Nesse sentido, torna-se compreensível o apoio do APEOC à candidatura de Camilo Santana, mesmo sem consultar sua base. Além do fato de ter sido apoiador do governo Cid Gomes por este ser um dos principais aliados do PT no plano nacional; ao ponto de mudar de partido para não passar para a oposição junto com sua antiga agremiação, o PSB.

Isso indica uma via de mão dupla na relação entre sindicato e governo, pois enquanto aquele garante sua reprodução no controle da entidade sindical através de negociações que geram algumas conquistas às categorias representadas mesmo desmobilizadas, este garante sua governabilidade no governo estadual ao evitar greves e aumento nos gastos sociais, ambos podendo influenciar os eleitores - devido à paralisação de serviços básicos e, talvez, à diminuição dos investimentos ou ao aumento de impostos -, que provavelmente avaliarão o governo em nova eleição no futuro.

Em relação a essa cooperação, a Organização Internacional do Trabalho (1997, p. 90) diz que todos os trabalhadores têm o “direito de constituírem organizações” e de “negociar coletivamente”. Em relação a isso, “devem poder fazê-lo livremente, sem a ingerência da outra parte [o empregador] ou do Estado” (OIT, 2008, p. ix), o que a organização considera ser uma restrição à liberdade sindical.

Essa cooperação impacta na mobilização da base e fomenta a crise de representatividade, conforme se pode apreender dos depoimentos dos interlocutores, principalmente em relação à greve de 2011:

Eu acho que a base ela diminuiu [após a greve de 2011], certo? Há uma organização, há uma força muito grande, mas o que eu vejo... E até em mim também: eu preciso de um processo de fortificação, de motivação porque foi uma decepção muito grande. “Ah, mas nós temos que continuar lutando”. Eu também acho, mas é meio que teoria para mim às vezes, eu tenho que assimilar, eu tenho que fazer um trabalho constante de consciência que eu não posso... Não é nem cruzar os braços, é ficar parada, mas, ao mesmo tempo, a minha vontade, a minha esperança - No sentido não de que vai acontecer alguma coisa, mas que não vão fazer uma sacanagem - A gente vai conseguir, a gente vai correr atrás, a gente não vai se deixar enfraquecer. Eu sei que se eu me deixo enfraquecer, também muitos vão deixar e não vai acontecer nada, mas é devido à grande decepção que aconteceu naquele tempo que foi frustrante, eu acho que para todos que estavam ali foi frustrante (Márcia, professora da capital)

Mas hoje a categoria, aqueles que lutaram na greve, estão totalmente desacreditados, salvo aqueles que realmente já conhecem esse histórico de traição do sindicato APEOC, da direção sindical e têm uma maturidade política para superar esse tipo de golpe que foi dado. Mas aqueles que estavam iniciando a luta, talvez aqueles que iniciaram agora, que entraram pelo último concurso de 2010, talvez muitos deles se decepcionaram, então a gente perdeu essa chance, né (Vladimir, professor da capital)

Eu não acredito numa greve. Eu não participarei de uma greve, se tiver. Eu não participo mais. Eu não sou palhaço de ficar no meio daquilo ali e você saber que você é apenas uma marionete ali no meio. Quando eles quiserem acabar com aquilo ali, eles acabam. Você vê que o Plano [de Cargos, Carreiras e Salários] que acabou passando foi o mesmo Plano que todo mundo rechaçava antes, com uma ou outra pequena alteração (Alessandro, professor da capital)

Nunca mais na minha vida eu invento de fazer greve [...] eu, particularmente, não faço mais greve (Cirilo, professor do interior)

Eu acho uma diretoria morna. Pelo menos na época da greve, a gente foi para as manifestações e eu percebi uma tentativa de fazer uma manifestação controlada. É uma maneira de dar uma válvula de escape ao professor que quer se manifestar, mas, ao mesmo tempo, você[, sindicalista,] está no controle. [...] Então eu acho que é uma diretoria morna, que quer atender a deus e ao diabo ao mesmo tempo. Claro que também não dá pra ser radical, mas eu acho morna. (Wilson, professor da capital)

As opiniões dos docentes indicam a atuação do sindicato APEOC na greve de 2011 os levou a um cenário onde a participação em novas mobilizações está comprometida devido à “frustração”, “decepção” e “falta de crença”, conforme relataram os interlocutores. Essas opiniões convergem com a deficiente mobilização da categoria pela direção sindical nos casos apresentados neste texto, assim como a manifestação pública de 25 de abril de 2013 e, principalmente, a realizada no início de março de 2015, referente ao ISSEC. Todavia, os relatos dos interlocutores vão além da avaliação da greve de 2011, apontando sua frequente “frustração” com a entidade no tempo e suas consequências na organização da categoria, a saber:

A atual diretoria do sindicato é pelega. Desenvolve uma política social democrata dentro do sindicato e isso enfraquece a luta porque em determinados momentos em que a categoria está disposta ao confronto eles conseguem abrandar esse impulso e acabam uma greve através de negociação entre eles e o governo. E isso tem desestimulado muitos professores a participarem [...] Foram tantas as derrotas que nós vivenciamos por conta da traição do sindicato que muitos professores não acreditavam mais nele e se desfiliavam (Marcílio, professor da capital)

Esses acordos entre sindicato e governo nós saímos realmente perdendo. Isso me desmotiva muito a continuar [participando de atividades relacionadas ao sindicato] (Rafaela, professora da capital)

Se você percebe que o sindicato, que era para lutar pelos seus direitos, não está lutando, então isso lhe deixa bastante desanimado com relação a futuras participações em outras greves, em outras necessidades da categoria, em outras convocações. Muitos professores já naturalmente sentem esse enfraquecimento e já nem querem participar. E os poucos que ainda têm alguma esperança, ou ainda têm

uma certa boa vontade de participar, acabam ficando desmotivados. Eu posso dizer que é assim que eu me sinto (Sâmara, professora da capital)

O governo sabendo que a nossa categoria não está sendo bem representada, que pode ficar fazendo conchavo lá em cima e que vai conseguir o que quer. E percebendo que a gente não tem aquela atitude de enfrentamento, que a gente foge no primeiro tiro, digamos assim, então vai deixar nossa categoria enfraquecida (Ester, professora da capital)

Os relatos apontam a *estatização* do sindicato APEOC como um fator “desmotivador” e “desestimulante” para a participação da base em eventos mobilizados pela entidade. Isso revela que para o grupo de docentes pesquisado existe uma *crise de representatividade* na relação com seu sindicato, pois, apesar de este ter a prerrogativa de representá-los formalmente em negociações trabalhistas, eles não concedem à entidade *capacidade de retaliação*.

Apesar de a maioria das falas indicarem a falta de organização da categoria como reflexo das posturas da direção sindical, alguns professores destacam a necessidade de continuarem participando de mobilizações:

Eu acho importante todo trabalhador brasileiro ser filiado a um sindicato, independente de esse trabalhador questionar a direção do sindicato, mas eu acredito que ele deve ser participativo, ser membro do sindicato. O sindicato existe não porque tem uma direção, mas porque tem um corpo de trabalhadores (Heitor, professor da capital)

[Quando a greve de 2011 acabou,] vários companheiros choraram e disseram que nunca mais iam voltar à luta. É o desestímulo que abate, mas depois esses companheiros voltaram porque compreendem que têm que estar na luta independente de quem está na direção do sindicato. (Marcílio, professor da capital)

Apesar de que eles [da direção do sindicato] estão na frente e tudo mais, que alguma coisa a gente conseguiu [em relação à greve de 2011], mas conseguiu através de quê? Da nossa luta coletiva dos professores porque a gente sempre está ali, mas se fosse partir só deles [da direção] mesmos, acho difícil porque é muito superficial. (Adriana, professora da capital)

[A categoria dos professores saiu da greve de 2011] fortalecida porque pela adesão, que, de qualquer maneira, eu não considero que a gente conseguiu muita coisa, não. Pelo contrário. Mas a gente nunca tinha visto até o interior [paralisar suas atividades], né. Depois, teve esse golpe. Mas eu acho que foi fortalecida por isso, a gente nunca tinha conseguido parar o interior, e a gente conseguiu (Solange, professora da capital)

Pelo que se pode apreender dos relatos, alguns docentes compreendem que, independentemente da postura da direção sindical, a categoria organizada fica “fortalecida” e pode conquistar suas demandas, pois “se fo[r] partir só deles [da direção]”, aquelas demandas seriam conquistadas apenas “superficialmente”. Nesse sentido, um sindicato é definido “porque tem um corpo de trabalhadores”, isto é, a ausência da base na relação com o

empregador é identificada como prejudicial aos interesses da categoria, logo, há a necessidade da participação dos trabalhadores independentemente do “desestímulo” e da “desmotivação” que os conflitos políticos possam gerar.

Conforme o que foi apresentado durante todo este capítulo, as ações da direção sindical, somadas às avaliações dos interlocutores desta pesquisa, estão impactando diretamente na representatividade da entidade, visto que cada vez menos a base atende ao seu chamado, o que se traduz em manifestações esvaziadas e, consequentemente, falta de poder de barganha por parte da entidade de classe. Apesar disso, a percepção dos interlocutores converge com os dados acerca da estatização da entidade, logo, a representação formal da categoria ocorre normalmente entre sindicato e empregador, havendo, por exemplo, reuniões periódicas de negociação. Entretanto, o negociado se sobressai em relação à mobilização da categoria, o que necessariamente impõe limites às demandas desta.

Contudo, importa destacar que a partir da discussão é possível inserir o sindicato APEOC apenas parcialmente num contexto de estatização, visto que, segundo discussão realizada anteriormente, essa categoria se caracteriza por uma série de fatores que ligam as organizações trabalhadoras ao Estado. No caso estudado aqui, apenas alguns desses fatores foram percebidos, visto que não se buscou a ligação de sindicalistas e/ ou ex-sindicalistas ao Estado por meio de contratos de trabalho ou similares concedidos por interesses políticos; uma das estratégias que Lula lançou mão para atrelar entidades sindicais ao seu governo, segundo Druck (2006), Oliveira (2006) e Antunes (2011). Destarte, entende-se que o sindicato APEOC vivencia processo de relativa *estatização*, pois, apesar de alguns fatores causais desta categoria analítica não condizarem com a forma de atrelamento daquele sindicato ao governo, os efeitos são bastante similares, assim como foi apresentado acima.

Todavia, importa destacar que os sindicatos em geral vêm sofrendo grande desgaste junto à sociedade, algo que afeta diretamente sua atuação. Isso ocorre exatamente no momento em que a classe trabalhadora sofre forte golpe devido à reestruturação produtiva e a *flexibilização*, ou seja, “é como se os sindicatos tivessem, na atualidade, o duplo desafio de se defenderem como instituição e aos trabalhadores como categoria” (OLIVEIRA, 2007, p. 365).

Ademais, Morais (1993) aponta que quando sindicalistas do chamado *novo sindicalismo* – definição coerente com as entidades ligadas à CUT - assumiram diretorias na década de 1980 encontraram imensa estrutura burocrática herdada do período anterior, onde os serviços assistenciais foram implementados por parte dos sindicatos a fim de fornecer uma complementação aos serviços públicos de baixa qualidade. Essa herança pode ser considerada prejudicial, visto que as bases sindicais reconheciam aqueles serviços como importantes e

necessários, o que impedia as novas diretorias, à época, de eliminar a burocracia que os mantinha. Esse também é o caso do sindicato APEOC que atualmente mantém grande número de serviços assistenciais aos seus associados²⁷⁰.

Isto é, apesar das ações que inserem essa entidade na chamada crise do sindicalismo, os sindicalistas encontram-se em situação delicada no cenário nacional devido exatamente à configuração em que estão inseridos, o que pode restringir suas ações. Isso pode levar a agravar ainda mais a crise estrutural do sindicalismo, gerando um círculo vicioso que caracteriza exatamente a crise.

²⁷⁰ Os serviços ofertados são: assessoria jurídica, autopeças, bijouteria, colônia de férias, cosméticos, farmácia, fisioterapia, massoterapia, fonoaudiologia, hospedagem, impressão, laboratório médico, lanchonete, livraria, loja de móveis, loja de presentes, material para construção, mercado, odontologia, ótica, papelaria, pilates, restaurante, salão de beleza, serviço médio e sorveteria. (SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E NAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO E/OU CULTURA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ, 2012)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, destaca-se que este texto chega ao seu final com a certeza de que as análises aqui realizadas são apenas parciais e que muito ainda deve ser investigado sobre o tema sindicalismo para que se entenda o que é esse fenômeno na contemporaneidade e, principalmente, no caso específico do Brasil.

O movimento sindical brasileiro foi responsável por importantes conquistas dos trabalhadores durante o século XX. Contudo, isso ocorreu devido à sua postura de confronto, principalmente nos períodos até 1930 e no início do chamado Novo Sindicalismo (final da década de 1970 até aproximadamente 1990). Foi esse modo de agir que garantiu essenciais mudanças na legislação que beneficiaram diretamente ou indiretamente a classe trabalhadora, como foi o caso da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, e da redemocratização do país, em 1985.

Contudo, a adoção de postura conciliatória após 1990 fez com que muitas ações que visavam suprimir/ reduzir direitos dos trabalhadores fossem implementadas sem maiores resistências. Atualmente, o atrelamento das organizações trabalhadoras ao Estado tem sido o maior entrave de sua atuação. Paralelo a isso, vem ocorrendo o fenômeno da financeirização da economia mundial, que subjuga nações inteiras e as fazem aderir de forma geralmente antidemocrática – o caso da Grécia em 2015 parece ser um exemplo simbólico - a regras que beneficiam grupos que lucram por meios improdutivos ao passo que diminuem a capacidade de consumo principalmente de quem mais necessita, os trabalhadores, e reduzem a capacidade produtiva dos setores não-financeiros, já que se ancoram em (altas) taxas de juros para isso (NÓVOA; BALANCO, 2013; DOWBOR, 2015). O que na prática vem sendo efetivado por Estados “máximos” (OLIVEIRA, 2006), fortes em suas ações econômicas a fim de evitar disputas políticas sobre elas.

Nesse sentido, a atuação de partidos políticos, grupos organizados e movimentos sociais (principalmente, o sindical) é importante para evitar que a classe trabalhadora seja obrigada a contribuir para a lucratividade dos setores proprietários sem receber em troca meios compensatórios que evitem o aprofundamento das mazelas sociais.

Sobre os objetivos desta dissertação, a narração da greve utilizando o recurso metodológico dos dramas sociais (TURNER, 2008) indicou aproximações entre a teoria e a empiria, mas também distanciamentos, visto que a quarta e última fase dos dramas sociais pensada pelo autor foi percebida no caso estudado de forma diferenciada. Isso ocorreu porque as tensões e conflitos envolvendo professores e sindicato persistem até os dias atuais. Dessa

forma, não é possível afirmar que houve reintegração das relações existentes antes da crise, visto que a greve evidenciou a *crise de representatividade* do APEOC; assim como não houve ruptura entre os agentes, pois o contrato de trabalho efetivo dos docentes e a unicidade sindical garantida por lei contribuem para a permanência da relação de representação existente. Por conseguinte, por meio da narração realizada no capítulo 1 e da pesquisa de campo realizada nas duas escolas, foi possível identificar elementos de tensão e conflito entre os agentes que propiciaram as análises realizadas nos capítulos 2 e 3 sobre *desmantelamento, fragmentação, oligarquização, burocratização sindical e estatização*.

Nesse sentido, os objetivos específicos desta dissertação foram cumpridos, o que possibilitou alcançar o objetivo geral proposto: discutir a crise do sindicalismo abordando o caso específico do sindicato APEOC. Destarte, foi possível encontrar os resultados expostos no corpo do texto, frutos das análises realizadas. Sabendo disso, a seguir serão realizadas breves considerações sobre os principais resultados.

As análises realizadas no capítulo 2 apontam para o *desmantelamento* (Druck, 1996) da profissão de professor da rede estadual do Ceará. A ação estatal vem nos últimos vinte anos suprimindo/ reduzindo direitos daqueles funcionários públicos. Isso ocorre devido ao que foi identificado como uma adequação do orçamento estadual a mais investimentos e menores gastos sociais, além de garantir maior liberdade (menor taxação) a investidores. Tudo isso vem levando à diminuição da participação do Estado na sociedade, já que sua arrecadação proporcional ao PIB diminuiu a passos largos nos últimos anos.

Essa redução estatal, que afetou diretamente os docentes estaduais, também impactou no aumento de mazelas sociais, conforme indicam a diminuição do IDH e a instabilidade do Índice de Gini no Ceará. Esse quadro indica que o Estado continua tendo papel nevrálgico na regulação social em vários aspectos, visto que o aprofundamento de mazelas como a desigualdade social e a pobreza pode impactar sobre outras mais delicadas ainda, tal a violência, gerando um círculo vicioso difícil de ser quebrado devido à sua proporção. Dessa forma, pensar sobre a situação dos professores estaduais do Ceará possibilitou pensar sobre a importância do Estado na garantia da relativa equidade no Brasil.

As discussões acerca da *fragmentação* (DRUCK, 1996) indicam que esse fenômeno vem atingindo a categoria estudada por duas frentes: por meio do *desmantelamento* da profissão de professor da rede estadual e também devido aos conflitos entre docentes da capital e do interior iniciados durante a greve de 2011; o que foi nomeado de *fragmentação interna*. Esses fenômenos podem levar os trabalhadores a adotar posturas individualistas em

detrimento de solidárias, o que pode impactar diretamente na organização da categoria em momentos reivindicatórios. Apesar desse possível impacto que pode ser considerado prejudicial ao movimento sindical, o sindicato APEOC potencializa a *fragmentação interna* dos docentes ao apelar para os municípios interioranos a fim de desmobilizar a oposição organizada que se encontra principalmente na capital.

Em relação à *burocratização sindical* e à *oligarquização*, a 11ª Reforma Estatutária do sindicato APEOC – que garantirá que o mesmo grupo político se reproduza por três décadas seguidas dirigindo-o - exemplifica em certa medida esses fenômenos. Apesar disso, não se pode deixar de destacar que esses fenômenos podem ser considerados estruturais devido ao fato de serem comuns no movimento sindical atual. Ademais, não é algo novo, visto que possui suas bases na década de 1930, quando Vargas atrelou essas entidades ao jugo do Estado.

Uma característica importante das categorias aqui discutidas é a ausência de democracia, isto é, a pouca participação da base em decisões acerca do sindicato. Em relação ao APEOC, seu estatuto prevê duas formas de participação da base em decisões: a assembleia geral e as eleições. Como se pode perceber, as ferramentas democráticas previstas pelo estatuto são básicas, não havendo outras mais sofisticadas que garantam aos associados deliberar acerca de seu sindicato, tais como: referendo, plebiscito, representantes por local de trabalho etc., isto é, ferramentas de democracia participativa.

Todavia, apesar de básicas, os sindicalistas encontraram dois meios de dificultar que os associados deliberem em assembleia geral contra as demandas da direção: o primeiro tem relação com o “poder do microfone” - isto é, o poder de mediador na reunião, -, o que faz com que evitem pôr em votação propostas da base, conforme foi constatado nas assembleias gerais de 13 de março de 2014 (nesta, apesar da tentativa, a pressão da plenária fez com que a direção cedesse) e 08 de maio de 2015 (nesta, as pressões não impediram os sindicalistas de evitar deliberações da base) ²⁷¹. O segundo foi a realização de assembleias regionais, que entraram de vez no calendário do sindicato. Com a justificativa de “radicalizar” a democracia, os sindicalistas retiraram da base o poder de deliberação, visto que, além de não existir uma metodologia que possibilite a deliberação quando um grupo de pessoas está separado no espaço-tempo, o fato de as reuniões realizadas no interior contarem com número reduzido de participantes dificulta a pressão sobre os diretores a fim de garantirem deliberações. Apesar disto, os sindicalistas propalaram, logo após a primeira rodada de reuniões locais realizada em

²⁷¹ Essas foram as únicas assembleias gerais com participação da base desde a greve de 2011.

2014, que as assembleias regionais passariam a ser realizadas “como parte das instâncias deliberativas de nosso Sindicato”²⁷², mesmo sem constar em estatuto e sem haver deliberação da base nesse sentido.

A relativa *estatização* do sindicato APEOC, confirmada por esta dissertação, aponta para a possível remodelação das relações de classe social no Brasil, visto que aqueles grupos que outrora eram responsáveis por combater a exploração realizada através da relação capital-trabalho passaram a cooperar com a máquina reguladora dessa exploração, o Estado. Esta postura é coerente com o caso da APEOC, que passou a consentir com o corte de gastos sociais do governo cearense que afetou não só os docentes estaduais, pois apesar de os cortes no setor de educação ter relação com a supressão/ redução de direitos dos professores, afetam também diretamente os alunos e suas famílias; o mesmo acontecendo com cortes na saúde, na assistência social etc. O que se traduziu em piora das condições de vida dos trabalhadores - conforme foi confirmado pelo IDH e Índice de Gini.

Por tudo o que foi apresentado, comprehende-se que o sindicato APEOC vivencia manifesta crise de representatividade, já que os interlocutores desta dissertação percebem o atrelamento do sindicato ao governo como um fator desmobilizador da categoria. Talvez por isso o sindicato venha perdendo sua *capacidade de retaliação* e, cada vez mais, se ancorando em negociações com o empregador sem a presença ou mesmo sem consulta à sua base, assim como ocorreu com a campanha salarial 2015 dos professores estaduais. Isto é, devido à falta de representatividade, a organização se utiliza de seu poder legal de representação para se manter como entidade representativa de quarenta mil associados e de milhares de não-associados.

²⁷² Disponível em: <http://www.apeoc.org.br/noticias2/34-ultimas-noticias/7086-apeoc-completa-ciclo-de-assembleias-regionais-por-todo-o-ceara.html> Acesso em: 29 maio 2015.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, J. Da Era Vargas à FHC: transições políticas e reformas administrativas. Revista de Ciências Sociais. v. 36, n. 1/2, p. 33-51, 2005.

ALEXANDRE Garcia: greve é um dos sintomas do descaso com educação. Globo Online. [s.l.], 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/2Rfrw>> Acesso em: 27 jan. 2014.

ALMEIDA, M. Greve dos professores é suspensa por 30 dias. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 08 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/1R7hXN>> Acesso em: 24 abr. 2013.

ALMEIDA, M.; PAZ, R. Governo pode negociar, mas já ameaça grevistas. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 04 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Lm2fVb>> Acesso em: 24 abr. 2013.

ALMEIDA, R. Cid faz promessas e ameaças. O Povo Online. Fortaleza, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/OTCWd9>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Estado ainda não pediu pagamento de multa. O Povo Online. Fortaleza, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/HhsKIH>> Acesso em: 10 ago. 2013..

_____. Professores decidem manter greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Yu1Y4Z>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores estaduais e governo estão longe de negociação. O Povo Online. Fortaleza, 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/MmZn0N>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores resistem e mantêm greve considerada ilegal. O Povo Online. Fortaleza, 03 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/BmeFQw>> Acesso em: 10 ago. 2013.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990–2000). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

_____. Do novo sindicalismo à concertação social: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

ALVES, P. Professores do interior foram decisivos para resultado. O Povo Online. Fortaleza, 26 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/TJ1wu8>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Professores suspendem greve que já durava 63 dias. O Povo Online. Fortaleza, 08 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/jCGjy4>> Acesso em: 10 ago. 2013.

ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. 7^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2^a Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (orgs.) A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001.

_____. A engenharia da cooptação e os sindicatos. Revista Pegada – vol. 12, n. 1, junho/2011.

ARRAIS, R. Greve poderá ser suspensa. O Povo Online. Fortaleza, 26 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/mz0LP5>> Acesso em: 10 ago. 2013.

ATO público cobra carreira e piso para professores. O Povo Online. Fortaleza, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/XfoU1Y>> Acesso em: 10 ago. 2013.

BELCHIOR, M. Multa chega a R\$ 130 mil, mas greve continua. O Povo Online. Fortaleza, 17 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/GhHp6c>> Acesso em: 10 ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: _____. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1934.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1937.

_____. Decreto-Lei Nº 5.452 de 01 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). 1996.

_____. Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008. (Regulamenta a alínea e do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica), 2008.

CABRAL, B. Após confronto, votação em pesa para manter greve. O Povo Online. Disponível em: <<http://goo.gl/0X1Ntx>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Categoria contesta decisão de TJ. O Povo Online. Fortaleza, 09 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/bM07AM>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Em clima tenso, professores rejeitam volta de greve. O Povo Online. Fortaleza, 26 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Vg0IbH>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Governo propõe 15% de aumento a docentes. O Povo Online. Fortaleza, 05 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/qIK8e7>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Professores aproveitam dia da independência para protestar. O Povo Online. Fortaleza, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/9Cu2vf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores decidem manter greve e marcam protesto. O Povo Online. Fortaleza, 13 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/gVNddr>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores radicalizam e decidem continuar greve. O Povo Online. 24 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/5kAFxO>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Protesto de professores faz PM isolar entorno do Palácio Abolição. O Povo Online. Fortaleza, 20 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8s37Wf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

CAMILO Santana afirma que os cortes de gastos afetarão todas as secretarias. O Povo Online. Fortaleza, 07 jan. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/OeGv1V>> Acesso em: 03 jul. 2015.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal - e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Um referente fora de foco: sobre a Representatividade do Sindicalismo no Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 2. 1997. Disponível em: <http://goo.gl/frmKwo>

CEARÁ. Lei Estadual Nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (Dispõe sobre o Estatuto dos funcionários públicos civis do estado do Ceará). 1974.

_____. Decreto Estadual Nº 29.194, de 22 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/CBf2iH>> Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. Poder Judiciário. Justiça do trabalho. Ata de Audiência da Ação nº. 0000063-77.2015.5.07.002. 2015a.

_____. Poder Judiciário. Decisão Processo Nº 0133432-51.2015.8.06.0001. 2015b.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). Manual do Credenciado do Instituto de Saúde do Servidor do Estado do Ceará (ISSEC) – Edição 2014. Fortaleza, 2014.

_____. Lei Orçamentária Anual 2001 – Síntese. Fortaleza, 2001. Disponível em: <> Acesso em:

_____. Lei Nº 13.725, de 29 de dezembro de 2005. Lei Orçamentária Anual – Exercício Financeiro 2006. Fortaleza, 2005. Disponível em: <> Acesso em:

_____. Lei Orçamentária Anual 2014. v.1. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/oEqYNq>> Acesso em: 25 jul. 22200015.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do estado do Ceará – IPECE. Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003. Fortaleza, [2004]. Disponível em: <<http://goo.gl/UQ5xPY>> Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do estado do Ceará – IPECE. Anuário Estatístico do Ceará 2013. Fortaleza, [2014]. Disponível em: <<http://goo.gl/IKxL5S>> Acesso em: 25 jul. 2015.

CID não confirma nem desmente frases polémicas. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/nSzzLK>> Acesso em: 10 ago. 2013.

CID reclama de “greve longa. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ysj2BN>> Acesso em: 24 abr. 2013.

COMUNICADO. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/USKrUp>> Acesso em: 17 abr. 2015.

CONSULTORIA ao plano de saúde em fase de licitação. Instituto de Saúde do Servidor do estado do Ceará – ISSEC. Fortaleza, [mar. 2008]. Disponível em: <<http://goo.gl/lo2Js1>> Acesso em: 02 mar. 2015.

CUT. Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*. In: NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DEPUTADO da base cidista se solidariza com professores estaduais em greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Y7zqHb>> Acesso em: 10 ago. 2013.

DIEESE. Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. Série Estudos e Pesquisas. Nº 50. Março de 2010.

_____. Nota Técnica Número 141 – Outubro de 2014. Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica. 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>

DOWBOR, L. O sistema financiero atual trava o desenvolvimento econômico. Estudos Avançados, 29 (83), p. 263-278, 2015.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. CADERNO CRH, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996.

_____. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. OSAL, año VII, Nº 19, enero-abril 2006, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

EM defesa da suspensão da greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/D5zqoE>> Acesso em: 10 ago. 2013.

EM reunião com professores em greve, secretaria diz que espera um orçamento cabível. O Povo Online. Fortaleza, 03 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/r1k5Cg>> Acesso em: 10 ago. 2013.

FALA, cidadão. O Povo Online. Fortaleza, 03 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/pyWgnf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

FIRMO. É. Despreparo, imaturidade e trapalhada. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/bdsuDf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ªEd. – Rio de Janeiro: LTC, 2008. (Parte I)

_____. Obras e vidas: o antropólogo como autor. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. (Capítulos 1 e 6)

GIRÃO, I. Categoria em greve no dia 25. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xiEiJw>> Acesso em: 17 abr. 2015.

GIRO pelas escolas. O Povo Online. Fortaleza, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6gd0xA>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOMES, L. Palácio Iracema recebe passeata com batalhão de Choque. O Povo Online. Fortaleza, 06 ago. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/iHy5XX>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores aprovam indicativo de greve. O Povo Online. Fortaleza, 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/fvAFj8>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Secretaria diz que não tem mais negociação. O Povo Online. Fortaleza, 23 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/bYa040>> Acesso em: 05 maio 2014.

GOVERNO anuncia reajuste de 13,01% para professores. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 28 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/gI9mlt>> Acesso em: 01 maio 2015.

GOVERNO, descarta substituição imediata. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 24 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7FWqN5>> Acesso em: 17 abr. 2015.

GOVERNO propõe aumento de 15%. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 05 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/CLcyve>> Acesso em: 17 abr. 2015.

GOVERNO só enviará projeto se houver acordo com professores. O Povo Online. Fortaleza, 27 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/z7hYia>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GREVE dos professores: faltou argamassa política. O Povo Online. Fortaleza, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/JVa4PI>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GREVE prejudica 23,7 mil que vão fazer o ENEM. Diário do nordeste Online. Fortaleza, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/3vL2IL>> Acesso em: 24 abr. 2013.

GUEDES, C. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas. In: POCHMANN, M. et al. (Orgs.). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta Editorial, 1994.

JARD DA SILVA, Sidney. Companheiros servidores: o avanço do sindicalismo no setor público da CUT. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 16, nº 46, junho/2001.

_____. Sindicalismo no setor público nos anos 90: persistência da lógica do conflito. Revista Tempo de Ciência. (12) 24 : 123-143, 2º semestre 2005.

SINDICATO APEOC. JULGAMENTO do agravo regimental. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 21 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/jmTyan>> Acesso em: 11 ago. 2013.

LAVOR, T. professores do estado decidem por greve. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 01 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Y5RKVz>> Acesso em: 11 ago. 2013.

LICITAÇÃO do plano de saúde anulada. Instituto de Saúde do Servidor do estado do Ceará – ISSEC. Fortaleza, [maio 2008]. Disponível em: <<http://goo.gl/2rZ5Xr>> Acesso em: 02 mar. 2015.

LIMA, L. Assembleia volta a ser palco de confronto entre PM e grevistas. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ZX8AQ>> Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. Paralisação deixa alunos sem aula em Fortaleza. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/OuVsMh>> Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. Professores invadem Assembleia e entram em confronto com a Polícia. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 02 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/aBkLje>> Acesso em: 24 abr. 2013.

LIMA, L.; SARAIVA, R. Professores do estado fazem greve de fome. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/TsfST8>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MAIS Notícias da Capital. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/LS3b9v>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: objeto, método e alcance desta investigação. In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Trad. Ana Paula Dores, Ethnologia, 6-8: p. 17-38, 1997.

MANDEL, Ernest; PERRY, Anderson. A burocracia no movimento operário. Cadernos Democracia Socialista – Volume V. São Paulo: Editora Aparte, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/RjbFMA>> Acesso em: 25 jul. 2015.

MANIFESTANTES passam a noite em vigília na AL. Diário do Nordeste online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tpDVIh>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto comunista. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASSONI, Túlio de Oliveira. Representatividade sindical. São Paulo : LTr, 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELO, N. N. de. A greve e o risco suicida do sectarismo. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/AVl6Cl>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Pronunciamento do Prof. Nagibe Melo em defesa da suspensão da greve com mobilização e negociação feito na Assembleia Geral dos Professores no dia 07 de outubro de 2011 no Ginásio Paulo Sarasate em Fortaleza. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 07 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/s7Z26w>> Acesso em: 11 ago. 2013.

MENEZES, V. Desidratação da política. O Povo Online. Fortaleza, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/uBBRWK>> Acesso em: 10 ago. 2013.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1982.

MORAIS, Jorge Ventura de. Assistencialismo, burocracia e novo sindicalismo: 1978 - 1989. Caderno DRH 19. Salvador, 1993.

_____. Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.9 n.25 São Paulo jun. 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_08.htm

MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL – APEOC. Boletim do Movimento de Oposição na APEOC – Ano I – Nº 1 – Março de 2015a.

_____. Ata da Reforma Fantasma com esclarecimentos da Oposição. 2015b.

_____. Eleições para a APEOC: vote nulo. 2015c.

MPs aperfeiçoam e moralizam direitos, defende líder. Agência PT de Notícias. São Paulo, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/uaEQb2>> Acesso em: 17 abr. 2015.

NO Brasil, salário do professor é metade do que recebem outros profissionais. Todos pela educação. [s.l.], 11 jun. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/IKxL5S>> Acesso em: 20 out. 2014.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2005.

NÓVOA, J.; BALANCO, P. O estágio último do capital. A crise e a dominação do capital financeiro no mundo. Caderno CRH. Salvador, v. 26, 67, p. 87-104, Jan./Abr. 2013.

OIT. A liberdade sindical. São Paulo : LTr, 1993.

_____. Liberdade sindical: recopilação de decisões e princípios do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 1^a ed., 1997.

- _____. Liberdade sindical na prática: lições a retirar. Lisboa : Palmigráfica, 2008.
- OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lênin. Novos estudos – vol. 75, julho de 2006.
- PAIVA, T. Crise de liderança no sindicato dos professores. O Povo Online. Fortaleza, 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/MVfGDo>> Acesso em: 05 maio 2014.
- _____. Frase atribuída a Cid causa polêmica com professores. O Povo Online. Fortaleza, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/NpBIFs>> Acesso em: 10 ago. 2013.
- _____. Professores realizam atos distintos. O Povo Online. Fortaleza, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/s73Jqa>> Acesso em: 05 maio 2014.
- PAZ, R. Fundeb propõe nova tabela de vencimentos. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 06 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Giu5tg>> Acesso em: 24 abr. 2013.
- PELA continuação do movimento. O Povo Online. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/MeSyJH>> Acesso em: 10 ago. 2013.
- PETRUCCI, J. Passeata reúne cerca de cinco mil pessoas para repudiar violência. Diário do Nordeste Online. Disponível em: <<http://goo.gl/8MeAQT>> Acesso em: 24 abr. 2013.
- PRESIDENTE da CUT reconhece luta do PT pelos trabalhadores. Agência PT de Notícias. São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/bjCrac>> Acesso em: 17 abr. 2015.
- PROFESSORES da rede pública estadual decidem por greve. O Povo Online. Fortaleza, 01 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/PYuphC>> Acesso em: 11 ago. 2013.
- PROFESSORES continuam greve. Diário do nordeste Online. Fortaleza, 24 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/iaRb1>> Acesso em: 24 abr. 2013.
- PROFESSORES decidem hoje sobre greve. Diário do Nordeste online. Fortaleza, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/KlkG2a>> Acesso em: 24 abr. 2013.
- PROFESSORES em greve entram em confronto com a polícia no Ceará. Globo Online. [s.l.], 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Nalzy8>> Acesso em: 30 jul. 2012.
- PROFESSORES estaduais e alunos fecham avenida em frente à Assembleia Legislativa. O Povo Online. Fortaleza, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tWnV4X>> Acesso em: 10 ago. 2013.
- PROFESSORES estaduais encerram greve, mas podem iniciar nova paralisação em oito dias. O Povo Online. Fortaleza, 11 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/UMB5dA>> Acesso em: 05 maio 2014.

PROFESSORES estaduais podem suspender greve. O Povo Online. Fortaleza, 02 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/4vY7t8>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PROFESSORES estaduais votam pela continuidade das negociações sem paralisação das aulas. O Povo Online. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/CL2pyp>> Acesso em: 05 maio 2014.

PROFESSORES fazem ato público no aeroporto. O Povo Online. Fortaleza, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6x0DLT>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PROFESSORES fazem manifestação. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7UrrHk>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROFESSORES podem ter salários descontados. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/JMRfIL>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROTESTO rouba a cena no desfile de 7 de setembro. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/sx5i8B>> Acesso em: 14 out. 2014.

PT vai divulgar nota em solidariedade aos professores estaduais em greve. O Povo Online. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xhEI1Q>> Acesso em: 10 ago. 2013.

REBOUÇAS, H.; GOMES, L. Decisão sobre greve será tomada em clima de pressão. O Povo Online. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/indGTi>> Acesso em: 05 maio 2014.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

_____. Dramas sociais como ferramenta metodológica e analítica no estudo de processos de mudanças contemporâneas. In: RODRIGUES, L. C. (Org.) Dramas, rituais e performances. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 1) - (Prefácio e Introdução)

SARAIVA, R. Indefinições continuam após mais uma reunião. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 07 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/noSgXd>> Acesso em: 24 abr. 2013.

SE Cid Gomes não sancionar lei aprovada, categoria admite refletir sobre fim da greve, diz APEOC. O Povo Online. Disponível em: <<http://goo.gl/f86g6T>> Acesso em: 10 ago. 2013.

SECRETÁRIA lamenta confronto professores-polícia e diz que governo só negocia com fim de greve. O Povo Online. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ko9rQw>> Acesso em: 10 ago. 2013.

SINDICATO APEOC apoia candidaturas de Camilo Santana e mauro Filho. PROS Ceará 90. Fortaleza, 02 out. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/jV6dKI>> Acesso em: 05 dez. 2014.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E NAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO E/OU CULTURA DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ - APEOC. 13/03, 8h: Manifestação em defesa da Educação, da Democracia, do Brasil! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 11 mar. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/rQ4kTi>> Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. 430 escolas visitadas! 30.000 km rodados: No chão da escola a pleno vapor! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/5eHLDs>> Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. APEOC completa ciclo de assembleias regionais por todo o Ceará. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 11 abr. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/AVI3XT>> Acesso em: 29 maio 2015.

_____. APEOC contra a precarização das relações de trabalho! Nossa luta é notícia. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/9uVO6A>> Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. APEOC em ação: reunião preparatória para audiência com governador! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 25 jan. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/j7T3lJ>> Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. APEOC realiza Operação Aeroporto nas Asas da Educação na terça (14/04). Sindicato: Notícias. Fortaleza, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/hd9Qb2>> Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Assembleia Legislativa: A pichação e o escândalo dos banheiros. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 09 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/dNOxAs>> Acesso em: 24 set. 2013.

_____. Assembleias regionais: APEOC radicaliza na consulta e decisão da categoria. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 02 abr. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/uR3ZJ4>> Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. Auxílio-refeição para professores temporários: conquista histórica. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 11 fev. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/CyuCFn>> Acesso em: 17 fev. 2015.

_____. Cid Gomes ataca: Por mim, nem carreira existiría. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/1fZNro>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Decretada Greve Geral dos professores Capital e Interior. Veja agenda de greve! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 01 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/3WyxVT>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Eleições APEOC: fique sabendo! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Oo3Bty>> Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Eleições APEOC: resultado. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 28 fev. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/B6NJih>> Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. Escolas estaduais de Paraipaba deflagram greve. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Cgu82v>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Governador professor merece respeito. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/l0m2Pd>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Governo aposta na contrainformação para desmobilizar a greve dos professores. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/GvIMs5>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Governo envia mensagem à Assembleia Legislativa que altera a atual estrutura da carreira do magistério. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 28 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/KCPBMX>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Grande manifestação em Fortaleza: educadores juntos contra a PL 4330 da Terceirização! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/oyag6F>> Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. ISSEC em xeque: ato pela normalização dos serviços de saúde gera resultado! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 05 mar. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/DwjHik>> Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. Itapipoca aderiu a greve geral dos professores – interior e Capital. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/z4n82A>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Leia a íntegra da moção de repúdio da CNTE ao governo do Ceará. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/YgUW0N>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Marcha da educação foi um sucesso! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7eMYDB>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Mensagem II do presidente. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 12 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/bqX02W>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Moção de apoio ao processo eleitoral do Sindicato APEOC. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 26 fev. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/SP8AzC>> Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. Operação aeroporto nas asas da educação decola com toda a força da Luta APEOC. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/2wnidy>> Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Professores de Camocim aderem à Greve. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/4ujIXL>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores de Icapuí retornam ao trabalho nesta terça. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 06 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/p9CkjC>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores de Itapajé fazem história! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/F9GLkT>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores em greve dão aulão na Praça do Ferreira. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/VFyhH4>> Acesso em: 11 ago. 2013. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores estaduais fazem protesto em desfile de 7 de setembro. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 07 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/HAQ0ro>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores realizam grande ato público no início da greve mesmo com forte aparato policial do governo. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 05 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/1MBLM0>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Repúdio à violência desenfreada: professores sofrem agressões policiais. Quatro educadores são presos e dois levados para o hospital. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/SMoxIC>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Sindicato APEOC conclama a categoria para retomar a luta com toda sua força. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 28 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/QeNzd7>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Sindicato APEOC reivindica: além de piso compromisso com a valorização dos profissionais da educação. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/QkD1By>> Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. Sindicato APEOC repudia violência contra professores. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/r9EGsd>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. 11ª Reforma estatutária. Fortaleza, 2014a. Disponível em: <http://issuu.com/joselima1/docs/estatudo.apeoc.atual/0> Acesso em: 03 jul. 2015.

_____. Ata de assembleia geral extraordinária realizada em 23.11.2013. Fortaleza, 2014b.

_____. Guia de serviços. Fortaleza, 2012.

SOARES, José de Lima. Ensaios de Sociologia do Trabalho: reestruturação produtiva, sindicalismo e mudanças no Mundo do Trabalho no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2011.

SINDICATO APEOC. SOBRAL tem sessão plenária na câmara dos vereadores para discutir situação da greve dos professores estaduais. Sindicato: Notícias. Fortaleza, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/5rRdmB>> Acesso em: 11 ago. 2013.

SOBRAL, V. Ceará anuncia que salário de professores será igualado ao piso nacional. O Povo online. Fortaleza, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/aOnshr>> Acesso em: 01 maio 2015.

SINDICATO APEOC. SÓCIOS votam, e reafirmam: APEOC SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ! Sindicato: Notícias. Fortaleza, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/ooLU3W>> Acesso em: 14 maio 2015.

TURNER, Victor. Dramas, campos e matéforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2008.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. Democracia enclausurada: um debate crítico sobre a democracia representativa contemporânea. Brasília : Câmara dos Deputados, 2006. (Coleção Parlamento em Teses n. 2)

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, G. (Coord.). O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

_____. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Orgs.). Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. Observando o familiar. In: VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 3º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANA, K.; SARAIVA, R. Professores desocupam Assembleia Legislativa. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1050038>> Acesso em: 24 abr. 2013.

WEBER. Max. A Objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: Metodologia das ciências sociais, parte 1. Trad. Augustin Werner – 2ª ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

APÊNDICE A – INFORMAÇÕES SOBRE OS INTERLOCUTORES DA PESQUISA

Interlocutor(a)	Informações
Interlocutores da Capital	
Adriana	Graduada em Geografia e especialista. Era professora efetiva há doze anos e tinha 48 anos de idade em 23 de abril de 2014, vivia união estável e não tinha filhos. Protestante. Estava no Nível 12 do PCCS e não era filiada ao APEOC.
Alessandro	Graduado em Letras. Era professor efetivo há três anos e meio e tinha 31 anos de idade em 30 de abril de 2014, era solteiro e tinha um filho. Sem religião. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiado ao APEOC.
Ernesto	Graduado em Sociologia, Filosofia e Teologia, e especialista. Era professor efetivo há quatro anos e tinha 44 anos de idade em 02 de abril de 2014, era solteiro e não tinha filhos. Católico. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiado ao APEOC.
Ester	Graduada em Letras e cursando especialização. Era professora efetiva há três anos e meio e tinha 33 anos de idade em 23 de abril de 2014, era casada e não tinha filhos. Ateia. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiada ao APEOC.
Fátima	Graduada em Letras e cursando especialização. Era professora efetiva há seis anos e tinha 34 anos de idade em 13 de maio de 2014, era casada e não tinha filhos. Protestante. Estava no Nível 2 ou 3 do PCCS (a interlocutora não tinha certeza) e não era filiada ao APEOC.
Heitor	Graduado em Matemática e especialista. Era professor efetivo há três anos e tinha 31 anos de idade em 26 de março de 2014, era casado e não tinha filhos. Sem religião. Estava no Nível 1 do PCCS e era filiado ao APEOC há um ano e meio
José Pedro	Graduado em Geografia e mestre. Era professor efetivo há três anos e tinha 30 anos de idade em 27 de fevereiro de 2014, era casado e não tinha filhos. Católico praticante. Estava no Nível 1 do PCCS e era filiado ao APEOC há um ano e meio.
Márcia	Graduada em Matemática e cursando especialização. Era professora efetiva há três anos e meio e tinha 29 anos idade em 01 de abril de 2014, era solteira e não tinha filhos. Agnóstica. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiada ao APEOC.
Marcílio	Graduado em Letras e especialista. Era professor efetivo há dezesseis anos e tinha 51 anos de idade em 22 de abril de 2014, era casado e tinha um filho. Ateu. Estava no Nível 12 do PCCS e era filiado ao APEOC há nove anos.
Marcos Marques	Graduado em Química e cursando especialização. Era professor efetivo há três anos e meio e tinha 32 anos de idade em 30 de abril de 2014, era casado e tinha um filho. Mórmon. Estava no Nível 1 do PCCS e era filiado ao APEOC há três anos.
Mendonça	Graduado em Física e Engenharia de telecomunicações e cursando especialização. Era professor efetivo há três anos e tinha 33 anos de idade em 26 de março de 2014, era casado e tinha um filho.

	Católico. Estava no Nível 1 do PCCS e era filiado ao APEOC há três anos.
Rafaela	Graduada em Letras e mestre. Era professora efetiva há três anos e meio e tinha 35 anos de idade em 23 de abril de 2014, vivia união estável e tinha um filho. Católica. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiada ao APEOC.
Renato	Graduado em Química e especialista. Era professor efetivo há três anos e meio e tinha 42 anos de idade em 30 de abril de 2014, era casado e tinha dois filhos. Católico. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiado ao APEOC.
Samara	Graduada em Letras e especialista. Era professora efetiva há dez anos e tinha 38 anos de idade em 07 de maio de 2014, era casada e não tinha filhos. Católica. Estava no Nível 12 do PCCS e era filiada ao APEOC há um ano.
Silvia	Graduada em Geografia. Era professora efetiva há três anos e tinha 30 anos de idade em 27 de fevereiro de 2014, era casada e não tinha filhos. Católica não-praticante. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiada ao APEOC.
Solange	Graduada em Química e especialista. Era professora há dezenas anos e tinha 49 anos de idade em 30 de abril de 2014, era casada e tinha quatro filhos. Católica. Estava no Nível 12 do PCCS e era filiada ao APEOC há dez anos.
Vladimir	Graduado em Matemática e mestrando. Era professor efetivo há nove anos e tinha 30 anos de idade em 02 de abril de 2014, era casado e tinha um filho. Sem religião. Estava no Nível 12 do PCCS e era filiado ao APEOC há dois anos.
Wilson	Graduado em Letras e mestrando. Era professor efetivo há três anos e tinha 28 anos de idade em 13 de maio de 2014, era solteiro e não tinha filhos. Sem religião. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiado ao APEOC.

Interlocutores do Interior

Cleiton	Graduado em Medicina Veterinária e Curso de Formação Pedagógica (CEFOP) e especialista. Era professor efetivo há dezenas anos e tinha 59 anos de idade em 14 de novembro de 2014, era casado e tinha três filhos. Católico. Estava no Nível 12 do PCCS e não era filiado ao APEOC.
Cirilo	Graduado em História e cursando especialização. Era professor efetivo há quatro anos e tinha 27 anos de idade em 03 de dezembro de 2014, era solteiro e não tinha filhos. Sem religião. Estava no Nível 1 do PCCS e não era filiado ao APEOC.
Danilo	Graduado em matemática e especialista. Era professor efetivo há quatro anos e tinha 31 anos de idade em 07 de novembro de 2014, era solteiro e não tinha filhos. Católico. Estava nos Níveis 1 e 9 do PCCS (o interlocutor tinha duas matrículas na rede estadual, ou seja, passou em dois concursos diferentes) e não era filiado ao APEOC.
Delano	Graduado em educação Física e especialista. Era professor efetivo há três anos e tinha 33 anos de idade em 07 de novembro de 2014, era casado e tinha dois filhos. Sem religião. Estava no Nível 1 do

	PCCS e era filiado ao APEOC há três anos.
Francisco	Graduado em Matemática e Física e especialista. Era professor efetivo há dezesseis anos e tinha 46 anos de idade em 01 de dezembro de 2014, era casado e tinha quatro filhos. Católico. Estava no Nível 12 do PCCS e não era filiado ao APEOC.
Jussara	Graduada em Pedagogia e Geografia e mestrande. Era professora efetiva há 33 anos e tinha 57 anos de idade em 18 de agosto de 2014, era casada e tinha dois filhos. Católica. Estava no Nível 12 do PCCS e era filiada ao APEOC há 32 anos.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS INTERLOCUTORES

Código do questionário: _____ Data e hora: _____

01. Idade: _____ 02. Sexo: () M () F

03. Estado civil: _____ 04. Possui filhos? () Não () Sim Quantos? _____

05. Religião: _____

06. Graduado em: _____

07. Graduado em qual instituição? (Nome e sigla) _____

08. Qual sua situação acadêmica?

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| () Graduado(a) | () Mestre(a) |
| () Especializando(a) | () Doutorando(a) |
| () Especialista | () Doutor(a) |
| () Mestrando(a) | () Outra. Qual? _____ |

09. Qual a área de conhecimento em que você atua nesta escola?

- | | |
|--------------------------|------------------------|
| () Linguagens e Códigos | () Matemática |
| () Ciências da Natureza | () Outra. Qual? _____ |
| () Ciências Humanas | |

10. Há quantos anos atua como professor EFETIVO da rede estadual? _____ anos.

11. Há quantos anos atua como professor? (De qualquer rede) _____ anos.

11.1. Antes de ser professor, você trabalhou em outra carreira? Qual? () Não () Sim. Qual? _____

12. Qual sua carga horária semanal contratual como professor efetivo da rede estadual?

- | | |
|----------|---------------------------|
| () 20h. | () 60h. |
| () 40h. | () Outra. Qual? _____ h. |

13.1. Qual o principal motivo que fez você escolher esta escola para trabalhar?

- | | |
|--|-------------------------------|
| () Pela distância de minha residência | () Pela infraestrutura |
| () Pela sua organização | () Outro motivo. Qual? _____ |
| () Pelo público atendido | |

14. Você possui outro emprego ou atividade remunerada, além do de professor EFETIVO da rede estadual de ensino?

- () Não () Sim

14.1. Qual(is) seu(s) outro(s) emprego(s), mesmo que seja um “bico”? (Marque quantas opções desejar)

- () Professor da rede municipal.
 () Professor da rede privada (Educação Básica ou Superior).
 () Tutor de EaD.
 () Outro. Qual? _____

14.2. Qual sua carga horária semanal nesse(s) outro(s) emprego(s)?

- () Até 20h. () De 41h a 60h.

De 21h a 40h. Mais de 60h.

15. Você está em qual nível na atual tabela da carreira de professor? _____

15.1. Você tem pretensões de continuar os estudos em nível superior ao que se encontra atualmente? (se for especialista, cursar mestrado; se for mestre, cursar doutorado; etc.)

Não Sim

16. Qual sua renda pessoal mensal aproximada como professor efetivo da rede estadual? (incluindo gratificações e vales, quando houver. Sem contar possíveis descontos advindos de dívidas, quando houver)

- Até 1 salário mínimo (até R\$ 724,00)²⁷³.
- De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 724,00 até R\$ 1.448,00).
- De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.448,00 até R\$ 2.172,00).
- De 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 2.172,00 até R\$ 2.896,00).
- De 4 a 5 salários mínimos (de R\$ 2.896,00 até R\$ 3.620,00).
- De 5 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.620,00 até R\$ 4.344,00).
- Mais de 6 salários mínimos (Mais de R\$ 4.344,00).

16.1. Qual sua renda familiar mensal? (A soma da renda de todas as pessoas que moram em sua casa, incluindo você)

- Até 3 salários mínimos (até R\$ 2.172,00).
- De 3 a 5 salários mínimos (de R\$ 2.172,00 até R\$ 3.620,00).
- De 5 a 7 salários mínimos (de R\$ 3.620,00 até R\$ 5.068,00).
- De 7 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.068,00 até R\$ 6.516,00).
- Mais de 9 salários mínimos (R\$ 6.516,00 ou mais).

16.2. Quantas pessoas moram com você? (Não se inclua na contagem) _____

16.3. Você mora em que tipo de imóvel?

Próprio Alugado Cedido Outro: _____

17. Você considera que seus direitos relacionados ao trabalho como professor efetivo estão (ou podem ficar) ameaçados, isto é, que correm o risco de ser limitados ou extintos? (aposentadoria, licenças, acesso a saúde, afastamento, férias etc.)

Não Sim

17.1. Como você considera a situação de seus direitos relacionados ao trabalho durante o tempo em que é professor efetivo?

Aumentaram Diminuíram Não houve alterações Não sei

18. Quando você necessita de algum serviço de saúde, com que frequência utiliza o do Instituto de Saúde do Servidor do Estado do Ceará (ISSEC)?

Sempre Quase sempre Às vezes Quase nunca Nunca

18.1. Como você avalia o serviço do ISSEC?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

²⁷³ Salário mínimo de R\$ 724,00 referente ao ano de 2014, quando o questionário foi aplicado.

19. Você possui plano de saúde privado? (Unimed, Hapvida, Camed, Amil etc.)
 () Não () Sim

19.1. Por qual motivo você paga um plano de saúde privado? (Marque quantas opções desejar)

- () Os serviços do ISSEC são limitados
- () Os serviços do ISSEC são de baixa qualidade
- () Os serviços do ISSEC requerem muita burocracia
- () Outro motivo. Qual? _____

20. Você é ou já foi filiado ao sindicato APEOC? (O filiado é aquele que, por livre e espontânea vontade, se associou à instituição e autorizou a cobrança de uma taxa mensal que é descontada diretamente no contracheque)

- () Não.
- () Sim, sou. Há quantos anos? _____
- () Sim, fui. Por quanto tempo? _____

20.1. Por qual motivo você se desfiliou da APEOC?

- () Devido à atuação do sindicato em período de greve
- () Devido à mensalidade descontada no contracheque
- () Outro motivo. Qual? _____

20.2. (SUBJETIVA) Por qual(is) motivo(s) você se filiou ao sindicato? _____

21. Você paralisou suas atividades como professor em algum momento durante a última greve dos professores estaduais, em 2011, sinalizando apoio a esse movimento?

- () Não () Sim

21.1. Você participou de algum evento da última greve de sua categoria, em 2011? (reunião, assembleia, manifestação etc.) () Não () Sim

22. (SUBJETIVA) Como você avalia o PCCS aprovado após aquela greve em relação ao que vigorava antes? _____

23. (SUBJETIVA) Como você avalia a representação da sua categoria pela atual diretoria do sindicato APEOC?

24. Como você avalia a atuação do sindicato APEOC durante a última greve?
 () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

24.1. Marque as opções que traduzem para você a atuação do sindicato APEOC na última greve: (Marque quantas alternativas desejar)

- () Conseguiu mobilizar os professores na luta contra o governo
- () Se mostrou ausente de espaços de discussão importantes
- () Ouviu a base em vários momentos e a representou da melhor forma possível
- () Tentou manipular momentos de deliberação da base a fim de desmobilizar a categoria
- () Participou das várias manifestações e reuniões a fim de alcançar os objetivos do movimento
- () No início, representou a base, o que não ocorreu no fim da greve
- () Nenhuma resposta me contempla

() Outra. Qual? _____

24.2. Sobre a assembleia geral durante a greve onde houve a votação para interromper esse movimento por 30 dias, qual sua avaliação acerca da postura do sindicato APEOC? (Assembleia ocorrida no início de outubro de 2011)

() Teve postura adequada

() Manipulou o resultado da votação

() Outra. Qual?

24.3. (SUBJETIVA) Na última assembleia geral referente à greve de 2011, um grande grupo de professores do interior esteve presente devido à oferta de ônibus para seu transporte. Como você avalia esse episódio?

25. Considerando os mais de dois meses de greve, as várias assembleias, o contato com o sindicato, as manifestações e seus resultados, como você considera que sua categoria saiu desse movimento?

() Muito fortalecida

() Fortalecida

() Sem transformações significativas

(SUBJETIVA) Por quê?

() Enfraquecida

() Muito enfraquecida

**ANEXO A – BOLETIM INFORMATIVO Nº 1 DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO –
APEOC**



CONSTRUINDO A OPOSIÇÃO SINDICAL!

Boletim do Movimento de Oposição na APEOC – Ano I – Nº 1 – Março de 2015

SOBRE A FARSA ELEITORAL E O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO NA APEOC

EDITORIAL

Durante a recente eleição para o Sindicato a APEOC, nós, que construímos a chapa “Democracia e Luta Pela Base: Oposição Alternativa”, anunciamos nossas ideias com um boletim homônimo a este. Nos últimos quatro meses, era por nosso modesto boletim, construído por várias mãos, que divulgávamos nossas idéias e disponibilizávamos algumas informações importantes para a luta da categoria. Agora, o nosso Boletim está de cara nova. Ele reflete um amadurecimento coletivo e apresenta não mais uma Chapa para concorrer eleição, mas, sim, e agora ainda mais amplo o Movimento de Oposição na APEOC. Representa um Movimento amplo de professoras e professores à atual direção sindical e, sobretudo, uma nova forma de fazer sindicalismo, pautado na autonomia, na democracia sindical, no apartidarismo e no fortalecimento e protagonismo da Base.

UMA ELEIÇÃO MENTIROSA, PARA MANTER O GOVERNO

A diretoria do Sindicato APEOC divulgou no último sábado o resultado do circo eleitoral armado para manter a atual direção. A eleição foi um misto de tudo de pior que poderia ter acontecido em uma disputa sindical, e seu resultado fabricado, para júbilo do Governo, foi a permanência do mesmo grupo que utiliza o sindicato para fins particulares há 30 anos (CUT-PT/CTB-PCdoB).

Inicialmente, a diretoria começou por duas ações inequivocamente absurda para a democracia. Em primeiro lugar, aparelhou o Sindicato. Irresponsavelmente usou o dinheiro de nossa entidade para realizar às pressas um projeto chamado “Chão da Escola” para fazer campanha da Chapa do Governo e propagar mentiras contra a Oposição na capital, mas principalmente no interior. Em segundo lugar, indeferiu a chapa “Democracia e Luta Pela Base: Oposição Alternativa”, única chapa de oposição.

Denunciamos essa manobra estatutária durante todo o processo. Objetivando se perpetuar no poder, a direção manteve a eleição associando a diretoria da entidade e a eleição dos representantes municipais em única chapa. Esmagando o federalismo político (de que não abrimos mão), a direção obrigou um(a) professor(a) de Fortaleza a votar em um(a) representante de Juazeiro do Norte, a um(a) professor(a) de Juazeiro votar em um(a) representante de Tauá, e a um(a) professora de Tauá votar em um(a) representante de Itapipoca. O nosso posicionamento foi entrar na “justiça” e reivindicar um processo justo, pois sabíamos que não havia como, de maneira nenhuma, esperar democracia sindical daqueles que sempre a negaram. Para nós, quem deveria votar nos representantes de Fortaleza, Tauá e Itapipoca eram os(as) professores(as) dessas cidades.

A “justiça” que tinha reconhecido inicialmente nossos argumentos em *liminar*, negou nossa ação e referendou o absurdo do processo eleitoral. Ora, é bem verdade que nós da Oposição nunca acreditamos que a “justiça” resolveria os problemas de nossa categoria – porque compreendemos que está encharcada em clientelismo, coronelismo e patrimonialismo que anulam sua independência. Quando entramos na “justiça”, queríamos mostrar para a categoria que todas as possibilidades foram tentadas. Apesar de centramos nossa ação na visita em escolas e no fortalecimento das Plenárias, processo que transcende a um mero processo eleitoral, e mesmo sabendo da ínfima possibilidade de ganho, era importante mostrar, no fim de tudo, o grau de parceria entre as instâncias políticas (Direção da APEOC, Governo e Justiça Estadual) quando envolvem a luta de uma categoria tão numerosa e decisiva quanto a nossa.

Todos que acompanharam o processo puderam ver o show de arbitrariedades. Para citar só alguns: escolas que teriam votação não tinham urnas; vários nomes da Chapa de Oposição foram retirados da lista de filiados; urnas lacradas com “fita gomada”, urnas abertas ou sacos plásticos utilizados como urna; filiados já mortos com nome presente nas listas; e, por fim, a total falta de lisura, que garantiria que um filiado votasse várias vezes em locais diferentes.

O resultado divulgado foi mais escandaloso ainda. A direção disse ter apurado 8.277 votos. Um número absurdo, diante do forte apoio dos professores dado a Oposição, que chamou “Voto Nulo”, e também da grande



abstenção – diante do descrédito atual da diretoria e do processo eleitoral espúrio. Mais absurdo ainda foi divulgar que desse total 96,3% dos votos foi pra Chapa do Governo. Além de ser completamente questionável, esse número demonstra o total fiasco que foi a essa eleição. Mostra que a atual direção se reelegeu com praticamente metade do que se elegeu na eleição passada, e que se elegeu com um número ínfimo de votos. Um Sindicato com mais de 40.000 filiados, elegeu sua diretoria com menos de 20% dos votos válidos (mesmo sabendo que há fortes indícios que as urnas foram violadas e engordadas) de seus associados. Em

A DIREÇÃO ATUAL “GANHOU, MAS NÃO LEVOU!”

Quem acompanhou de perto as eleições nas escolas e quem esteve na rede social constatou. Os pelegos, com todas as artimanhas, disseram que ganharam, mais não levaram. Em todas as escolas que fomos, o apoio foi massivo pela renovação do nosso Sindicato. O Movimento de Oposição na APEOC saiu extremamente vitorioso. Em 4 meses construímos algo que nunca tínhamos visto na categoria, uma mobilização geral pela derrubada da diretoria que se pretende eterna.

Mas nossa luta não é “apenas” por uma diretoria de entidade. O que mais importa é fazer crescer uma cultura de luta pela Base, que seja autônoma e forte o suficiente para pressionar a direção sindical. É fazer crescer um modelo assembleário, onde as decisões da categoria seja a decisão soberana dos seus espaços de discussão e deliberação, e não que sejam formuladas em uma sala de diretoria sindical – à revelia da categoria. A organização sindical do magistério no Ceará não é mais a mesma depois dessa eleição. Apesar dos pelegos dizerem mais uma vez que venceram, é firme o desejo de mudança em nossa entidade.

De agora em diante, as professoras e os professores sabem que existe uma oposição de luta permanente na categoria. O Movimento de Oposição convida a todos e todas para participar das nossas Plenárias. **O Movimento é você, traga sua ideia e sua vontade!**

PAUTAS URGENTES

- Denunciar o corte de verbas do Governo Estadual e Federal
- Vale-Refeição para todos(as) os(as) temporários
- Contra a precarização do ISSEC
- Por uma Campanha Salarial construída pelos trabalhadores da Educação e com aprovação em Assembleia
- Prestação de contas do Sindicato já, como defende o Estatuto!
- Assembleia Geral e Congresso Estatutário.

MARÇO DE MOBILIZAÇÃO

Março é um mês importantíssimo. Mobilize sua Escola e sua região. Haverá Assembleias Regionais em Fortaleza e nas Macro-Regiões do estado. Fortaleça a Oposição, compareça à Assembleia!

OS CORTES NÃO PASSARÃO!!!

Centenas de escolas estão iniciando o ano “com pires na mão”. O atraso no repasse de verbas para as escolas e o recente corte no orçamento da SEDUC compromete o funcionamento das escolas. Não podemos aceitar que a escola pública seja ainda mais penalizada!

#Eu Sou Oposição na APEOC!

Acesse nossa página no Facebook: Oposição Sindical – APEOC

Entre em contato conosco: oposicaonapecoc@gmail.com

Participe das Plenárias do Movimento de Oposição na APEOC!

um processo sem lisura alguma, Anízio Melo (PT), representante do Governo Estadual na categoria, reivindica agora mais um reinado de 4 anos. O Movimento de Oposição na APEOC não reconhece a “vitória” porque não vai legitimar a farsa eleitoral. Nossa categoria é de luta e não vai aceitar mais uma vez ser vítima da política governista e traidora.

Portanto, convocamos a categoria a questionar o pleito, a buscar mais informações na página da Oposição e nos locais que tiveram votação. Nós vamos divulgar os abusos do processo eleitoral e todos os abusos da atual gestão.

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Durante o processo eleitoral a chapa do Governo utilizou uma intensa campanha de mentiras via Facebook. Diariamente eram expostas informações falsas tentando confundir a categoria.

Uma delas foi partidizar o debate, dizendo que toda a Oposição não passava de grupos partidários querendo o poder da direção sindical. Apesar deste argumento, já sugerir o próprio desejo de permanecer na direção da entidade, é uma mentira absurda. Para se ter uma ideia, da nossa Chapa de Oposição para a Diretoria que são 64 nomes, eram apenas 15 companheiros(as) de organizações políticas (não chega a ¼ da composição da nossa Chapa). Portanto, nossa imensa maioria era de professoras e professores independentes de organizações políticas.

A Chapa do Governo dizia que escondíamos os nossos “partidos”. Ora, a quem interessa partidizar uma luta honesta como a nossa? Ao contrário da direção, não tínhamos e nem temos o menor desejo de projetar organizações políticas no professorado. A luta da categoria é uma luta pela conquista de melhorias, em que todos podem e devem participar, mas não aceitamos que os partidos políticos “aparelhem”/subjuguem a organização da categoria.

Por isso, nossa opção no Movimento de Oposição foi o apartidarismo. Ou seja, ao contrário do antipartidarismo, que nega tais organizações, reconhecemos a presença e a importância delas em nossos espaços. Porém, não aceitamos de maneira nenhuma que os interesses de tal ou qual grupo prepondere em detrimento das reais necessidades da nossa categoria.

O maior exemplo que demos disso foi na metodologia de nossas Plenárias e na própria escolha dos representantes da Chapa. A escolha não se deu como a da Chapa do Governo, ou seja, um acordo entre PT/CUT e PCdoB/CTB. A escolha da nossa Chapa foi em Plenária Pública com professores, servidores e apoiadores, com todos os nomes aprovados por meio de votação (e esmagadora maioria por consenso). Nesse processo, todos puderam colocar seus nomes para compor a *Democracia e Luta Pela Base*.



ANEXO B – BOLETIM INFORMATIVO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO – APEOC –
“ELEIÇÕES PARA A APEOC: VOTE NULO”

Eleições para a Apeoc: Vote Nulo

A decisão judicial, tão ansiosamente aguardada por todos, sobre a homologação da chapa de oposição na Apeoc finalmente saiu: o juiz disse-se incompetente e transferiu o caso para a justiça estadual, ou seja, a decisão tomada foi de adiar novamente a decisão.

Foi o suficiente para a direção da Apeoc, aliada do governo Camilo Santana, soltar fogos e postar uma nota mentirosa no site oficial da entidade sobre o indeferimento da chapa pela justiça, utilizando esse espaço da categoria para fins privados. Esta é mais uma infame calúnia da diretoria e não nos surpreende o uso desse expediente por parte de uma direção que só se mantém pela pura falta de democracia nas instâncias da categoria. Assim, sem esperar pela decisão judicial, a qual diz respeitar, a diretoria da entidade manteve as eleições para esta terça, 24/02, com uma única chapa inscrita.

Diante desta imposição, e da não inscrição da chapa da oposição **Democracia e luta pela Base**, convidamos todos os professores a ir às urnas votar nulo para assim repudiar a farsa montada neste processo eleitoral. Não precisamos nos alongar em argumentos para fundamentar esse chamado. É suficiente ver a fábrica de incongruência e falsificações desta diretoria: as eleições não possuem quórum, sendo legitimada por qualquer número de votantes mesmo tendo a entidade cerca de 40 mil filiados; a comissão eleitoral é presidida pelo candidato à presidente da chapa da situação, que não casualmente é também o atual presidente da entidade. Em que outro sindicato poderia haver uma tripla presidência para o Sr. Anízio Melo? É esse o padrão ético da Apeoc?! O estatuto da entidade, do qual somos acusados publicamente de desrespeitar, é seguido pela direção apenas quando e no que lhe é conveniente (como agora nas eleições e nunca para realizar congressos, assembléias etc.). O fato de esta alterá-lo arbitrariamente sem o conhecimento da base (em 23 de novembro de 2013), prova o que estamos dizendo. A lista de desmandos é extensa e pesada. Voltaremos a ela no tempo oportuno e os que assumirem a máquina sindical depois do dia 24 não perderão nada por esperar.

A oposição segue firme na sua luta, honrada e sem mácula. O Voto Nulo é o voto de protesto e de construção de um novo movimento sindical. A oposição cresce a cada dia porque representa a expectativa e a confiança de uma imensa camada de professores que querem mudança. Saibam os nossos adversários governistas, um sentimento já ganhou a base, independente dos resultados eleitorais e da disputa judicial: *daqui pra frente nada será como antes!*

**ANEXO C – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO
APEOC NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2013 (QUE DELIBEROU SOBRE A 11ª
REFORMA ESTATUTÁRIA) COM ESCLARECIMENTOS DA OPOSIÇÃO**



2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12229

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 23.11.2013

CERTIDÃO
Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fotolatona CE

Às oito horas, do vigésimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará e na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará - Sindicato APEOC – com sede na Rua Solon Pinheiro, 1306, Bairro de Fátima, CEP 60.050-041, Fortaleza – Ceará, estiveram reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, diretores e associados do Sindicato APEOC, convocados conforme Edital publicado no jornal O Estado, edição veiculada no dia treze de novembro do ano de dois mil e treze. Assembleia esta convocada nos termos do art. 9º, letra "a", art. 10 e art. 11 do Estatuto do Sindicato APEOC, com a finalidade de deliberar sobre alterações no Estatuto do Sindicato APEOC, nos itens que tratam de auxílio-funeral e composição das Comissões Sindiciais. Os trabalhos da **Únicos temas para os quais a assembleia foi convocada.**

presente Assembleia Extraordinária foram abertos pelo professor Anízio Melo, presidente do Sindicato APEOC, às oito horas, em primeira convocação. Como não havia número legal de associados presentes, determinou o presidente uma segunda convocação para as oito horas e trinta minutos, com a presença de qualquer número de associados. Os trabalhos foram reiniciados de acordo com o previsto no Edital de Convocação. O presidente da Assembleia convidou o professor Joaquim Juscelino Linhares Cunha, Secretário-Geral do Sindicato APEOC, para secretariar os trabalhos, bem como, convidou para compor a mesa os professores Reginaldo Pinheiro e Maria da Penha Matos Alencar, respectivamente vice-presidente e tesoureira do Sindicato APEOC. Em seguida, o secretário da

Rua Solon Pinheiro, 1306, Bairro de Fátima
CEP: 60050-040, Fortaleza - CE

Capital: (85) 3064 3212
Interior: 0800 726 3231

www.apoec.org.br
apeoc@apeoc.org.br

Gi. C. Linhares. : mpm



Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORRÉA
MICROFILME N° 12229

Assembleia leu o Edital de Convocação. Posteriormente o presidente passou a palavra ao professor

Reginaldo Pinheiro e este fez considerações sobre as alterações propostas no Edital de Convocação. Após análise dessas propostas foram iniciadas as discussões e votação. Dissecado o assunto, as propostas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes nos termos que seguem:

o Art. 5º, letra "e" passa a ter a seguinte redação: *as Comissões Municipais*; - a Seção V passa a ter a seguinte redação: *DO CONSELHO DAS COMISSÕES MUNICIPAIS*; - o caput do art. 31 passa a ter a seguinte redação: *O Conselho das Comissões Municipais é composto por um representante de*

cada comissão municipal eleito simultaneamente com a Diretoria Executiva e membros dos
A convocação tratava de composição, não de periodicidade da eleição das comissões municipais.

zonais; Ao Art. 17 – São membros da diretoria: foram acrescentados os cargos de: Secretário para Assuntos de Aposentados e Secretário de Políticas Sociais; O parágrafo 1º do art. 31 passa a ter a

seguinte redação: O mandato dos membros do Conselho das Comissões Municipais termina na data

Novamente: a convocação tratava de composição, não de periodicidade. que finda o mandado dos membros da Diretoria Executiva; O parágrafo 2º do art. 31 passa a ter a

seguinte redação – O Conselho das Comissões Municipais será presidido pelo Presidente do Sindicato ou pelo seu substituto legal; O art. 32 passa a ter a seguinte redação: O Conselho das

Comissões Municipais tem a atribuição de conhecer, permanentemente, através da vivência de seus membros nos respectivos zonais ou municípios e nas comunicações formais, as reivindicações e sugestões dos associados do Sindicato APEOC, para transmiti-las à Diretoria

Executiva afim de atendimento nas plataformas e planos de ação da Entidade; O parágrafo único

do art. 32 passa a ter a seguinte redação: O Conselho das Comissões Municipais pode fazer

convocação, em caráter extraordinário, de Assembleia Geral, no caso da alínea "I", do artigo 7º, por deliberação da maioria de seus membros; a Seção VI passa a ter a seguinte redação: *DAS*



2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12229

COMISSÕES MUNICIPAIS; - o Art. 33 passa a ter a seguinte redação: *As Comissões Municipais com atuação em cada município do Estado, exceto na capital, compõem-se de Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro;* Ficam revogadas as alíneas "a" e "b" do art. 33; - o §1º do Art. 33 passa a ter a seguinte redação: *Os membros das Comissões Municipais eleitos pelos associados, lotados na rede municipal de ensino, onde essas Comissões Municipais forem criadas, também eleitos pelos associados da rede estadual domiciliados no município, serão empossados pelo Presidente do Sindicato APEOC ou pelo seu substituto legal;* - o §2º do Art. 33

passa a ter a seguinte redação: *A duração do mandato dos membros das Comissões Municipais coincidirá com o período do mandato dos membros da Diretoria do Sindicato APEOC;* - o §3º do

Art. 33 passa a ter a seguinte redação: *As Comissões Municipais têm as mesmas finalidades e incumbências previstas no Art. 3º e 4º, desse Estatuto, adequadas ao âmbito municipal;* o §4º do

Art. 33 passa a ter a seguinte redação: - *As Comissões Municipais estão sujeitas às deliberações da Assembleia Geral e à regulamentação deste Estatuto;* - a letra "j" do art. 36 passa a ter a seguinte redação:

Fica instituído o auxílio-funeral, financiado pela Contribuição Social, em benefício dos legítimos dependentes dos associados, que venham a falecer em pleno gozo de seus direitos, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), podendo ser reivindicado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de óbito do associado; - ficam revogados os incisos II, III e IV da letra "j" do art. 36 do Estatuto do Sindicato APEOC; - O art. 2º do Regulamento Eleitoral passará a ter

a seguinte redação: *A eleição regular da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, dos representantes municipais, dos zonais e dos Delegados Representantes junto ao órgão Sindical Superior da Categoria, conforme disposto no Estatuto do Sindicato APEOC, realizar-se-á na segunda*



quinzena do mês de fevereiro de cada ano, quando da renovação dos mandatos eletivos previstos neste artigo. Sem mais outro assunto pautado, após discussão, votação e aprovação das supramencionadas alterações no Estatuto do Sindicato APEOC, a presente Assembleia foi encerrada pelo presidente, e, Eu, Secretário-Geral, Joaquim Juscelino Linhares Cunha, redigi e subscrevi a presente Ata, que será assinada pelos demais associados presentes.

CERTIDÃO

Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

Assinaturas repetidas logo abaixo.

J. Juscelino Linhares Cunha
Maria da Penha Matos Alencar
Marco Reginaldo F. Pinheiro

Anízio Santos Melo
ANÍZIO SANTOS MELO

Presidente
Brasileiro, solteiro, professor, RG
339.276 - MM, CPF 590.213.497-87,
residente à Rua Ipê, 1170 - Apto. 301 -
Bloco B - São Gerardo - 60.320-040 -
Fortaleza - CE

Joaquim Juscelino Linhares Cunha
JOAQUIM JUSCELINO
LINHARES CUNHA

Secretário Geral
Brasileiro, casado, professor, RG
669.540 - SSP-CE, CPF
046.223.673-00, residente à Rua Padre
José Arteiro, 454 - Antônio Bezerra -
CEP 690.360-060 - Fortaleza - CE

Francisco Reginaldo Ferreira Pinheiro
FRANCISCO REGINALDO FERREIRA
PINHEIRO

Vice-Presidente
Brasileiro, casado, professor, RG
91002008134 SSP-CE, residente à Rua Padre
José Arteiro, 280 - Serrinha - CEP
60.741-140 - Fortaleza - CE

Maria da Penha Matos Alencar
MARIA DA PENHA MATOS ALENCAR

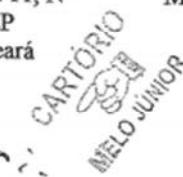
Tesoureiro Geral
Brasileira, viúva, professora, RG
2007384193-0 - SSP-CE, CPF
090.221.773-20, residente Av. Mister Hull,
2933 - Apto. 103 - Bloco B - Antônio
Bezerra - Fortaleza - CE



Teresinha de Jesus dos Santos
**TERESINHA DE JESUS DOS
 SANTOS**

Secretária para Assuntos Femininos

Brasileira, solteira, professora, RG
 93001004484 – SSP-CE, CPF
 224.194.545-91, residente à Rua 11, N°
 630, Novo Maracanaú, CEP
 61.950-540, Maracanaú – Ceará



CLEBER CORRÊA PINHO
 Vice-Presidente Regional do Baixo
 Jaguaribe

Brasileiro, casado, professor, RG
 132567, CPF 002.344.433-91, residente
 à Av. Coronel Alexanrito, 82, CEP
 62.800-000, Aracati – Ceará

Francisco Melo de Melo
**FRANCISCO MELO DE
 MELO**

Secretário para Assuntos Educacionais
 Brasileiro, casado, professor, RG
 96006052325, CPF 102.565.633-49,
 residente à Rua Padre Pedro Alencar, 31
 – Bloco 06 – Apto. 301, Messejana,
 CEP 60.840-280, Fortaleza – Ceará



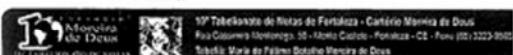
Iradas Vasconcelos Cordeiro
IRADES VASCONCELOS CORDEIRO
 Vice-Presidente Regional do Baixo Acaraú

Brasileiro, casado, professor, RG 115269797
 SSP-CE, CPF 074.127.506-47, residente à Rua
 Francisco Ieda Rios, 12, Centro, CEP
 62.590-000 – Itarema – Ceará

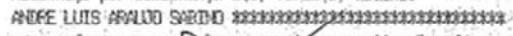


André Luis Araújo Sabino
ANDRÉ LUIS ARAÚJO SABINO

Secretário para Assuntos Culturais
 Brasileiro, casado, professor, RG
 8901001003088, CPF 495.810.313-91,
 residente à Rua Félix Kogenta, 495 – Bloco A
 – Apto. 301, Icarai, CEP 61.626-010 – Caucaia
 – Ceará



Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) abaixo:

ANDRÉ LUIS ARAÚJO SABINO 
 que confere com o original que regista serventia. Dou fé.
 Fortaleza, 26/05/2014.  Eu Testemunha de verdade.

Maria Jocilene da Silva – Encarregada autorizada



Assinatura reconhecida no
 dia 26 de maio de 2014.



CERTIDAO

Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE 6

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12229

Nagibe Nunes de Melo
NAGIBE NUNES DE MELO
Secretário para Assuntos de Formação
Sindical
Brasileiro, casado, professor, RG
1311034, CPF 161.751.823-91,
residente à Rua Hildeberto Barroso,
1178, Centro, CEP 62.500-000,
Itapipoca - Ceará

RITA JANE PINHEIRO PACHECO
Secretária para Assuntos Desportivos

Brasileira, divorciada, agente administrativa,
RG 92013028270, CPF 530.489.983-53,
residente à Rua Antônio de Castro, 404,
Cidade dos Funcionários, CEP 60.522-510,
Fortaleza - Ceará

Maria Leine Alves Rocha
MARIA LEINE ALVES ROCHA
Vice-Presidente Regional do Maciço de
Baturité
Brasileira, solteira, professora, RG
403835, CPF 031.424.503-00, residente
à Rua Sete de Setembro, 937, Centro,
CEP 62.760-000 - Baturité - Ceará

Sérgio Bezerra
SÉRGIO BEZERRA E SILVA NETO
Secretário para Assuntos Jurídicos

Brasileiro, casado, professor, RG
8911003007037, CPF 057.846.203-63,
residente à Rua Leandro Monteiro, 2770,
Bloco B - Apto. 101, Benfica, CEP
60.025-200 - Fortaleza - Ceará

Maria Dialêda Costa de Nascimento
**MARIA DIALÊDA COSTA DE
NASCIMENTO**
Vice-Presidente Regional do Vale do
Curu
Brasileira, casada, professora, RG
2996853195, CPF 219.625.703-63,
residente à Rua Manoel Rodrigues, s/n,
Centro, CEP 62.660-000, Umirim -
Ceará

Cícero Aurelisonor Matias Simão
CÍCERO AURELISNOR MATIAS SIMÃO

Vice-Presidente Regional do Cariri

Brasileiro, casado, professor, RG 81511, CPF
462.226.639-87, residente à Rua Leste Oeste,
1452, Royal Ville, Juazeiro do Norte - Ceará



2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12229

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Valdení Carneiro Barros
VALDENÍ CARNEIRO BARROS
Vice-Presidente Regional do Sertão
Central

Brasileira, casada, professora, RG
200880535109, CPF 058.734.873-91,
residente à rua Dr. Eudálio Barros,
1294, Planalto Universitário, CEP
63.900-000, Quixadá - Ceará

Antônia Dáuria Soares
ANTÔNIA DÁURIA SOARES
MARTINS

Vice-Presidente Regional dos Inhamuns
Brasileira, casada, professora, RG
633544, CPF 382.690.743-49, residente
à Ru Zacarias Carne de Melo, 670, São
Vicente Inhamuns, CEP 63.700-000,
Crateús - Ceará

ANTÔNIO DA SILVA GOMES JUNIOR
Vice-Presidente Regional da Zona Norte

Brasileiro, casado, professor, RG
960023311130, CPF 277.379.503-20,
residente à Rua Humaitá, 2135, Centro, CEP
62.400-000, Camocim - Ceará

Assinatura
repetida. Ver
final desta
mesma
página.

CAR
MELO JÚNIOR

Antônio Fiúza Alencar
ANTÔNIO FIÚZA ALENCAR

Vice-Presidente Regional do Centro Sul
Brasileiro, casado, professor, RG
2001010155243, CPF 059.154.143-20,
residente à Rua Vicente Spindola, 655, Apto.
201, Montese, Fortaleza - Ceará

João Fábio Lopes Chaves
JOÃO FÁBIO LOPES CHAVES
Secretário para Assuntos Intersindicais
Brasileiro, solteiro, professor, RG
98002385962, CPF 265.400.023-00,
residente à Av. Visconde do Rio Branco
4767, Aerolândia, CEP 60.850-000,
Fortaleza - Ceará

Iracema Magalhães Mapurunga
IRACEMA MAGALHÃES MAPURUNGA

Vice-Presidente Regional da Ibiapaba
Brasileira, casada, professora, RG
96028103194, CPF 310.853.503-04, residente
à Av. José Siqueira, 337, Centro, CEP
62.300-000, Viçosa do Ceará - Ceará

Assinatura re-
conhecida em
Cartório no mu-
nicipio de Viçosa.
Por que não
na capital, onde
teoricamente
ocorreu
a assembleia?



Assinatura reconhecida no dia
21 de maio de 2014.

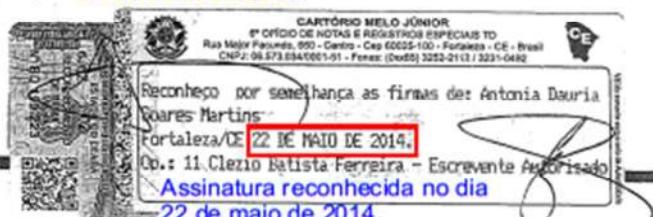
Assinatura
repetida.
Ver alto
desta mesma
página.

Antônio da Silva Gomes
ANTÔNIO DA SILVA GOMES
JUNIOR

Vice-Presidente Regional da Região
Norte
Brasileiro, professor, RG 96002331130
- SSP-CE, CPF 277.379.503-20

CARTÓRIO NOGUEIRA 2º OFÍCIO
R. Fortimel Sobrino, 1070 - Centro - Tel (88) 3632-1312 - Vila do Ceará - CE
Reconheço a(s) firma(s) por(s) semelhança(s) Autenticidade(s) de
CARLOS NOGUEIRA NOGUEIRA - 1º SUBSTITUTO
CANTONIO CARLOS VASCONCELOS PORTELA - SUBSTITUTO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Assinatura reconhecida no dia
21 de maio de 2014.



Reconheço por semelhança as firmas de Antonia Dauria
Soares Martins

Fortaleza/CE 22 DE MAIO DE 2014.

Ob.: 11. Clezio Batista Ferreira - Escrivane Autorizado

Assinatura reconhecida no dia
22 de maio de 2014.

Rua Salomão Pinheiro, 1306, Bairro de Fotima
CEP: 60050-040, Fortaleza - CE



2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12229

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ

22 assinaturas somente. Ademais, todos os "presentes" são da atual direção da APEOC. 22 pessoas têm legitimidade para reformar o estatuto de 40 mil sócios?

Rua Jane Pinho Pacheco
RITA JANE PINHO PACHECO
Secretária para Assuntos Desportivos
Brasileira, divorciada, agente
administrativa, RG 92013028270, CPF
539.489.983-53, residente à Rua

Além das irregularidades apontadas no corpo da ata - visto que a assembleia tratou de assuntos para os quais não foi convocada, o que é

vetado pelo estatuto (Art. 11) -, a diversidade de datas de reconhecimentos de firma, o intervalo de tempo entre a data da assembleia e a data em que a ata foi protocolada no cartório (mais de 6 meses depois) e também o fato de uma assinatura ter sido reconhecida em um município afastado da capital (local da suposta assembleia) quase 400km nos faz pensar se essa assembleia realmente existiu ou se nossos "representantes" criaram essa ata e saíram, convenientemente, colhendo assinaturas de representantes pelo estado de forma a tentar legitimar o ilegítimo.

Além disso, foram acrescentados

dois artigos que sequer constam nesta ata, Arts. 54 e 55. Estes artigos, muito convenientemente, abrem margem para os atuais diretores expulsarem associados sumariamente e sem chance de defesa. Isso mesmo! O associado é expulso

e, se quiser, tem que correr atrás de seus direitos. Além da ilegalidade de terem acrescentado artigos que não constam em ata, esses artigos são inconstitucionais, visto que a Constituição garante a presunção de inocência, ou seja, todos são inocentes até que se prove o contrário. A atual diretoria inverteu a ordem: todos passaram a ser culpados até que provem ser inocentes. OPOSIÇÃO NA APEOC JÁ!

28 MAIO 2014

Assinatura reconhecida no dia 28 de maio de 2014.

CARTÓRIO MORAIS CORREIA-4º OF. DE NOTAS E 2º RTDPJ

Tabelião: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA
R. Major Facundo, 676, Centro - Fortaleza/CE - Tel: 85-3464.5900
Protocolado e prenotado sob o nº 12229 em 02/06/2014 e averbado hoje em microfilme sob o nº 12229 em pessoas jurídicas.
Registro de Origem: 185. Fortaleza, 02/06/2014. Emolumentos: R\$ 65,75 / Fermojo: R\$ 4,99 / Selo 3,67 / ISS - 3,29 - Total R\$ 81,00.
(aa). SILVIA HELENA MORAIS CORREIA VIANA TEIXEIRA - Tabelião
Substituta:

Ata protocolada 6 meses e 10 dias após a data de sua suposta realização, no dia 23 de novembro de 2013.



Rua Salom Pinheiro, 1305, Bairro de Fátima
CEP: 60050-040, Fortaleza - CE

Capital: (85) 3054 3212
Interior: 0800 726 3231

www.appec.org.br
appec@appec.org.br

CARTÓRIO MORAIS CORREIA-4º OF. DE NOTAS E 2º RTDPJ

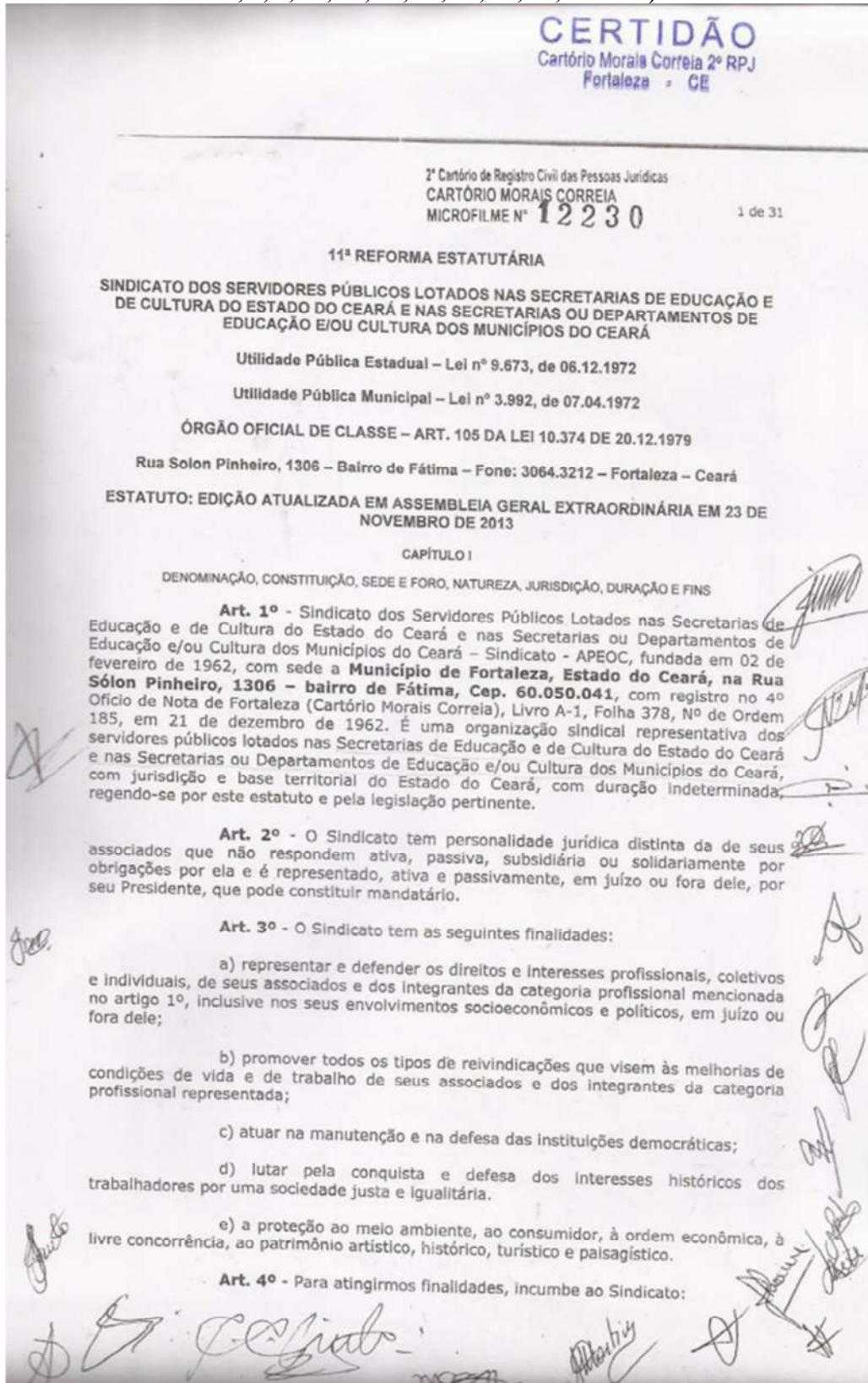
Tabelião: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA
R. Major Facundo, 676, Centro - Fortaleza/CE - Tel: 85-3464.5900

CERTIDÃO: De acordo com o dispositivo no art. 14 regulamente aprovado pelo Decreto nº 1.799 de 30/01/1996. Atesto a autenticidade deste documento o qual foi extraído do microfilme nº 12229. Emolumentos: Certidão R\$: VLTOTAL (Cartório 48,83, Fermojo 2,97, Selo 5,52, Imposto 2,34). Selo: AAA026171-A182. Fortaleza/CE, 03 de Fevereiro de 2015. (aa). SILVIA MARIA VÉRAS MONTEIRO

2º RTD-PJ



ANEXO D – 11ª REFORMA ESTATUTÁRIA DO SINDICATO APEOC (PÁGINAS 1, 3, 4, 5, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24 E 26)



CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAES CORREIA
12230
MICROFILME N°

3 de 31

- q) filiar-se à Federação de grupo e às outras organizações sindicais, inclusive de âmbito internacional, de interesses dos trabalhadores, mediante deliberação da Assembleia Geral;
- r) colaborar com os órgãos públicos visando a consecução dos interesses nacionais;
- s) estimular a organização da categoria por local de trabalho.

Parágrafo Único - A colaboração com os órgãos públicos deve se dar nos casos destes órgãos exercerem atribuições de interesse dos trabalhadores, como a fiscalização do trabalho e das condições de saúde, higiene e segurança do trabalhador, a participação oficial do Estado em organismos internacionais, etc.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - São órgãos do Sindicato:

- a) Assembleia Geral;
- b) a Diretoria;
- c) o Conselho Fiscal;
- d) o Conselho das Comissões;
- e) as Comissões Municipais;

f) o Congresso dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias ou Departamentos de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios.

§ 1º - Não comporta remuneração o exercício de qualquer cargo nos órgãos do Sindicato, exceto no caso em que o dirigente seja colocado integralmente à disposição da Entidade, não podendo perceber mais do que a remuneração do seu cargo ou emprego público.

§ 2º - É vedado a acumulação de cargos diretivos nos órgãos do Sindicato.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 6º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da estrutura organizacional do Sindicato e é constituída de todos os associados que estejam em dia com suas obrigações estatutárias na data de sua convocação.

D. J. Correia : msn Abaltiw

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
 CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 MICROFILME N° 12230

4 de 31

Art. 7º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) eleger os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, das Comissões Sindicais e os Delegados Representantes junto ao órgão sindical superior;
- b) alterar o estatuto;
- c) fixar a contribuição sindical constitucional da categoria profissional;
- d) fixar a mensalidade do associado;
- e) fixar o desconto assistencial nos dissídios coletivos;
- f) apreciar a prestação de contas da Diretoria e aprovar o orçamento referente a cada exercício financeiro;
- g) decidir, em instância única, sobre a destituição ocupante de qualquer cargo da estrutura organizacional da Entidade;
- h) aprovar planos de ação da Diretoria;
- i) conhecer de comunicação de renúncia de membros da Diretoria;
- j) decidir sobre a filiação do Sindicato à organização sindical de grau superior ou a entidades sindicais estrangeiras;
- k) apreciar decisões da Diretoria, que dependam do seu referendo;
- l) decidir sobre assuntos de interesse relevante da categoria profissional, por convocação da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho das Comissões Sindicais ou de 10% (dez por cento) dos associados;
- m) decidir, em grau de recurso, sobre exclusão de associados ou indeferimento de pedido de filiação;
- n) decidir sobre a dissolução, fusão ou transformação da Entidade;
- o) aprovar o Regulamento Administrativo da Entidade proposto pela Diretoria.
- p) delibera sobre a deflagração de greve geral e sobre a sua cessação.

Art. 8º - A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente:

- a) no mês de março de cada ano, para apreciar e deliberar sobre prestação de contas e aprovar o orçamento para o exercício financeiro seguinte, renovando os mandatos de 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes;
- b) anualmente, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data base da categoria, para deliberar sobre as reivindicações salariais e de condições de trabalho e autorizar a Diretoria a instaurar dissídio coletivo;
- c) de quatro em quatro anos, para a eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho das Comissões Sindicais e os Delegados Representantes junto ao órgão sindical superior, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data de expiração dos respectivos mandatos.

D.S.: Celso - mwm

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MORAIS CORREIA

5 de 31

MICROFILME N° 12230

d) fica prorrogado o mandato da atual diretoria eleita e empossada em 28 de fevereiro de 2007 por mais 12 (doze) meses, período a ser encerrado em 27 de fevereiro de 2011.

e) estarão impedidos de reeleição para os cargos que foram eleitos e empossados em 28 de fevereiro de 2007, e, com mandatos prorrogados, os integrantes titulares da atual Diretoria Executiva, exceto os vices-regionais e os Secretários para Assuntos Jurídicos.

Parágrafo Único – Para todos os efeitos, computa-se o ano civil de 1º de abril de um ano a 31 de março do ano seguinte.

Art. 9º – A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente, por convocação:

- a) da Diretoria;
- b) do Conselho Fiscal;
- c) do Conselho das Comissões Sindicais;
- d) de 10% (dez por cento) dos associados em dia com suas obrigações sindicais.

Art. 10 – Convoca-se a Assembleia Geral por Edital específico publicado com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência em jornal de grande circulação.

Art. 11 – A Assembleia Geral Extraordinária só comporta deliberações sobre as matérias objeto da convocação.

Art. 12 – As deliberações da Assembleia Geral são adotadas por maioria simples de votos dos presentes.

Parágrafo Único – Exige-se maioria absoluta de votos dos presentes, em primeira convocação, e um terço (1/3) dos votos dos presentes, em segunda convocação, para deliberações sobre as matérias previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "g", "j", "m", "n" e "p" do artigo 7º.

Art. 13 – A abertura da Assembleia Geral é feita:

- a) em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações sindicais;
- b) em Segunda convocação, após intervalo de pelo menos meia hora da primeira, com qualquer número.

§ 1º – É exigida a presença de pelo menos dois terços (2/3) dos associados em dia com suas obrigações sindicais, para a abertura da Assembleia Geral destinada a deliberar sobre a dissolução da entidade (Artigo 7º, alínea "o").

Art. 14 – A votação é por escrutínio secreto, na eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho das Comissões Sindicais e dos Delegados Representantes junto ao órgão sindical superior.

Art. 15 – É vedado o voto por procuração.

Art. 16 – As Assembleias Gerais são abertas e dirigidas pelo Presidente

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

**2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA**

14 de 31

Sindicais e/ou Zonais, acompanhando o seu funcionamento, dentro de sua respectiva região;

IV. transmitir à Diretoria, as comunicações, sugestões e reivindicações dos associados de sua Região, objetivando o seu atendimento nas plataformas e planos de ação do Sindicato;

V. colaborar no encaminhamento dos pleitos dos associados de sua jurisdição, junto aos órgãos competentes;

VI. participar efetivamente na elaboração e execução da política administrativa-sindical da entidade;

VII. executar as deliberações outorgadas pelo Presidente:

VIII. exercer a coordenação dos Presidentes das Comissões Municipais de sua área de atuação;

IX. Informar aos Presidentes das Comissões Municipais de sua atuação, sobre todas as atividades do Sindicato;

X. prestar contas dos repasses recebidos e despesas realizadas;

XI. apresentar relatório à Diretoria, mencionando as atividades realizadas, e proposições a serem implementadas.

Art. 34 - Ressalvadas as competências privativas dos demais órgãos

cabem a Diretoria a Administração e a Representação do Sindicato e, especificamente:

Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho das Comissões Sindicais, e do Congresso dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios;

b) propor à Assembleia Geral a reforma do Estatuto;

c) propor à Assembleia Geral dos valores da contribuição sindical constitucional, da mensalidade dos associados e dos descontos assistenciais;

d) elaborar e executar seu plano de trabalho;

e) zelar pelo patrimônio do Sindicato.

f) propor à Assembleia Geral o orçamento de cada exercício, bem como eventuais alterações do mesmo durante sua execução;

g) apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes trimestrais e à Assembleia Geral a prestação de contas anual e o relatório anual de atividades;

h) indicar membros da Comissão Eleitoral:

i) convocar eleições sindicais previstas neste Estatuto;

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MORAIS CORREIA

16 de 31

MICROFILME N° 12230

financeira e econômica da Entidade.

Art. 44 – Cabe ao Conselho fiscal a convocação da Assembleia Geral para os fins considerados na alínea "f", do artigo 7º - se a Diretoria se omitir.

Art. 45 – Conselho Fiscal promoverá a tomada de contas de Diretoria se, no final do ano fiscal não receber dela os elementos contábeis e da administração financeira necessários à prestação de contas a que se refere a alínea "g" do artigo 18, sob pena de proposta de destituição dela à Assembleia Geral, se colocar obstáculos a isso.

Art. 46 – Em sua primeira reunião os membros do Conselho Fiscal elegem entre si o Presidente e o Secretário do órgão e definem a ordem de substituição ou preenchimento, em caso de impedimento ou vacância, respectivamente.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO DAS COMISSÕES MUNICIPAIS.

Art. 47 – O Conselho das Comissões Municipais é composto por um representante de cada comissão municipal eleito simultaneamente com a Diretoria Executiva e membros dos zonais.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho das comissões municipais termina na mesma data do mandado dos membros da Diretoria Executiva.

§ 2º - O Conselho das Comissões Municipais será presidido pelo Presidente do Sindicato ou pelo seu substituto legal.

Art. 48 – O Conselho das Comissões Municipais tem a atribuição de conhecer, permanentemente, através da vivência de seus membros nos respectivos zonais ou municípios e nas comunicações formais, as reivindicações e sugestões dos associados do Sindicato APEOC, para transmiti-las à Diretoria Executiva afim de atendimento nas plataformas e planos de ação da Entidade.

Parágrafo Único – O Conselho das Comissões Municipais pode fazer convocação, em caráter extraordinário, de Assembleia Geral, no caso da alínea "I", do artigo 7º, por deliberação da maioria de seus membros.

SEÇÃO I

DAS COMISSÕES MUNICIPAIS

Art. 49 – As Comissões Municipais com atuação em cada município do Estado, exceto na capital, compõem-se de Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro.

- a) Revogado;
- b) Revogado;

§ 1º - Os membros das Comissões Municipais eleitos pelos associados, lotados na rede municipal de ensino, onde essas Comissões Municipais forem criadas, também eleitos pelos associados da rede estadual domiciliados no município, serão empossados pelo Presidente do Sindicato APEOC ou pelo seu substituto legal.

D. S. Celso - msn *[Signature]*

CERTIDÃO
Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME Nº 12230

17 de 31

§ 2º - A duração do mandato dos membros das Comissões Municipais coincidirá com o período do mandato dos membros da Diretoria do Sindicato APEOC.

§ 3º - As Comissões Municipais têm as mesmas finalidades e incumbências previstas no Art. 3º e 4º, desse Estatuto, adequadas ao âmbito municipal.

§ 4º - As Comissões Municipais estão sujeitas às deliberações da Assembleia Geral e à regulamentação deste Estatuto.

CAPÍTULO VI

DO CONGRESSO DOS SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E NAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO E/OU CULTURA DOS MUNICÍPIOS.

Art. 50 - Biunalmente será realizado o Congresso a que se refere o artigo 15, e que intitula a presente Seção.

§ 1º - O Congresso referido neste artigo destina-se a promover a mobilização geral da categoria profissional para uma reunião de caráter unificador de forças e deliberar acerca dos rumos do Sindicato e da luta dos servidores de acordo com as variações conjunturais do contexto socioeconômico do País e das ações do Governo Federal, Estadual e Municipais.

§ 2º - As plataformas e planos de lutas aprovadas no Congresso incorporam-se ao plano de ação da Diretoria em exercício.

CAPÍTULO VII

DOS ASSOCIADOS

Art. 51 - Poderão associar-se ao Sindicato todos os servidores das Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e das Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios dos Ceará, independentemente do regime jurídico a que estiverem sujeitos, inclusive os aposentados dos órgãos mencionados neste artigo.

§ 1º - Os servidores mencionados neste artigo investem-se da condição de associados do Sindicato mediante o preenchimento e assinatura de formulário próprio, do qual consta sua adesão ao Estatuto da Entidade e o compromisso de fiel cumprimento dele e das demais normas internas e obrigações sociais.

§ 2º - Do indeferimento do pedido de admissão como sócio, cabe recurso à Assembleia Geral.

Art. 52 - Aos associados em dia com suas contribuições e obrigações estatutárias, assegura o Sindicato os seguintes direitos:

a) participar das Assembleias Gerais;

b) votar;

c) ser votado, após 12 (doze) meses de filiação, devendo estar em dia com as contribuições mensais previstas no art. 40, "d";

Ass.: Celso: mpm

CERTIDÃO

Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA

18 de 31

MICROFILME N°

12230

- d) ser assistido como servidor na defesa de seus interesses e direitos funcionais, coletivos ou individuais;
- e) defender-se nos processos disciplinares internos;
- f) requerer, na forma da alínea "I", do artigo 7º, a convocação da Assembleia Geral;
- g) representar, por escrito, perante os órgãos da administração sindical, sobre assunto relativo a sua condição de associado ou de integrante da categoria profissional ou que seja o interesse desta ou do quadro social;
- h) utilizar os serviços e instalações do Sindicato, obedecidas as normas internas pertinentes;
- i) gozar das prerrogativas de associado asseguradas pelo Estatuto, pela Constituição e pela Legislação vigente.

j) Fica instituído o auxílio-funeral, financiado pela Contribuição Social, em benefício dos legítimos dependentes dos associados, que venham a falecer em pleno gozo de seus direitos, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), podendo ser reivindicado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de óbito do associado.

II. Revogado

III. Revogado

IV. Revogado

Art. 53 - São deveres dos associados:

- a) pagar nas épocas próprias, as contribuições devidas;
- b) cumprir este Estatuto e as demais normas emanadas dos órgãos e autoridades internas competentes;
- c) manter elevado espírito de colaboração com o Sindicato e de união com os integrantes da categoria profissional e os trabalhadores em geral, participar das reuniões e atividades;
- c) zelar pelo patrimônio do Sindicato.

Art. 54 - Da demissão do associado: É direito de o associado demitir-se quando julgar necessário, protocolando junto a Secretaria de o Sindicato seu pedido de demissão.

Art. 55 - A exclusão do associado se dará nas seguintes questões:

- I - Grave violação do estatuto;
- II - Difamar o Sindicato, seus membros, associados ou objetos;
- III - Atividade que contrariem decisões de Assembleias ou da diretoria;
- IV - Desvio dos bons costumes;
- V - Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;

CERTIDÃO

Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12230

19 de 31

VI - Falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Parágrafo 1º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da associação.

Parágrafo 2º - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, cabendo sempre recurso a Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição sindical.

Art. 56 - As normas disciplinares serão estabelecidas no Regulamento Administrativo da Entidade.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES

Art. 57 - As eleições sindicais regem-se pelo regulamento eleitoral anexo ao Estatuto, o qual é parte deste para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO IX

DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Art. 58 - Constituem receitas do Sindicato:

- a) a contribuição estabelecida no artigo 8º, IV da Constituição;
- b) a contribuição prevista em Lei a que se refere o artigo 8º, inciso IV, da Constituição, "in fine";
- c) os descontos assistenciais sobre os reajustes salariais, constantes de cláusulas de dissídio coletivo;
- d) as contribuições mensais consecutivas dos associados, correspondente a 1,3% (um, ponto três por cento) sobre o salário-base;
- e) a renda proveniente de aplicações financeiras;
- f) a renda patrimonial;
- g) as doações, subvenções, auxílios, contribuições de terceiros e legados;
- h) a renda proveniente de empreendimentos, atividades e serviços.

Art. 59 - O patrimônio do Sindicato é constituído de bens móveis e imóveis adquiridos, doados ou legados e quaisquer bens e valores adventícios.

Art. 60 - O plano de despesas deve observar o orçamento aprovado na forma deste Estatuto e comportará exclusivamente os dispêndios da manutenção e os gastos contratados, autorizados pela Diretoria.

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

22 de 31

CARTÓRIO MORAIS CORREIA

MICROFILME N°

12230

Art. 5º - É garantido o sigilo do voto pelo uso:

- a) de cédula única contendo o número e nome das chapas registradas e seguida do nome do candidato a Presidente;
- b) da cabine indevassável pelo eleitor para votar;
- c) da rubrica dos membros da mesa coletora em cada cédula;
- d) de urna que assegura a inviolabilidade do voto.

§ 1º - Na confecção da cédula devem ser utilizados papel, tinta e tipos de impressão que dificultem a fraude, garantam o sigilo do voto e permitam a dobragem e o fechamento sem o uso de cola.

§ 2º - As chapas serão numeradas consecutivamente a partir do número 1 (um), de acordo com a ordem cronológica de registro.

DA CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 6º - A eleição é convocada pelo Presidente do Sindicato, por Edital, que deverá ser tornado público com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) da data de realização do pleito.

§ 1º - Além da cópia do Edital que se afixa na sede do Sindicato, outras serão afixadas nos principais locais de trabalho dos órgãos referidos no artigo 1º do Estatuto, bem como nos seus setores principais.

§ 2º - No mesmo prazo do caput deste artigo, será publicado o aviso resumido do Edital, em jornal de grande circulação da sede e foro da Entidade.

§ 3º - Devem constar do edital de convocação os seguintes dados:

- a) a data, hora e local de votação;
- b) prazo para registro de chapas e horários de funcionamento da Secretaria do Sindicato;
- c) data da nova eleição, caso ocorra empate entre as chapas mais votadas (Art. 24) ou não seja pedido o registro de nenhuma chapa (Art. 10).

§ 4º - O aviso resumido do edital deve conter os seguintes dados:

- a) denominação completa do Sindicato;
- b) prazo para o registro de chapas e horário de funcionamento da Secretaria do Sindicato;
- c) datas e horários de votação;
- d) indicação dos principais locais de afixação do edital.

§ 5º - O Sindicato deve usar outros meios de divulgação eficiente da eleição.

S. C. Correia: *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12230

23 de 31

DO REGISTRO DAS CHAPAS

Art. 7º - É de 15 (quinze) dias o prazo para registro das chapas, contados da publicação do aviso resumido do edital.

§ 1º - O registro será feito exclusivamente na Secretaria do Sindicato, que deve ficar aberta, para esse fim, durante o prazo fixado no caput deste artigo, pelo menos 8 (oito) horas por dia, com a presença de pessoa habilitada para o atendimento dos interessados, recebimento da documentação e fornecimento de competente recibo.

§ 2º - Do requerimento do registro, endereçado ao Presidente do Sindicato, em 2 (duas) vias, assinado por um dos candidatos constantes da chapa, deve constar:

- a) exemplar, em 2 (duas) vias, da chapa;
- b) ficha de qualificação de cada candidato, em 2 (duas) vias, assinada;
- c) comprovante de residência;
- d) cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- e) cópia autenticada do documento de matrícula, se o candidato for servidor estatutário e da Carteira Profissional, se regido pela legislação trabalhista;
- f) comprovante de quitação com a tesouraria da entidade.

Art. 8º - Considera-se não habilitada ao Registro a chapa que não oferecer nome para todos os cargos eletivos e de suplentes da diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho das Comissões Sindicais e dos Delegados Representantes junto ao órgão Sindical Superior.

§ 1º - Não preenchendo a totalidade dos membros do Conselho das Comissões Sindicais admitir-se-á como satisfeita a condição expressa no "caput" deste artigo, se atingir a 2/3 (dois terços) da totalidade referida.

§ 2º - Havendo irregularidade na documentação apresentada, o Presidente do Sindicato notificará o interessado para promover a correção no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena da recusa de seu registro.

Art. 9º - O Presidente do Sindicato fará lavrar ata de registro das chapas, imediatamente após o encerramento de seu prazo, da qual constarão, pela ordem numérica de inscrição, todas as chapas registradas.

§ 1º - O Presidente do Sindicato fará publicar nos veículos de comunicação mencionados no § 2º, do Art. 6º, a relação nominal das chapas registradas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o término do registro, declarando aberto o prazo de 5 (cinco) dias para impugnação de candidaturas.

§ 2º - Qualquer ocorrência que afete a composição das chapas, como renúncia formal de candidato ou morte, será comunicada aos associados pelo Presidente do Sindicato no quadro de avisos da Entidade.

§ 3º - A chapa desfalcada poderá continuar concorrendo se o número de candidatos remanescentes for suficiente para o preenchimento dos cargos eletivos.

CERTIDÃO
Cartório Moraes Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA

24 de 31

MICROFILME N° 12230

§ 4º - Para os efeitos de estabilidade provisória dos dirigentes sindicais, a Secretaria do Sindicato fornecerá aos candidatos, individualmente, um comprovante de registro de sua candidatura, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do mesmo e, em igual prazo, remeterá comunicação escrita do fato ao órgão onde o candidato presta serviço.

Art. 10 - Não havendo registro de chapas no prazo próprio, o Presidente do Sindicato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, convocará nova eleição.

DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS

Art. 11 - Impugnação de candidatura, cujo prazo é do § 1º, do Art. 9º, in fine, far-se-á, mediante requerimento do Presidente do Sindicato, contra recibo e só poderá basear-se em causas de inelegibilidade constitucional, legal ou estatutária.

§ 1º - A impugnação só pode ser apresentada por associado em dia com suas obrigações sociais.

§ 2º - Será lavrado termo de encerramento do prazo de impugnação, do qual constarão os nomes dos impugnantes e respectivos impugnados.

§ 3º - Cada candidato impugnado será notificado pelo Presidente do Sindicato nas 72 (setenta e duas) horas seguintes à data de lavratura do tempo de encerramento referido no parágrafo anterior e terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar razões de defesa.

§ 4º - A Diretoria do Sindicato dará decisão, no processo de impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da defesa, sob pena de subsistência da candidatura.

§ 5º - Julgada procedente a impugnação, o Presidente do Sindicato fará afixar no quadro de avisos o inteiro teor da decisão.

§ 6º - A chapa de que fizerem parte candidatos impugnados poderá concorrer desde que o número dos remanescentes seja suficiente para o preenchimento dos cargos eleitivos.

DA VOTAÇÃO

Art. 12 - Cada mesa coletora terá um presidente, 2 (dois) mesários e 1 (um) suplente, designados pelo Presidente do Sindicato, até 10 (dez) dias antes da data da eleição.

§ 1º - Além da mesa coletora instalada na sede do Sindicato, deve ser instalada pelo menos uma em local de fácil acesso, em cada zonal existente na cidade sede da Entidade e em cada Município do Estado.

Art. 13 - Durante a votação a mesa deve estar sempre completa, para o que serão observadas as seguintes normas:

a) se o Presidente da mesa não comparecer até 15 (quinze) minutos antes da hora do início da votação, assume a presidência o primeiro mesário, e, na falta ou impedimento, o segundo ou o suplente;

b) para completar a mesa, se necessário, quem assumir a presidência poderá nomear, dentre os presentes, salvo impedimento, membros ad hoc;

D. G. Correia men

CERTIDÃO
Cartório Morais Correia 2º RPJ
Fortaleza - CE

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME N° 12230

26 de 31

d) resumo dos protestos levantados.

Art. 19 - Lavrada e assinada a ata, o presidente da mesa coletora ou seu substituto entregará a urna a um membro da Comissão Apuradora no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da votação na sede do Sindicato mediante recibo.

DA APURAÇÃO

Art. 20 - A apuração será efetuada na sede do Sindicato por 05 (cinco) mesas apuradoras, compostas de 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário, 02 (dois) Mesários e 02 (dois) Suplentes nomeados pelo Presidente da Entidade.

§ 1º - A apuração será instalada às 8 (oito) horas do dia seguinte à votação.

§ 2º - Cabe ao presidente da Mesa Apuradora o julgamento em primeira instância, cabendo recurso em segunda instância para a Comissão Eleitoral.

§ 3º - A Comissão Eleitoral é composta pelos Presidentes das Mesas Apuradoras, que terão a incumbência, ao final de cada apuração de conhecer e julgar os recursos de segunda instância.

§ 4º - Cada chapa inscrita indicará um fiscal para cada uma das mesas apuradoras.

Art. 21 - Para a apuração, proceder-se-á da seguinte forma:

a) as urnas serão abertas, uma de cada vez, para a contagem das cédulas de votação;

b) proceder-se-á, em primeiro lugar, ao exame dos votos em separado, decidindo-se pela sua apuração ou não, um a um, à luz das razões aduzidas nas respectivas sobrecartas;

c) será lida a ata relativa a cada urna, tão logo seja aberta;

d) contadas as cédulas de cada urna, o Presidente verificará se o seu número coincide com o dos associados que votaram;

e) far-se-á a apuração da urna, se o número de cédulas for igual ou inferior ao dos associados que votaram;

f) se o número de cédulas for superior ao dos associados que votaram, proceder-se-á à apuração para a verificação da diferença de votos entre as duas chapas mais votadas, adotando-se o seguinte critério:

1 - se o número de cédulas em excesso for inferior a diferença de votos entre as duas chapas mais votadas, descontar-se-á do total de votos dados à chapa mais votada um número igual ao das cédulas em excesso, registrando-se o resultado;

2 - se o número de cédulas em excesso for igual ou superior à diferença de votos entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

Art. 22 - Terminada a apuração, os Presidentes das mesas Apuradoras

Ass. Presidente